

Estudos de Sociologia

nº 46



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FCL – UNESP – Araraquara – v.24 – n.46 – 1º semestre de 2019

EXPEDIENTE

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Vice-reitor: Prof. Dr. Sergio Roberto Nobre

FCLAR – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Cláudio Cesar de Paiva

Vice-diretora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Chefe: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior

Vice-chefe: Prof. Dr. José Antonio Segatto

Secretária: Bruna Nadi de Abreu

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Vice-coordenador: Prof. Dr. Marcelo Santos

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português e inglês

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

ISSN 1414-0144

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4.Ciências

Assistente Editorial: Rafael Afonso Silva

Normalização: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Revisão para o espanhol: Livia Valili

Versão para o Inglês: Jussara Úngari

Capa: Paulo José de Carvalho Moura

Indexada por / Indexed by:

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews on Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

Redação e Contatos

Depto. de Sociologia FCLAr/UNESP

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil Fone: (16) 3334-6219

E-mail: estudosdesociologia@fclar.unesp.br; <http://periodicos.fclar.unesp.br/estudos>

MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

EDITORA

Maria Aparecida Chaves Jardim, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

EDITORA EMÉRITA

Lucila Scavone, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Lúcia Castro, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

João Carlos Soares Zuin, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

Maria Teresa Miceli Kerbauy, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bebiano, Instituição Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Anete Brito Leal Ivo**, UFBA – Universidade Federal da Bahia – Salvador – Brasil; **Anita Simis**, UNESP – Universidade Estadual Paulista – Araraquara/SP – Brasil; **Annie Thébaud-Mony**, INSERM – Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale – Paris – França; **Carmen Junqueira**, PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo/SP – Brasil; **Eduardo Garuti Noronha**, UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP – Brasil; **Francisco Rüdiger**, PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS – Brasil; **Frederic Lebaron**, Université de Versailles - St-Quentin- en-Yvelines, França; **Gabriel Cohn**, USP – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP – Brasil; **Gerard Mauger**, EHESS - École des hautes Études en Sciences Sociales - França, França; **Irllys Alencar Firmo Barreira**, UFC – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE – Brasil; **István Mészáros**, Universidade de Sussex/Inglaterra; **José Antonio Segatto**, UNESP - Universidade Estadual Paulista/Araraquara – SP; **José Vicente Tavares dos Santos**, UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS – Brasil; **Joseph Yvon Thériault**, Universidade de Montréal/ UQUAM, Montréal, Canadá; **Klaus von Lampe**, City University of New York/CUNY, New York, Estados Unidos da América do Norte; **Lourdes Maria Bandeira**, UnB – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia; **Magda Maria Bello de Almeida Neves**, PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG – Brasil; **Marcelo Siqueira Ridenti**, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – Campinas/SP – Brasil; **Maria Arminda do Nascimento Arruda**, USP - Universidade de São Paulo/São Paulo – SP; **Maria Orlanda Pinassi**, UNESP - Universidade Estadual Paulista/Araraquara – SP; **Maria Ribeiro do Valle**, UNESP – Universidade Estadual Paulista – Araraquara/SP; **Mariano Fernandez Enguita**, USAL – Universidade de Salamanca/US Salamanca, Espanha; **Marie-Blanche Tahon**, Universidade de Ottawa/UOTTAWA, Ottawa, Canadá; **Marta Araújo**, UC - Universidade de Coimbra – Coimbra - Portugal, Portugal; **Mauro Guilherme Pinheiro Koury**, UFPB – Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/PB – Brasil; **Meryl Adelman**, UFPR – Universidade Federal do Paraná – Curitiba/PR – Brasil; **Michael Löwy**, CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique – França; **Pablo Gonzáles Casanova**, UNAM - Universidad Nacional Autónoma de México – México; **Philippe Steiner**, PARIS IV - Université Paris-Sorbonne e Institut Universitaire de France - França, França; **Raimundo Santos**, UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ – Brasil; **Roberto Grün**, UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP - Brasil, Brasil; **Russell Parry Scott**, UFPE - Universidade Federal de Pernambuco – Recife/PE – Brasil; **Sérgio França Adorno de Abreu**, USP – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP – Brasil; **Tânia Pellegrini**, UFSCar – Universidade de São Carlos – São Carlos/SP – Brasil.

SUMÁRIO

PARA ALÉM DA DISTINÇÃO: CONDICIONANTES SOCIAIS DO GOSTO E DISPUTAS SIMBÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE

DOSSIÊ: PARA ALÉM DA DISTINÇÃO: CONDICIONANTES
SOCIAIS DO GOSTO E DISPUTAS SIMBÓLICAS NA
CONTEMPORANEIDADE

*Apresentação. Para além da distinção? Desafios à abordagem
bourdieusiana da formação social do gosto..... 19*
Maria Celeste Mira e Edison Ricardo Bertoncelo

*Condicionantes sociais e trajetórias singulares: habitus como chave
analítica em processos de constituição de elos de pertença e fronteiras
simbólicas 45*
Ana Lúcia de Castro

*Atualizações da “boa vontade cultural”: internacionalização e
diversidade no ensino superior brasileiro 65*
Miqueli Michetti

*Patrimônio imobiliário convertido em herança cultural: a casa como
espaço de transmissão do gosto erudito em famílias da elite cultural
paulistana..... 89*
Camila Gui Rosatti

*O gosto e o cheiro: práticas de consumo e diferenças regionais no
Brasil..... 113*
Salette Nery

Vidas Sob o Signo do Encanto: Ethos estético nos ofícios artísticos da Arte do Carnaval Carioca 135
Edson Silva Farias

ARTIGOS

Políticas culturais e hierarquias simbólicas no campo do teatro paulistano: as lutas pela lei de fomento 159
Simone do Prado Romeo

A teoria das classes de Pierre Bourdieu 181
Dylan Riley

VARIA

As ciências sociais: entre a avaliação e a relevância..... 213
Michel Nicolau Netto

Futebol: entre o lazer e o controle..... 233
Agnaldo Kupper

Perspectivas atuais para a pesquisa em educação patrimonial..... 251
Rodrigo Manoel Dias da Silva

O pensamento conservador e as manifestações de ódio na cena política brasileira..... 267
Vanderlei de Castro Ezequiel, Deysi Ciocari e Cláudio Novaes Pinto Coelho

ENSAIOS

Las ciencias humanas como pragmática de las culturas: Entre arte, platos y paradojas..... 289
Carlos A. Gadea

Movimentos sociais e confronto político: apontamentos sobre o pensamento de Sidney Tarrow 305
Diego Matheus Oliveira de Menezes

RESENHA

Uma gênese política do consumidor por Louis Pinto..... 323
Mariana Barreto

ENTREVISTA

Cotidiano, gênero, distinção - entrevista com Elizabeth Silva 331
Michel Nicolau Netto (entrevistador)

SUMMARY

BEYOND DISTINCTION: SOCIAL CONDITIONERS OF TASTE AND SYMBOLIC DISPUTES IN CONTEMPORANEITY

DOSSIER: BEYOND DISTINCTION: SOCIAL CONDITIONERS OF TASTE AND SYMBOLIC DISPUTES IN CONTEMPORANEITY

Presentation. Beyond distinction? Challenges to the Bourdieusian approach to the social formation of taste 19

Maria Celeste Mira and Edison Ricardo Bertoncelo

Social conditioners and singular trajectories: habitus as analytical key in processes for the constitution of ties of belonging and symbolic boundaries..... 45

Ana Lúcia de Castro

Updates on “cultural goodwill”: internationalization and diversity in Brazilian higher education 65

Miqueli Michetti

Real estate heritage converted into cultural heritage: the house as a space of transmission of the erudite taste in families of São Paulo’s cultural elites 89

Camila Gui Rosatti

The taste and the scent: consumption practices and regional differences in Brazil 113

Salete Nery

Lives under the sign of charm: ethos aesthetic in the artistic crafts of the art of Carioca Carnival..... 135
Edson Silva Farias

ARTICLES

Cultural policies and symbolic hierarchies in the field of São Paulo theatre: the struggles for the law for promotion..... 159
Simone do Prado Romeo

Bourdieu's class theory 181
Dylan Riley

VARIA

Social sciences: between evaluation and relevance 213
Michel Nicolau Netto

Football: between leisure and control 233
Agnaldo Kupper

Current perspectives for research in patrimonial education 251
Rodrigo Manoel Dias da Silva

Conservative thinking and manifestations of hatred in the Brazilian political scene 267
Vanderlei de Castro Ezequiel, Deysi Ciocari and Cláudio Novaes Pinto Coelho

ESSAY

Human sciences as pragmatic to the cultures: between art, dishes and paradoxes..... 289
Carlos A. Gadea

Social Movements and political confrontation: notes on the thought of Sidney Tarrow 305
Diego Matheus Oliveira de Menezes

REVIEW

A political genesis of the consumer by Louis Pinto 323
Mariana Barreto

INTERVIEW

Daily life, gender, distinction - an interview with Elizabeth Silva 331
Michel Nicolau Netto (interviewer)

TABLA DE CONTENIDO

MÁS ALLÁ DE LA DISTINCIÓN: DETERMINANTES SOCIALES DEL GUSTO Y DISPUTAS SIMBÓLICAS EN LOS TIEMPOS CONTEMPORÁNEOS

DOSIER: MÁS ALLÁ DE LA DISTINCIÓN: DETERMINANTES SOCIALES DEL GUSTO Y DISPUTAS SIMBÓLICAS EN LOS TIEMPOS CONTEMPORÁNEOS

Presentación. Más allá de la distinción? Desafíos del enfoque bourdieusiano de la formación social del gusto 19
Maria Celeste Mira y Edison Ricardo Bertoncelo

Condicionantes sociales y trayectorias singular: habitus como clave analítica en procedimientos de constitución de enlaces de pertenencia y fronteras simbólicas 45
Ana Lúcia de Castro

Actualizaciones de la “buena voluntad cultural”: internacionalización y diversidad en la enseñanza superior brasileña 65
Miqueli Michetti

Patrimonio inmobiliario convertido en patrimonio cultural: la casa como espacio de transmisión del gusto erudito en las familias de las élites culturales de São Paulo..... 89
Camila Gui Rosatti

El gusto y el olor: prácticas de consumo y diferencias regionales en Brasil..... 113
Salette Nery

Vidas bajo el signo del encanto: ethos estético en los oficios artísticos del arte del Carnaval carioca..... 135
Edson Silva Farias

ARTÍCULOS

Políticas culturales y jerarquías simbólicas en el campo del teatro paulistano: las luchas por la ley de fomento 159
Simone do Prado Romeo

La teoría de las clases de Bourdieu 181
Dylan Riley

VARIA

Ciencias sociales: entre el sistema de evaluación y la relevancia 213
Michel Nicolau Netto

Fútbol: entre el ocio y el control 233
Agnaldo Kupper

Perspectivas actuales para la investigación en educación patrimonial... 251
Rodrigo Manoel Dias da Silva

El pensamiento conservador y las manifestaciones de odio en la escena política brasileña 267
Vanderlei de Castro Ezequiel, Deysi Ciocari y Cláudio Novaes Pinto Coelho

ENSAYOS

Las ciencias humanas como pragmática de las culturas: Entre arte, platos y paradojas..... 289
Carlos A. Gadea

Movimientos sociales y confrontación política: apuntes sobre el pensamiento de Sidney Tarrow 305
Diego Matheus Oliveira de Menezes

RESEÑA

Una génesis política del consumidor por Louis Pinto..... 323
Mariana Barreto

ENTREVISTA

Vida cotidiana, género, distinción - entrevista con Elizabeth Silva 331
Michel Nicolau Netto (entrevistador)

Dossiê:

**Para além da distinção:
condicionantes sociais do
gosto e disputas simbólicas
na contemporaneidade**

APRESENTAÇÃO. PARA ALÉM DA DISTINÇÃO? DESAFIOS À ABORDAGEM BOURDIEUSIANA DA FORMAÇÃO SOCIAL DO GOSTO

*Maria Celeste MIRA**
*Edison Ricardo BERTONCELO***

Gosto não se discute?

Por que gostamos do que gostamos? Por que rejeitamos o que rejeitamos? As respostas a tais questões são reveladoras da tensão entre concepções opostas sobre a formação do gosto, ora entendido “como um engajamento criativo, espontâneo com um objeto cultural”, ora visto como “algo cujo resultado é pré-determinado” (STEWART, 2013, p.3) Esse elemento tensionador estrutura os debates nas Ciências Sociais que, contrariando a noção de senso comum segundo a qual gosto não se discute, têm buscado tematizar os condicionantes sociais do gosto e seu lugar nos processos de produção de desigualdades, na construção de fronteiras sociais e simbólicas e na formação de grupos. Uma rápida passada pelos debates sociológicos travados recentemente sobre o tema indica haver uma profunda discordância entre as abordagens quanto à crescente individualização ou, ao contrário, à persistente diferenciação e estratificação dos gostos e estilos de vida.

Por um lado, para Vandenberghe (2014), a **tese da individualização** proposta por Beck e Giddens (2002) sugere que:

[...] sob as condições da alta modernidade, os indivíduos... cada vez mais estão livres... não só dos constrangimentos culturais, tais como a religião, a tradição, a moralidade convencional, a incondicional crença na validade da ciência; como também dos constrangimentos estruturais, tais como classe, *status*, nação, gênero e família nuclear. (VANDENBERGHE, 2014, p.296).

* PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP. Departamento de Antropologia. São Paulo – SP – Brasil. 05014-001 - celestemira@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1073-3297>.

** USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-010 - edison.bertoncelo@usp.br. <https://orcid.org/0000-0002-6771-0563>.

Em função da elevação das condições gerais de vida, da intensificação dos fluxos de mobilidade geográfica e da crescente disponibilidade de formas alternativas de identidade, preocupações de *status* e identidades de classe dariam lugar a um novo regime de construção do eu baseado na reflexividade, em que os indivíduos seriam crescentemente responsáveis pela construção de trajetórias de vida em termos de uma biografia do eu. Como resultado de que, sob tais condições, “não temos escolha senão escolher”, gostos e estilos de vida (entendidos como “conjuntos mais ou menos integrados de práticas que um indivíduo abraça”) dariam forma material a uma “narrativa particular da autoidentidade”. (GIDDENS, 2002, p.79)

Em outra vertente da **tese da individualização**, Bernard Lahire (2016) argumenta que os indivíduos são portadores de um conjunto heterogêneo de disposições e de competências diferencialmente ativadas em diversos contextos de ação. Por isso, em lugar de estilos de vida internamente coerentes que supostamente caracterizam grupos de indivíduos (ex. classes sociais), teríamos perfis culturais **dissonantes**, produtos da aplicação de princípios de escolha distintos conforme o domínio e o contexto considerados. Conforme o autor:

[...] as variações intraindividuais de comportamento cultural são o produto da interação entre a pluralidade de disposições e competências culturais incorporadas (assumindo a pluralidade de experiências de socialização em questões culturais), de um lado, e, de outro, a diversidade de contextos culturais... em que os indivíduos têm que fazer ‘escolhas’[...]. (LAHIRE, 2016, p.110).

Lahire (2003) propõe uma sociologia ao nível individual que visa a investigar o social em sua forma individualizada. Dessa perspectiva, cada indivíduo é visto como o portador de uma pluralidade de disposições e competências, agindo em uma pluralidade de contextos. As práticas são entendidas como o produto de um mecanismo que liga e desliga, ativa e inibe tais disposições e competências de acordo com o contexto (por exemplo, onde, quando e com quem se está). Portanto, embora não desconsidere a existência de variações entre grupos de indivíduos no que se refere a gostos e práticas culturais, as variações **intraindividuais** seriam sociologicamente mais pertinentes por revelarem essa heterogeneidade de disposições e a pluralidade de contextos em que são ativadas.

Por outro lado, estudos evidenciam que gostos, práticas culturais e estilos de vida são socialmente estratificados e diferenciados, revelando, portanto, padrões que dificilmente podem ser explicados adequadamente pelas **teses da individualização**. Na conclusão a uma coletânea de estudos voltados para a investigação comparada da “estratificação social do consumo cultural”, Tak Wing Chan – que escreveu um conjunto de artigos com John Goldthorpe reafirmando a importância de se preservar a distinção analítica weberiana entre classe e *status* na investigação empírica da

distribuição de chances de vida (CHAN; GOLDTHORPE, 2004, 2007) – argumenta que o “consumo cultural nas sociedades contemporâneas permanece estruturado e estratificado socialmente” e, portanto, não “perdeu seus suportes na estrutura social” (CHAN, 2010, p.233-234, [tradução nossa]).

Partindo de uma abordagem distinta, o estudo de Bennett *et al.* (2009) demonstrou de forma similar que a padronização das práticas culturais (em termos de gosto, participação e conhecimento) está relacionada com fatores tão diversos como escolaridade, renda, posição de classe, idade e gênero.¹ Por sua vez, em relação ao argumento de Lahire (2003) quanto às variações **intraindividuais**, Jarness (2015) sugere que a ênfase na dissonância dos perfis culturais tende a esconder a coerência e homogeneidade das disposições, na medida em que diferentes bens e práticas (em termos de forma e conteúdo) podem ser apropriados de uma maneira similar. Ou seja, heterogeneidade ao nível do *opus operatum* e homogeneidade ao nível do *modus operandi*.

O legado clássico e seus desdobramentos contemporâneos

Os debates sobre os padrões na distribuição social dos gostos e práticas culturais chamam atenção para a relação entre estratificação social, cultura e poder, o que está longe de ser uma novidade nas Ciências Sociais. Um conjunto de autores dos primeiros tempos da Sociologia se deram conta desta problemática. Um de seus pilares, Max Weber (1991 [1922]), ao estabelecer a diferença entre classe, partido e estamento ou *status* (*stände* em alemão), percebe que, neste último caso, a superioridade social se manifesta por meio de um conjunto de privilégios, da honorabilidade, de um modo de vida peculiar independentemente do poder econômico (classe) ou político (partido). Os estilos de vida, de acordo com o autor, sempre teriam origem em estamentos, estando relacionados, portanto, não a classes, mas a grupos de *status*.

Werner Sombart (2009), contemporâneo e interlocutor de Weber, procurou entender o papel do comércio de bens de luxo na constituição da sociedade capitalista. Como observou Glauca Villas Bôas (2001), para o autor, a secularização do amor e as decorrentes mudanças na relação entre os sexos (não no casamento, mas fora dele), no papel da mulher, em particular, da cortesã e do comportamento nas sociedades de corte, constituíram fatores essenciais ao impulso inicial da nova sociedade:

¹ Para um argumento similar em referência à distribuição das práticas culturais e preferências musicais na sociedade brasileira, ver Bertonecelo, 2019.

Para Sombart decididamente não é o afã aquisitivo que gera manufaturas, mas o consumo de um bem, a ser utilizado talvez por poucas horas, para suprir um capricho e prazer passageiro. Este consumo, sim, leva à proliferação das fábricas em torno das cortes das cidades, a começar pela importante indústria da seda, o melhor exemplo de uma manufatura que servia ao luxo. Se o ascetismo, a retenção, o ganhar mais e ser mais rentável tornam-se uma virtude para o burguês protestante, em Sombart, em visível contraste com Weber, é na futilidade, na *vain ostentation*, no supérfluo, que se encontra o valor que engendra o grande crescimento da ordem capitalista. (VILLAS BÔAS, 2001, p.191).

Outro autor que merece ser notado é Georg Simmel (1977[1900]) que, na mesma época, se dedicou a temas como o amor, a aventura, a cultura feminina, entre outros convencionalmente relacionados à esfera da cultura. Em sua obra mais importante, *Filosofia do dinheiro*, percebe, pelas transformações da cidade de Berlim, que o mundo moderno trazia consigo um novo estilo de vida marcado pela economia monetária, a velocidade, a despersonalização das relações entre os indivíduos, entre outras. Ao analisar o tema da moda, Simmel (1977) a considera produto da divisão em classes. Para o autor, a moda atende à dupla necessidade do indivíduo de diferenciar-se, expressar sua personalidade e, ao mesmo tempo, identificar-se com determinado grupo social. Em relação à estratificação social, o autor pensou o ciclo da moda como decorrente da imitação das classes superiores pelas classes inferiores, resultando na mudança de orientação das primeiras para outras expressões de *status*, novas imitações e assim sucessivamente.

Pode-se acrescentar a essa lista de autores, o economista estadunidense Thorstein Veblen (1985 [1899]), que se notabilizou mais recentemente quando os estudos sobre consumo resgataram de *A teoria das classes ociosas* sua noção de consumo conspícuo, entendido no sentido de ostentatório, aplicável a todas as classes sociais que não exercem trabalho produtivo, embora sua crítica se dirigisse às emergentes classes de lazer americanas do começo do século XX. Esta perspectiva, por sua vez, é criticada por Norbert Elias (1995; 1990), para quem Veblen (1985) não compreendeu o sistema de despesas das classes honoríficas. Lembrando ser a extensa obra desse teórico alemão rica em articulações entre a cultura e diferentes grupos sociais, basta ressaltar duas de suas obras mais notáveis: *O processo civilizador*: uma história dos costumes e *A Sociedade de corte*. Dentre outras coisas, elas revelam, por meio de estudo minucioso sobre a formação e o estilo de vida da nobreza de corte, a importância da dimensão cultural e simbólica da estratificação social, bem como da conquista e manutenção do poder.

No entanto, as reflexões desse conjunto de autores, exceto Max Weber, demoraram a ser incorporadas aos debates das Ciências. Apontando no sentido contrário de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber (1991), a

obra mais importante de Werner Sombart (2009), *Lujo y Capitalismo* publicada em 1913, permaneceu por muitas décadas à sua sombra. Mesmo no caso de Weber, é de se notar que seus conceitos de *status* e estilo de vida não foram os mais destacados na leitura de sua obra. Hoje bastante celebrado, Georg Simmel (1977), transitando por temas inusitados para a época, pelos campos da Sociologia, da Psicologia e da Filosofia, teve dificuldade, inclusive, para se incorporar às instituições acadêmicas de seu tempo. Como seus antecessores, Norbert Elias (1995, 1990) também teve reconhecimento tardio. Publicado pela primeira vez em 1939, *O processo civilizador* passou despercebido, tendo chamado atenção somente trinta anos mais tarde, em 1969, quando foi republicado no mesmo ano de *A sociedade de corte*. Isto se deve ao fato de que, no período em que escreveram, do final do século XIX até a metade do século XX, os objetos privilegiados pelo debate sociológico eram o trabalho e não o ócio, a produção e não o consumo, a economia e não a cultura.

Essa perspectiva muda substancialmente com a aparição da obra de Pierre Bourdieu (2008 [1979]). Munido de robusta pesquisa empírica e poderoso arsenal analítico, o sociólogo francês colocou a dimensão cultural no centro dos debates sobre desigualdades de classe. Sua obra *A Distinção: crítica social do julgamento* tornou-se a principal referência nos debates recentes sobre os condicionantes do gosto e a construção de fronteiras sociais e simbólicas. Um de seus grandes méritos foi vincular a dimensão da cultura, enquanto fonte de poder, e a dinâmica de reprodução das classes sociais, fazendo delas um tópico incontornável do debate acadêmico. Pode-se agregar-lhe outros tópicos, questioná-lo, ultrapassá-lo, mas não se pode desconhecê-lo, nem quando se discute o tema da cultura, nem quando o problema é a formação de grupos sociais.

A abordagem construída por Pierre Bourdieu (2008) fornece um aparato analítico-conceitual que nos permite apreender a **dimensão simbólica** da relação entre cultura e classes sociais. Tal aparato inclui os conceitos de espaço social, *habitus*, capital e estilos de vida. O espaço social é, simultaneamente, uma estrutura de relações objetivas que está na origem dos esquemas de percepção, classificação e ação (*habitus*) que orientam a prática, e um conjunto de lugares estratégicos a partir dos quais os agentes lutam pela apropriação e valorização dos capitais (econômico, cultural, social e simbólico) e pela imposição de princípios de classificação e de divisão do mundo social (SALLUM; BERTONCELO, 2017).

O cerne do argumento bourdieusiano reside na noção de **homologias** ou de **correspondências estruturais** entre “dois conjuntos de *relações*, o *espaço dos estilos de vida* e o *espaço das posições sociais* ocupadas pelos diferentes grupos” (WACQUANT, 2005, p.155 *apud* LIZARDO; SKILES, 2016), que resulta da dupla capacidade do *habitus* de produzir práticas e juízos sobre as práticas. Desse ponto de vista, estilos de vida, conjuntos “de práticas e de consumos que tendem a ser adotados pelo mesmo indivíduo ou grupo” (DUVAL, 2017), são vistos como

retraduções simbólicas – na lógica dos diferentes campos – de diferenças objetivas (BOURDIEU, 2008). Conseqüentemente, as diferentes classes e suas frações se distinguiriam umas das outras tanto no plano material quanto no plano simbólico, quer dizer, em termos do montante, da composição e da modalidade de apropriação de diferentes tipos de capitais, e de estilos de vida internamente coerentes (e relacionalmente referidos), produtos da transponibilidade do *habitus*.

Desse ponto de vista, o gosto – como a “propensão e aptidão para a apropriação (material e/ou simbólica) de uma classe determinada de objetos ou de práticas classificadas e classificantes” e, portanto, “a fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida” (BOURDIEU, 2008, p.165) – é um marcador privilegiado de classe e um princípio da estratificação social, ainda que, aos olhos de seus portadores, possa ser a (mera) materialização de reivindicações identitárias.²

Vê-se, portanto, que o espaço simbólico não é um reflexo da luta de classes. Ao invés, é o lugar onde as lutas de classe são travadas. Como explica Bourdieu (2008), as lutas entre as classes e suas frações são disputas pelo estabelecimento dos princípios de hierarquização dos estilos de vida.

Formação de grupos, capital cultural e distinção

Um dos principais legados da obra de Bourdieu é a concepção de cultura como um **capital**, suscetível de ser acumulado, transmitido e convertido em outros capitais, sendo, por isso, um recurso nas lutas em torno da (re)produção de fronteiras sociais e simbólicas (LAMONT; MOLNAR, 2002). Originalmente empregado por Bourdieu (1982b) e colaboradores em suas pesquisas sobre educação para explicar as taxas diferenciais de sucesso escolar entre as crianças de origens sociais privilegiadas (em função da transmissão familiar das disposições e competências que facilitavam o entendimento da linguagem pedagógica, a satisfação das exigências de avaliação e a apropriação dos conteúdos escolares), o conceito de **capital cultural** passou a ser empregado posteriormente tanto como um **princípio autônomo de diferenciação social** ao lado do capital econômico (multidimensionalidade do espaço social) quanto como **disposições para a apropriação** (entendida como) **legítima** dos bens e práticas mais legítimos (ou seja, daquilo que é visto como digno de ser apropriado).

² Como já tivemos oportunidades de ressaltar, “a ênfase na reflexividade na ‘modernidade tardia’ poderia expressar as orientações de grupos sociais específicos (daqueles que, de fato, possuem as disposições e os recursos necessários para fazer das ‘trajetórias de vida’ a materialização de projetos do eu reflexivamente construídos), e não uma condição geral de um ‘novo’ período histórico.” (BERTONCELO, 2013, p.186). Para uma discussão mais ampla, conferir Savage, 2000; Skeggs, 2004.

Nas últimas décadas, houve um enorme avanço na pesquisa comparada sobre a formação do capital cultural e processos de distinção (PRIEUR; SAVAGE, 2011, 2013). Os resultados são controversos.

De um lado, alguns estudos sublinham a pouca relevância das hierarquias culturais nos processos de distinção fora do contexto francês (HALLE, 1991; LAMONT; MOLNAR, 1992). Outros sustentam que, no bojo de mudanças histórico-sociais relacionadas com a ampliação da oferta de bens culturais e a maior tolerância das elites com valores e normas culturais distintos, emergiriam novos repertórios de práticas e gostos culturais, “marcados tanto pela maior amplitude de gostos e participação quanto pela disposição em transgredir fronteiras previamente bem delimitadas entre gêneros e bens culturalmente hierarquizados”. (KARADEMIR; WARDE, 2016, p.77). Ganhava corpo, assim, a **tese do onivorismo cultural**, que, ao menos em sua versão mais radical, sugere a crescente erosão das hierarquias culturais ou simbólicas e entende que o gosto cultural teria pouca relevância para a delimitação de fronteiras simbólicas (PETERON, 2005; PETERSON; SIMKUS, 1992). A partir da análise de dados sobre gostos musicais com base em dois *surveys* conduzidos em 1983 e 1992, Richard Peterson (2005) observou uma tendência ao aumento de repertórios musicais que incluíam preferências pela música clássica ou pela ópera ao lado de preferências por gêneros musicais menos consagrados, como o *rock*. Tais repertórios, constituídos por preferências que cruzavam fronteiras culturais estabelecidas, encontrariam nos grupos mais escolarizados seus portadores privilegiados e marcariam uma mudança significativa em relação ao suposto esnobismo materializado na estética kantiana do desinteresse, subjacente ao gosto burguês e sua rejeição pelo gosto popular (PETERSON; KERN, 1996).

De outro lado, diversos estudos sublinham a necessidade de se fazer uma utilização **relacional e histórica** do conceito de capital cultural, que considere as disputas entre os agentes nos diferentes **campos sociais** sobre o que é digno de ser apropriado, transmitido e monopolizado, e que pode produzir ganhos para aqueles que o controlam (LAREAU; WEININGER, 2003). O uso desta perspectiva relacional nos leva a explorar os tipos de práticas culturais que são reconhecidas e consagradas em determinado momento, por quais grupos e indivíduos, e as consequências disso (ex. dominação simbólica) para aqueles que não controlam os instrumentos de apropriação desses bens ou práticas consideradas dignas de apropriação/monopolização (PRIEUR; SAVAGE, 2011).

Há tempos, Holt (1998) nos alertou para os riscos de uma leitura substancialista da abordagem bourdieusiana. Na Sociologia norte-americana, por exemplo, tal leitura se materializava num enfoque que indagava:

[...] se a articulação particular do capital cultural na sociedade parisiense de 1960, objetivada primariamente nas artes legítimas e incorporada na apreciação estética

formal, vale para os Estados Unidos contemporaneamente [...]. A falha nesse argumento é que as artes constituem apenas uma pequena fração do universo dos campos de consumo que podem ser alavancados para a reprodução social. Ao enfocarem exclusivamente o campo artístico, esses estudos subestimam as atividades para as quais as elites culturais norte-americanas dedicam a maior parte de suas energias fora do trabalho, como alimentação, decoração de interiores, férias, moda, esportes, leitura, *hobbies* e eventos sociais. (HOLT, 1998, p.6 [tradução nossa]).

Ou seja, a observação da ausência de uma relação significativa entre gostos e práticas ligados à alta cultura ou à cultura tradicional, de um lado, e o pertencimento às classes superiores, de outro, teria levado alguns autores a sentenciar a inadequação do aparato analítico bourdieusiano para apreender as dinâmicas culturais nas sociedades contemporâneas e seu papel na diferenciação social e na produção de desigualdades (CHAN, 2010).

Embora o debate sobre a emergência do onívoro cultural tenha chamado atenção para um fato amplamente documentado, relacionado com o declínio da cultura tradicional, sobretudo entre os mais jovens, há diversos problemas na **tese do onivorismo**, especialmente no que se refere às tendências de se definir *a priori* os conteúdos da alta, média e baixa culturas. Isso tende a fixar o conteúdo do capital cultural, e a ignorar a distinção entre *modus operandi* e *opus operatum* e, portanto, “o ponto metodológico de que os gostos culturais e seus significados simbólicos não podem ser lidos diretamente dos bens culturais para os quais as pessoas relatam preferências” (JARNESS, 2015, p.). Em outras palavras, desconsidera-se a **modalidade da prática**, de que os mesmos bens e práticas são percebidos e apropriados diferentemente e, portanto, que as pessoas podem gostar das mesmas coisas de modos totalmente diferentes, o que implica que gostar das mesmas coisas não significa ter os mesmos gostos (JARNESS, 2015). Nas sociedades contemporâneas, caracterizadas pela ampliação da esfera de produção, difusão e de consumo de bens simbólicos e das oportunidades de escolhas estéticas, os processos de distinção dependem cada vez mais de **como** os bens são apreciados e apropriados do que propriamente **do que** é apreciado e apropriado (HOLT, 1998; PRIEUR; SAVAGE, 2013), com exceção, talvez, das elites ou das classes altas, capazes de sustentar estilos de vida marcados pela **exclusividade** dos bens e práticas que o compõem, em função das raríssimas condições sociais de produção dos gostos e disposições subjacentes, caracterizadas pela transmissão e acumulação de elevados volumes de capital econômico, cultural, social e simbólico (PULICI, 2011, 2014; ROSATTI, neste volume).

Muitos esforços têm sido feitos na tentativa de operacionalizar essa leitura relacional e histórica da formação do capital cultural e dos processos de distinção.

Uma abordagem metodológica bastante comum consiste no uso combinado de técnicas qualitativas e quantitativas (grupos focais, entrevistas, *surveys*) em conjunção com um método (sobretudo a Análise de Correspondências Múltiplas) que possibilite reconstruir indutivamente os padrões de distribuição das práticas culturais (gostos, conhecimento, participação) dos agentes em diferentes domínios da vida social (música, artes, alimentação, esportes etc.). Nesse caso, parte-se da reconstrução do espaço dos estilos de vida (na maior parte dos estudos, são empregados predominantemente indicadores de consumo cultural) para, então, observar-se como as oposições simbólicas se correlacionam com propriedades dos agentes sociais (indicadores de capital econômico e cultural, ocupação, sexo, idade etc.) (BENNETT *et al.* 2009). Por vezes, é feito o movimento oposto, partindo-se da reconstrução do espaço social (em suas dimensões relacionadas com o volume, composição e trajetórias dos capitais) para, então, observar-se como se distribuem as práticas culturais ou, mais amplamente, os usos do tempo livre no espaço assim construído (PEREIRA, 2005).³

A comparação dos resultados desses estudos permite afirmar que o conteúdo do capital cultural é, como esperado, **variável**, embora o conceito permita apreender a produção e transmissão de vantagens e de monopolização de oportunidades sociais com base na posse de cultura. Há evidências do declínio da cultura tradicional ou clássica nos países em que o manejo dos instrumentos necessários à sua apreciação e apropriação gozava de elevado reconhecimento e legitimidade, declínio esse impulsionado por dinâmicas geracionais (ROOSE, 2015; SAVAGE *et al.*, 2013; GRIPSRUD; HOVDEN; MOE, 2011; BENNETT *et al.*, 2009)⁴, por mudanças nas relações de força entre frações de classe (com peso crescente do capital econômico) (DUVAL, 2015), por transformações nas instâncias de consagração e de legitimação (ver adiante), entre outros. Ao mesmo tempo, tais estudos sublinham a provável formação de um **capital cultural emergente** e de **novas formas de distinção**, com base em evidências relacionadas com a construção de repertórios de práticas e gostos culturais marcados pelo ecletismo e pelo manejo informado das classificações culturais (BENNETT *et al.*, 2009), por modos irônicos e distanciados de apropriação (em oposição, conforme se diz, à estética kantiana do desinteresse) (HANQUINET; ROOSE; SAVAGE, 2014) e por uma orientação cosmopolita (em oposição ao localismo) capaz de deslocar o agente, no que se refere aos condicionantes das práticas e dos gostos, para fora dos enquadramentos nacionais (PRIEUR; SAVAGE, 2013)

³ Ver o conjunto de estudos publicados em *The Routledge Companion to Bourdieu's Distinction* por Coulangeon; Duval (2015).

⁴ Reeves (2016) discute as dificuldades para se diferenciar os efeitos de idade, período e coorte na investigação das mudanças das práticas culturais.

A discussão sobre as novas formas de distinção e do capital cultural emergente faz ressurgir a tese do **onivorismo cultural**, mas sob outra ótica, “como um exemplo de uma disposição estética que se adapta às novas regras do jogo no campo cultural” (STEWART, 2013, p.93). As hierarquias de gosto mudaram, é verdade, mas não desapareceram. É o que se pode depreender dos argumentos de Bennett *et al.* (2009, p.177-178, grifos nossos) referindo-se à recente formação das classes médias britânicas: as “classes médias educadas buscam posicionar-se através da demonstração de competência em manejar uma diversidade de produtos culturais em um contexto em que **conhecimento, informação e mídia proliferam**” ao invés de buscarem diferenciar-se das classes manuais pelo “controle de um cânone cultural fixo”. Por isso, em suas conclusões, os autores do estudo argumentam que a formação das fronteiras de classe depende menos da “seleção do conteúdo cultural do que da orientação em relação ao consumo cultural.” Isso significa que a “expressão dominante do capital cultural” reside na “adoção de uma orientação onívora”, cujo princípio da **abertura à diversidade** possibilita a apropriação seletiva de “formas culturais emergentes e contemporâneas” (BENNETT *et al*, 2009, p.254).

Assim entendido, o **onivorismo cultural** não nos parece incompatível com a hipótese das homologias:

[...] essa ‘capacidade tolerante’ para transpor a disposição estética para domínios e bens ‘vulgares’ ou, pelo menos, para longe das práticas simbolicamente consagradas[...] é, na verdade, o que está na base da chamada ‘abertura à diversidade’, princípio subjacente ao onivorismo cultural. (BERTONCELO, 2019, p.).

Ainda assim, a discussão em torno da emergência do onívoro cultural indica a centralidade da dimensão simbólica das lutas de classe. Como argumentou Bourdieu (2008, p.40), “a capacidade para constituir esteticamente objetos quaisquer ou, até mesmo, ‘vulgares’ (por terem sido apropriados, esteticamente ou não, pelo ‘vulgar’) ou aplicar os princípios de uma estética ‘pura’ nas escolhas mais comuns da existência comum” constituía um dos trunfos culturais mais importantes da fração de classe intelectualizada nas disputas pela imposição dos modos legítimos de viver na sociedade francesa por ele investigada.

Por isso, gostos, práticas, conhecimentos e disposições que operam como capital cultural são o produto dessas disputas entre as diferentes classes e suas frações. Consequentemente, mudanças no conteúdo do capital cultural estariam intimamente imbricadas a transformações nesse balanço de poder. Em um artigo recente, Delphine Serre e Anne-Catherine Wagner (2015) argumentam que as mudanças no espaço social francês contemporâneo no bojo do prolongamento da escolarização, da diversificação da oferta cultural e da crescente internacionalização

de ideias e elites alteraram as condições de acesso ao capital cultural e, portanto, seu papel na produção de desigualdades e na formação de fronteiras sociais. Embora a reprodução da classe dominante dependa crescentemente do capital cultural institucionalizado, com maior valor para as credenciais educacionais obtidas nas grandes escolas superiores voltadas à formação para o mundo gerencial e financeiro, sua aquisição continua sendo tributária da incorporação de certas competências e disposições na família e na escola (conhecimento de outras línguas, experiências no exterior, familiaridade com outras culturas), cujas condições de produção estão ligadas à acumulação de capital econômico.⁵

Mundialização da cultura, tecnologias de informação e comunicação e os desafios ao sistema teórico de Bourdieu

Os estudos da seção anterior procuram compreender uma série de transformações recentes que alteraram substancialmente o cenário cultural a partir do qual Bourdieu (2008) escreveu *A Distinção*. Como vimos, porém, grande parte das questões já colocadas e a principal conclusão a que se chegou – a de que não importa apenas o quê, mas também como se consome determinado bem simbólico – é algo que pode ser compreendido a partir da própria teoria bourdieusiana. Dizia o autor que nada diferenciava mais as classes e frações de classe do que a aptidão para consumir de forma legítima as obras legítimas. Em vários momentos de sua obra, o autor frisa a importância de como se dá a apropriação relacionando o maior grau de legitimidade ao volume de capital cultural do agente, especialmente, na sua forma incorporada, resultado da antiguidade de pertencimento familiar à classe dominante, um valor essencialmente nobre adotado pela burguesia ascendente. Mais ainda, Bourdieu (2008) mostra como justamente aos mais dotados de capital cultural é reservada a possibilidade de fazer as escolhas mais ousadas e, portanto, mais arriscadas.

Esse tipo de prática cultural marcada pelo que Bourdieu (2008) denominou de disposição estética, ou seja, o interesse desinteressado pela arte e pela alta cultura em geral, era sinônimo de bom gosto na sociedade francesa dos anos 1960/70. A sistemática bourdieusiana que situa o gosto de classe como definidor das práticas culturais e dos estilos de vida pressupõe, portanto, a existência de um determinado

⁵ De forma similar, Duval (2015) argumenta que a mudança no equilíbrio entre os mercados ampliados e os mercados de distribuição restrita (no campo do cinema), em detrimento destes últimos, decorreu em parte de alterações das relações de poder entre as frações dominadas (intelectuais) e dominantes (burguesas) da classe dominante, em benefício destas últimas. “Hoje essas [frações de] classes têm menor necessidade do gosto intelectual do que nas décadas do pós-guerra simplesmente porque não há desafios relevantes a sua dominação econômica.” (DUVAL, 2015, p.106).

gosto legítimo. Formado historicamente nas sociedades de corte europeias e assimilado pela alta burguesia ou burguesia de tradição, na expressão do autor, trata-se de um conjunto restrito e requintado de modos de ser e de se comportar, em particular, de formas de percepção do campo da arte em vias de autonomização. A formação do gosto legítimo ocorre *pari passu* ao enobrecimento das Belas Artes. Autores como Williams (1969) e o próprio Bourdieu (1982a) explicam a dinâmica histórica que levou à constituição da ideia de arte como realidade superior, do artista como gênio criador, em suma, do campo da arte como campo da forma e do estilo, como lugar de expressão da subjetividade do artista, alheio a qualquer interesse. O processo se inicia no Renascimento, percorre todo o período moderno, durante o qual, embora a serviço das cortes, o artista se liberta das corporações de ofício, deixando de ser artesão – a pintura, por exemplo, deixa de ser considerada trabalho manual –, passando a exercer atividade e ser ele mesmo honorável. Com a posterior autonomização do campo, a arte já constituía em torno de si a aura de que precisava para sobreviver no mundo burguês. (WARNKE, 2001).

A ideia da arte pela arte, ou seja, a afirmação do campo da arte como lugar de atividade desinteressada e superior a todas as outras esferas ligadas às necessidades da vida, na visão de Bourdieu (1982a), representava a tentativa dos artistas, recém-emancipados do jugo de seus mecenas, de criar uma espécie de fronteira distintiva em relação ao nascente mercado de bens culturais que os submeteria ao julgamento de um público amplo e desconhecido. A dominância dessa concepção de arte e do correspondente gosto legítimo tem sido sustentada, desde o início do século XIX, de acordo com o autor, pela manutenção de uma esfera restrita da arte separada da esfera ampliada do mercado de bens simbólicos, ou seja, da indústria cultural. No entanto, sua permanência depende, pelo menos, de dois fatores: da manutenção da concepção do campo da arte como realidade superior; e da contínua interiorização de sua equivalência ao gosto legítimo ou bom gosto no seio das classes médias e populares.

Pode-se dizer que a fronteira entre arte e mercadoria se manteve incólume até os anos 60 do século XX. Funcionava, então, na expressão de Andreas Huyssen (1997), uma espécie de grande divisor: de um lado, a vanguarda, de outro, o *kitsch*. A *pop art* anuncia o fim dessa era – que se consolidará com o pós-modernismo –, consagrando artistas e repertórios oriundos da cultura de massas na esfera culta e restrita das galerias de Nova York que, naquele momento, já havia roubado de Paris o título de principal polo e mercado de arte do mundo. Depois da *pop art*, não há mais movimentos artísticos. Ela é a última vanguarda. De acordo com Huyssen (1997) ocorre, então, uma dispersão das práticas artísticas e culturais. Cada vez mais, os artistas transitam entre os mercados eruditos e de massa. Isto não quer dizer que a experiência artística tenha se democratizado, quer dizer apenas que a contraposição entre arte e mercadoria ou arte e técnica não é mais possível. Abre-se,

assim, uma fenda no campo da arte que dificulta a fixação do gosto legítimo na esfera erudita, deslocando-o, possivelmente, para outros que também impliquem raridade.

Os avanços da indústria do entretenimento, tanto em termos econômicos quanto estéticos, permitem a criação de suas próprias instâncias de consagração e legitimação, elegendo novos modelos a serem imitados: as celebridades. A arte *pop* é apenas um aspecto da cultura *pop*. A cultura *pop* é jovem, popular e internacional. Ela é parte dos movimentos identitários dos anos 1960/70, o estudantil, o negro, o feminista, o *gay* etc. Ela inaugura no plano internacional um novo popular, o popular de massa, midiático, de mercado, do espetáculo, do entretenimento. A cultura *pop*, enfim, é global. De forma desigual entre os Estados-Nação, a cultura *pop* faz explodir o mercado global de cultura, tanto em virtude das tecnologias de comunicação que aproximam cada vez mais produtores e consumidores, quanto pela crescente diversificação das ofertas e dos usos gerados pela hiper-segmentação das reivindicações de reconhecimento identitário.

A partir dos anos 1960, o cenário cultural começa a se orientar em direção à globalização ou mundialização da cultura (ORTIZ, 1994). Este processo desloca a constituição das referências identitárias individuais e coletivas, portanto, das práticas sociais e culturais, do plano nacional para o global. A nação não deixa de ser referência importante para a construção das identidades individuais e coletivas. No entanto, não é mais a única, nem tão importante como foi na modernidade europeia clássica. Na situação de mundialização, suas fronteiras são ultrapassadas com certa facilidade por meio de tecnologias de comunicação e transporte cada vez mais avançadas. Isto não significa necessariamente americanização ou homogeneização cultural. Embora os Estados Unidos tenham tido a maior fatia do mercado global no século XX, a mundialização da cultura pode ser mais bem compreendida como um processo de expansão da modernidade capitalista, ou seja, como um novo padrão (*pattern*) de cultura, caracterizado, sobretudo, pela mobilidade e pela aceleração do tempo. (HARVEY, 1993; ORTIZ, 1994).

Por sua vez, o mercado global se realiza por meio da segmentação, aproximando e distanciando indivíduos para além das fronteiras nacionais. Os bens e as mercadorias, as imagens e os imaginários circulam pelo mundo visando os públicos e consumidores de determinados segmentos. De um lado, essa dinâmica dispersa ainda mais os gostos e as práticas culturais, uma vez que a mundialização ocorre também por interação com os diferentes locais. De outro, ela aproxima indivíduos que, apesar da distância geográfica, têm o mesmo estilo de vida. O que os aproxima ou diferencia são padrões socioeconômicos, identidade de gênero, etnicidade, faixa etária ou fases da vida adulta, como casamento, criação dos filhos etc. Isto tende a formar segmentos de consumidores mundializados, embora não signifique necessariamente que tenham sido criados artificialmente pelo mercado. Historicamente, nos

séculos XIX e XX, observa-se uma circularidade entre movimentos socioculturais e segmentos de mercado (MIRA, 2001).

A reorganização da vida social em uma situação de mundialização da cultura coloca uma problemática ainda mais complexa. Bourdieu (1982a, 1982b, 2008) concebe a relação entre gostos de classe e estilos de vida a partir de um contexto nacional. Não é por acaso que, em sua teoria, a instituição escolar ocupe um papel central. Como veremos, o Estado-Nação e a instituição escolar são mutuamente dependentes. Por este motivo, o segundo alicerce para a manutenção do gosto legítimo atrelado à esfera restrita da arte e da cultura ilustrada relaciona-se ao sistema escolar. Louis Althusser já chamara atenção para seu aspecto “ideológico” e Michel Foucault para o seu caráter disciplinar. Para Bourdieu (1982b), a escola é responsável por algo ainda mais crucial: a integração lógica da sociedade moderna.

Para aprofundar esta problemática, é preciso retomarmos dois pontos fundamentais do pensamento bourdieusiano. O primeiro é que, para o autor, todo o processo de socialização do agente é profundamente marcado pela sua experiência de classe ou fração de classe, bem como pelo tipo de trajetória, ascendente ou descendente, que ela descreve no momento histórico considerado. O segundo ponto é que todas as categorias a partir das quais os atores sociais apreendem e classificam o mundo são totalmente arbitrarias. Os linguistas diriam que, como os fonemas, elas só existem na diferença: o bom é diferente do mau, o bonito do feio e assim por diante. Nesse sentido, a interiorização das categorias de percepção é mais importante do que o conteúdo com o qual serão preenchidas. As categorias de percepção e classificação que são introjetadas pelo agente, por meio da transmissão da família e da escola não representam o seu mundo. Na verdade, elas o constituem, são a base de sua compreensão do mundo e da vida, marcadas por sua origem e suas experiências de classe.

Em *Sistemas de ensino e sistemas de pensamento*, Bourdieu (1982b) esclarece suficientemente este tópico, polemizando com Émile Durkheim:

É paradoxal que o autor das *Formas primitivas de classificação* e das *Formas elementares da vida religiosa* não se tenha dado conta, em seus escritos dedicados à educação, de que, do mesmo modo que a religião nas sociedades primitivas, a cultura escolar propicia aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que tornam possível a comunicação. (BOURDIEU, 1982b, p.205).

Embora Durkheim tenha acreditado encontrar nas sociedades primitivas as origens das formas de percepção e classificação, portanto de categorias lógicas, e se ocupasse também do tema da educação no mundo moderno, Bourdieu (1982b) se mostra perplexo diante do fato de que o fundador da Sociologia atribuiu ao sistema escolar apenas a função de integração moral, quando, de fato, ele seria responsável também pela “integração lógica” da sociedade:

*Apresentação. Para além da distinção?
Desafios à abordagem bourdieusiana da formação social do gosto*

[...] a escola tende a assumir uma função de integração lógica de modo cada vez mais completo e exclusivo à medida que seus conhecimentos progridem. Na verdade, os indivíduos “programados”, quer dizer, dotados de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação, constituem o produto mais específico de um sistema de ensino. (...) Tendo sido moldados segundo o mesmo “modelo” (*pattern*), os espíritos assim modelados (*patterned*) encontram-se predispostos a manter com seus pares uma relação de cumplicidade e comunicação imediatas. (BOURDIEU (1982b, p.206).

Para substituir a religião como instituição encarregada da integração lógica da sociedade, o sistema escolar teve que organizar uma nova classificação do mundo apreensível por meio de categorias diferentes: ao invés das vigentes no mundo mágico-religioso, as do pensamento racional. A escola passa a ser responsável pela transmissão, dentre outros, do saber científico e da cultura humanista e erudita. É por meio da escola, de suas categorias e classificações que se difunde o *habitus* cultivado. Embora menos valorizado do que o adquirido precocemente no ambiente familiar, o capital cultural institucionalizado, conferido pelos conhecimentos adquiridos e certificado pelos diplomas escolares, tem um peso bastante considerável no sistema de lutas de classe simbólicas tal como o concebeu Bourdieu (1982b).

Algo semelhante à passagem da religião para a educação escolar, enquanto instituições responsáveis pela integração lógica da sociedade, pode estar em curso a partir do último quarto do século XX, desafiando todo o edifício teórico bourdieusiano: novas formas de percepção – para além dos novos valores – introduzidas pela rápida expansão da informática. Os modos de apropriação dessas tecnologias, ainda embrionárias no período de investigação de *A Distinção*, têm gerado novas formas de comunicação que, no mínimo, vêm desestabilizando a escola no exercício de sua função de integração lógica da sociedade contemporânea.

Se a cultura *pop* difundida pelos meios de comunicação de massa tornou porosas as fronteiras entre o erudito e o popular no plano da produção de bens simbólicos, o advento da informática complexificou ainda mais a problemática do gosto legítimo. Em primeiro lugar, já não se trata mais de compreender o comportamento do grande público: o internauta não é apenas consumidor, é usuário de um meio técnico que, ao mesmo tempo, produz e consome informação e comunicação. Em segundo lugar, se a entrada em cena da cultura *pop* midiática provocou a dispersão das práticas artísticas e culturais, gerando instâncias concorrentes de divulgação, consagração e legitimação, a era da informática traz consigo novas formas de percepção que desafiam ainda mais a formação do *habitus* cultivado pelo sistema escolar. Beatriz Sarlo (1997) chamou a atenção para o caráter mundial da perda de hegemonia da cultura letrada. Para a autora, estaríamos diante de uma crise da alfabetização, de uma mutação cultural, cuja solução não é a simples

introdução de computadores ou outros meios eletrônicos nas escolas. A questão é que as habilidades desenvolvidas pela cultura audiovisual são diferentes das exigidas pela escola, como “o raciocínio lógico e matemático abstrato, a expressão linguística e a argumentação [...]” (SARLO, 1997, p.114). A cultura audiovisual procede de maneira oposta. Desde muito cedo, habitua as crianças a ler imagens rápidas, complexas e superpostas, de tal modo que poucos adultos dos dias de hoje conseguem fazer.

Paula Sibilía (2012, p.63) também acredita que a chamada civilização da imagem “implicou certa crise das ‘belas artes’ da palavra”. Tendo a leitura e a escrita como um de seus pilares, a escola, sobretudo após o surgimento das tecnologias digitais, tem sido considerada pelos estudantes como algo extremamente chato, sendo o desinteresse o principal motivo de evasão escolar alegado pelos jovens brasileiros. (SIBILIA, 2012, p.65) No entanto, prossegue a autora, não se pode tratar a questão apenas como *déficit* de habilidades ou de disciplina, as quais tendem a ser patologizadas como os conhecidos distúrbios: Transtorno Desafiador de Oposição (TOD), Transtorno do *Déficit* de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Os chamados “nativos digitais” são “peritos em opinar, fazer *zapping* e ler imagens” (COREA, *apud* SIBILIA, 2012, p.74), embora isto não os prepare para a instituição escolar. Ao contrário,

[...] em vez da interioridade e da concentração requeridas pelo discurso pedagógico, o discurso midiático requer exterioridade e descentramento: recebo informações que não chego a interiorizar – a prova é que, um minuto depois de ter mudado de canal, já não lembro mais o que vi – e devo estar submetido à maior diversidade possível de estímulos: visuais, auditivos, táteis, gustativos. (COREA *apud* SIBILIA, 2012, p.77).

É curioso notar que Walter Benjamin (1993) já chamara nossa atenção, ao analisar o cinema, para a emergência de uma nova forma de percepção, exatamente, a percepção desatenta. Após mais de cem anos de cinema, um século de rádio, quase o mesmo tempo de televisão e décadas de informática, a percepção e o aprendizado de cada geração tendem a ser cada vez menos lineares e cumulativos, como na escola. Desse modo, como poderia ser transmitido um único padrão de gosto legítimo? Ainda faria sentido falar em gosto no sentido sociológico atribuído por Pierre Bourdieu como balizador das práticas culturais no cenário contemporâneo?

A problemática torna-se mais específica quando se trata de pensar um país como o Brasil. Como sintetizou Renato Ortiz (1988, p.25): “devido à fragilidade do capitalismo existente [...] uma dimensão do mercado de bens simbólicos não consegue se expressar plenamente. Isso significa uma fraca divisão do trabalho intelectual e uma confusão de fronteiras entre as diversas áreas culturais.” Após

exemplificar com a interpenetração entre literatura e jornalismo, sociologia científica e discurso ideológico e, mesmo, teatro e televisão no início de sua implantação no Brasil, conclui: “entre nós as contradições entre uma cultura artística e outra de mercado não se manifestam de forma antagônica”. (ORTIZ, 1988, p.29).

Isto significa que, no Brasil, o cenário cultural do qual se parte já é diferente do da Europa, particularmente o da França. Além da brutal diferença em termos de alfabetização, enquanto a França – certamente tentando manter sua hegemonia cultural sobre o mundo ocidental – ergueu todo tipo de barreiras legais e fiscais contra a exibição de conteúdos audiovisuais estrangeiros, sobretudo, estadunidenses, o Brasil implantou, com o apoio de dois regimes autoritários – o Estado Novo e a Ditadura Militar – aliados ao empresariado nacional e ao capital estrangeiro, o mercado nacional de bens simbólicos de massa. Na Era Vargas, o rádio, vale dizer, a Rádio Nacional conseguiu se expandir para todo o território nacional. No período militar, o Estado financiou a implantação de toda a infraestrutura do sistema de telecomunicações que não só integrou a nação, como a internacionalizou por meio dos satélites da empresa estatal Embratel. Ao longo dos anos 1970, o Brasil se situou entre os maiores mercados mundiais de produção e consumo cultural massivo, caso das indústrias fonográfica, televisiva, publicitária, dentre outras (ORTIZ, 1988). Nos anos do “milagre brasileiro” cerca de 20 milhões de aparelhos de televisão estavam presentes em torno de $\frac{3}{4}$ dos lares brasileiros. A cada novo surto econômico, este número se multiplicava. Isto ocorreu com o Plano Real, quando o número de aparelhos em uso praticamente dobrou, entre 1994 e 1998, saltando de algo em torno de 23 para 40 milhões de aparelhos em uso (BORELLI e PRIOLI, 2000). Repetiu-se com as políticas sociais do governo do Presidente Lula resultantes no aumento do poder aquisitivo dos estratos C e D (segundo o Sistema Brasil, utilizado pelas agências de mercado), quando milhões de brasileiros adquiriram seu primeiro aparelho.

À medida que a televisão se expandia, abrangendo todo o território nacional, sua programação se fragmentava cada vez mais. Os canais abertos especializaram sua programação em esportes, programas infantis etc. A TV paga no Brasil começa em 1988 com a *Cable News Network* (CNN) e a *Music Television* (MTV), duas emissoras do mercado audiovisual global (EUA), expandindo-se, ao longo da década seguinte, para dezenas de canais, nacionais e internacionais. A dispersão da audiência intensificou-se nos anos 1990 em razão do crescimento do número de aparelhos de televisão por domicílio. A maioria dos lares brasileiros já contava com mais de um aparelho desde o Plano Real, inclusive nos estratos C e D. No entanto, a TV paga até o início dos anos 2000 permanecia restrita aos estratos A e B, ao menos, oficialmente. Na década seguinte, devido ao barateamento das operações e ao aumento do poder aquisitivo de um estrato mais popular de consumidores, sua expansão foi muito expressiva: “em 2013, 95% dos novos clientes da TV paga

eram da classe C ou D”, as quais, somadas representavam 66% dos assinantes (EXAMEONLINE, 2013, n.p.).

A expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no Brasil foi ainda mais espantosa. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (2018), no final de 2016, o Brasil tinha 116 milhões de pessoas conectadas à internet, o que representava 64,7% da população com 10 ou mais anos de idade. Como era de se esperar, a distribuição regional é desigual, com a região Nordeste apresentando o menor índice, 52,3%, e a Sudeste, o maior, 72,3%. Embora os dados possam ser considerados baixos em relação a outros países, houve um grande salto a partir de 2005, quando a porcentagem de brasileiros com acesso à internet era de apenas 13,6%. Certamente, um conjunto de fatores convergiu para este resultado, os quais necessitam ser mais bem investigados. Porém, um fato notório é a facilitação da aquisição do aparelho celular. Segundo a mesma pesquisa, em 2016, o celular era o dispositivo usado por 94,6% dos usuários para acessar a internet, sendo que 77,1% dos brasileiros possuíam algum aparelho desse tipo.

A questão torna-se ainda mais relevante pelo fato de a PNAD (IBGE, 2018) confirmar que a maior taxa de conectividade, 85%, é encontrada na faixa etária tradicionalmente considerada como jovem, de 18 a 24 anos, contra 25% dos brasileiros acima dos 60 anos, considerados idosos. Todos os processos de mudança envolvem prioritariamente os jovens (como já tivemos oportunidade de apontar), como é o caso do público da MTV, dos movimentos que deram origem à cultura *pop*, dos estudantes que decidem abandonar a escola. Podemos estar diante de várias gerações de brasileiros, cuja socialização baseou-se mais nos meios de comunicação de massa e nas novas tecnologias de informação e comunicação como a *internet*, do que na cultura escolar, o que, como vimos, afetaria a interiorização das categorias de percepção e classificação do mundo que garantem mais do que o conhecimento, o reconhecimento da superioridade cultural do gosto e, portanto, da classe burguesa. Isto não significa que o poder simbólico ou a distinção cultural deixem de ter eficácia nas lutas de classe. É muito mais provável que novos cabedais, repertórios ou habilidades constituam novas formas de **capital cultural**.

As contribuições neste dossiê

A recepção de *A Distinção* pelas Ciências Sociais no Brasil foi relativamente tardia, como se nota pelo fato de o livro ter sido traduzido para o português apenas em 2007. É provável que “o tema da reprodução da desigualdade por via da conformação social de padrões de gosto” tivesse pouco apelo entre cientistas sociais no Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, diante dos “desafios de superação de uma estrutura autoritária e do estabelecimento de uma nascente democracia”.

(BORTOLUCI; JACKSON; PINHEIRO FILHO, 2015, p.238). Nas últimas duas décadas, especialmente, muitos esforços têm sido feitos para incorporar o aparato analítico e conceitual dessa obra para tematizar aspectos da produção de desigualdades, da reprodução social e da formação de grupos na sociedade brasileira (PULICI; FERNANDES, 2019).⁶

Este dossiê se propõe a contribuir para esses debates. De diversas maneiras, os artigos que o compõem se debruçam sobre as potencialidades e limites contemporâneos dos conceitos de Pierre Bourdieu que relacionam práticas culturais, fronteiras simbólicas e aquisição de poder. No caso dos autores participantes, os estudos e pesquisas se referem ao Brasil, ocupando-se, em seu conjunto, das elites às classes populares, da esfera restrita da produção artística à esfera ampliada do entretenimento, dos mecanismos de distinção a outras dimensões das práticas culturais relacionadas à aquisição de poder.

O artigo de Ana Lucia de Castro aborda a construção de fronteiras simbólicas e laços de pertencimento no interior das classes populares, no momento em que parte dela é incorporada ao mercado de consumo e proclamada como a “nova classe média” brasileira. A análise baseia-se em pesquisa de campo realizada em um bairro da periferia do município de Santo André-SP junto aos moradores, todos ex-favelados, recém-transferidos para um condomínio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Partindo da percepção dos moradores a respeito de suas novas condições de vida e do significado, muitas vezes ambíguo, atribuído ao pertencimento (ou não) à “classe média”, a autora discute a aplicabilidade do conceito de *habitus* de Bourdieu para compreender essas trajetórias de vida de forma a incorporar “a dimensão subjetiva das práticas, sem desconsiderar as condicionantes estruturais que formatam as disposições culturais”.

A incorporação de novos atributos ao capital cultural das elites paulistanas é o tema debatido por Miqueli Michetti. A autora percebe que o grau de internacionalização, há algum tempo, e a capacidade de dialogar com a diversidade, mais recentemente, passaram a ser avaliados positivamente na composição do repertório cultural dos alunos da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP). Em sua maioria, composto por indivíduos das classes altas e médias-altas, o alunado da FGV-SP, principal *business school* do país e, segundo a autora, amplamente certificada em todo o mundo, tem seu capital cultural fortemente apoiado nos capitais econômico e social. Como professora da instituição, valendo-se do método da observação participante, durante os anos 2012 e 2017, a autora reuniu uma série de informações que mostram a forma conflituosa assumida pela adoção dessas duas novas moedas na composição do capital cultural dos estudantes.

⁶ Para um balanço dessa produção, ver Bertonecelo, 2018.

Retomando um argumento central à sociologia do gosto, segundo o qual as “escolhas são também recusas”, Camila Gui Rosatti busca demonstrar que a preferência pela arquitetura moderna das “elites culturais” paulistanas, materializada na encomenda de casas projetadas por arquitetos de reconhecido valor, é também a “afirmação de um estilo de vida ao mesmo tempo cultivado e ousado” em oposição aos “modos de morar burguês”, mais tradicionais e menos arriscados. Com base na análise de entrevistas com filhos dos encomendantes e de material documental de fontes distintas, a autora reconstrói as estratégias de transmissão intergeracional da herança cultural em “famílias de elite cultural”, consumadas na posse e na manutenção de um patrimônio que é, ao mesmo tempo, imobiliário e simbólico. Os resultados da investigação apontam para a centralidade dos processos distintos no domínio das escolhas dos “modos e das maneiras de habitar” para “a reprodução social e familiar dos grupos sociais dominantes”.

Ao analisar o consumo de perfume, Salete Nery aponta para a multidimensionalidade das práticas sociais e culturais. Visto como item supérfluo por natureza, a autora revela que, ao contrário, é considerado produto básico na cesta de consumo dos brasileiros, sobretudo, os das regiões norte e nordeste, as mais empobrecidas do país. Com o objetivo de compreender o que seria uma contradição ao que Pierre Bourdieu pensou em relação às classes populares e “os gostos de necessidade”, ou seja, para entender melhor os motivos dessa forte relação dos nordestinos, em particular, os de baixa renda, com o hábito de perfumar-se, a autora principia com uma pesquisa baseada em questionários e entrevistas em profundidade na cidade de Cachoeira-BA, realizada nos anos de 1914-1915. Esta investigação lhe fornece indicações para buscar na própria história do Brasil, passando pela colonização, pela escravização dos negros, outras dimensões dessa prática cultural. Neste trajeto, a autora descobre, para além do bom gosto e do sentido de distinção, outros significados atribuídos à perfumação.

O artigo de Edson Farias remete a reflexão justamente para a esfera ampliada do mercado de bens simbólicos, o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. Baseado em nove longas rodas de conversa com trabalhadores da Cidade do Samba, o autor encontra um mundo dotado de singularidade, com seus próprios princípios éticos e estéticos. No mundo da produção do “encantamento”, os critérios para a atribuição de mérito e da concessão diplomas e títulos são diferentes, o que pode se constituir num espaço onde o “capital cultural” em circulação é de outro tipo, mas, no qual, curiosamente, revela o autor, as reivindicações e recusas são muito semelhantes às do campo da “arte legítima”.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte de política. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENNETT, Tony *et al.* **Culture, class, distinction**. Londres: Routledge, 2009.

BERTONCELO, E. R. E. Consumo cultural e manutenção das distâncias sociais no Brasil. In: PULICI, C.; CERBONCINI, D. As lógicas sociais do gosto. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

_____. A força do simbólico na produção de desigualdades. In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. **Sociologia Brasileira Hoje**. Volume II. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

_____. Classes e práticas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p.185-211, fev. 2013.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. O mercado de bens simbólicos. In **A economia das trocas simbólicas**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1982a.

_____. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: **A economia das trocas simbólicas**, 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1982b.

BORELLI, Silvia e PRIOLI, Gabriel. (orgs.) **A deusa ferida**: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência. São Paulo: Summus, 2000.

BORTOLUCI, J. A.; JACKSON, L. C.; PINHEIRO FILHO, . Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 94, p.217-254, 2015.

CHAN, T. W. **Social Status and Cultural Consumption**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CHAN, T. W.; GOLDTHORPE, J. Class and status: the conceptual distinction and its empirical relevance. **American Sociological Review**, v. 72, n. 4, p.512-532, 2007.

_____. Is there a status order in contemporary British society? Evidence from the occupational structure of friendship. **European Sociological Review**, v. 20, n. 5, p.383-401, 2004.

COULANGEON, P. DUVAL, J. **The Routledge Companion to Bourdieu's Distinction**. Abingdon; Nova Iorque, Routledge, 2015.

DUVAL, J. Estilos de Vida. In: CATANI, A. *et al.* **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. Evolution of tastes in film and changes in field theory. In: COULANGEON, P. DUVAL, J. **The Routledge Companion to Bourdieu's Distinction**. Abingdon; Nova Iorque, Routledge, 2015.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. 2ª. edição. Lisboa: Estampa, 1995.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

EXAMEONLINE. “95% de novos clientes de TV por assinatura são classe C ou D”. Publicado em 2013. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/95-de-novos-clientes-de-tv-por-assinatura-sao-classe-c-ou-d/?utm_source=email> Acessado em: 11 dez. 2017.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GRIPSUD, J.; HOVDEN, J.; MOE, H. Changing relations: Class, education and cultural capital. **Poetics**, vol. 39, n. 6, p.507-529, dez. 2011.

HALLE, D. Bringing materialism back in: art in the houses of the working and middle classes. In: MCNALL, S.; LEVINE, R.; FANTASIA, R. (orgs.) **Bringing class back in: contemporary and historical perspective**. Oxford; São Francisco: Boulder/Westview Press, 1991.

HANQUINET, L; ROOSE, H.; SAVAGE, M. The Eyes of the Beholder: Aesthetic Preferences and the Remaking of Cultural Capital. **Sociology**, vol. 48, n. 1, p.111-132, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOLT, D. Does cultural capital structure American consumption? **Journal of Consumer Research**, v. 25, p.1-25, junho 1998.

HUYSSSEN, Andreas. **Memórias do modernismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. Mapeando o pós-moderno. In HOLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Pnad C. Publicada em 21 de fevereiro de 2018.

JARNESS, V. Modes of consumption: from “what” to “how” in cultural stratification research. **Poetics**, v. 53, p. 65-79, dez. 2015.

*Apresentação. Para além da distinção?
Desafios à abordagem bourdieusiana da formação social do gosto*

KARADEMIR, I.; WARDE, A. The cultural omnivore thesis: methodological aspects of the debate. In: HANQUINET, Laurie; SAVAGE, Mike. **Routledge International handbook of the sociology of art and culture**. Londres, Nova York: Routledge, 2016.

LAHIRE, B. Cultural dissonances: the social in the singular. In: HANQUINET, Laurie; SAVAGE, Mike. **Routledge International handbook of the sociology of art and culture**. Londres, Nova York: Routledge, 2016.

_____. From de habitus to an individual heritage of dispositions. Towards a sociology at the level of the individual. **Poetics**, 31, v.5, n. 6, p.329-355, 2003.

LAMONT, M.; MOLNÁR, V. The study of boundaries in the Social Sciences. **American Review of Sociology**, vol. 28, p.167-195, 2002.

_____. **Money, morals and manners: the culture of the French and the American middle class**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

LAREAU, A.; WEININGER, E. Cultural capital in educational research: A critical assessment. **Theory and Society**, vol. 32, n. 5-6, p. 567–606, dez. 2003.

LIZARDO, O.; SKILES, S. After omnivorousness: Is Bourdieu still relevant? In: HANQUINET, L.; SAVAGE, M. (orgs.), **Routledge Handbook of the Sociology of Art and Culture**. Abingdon; Nova Iorque, Routledge, 2016.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho D'Água/ Fapesp, 2001

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PEREIRA, J. V. B. **Classes e culturas de classe das famílias portuenses: classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto**. Porto: Afrontamento, 2005.

PETERSON, Richard. Problems in comparative research: the example of omnivorousness. **Poetics**, vol. 33, n. 5-6, pp. 257-282, 2005.

PETERSON, Richard A.; KERN, Roger M. Changing highbrow taste: From snob to omnivore. **American Sociological Review**, vol. 61, p.900-907, 1996.

PETERSON, Richard; SIMKUS, Albert. How musical tastes mark occupational status groups. In: LAMONT, Michèle; FOURNIER, Marcel (orgs.). **Cultivating differences: Symbolic boundaries and the making of inequality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

PRIEUR, A.; SAVAGE, M. Emerging forms of cultural capital. **European Societies**, v. 15, n. 2, p.246-267, 2013.

_____. Updating cultural capital theory: A discussion based on studies in Denmark and in Britain. **Poetics**, vol. 39, n. 6, p.566-580, 2011.

PULICI, Carolina. A alimentação solene e parcimoniosa: práticas gastronômicas como fonte de distinção das elites brasileiras. **Revista Ecopós**, vol. 17, n. 3, p.1-15, 2014.

_____. O gosto dominante como gosto tradicional: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 91, p.123-139, nov. 2011.

REEVES, A. Age-period-cohort and cultural engagement. In: HANQUINET, L.; SAVAGE, M. (orgs.), **Routledge Handbook of the Sociology of Art and Culture**. Abingdon; Nova Iorque, Routledge, 2016.

ROOSE, H. Signs of ‘Emerging’ Cultural Capital? Analysing Symbolic Struggles Using Class Specific Analysis. **Sociology**, vol. 49, n. 3, p.556 –573, 2015.

SALLUM, B.; BERTONCELO, E. R. E. Classes Sociais. In: CATANI, A. *et al.* **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SARLO, Beatriz. Culturas populares, velhas e novas. In: _____. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SAVAGE, M. **Class analysis and social transformation**. Buckingham: Open University Press, 2000.

SAVAGE, M. *et al.* A New Model of Social Class? Findings from the BBC’s Great British Class Survey Experiment. **Sociology**, vol. 47, n. 2, p.219-250, 2013.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SIMMEL, Georg. Estilo de vida. In **Filosofia del dinero**. Madri: Instituto de Estudios Políticos, 1977.

SKEGGS, B. **Class, self, culture**. Londres: Routledge, 2004.

SOMBART, Werner. **Lujo y Capitalismo**. Madri: Ediciones Sequitur, 2009.

STEWART, S. **A Sociology of Culture, Taste and Value**. Basingstoke; Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2013.

VANDENBERGHE, F. Globalização e individualização na modernidade tardia. Uma introdução teórica à sociologia da juventude. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 19, n. 1 p.265-316, jul. 2014.

*Apresentação. Para além da distinção?
Desafios à abordagem bourdieusiana da formação social do gosto*

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Ed. Victor Civita, 1985.

VILLAS BÔAS, Gláucia. Ascese e prazer. Weber x Sombart. In **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 52, p.173-196, 2001.

WARNKE, Martin. **O artista da corte**: os antecedentes dos artistas modernos. São Paulo: Edusp, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: 1780-1950. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora da UnB, 1991.

**CONDICIONANTES SOCIAIS E TRAJETÓRIAS
SINGULARES: *HABITUS* COMO CHAVE ANALÍTICA
EM PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE ELOS
DE PERTENÇA E FRONTEIRAS SIMBÓLICAS**

*Ana Lúcia de CASTRO**

RESUMO: O artigo é parte de uma pesquisa de campo realizada em um bairro da periferia de Santo André, Grande São Paulo, e discute os sentidos de pertença, ou não, à classe média, por parte dos moradores, frente às políticas de inclusão social implementadas na primeira década dos anos 2000, pelos governos estadual e federal. Em um segundo momento enfatiza as fronteiras simbólicas estabelecidas por um grupo de famílias recém transferidas de área de favela para um condomínio de prédios entregue como parte da política habitacional do estado de São Paulo, problematizando a preponderância das singularidades das trajetórias individuais – que perpassam múltiplos espaços sociais na contemporaneidade – quando se opera com o conceito de *habitus*.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteiras simbólicas. Elos de pertença. Agentes x estrutura. Condicionantes sociais. *Habitus*.

Introdução: Contexto etnográfico e considerações metodológicas

A reflexão proposta neste artigo parte de uma pesquisa etnográfica realizada no Jardim Santo André, um bairro da periferia do município de Santo André, Grande São Paulo, que teve como uma das preocupações centrais a discussão dos

* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquara. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - castroanalucia75@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6165-7722>.

sentidos de pertença, ou não, à classe média, por parte dos moradores, frente às políticas de inclusão social implementadas na primeira década dos anos 2000, pelos governos estadual e federal. Este artigo busca analisar, especificamente, as fronteiras simbólicas estabelecidas por um grupo de famílias recém transferidas de área de favela para um condomínio de prédios, entregue como parte da política habitacional do governo do estado de São Paulo, problematizando a preponderância das singularidades das trajetórias individuais – que perpassam múltiplos espaços sociais na contemporaneidade – quando se opera com o conceito de *habitus*.

Nas visitas ao bairro, caminhávamos por suas ruas e vielas, abordando aleatoriamente algumas pessoas e sendo, muitas vezes, abordados. Nesta fase, de sondagem exploratória, muitos não demonstravam interesse em conversar, enquanto outros convidavam-nos a entrar e falavam avidamente sobre o que perguntávamos. Assim, muitas conversas foram realizadas sem agendamento prévio, na rua, num bar, na sala da residência, ou mesmo em pé, no portão. Após esta primeira fase de sondagens, pudemos ter a noção do quão heterogêneo é o local, tanto espacial como socialmente.

Figura 1: Vista panorâmica do Jardim Santo André, com a cidade de Santo André-SP ao fundo



Fonte: Acervo pessoal da autora.

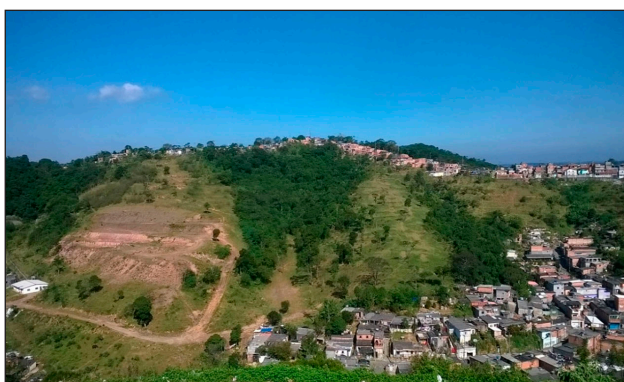
Figura 2: Vista panorâmica do Jardim Santo André, com a barreira natural ao fundo



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Em levantamento realizado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)¹, entre 2009 e 2010, identificou-se no bairro 5.799 famílias residentes em núcleos de favelas, caracterizados pela ocupação de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas de forma desordenada e densa, carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais; deste total, 980 famílias residem em áreas que passaram por processos de urbanização. O bairro conta, ainda, com famílias residentes em conjuntos de prédios (condomínios), construídos e financiados pela CDHU, em situação regular.

Figura 3: Área de risco recentemente desocupada pela CDHU (barranco desmatado pelos ocupantes retirados)



Fonte: Acervo pessoal da autora.

¹ Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, órgão ligado à Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo. O bairro vem sendo alvo de intervenção de políticas habitacionais desde meados da década de 80.

Alguns trechos do bairro contam com infra-estrutura: asfalto, fornecimento de luz elétrica e água tratada, além de serem compostos por casas de alvenaria, algumas com três vagas de garagem, grades, jardim, pintura e acabamento externo. São, em geral, os pedaços do bairro formados há mais tempo, quando a CDHU atendeu as primeiras famílias que ocuparam o local, contemplando-os com casas térreas, conforme a política habitacional do momento. As primeiras famílias contempladas com as casinhas da CDHU, em sua maioria, quitaram a dívida com a Cia, ampliaram e reformaram suas casas e muitas são comerciantes na região.

Saindo deste lado mais urbanizado do bairro, após descer um barranco, o que encontramos são casebres auto-construídos em alvenaria, sem nenhum tipo de acabamento, e barracos em madeirite. Em pontos mais isolados, sem acesso para veículos, os moradores caminham até 3 km para chegar ao ponto de ônibus mais próximo.

Figura 4: A viela mais afastada da avenida principal



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 5: Barracos de madeira e auto-construções em alvenaria. Área em espera do atendimento da CDHU



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Nesses locais encontramos famílias morando em situação irregular à espera de atendimento. Ao nos afastarmos mais das vias principais, adentramos em vielas nas quais se acumulam minúsculos barracos de madeirite e/ou alvenaria precária, de um ou dois cômodos. Um pouco mais adiante, ao final da subida de um grande morro, nos deparamos com escombros de demolição e vestígios de lares (colchões, portas de guarda-roupas, brinquedos, utensílios de cozinha) deixados para trás pelos moradores retirados do local.

Em nossas caminhadas pelo bairro, tanto em suas ruas asfaltadas, largas e planas, como nas tortuosas vielas, éramos observados com curiosidade e estranheza. Em algumas situações éramos abordados, quando, por exemplo, parávamos para nos localizarmos pelo mapa ou tomar água em algum dos vários pequenos bares existentes, respondíamos à perguntas como: Vocês são daqui? O que vocês estão fazendo mesmo? Também abordávamos pessoas em calçadas e batíamos em portas para solicitar um tempo de conversa. Algumas dessas conversas eram aprofundadas em entrevistas, marcadas previamente.

Figura 6: Moradores subindo a escadaria em uma das vielas onde não há acesso para carro



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Estas primeiras abordagens nos permitiram organizar a próxima etapa do trabalho de campo e preparar o roteiro de questões para as entrevistas, bem como definir o perfil das pessoas a serem entrevistadas. A partir das entrevistas, construímos os critérios para a realização dos grupos focais, detalhados mais adiante.

Figura 7: Esgoto a céu aberto



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Pertencimento de classe

Uma das perguntas colocadas por esta pesquisa referia-se ao sentido de pertencimento, ou não, às chamadas classes médias, na perspectiva dos interlocutores, moradores do bairro. Cabe lembrar que no contexto em que realizávamos o trabalho de campo (ano de 2015), já havia sido difundido o discurso governamental de que o Brasil havia se tornado um país de classe média, com a realização da inclusão social, via políticas públicas, bem como com o incremento da renda dos mais pobres e o consequente acesso ao consumo de bens nunca antes experimentado.

Embora totalmente frágil do ponto de vista sociológico, a classificação proposta pelos técnicos do governo federal indicava algo novo. Entre 2004 e 2010, 32 milhões de pessoas ascenderam socialmente, ainda que discordemos da denominação, teriam ascendido à categoria de classes médias, segundo estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. Por este estudo, estimava-se que o Brasil tinha 104 milhões de pessoas na classe média, o que representava 53% da população brasileira – 20% estariam na classe alta e 28% na baixa, enquanto, sob o mesmo critério de classificação, apenas 38% da população estaria na classe média em 2002.²

Em um das várias caminhadas que realizamos pelo bairro, avistamos uma longa fila e logo descobrimos tratar-se de distribuição de uma cesta básica, composta por arroz, feijão, óleo e um cacho de bananas. O local da distribuição é a Associação

² Conforme estudo divulgado em setembro de 2012 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Disponível em: <https://issuu.com/sae.pr/docs/cartilha-vozes-classe-media_vers_o_9140f5eabbd7a/27>. Acessado em: 05 fev. 2019.

de moradores e a pessoa que organiza é Célia³, que depois se demonstrou liderança e figura histórica no local, proprietária da casa ao lado do galpão que abriga a Associação. Início uma conversa com ela que pede para marcar para um outro dia, pois está naquele momento muito ocupada no atendimento às pessoas. Numa segunda visita, realizamos uma longa conversa, na qual ela contou que mudou para o bairro há 27 anos, quando integrava um grupo que realizou as primeiras ocupações no local. Seu discurso mais articulado, em relação aos demais interlocutores aos quais esta pesquisa deu voz, e seu papel de liderança vão se evidenciando no decorrer da conversa.

Célia expressa a percepção de uma grande melhora recente, tanto das condições de vida, como das oportunidades que se colocam para os moradores do bairro. Quando solicitada a falar mais um pouco sobre as mudanças que percebia na vida das pessoas do local, ela aponta como marcadores a chegada dos técnicos sociais da CDHU e as políticas inclusivas implantadas pelo governo federal:

Nossa! Mudou a visão, a atitude...um processo muito bom que eles passaram. A urbanização... hoje já não falam mais comunidade, falam bairro. Tem direito à escola, a estudar, a fazer faculdade. E também a troca né: se tenho direito também tenho deveres. Eles começaram a ter essa visão que não tinham [...]. O governo federal ajuda bastante também, com a bolsa família, essas coisas [...].⁴

Quando questionada se poderíamos dizer que as pessoas do bairro agora eram de classe média, percebemos que a visão economicista difundida pelo governo federal – que define o pertencimento à classe média a partir da renda *per capita* – penetrou no discurso de nossa interlocutora:

Agora essas pessoa tudo pode dizer que são da classe média..... O poder aquisitivo delas tão melhor e a questão da moradia....temos um grupo mínimo que vive numa moradia indigna, sub humano.... mas a maioria já se sente da classe média...com certeza. Posso te garantir. Temos pessoas fazendo faculdade... já é uma coisa de outro mundo. Cursos... eles se sentem sim. Pelo jeito, modo de falar. Às vezes eu até brinco:

— Ei! Tá pagando, né? Poder aquisitivo grande.⁵

³ Todos os interlocutores referidos neste texto receberam nomes fictícios, a fim de preservar o anonimato.

⁴ Depoimento de Célia, oitava série, 49 anos, presidente da Associação de moradores, concedido a esta pesquisa em junho de 2014.

⁵ Idem.

Tentando explorar um pouco mais a sua visão sobre a **classe média**, insisti na pergunta sobre o que diferencia a classe média dos pobres, e a interlocutora aponta a ideia de oportunidade:

[...] acho assim: é o poder aquisitivo que temos, uma boa moradia.... eu não digo que é pobre, é que não teve uma oportunidade...não ter tido oportunidade de ter uma moradia de ter um curso profissionalizante, de ter estudo, isso faz com que eles tenham uma precariedade tremenda, sabe, e não tem como... como eu sobrevivo a esse mundo... a esse país, se eu não tenho apoio do poder público?⁶

Curioso notar que, nesse ponto da conversa, Célia assume o pertencimento à classe média, falando em primeira pessoa, como alguém que compartilha dos requisitos para o pertencimento: poder aquisitivo e oportunidades. Contudo, a conversa com Célia indicou que o sentido de pertença à classe média carrega certa ambiguidade, sendo positivado e desejado, quando o que está em pauta é o pertencimento pela inclusão via políticas públicas, mas negativado, quando se trata da apropriação de bens para imitação, visando passar por, ser identificado como classe média. Como exemplo, podemos citar os chistes e as referências irônicas ao modo de se vestir; percebidos nos bazares beneficentes organizados pela Associação de moradores, nos quais as roupas de grife doadas à comunidade são desfiladas numa passarela improvisada, quando se ridicularizam ironicamente não só as modelos e atrizes, mas as patroas ou qualquer pessoa referida ao universo **dos de cima**, sempre retratados como esnobes e pessoas que **não sabem viver a vida**. Os diversos sentidos atribuídos à ideia de pertencimento ou não à classe média foram se evidenciando em diferentes situações de campo, indicando que no local, as fronteiras simbólicas, sempre móveis e relacionais, passavam, naquele momento, por um intenso processo de redefinição.

Trajatórias, singularidades e fronteiras simbólicas

Em certo momento da pesquisa, os técnicos do escritório local da CDHU⁷ comentavam com entusiasmo a entrega de um empreendimento inovador na história do local. Seria uma grande novidade, pois este condomínio de prédios contaria com área de lazer, salão de festas e portaria com guarita, diferenciando-se dos anteriores empreendimentos entregues pela Cia.

⁶ Idem.

⁷ Contávamos com a infraestrutura do escritório local da CDHU, no qual trabalham em média 4 técnicos atendendo à população cadastrada e à espera de atendimento. Sempre simpáticos, nos permitiam utilizar o banheiro, tomar água e café, além de fornecerem informações sobre o local e os moradores.

Para este conjunto de apartamentos foram enviadas 230 famílias, oriundas da favela Missionários, onde havia barracos precários à beira de um córrego que cumpria o papel de esgoto a céu aberto, com ocorrência de enchentes constantes. Ao serem retiradas da favela, estas famílias foram transferidas para um alojamento que seria provisório, mas onde acabaram ficando por cinco anos, em condições bastante insalubres.

Solicitamos aos técnicos da CDHU, então, o cadastro dos moradores agora residentes neste novo empreendimento, fizemos contato telefônico e marcamos entrevistas para abordagens individuais. Com o desenrolar das entrevistas, foi se evidenciando a existência de dois grupos de moradores que se relacionavam de maneira diferenciada, tanto com a nova condição de moradia, como com o universo de consumo de maneira geral. De um lado, aqueles que se viam satisfeitos com a mudança e rapidamente se adaptaram, organizando-se para pagar as contas mensais que antes não faziam parte de suas despesas, como o condomínio e a parcela do financiamento do apartamento. Estes organizavam as finanças, planejavam as compras, relacionavam-se com o universo dos bens de consumo mais frequente e planejadamente. Percebem claramente a mudança em sua condição social, expressam melhora na auto-estima e desenvolvem um pensamento prospectivo, vislumbrando um futuro melhor para os filhos que, no mínimo, herdarão o imóvel que estavam pagando.

De outro lado, temos o grupo dos insatisfeitos que percebiam dificuldades em se adaptar. Não conseguiam se organizar para pagar as despesas mensais relativas ao apartamento, compravam sem planejamento, não tinham garantia de que poderiam repor os alimentos após o consumo, conviviam com a incerteza, dependendo de doações ou rendimentos advindos de bicos e rendas esporádicas para a subsistência; estes moradores não estavam certos da melhora nas condições de vida, apontando o passado recente no alojamento, barraco ou casa na área de favela, como mais adequado às suas necessidades. Tomamos este divisor de águas como critério para a montagem de dois grupos focais.

Curiosamente, fomos percebendo que a passagem da vida na favela para a vida em condomínio não ocorre de maneira homogênea, ou seja, embora as famílias envolvidas tenham uma mesma origem social e, em tese, compartilhem um mesmo *habitus* (Bourdieu, 2007) revelam uma adaptação maior ou menor aos incômodos e benefícios próprios ao novo modo de habitar.

O conceito de *habitus*, central na reflexão bourdiana, foi formulado em busca da superação da dicotomia entre objetividade e subjetividade, preocupação central na construção de seu arcabouço teórico, como aponta o próprio autor (BOURDIEU, 1987) e comentadores de sua obra (ORTIZ, 1983; PETERS, 2013). Em sua formulação, Bourdieu considera o filtro subjetivo do agente, ao apontá-lo como **estruturante**, sem, contudo, desconsiderar a objetividade da estrutura social que o formata:

[...] o *habitus* constitui-se em estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* é também estrutura estruturada; o princípio da divisão das classes lógicas que organiza a percepção do mundo social, é por sua vez o produto da incorporação da divisão em classes sociais (BOURDIEU, 2007, p.164).

Como indicou Renato Ortiz (1983), a praxiologia proposta por Bourdieu busca superar os pontos cegos de um debate epistemológico que coloca em campos antagônicos o objetivismo e a fenomenologia. O primeiro, representado nas ciências sociais pelo pensamento durkheimiano, acentua a transcendência do social, reificadamente entendido como coisa, dotada de exterioridade e capacidade coercitiva. Para a segunda vertente, representada nas ciências sociais por Weber, o ponto de partida da análise é a experiência individual e a objetividade só pode ser apreendida através das ações individuais. O mundo objetivo é produto de uma rede intersubjetiva que só ganha algum significado através de interações, ou seja, “resultado de ações dirigidas para o outro e que adquirem significado na medida em que o “outro” compartilha comigo o mesmo mundo social no qual tais ações se desenrolam”. (ORTIZ, 1983, p.12).

A praxiologia bourdiana, contudo, não se limita a rejeitar o conhecimento objetivista, mas busca incorporá-lo, considerando a estruturação social das relações intersubjetivas. Neste sentido, ao lançar luz sobre o agente, não reproduz simplesmente os argumentos da abordagem fenomenológica, mas os supera, ao introduzir a questão do **poder**, apontando que a interação se desenrola de forma estruturada, em espaços sociais específicos, permeados por relações de poder. Em sua sociologia da *práxis*, portanto, Bourdieu (1983) busca capturar a relação histórico-dialética entre as trajetórias individuais dos agentes e a reprodução/produção das estruturas sociais, ou, em outras palavras, busca encontrar a mediação entre agente e estrutura social.

Embora a formulação dos conceitos de *habitus* e de campo tenham resultado deste esforço teórico em conciliar agente e estrutura ou subjetividade e objetividade, Bourdieu acaba, como aponta Peters (2013, p.56), por postular uma precedência “metodológica e ontológica do nível objetivo sobre o nível subjetivo”, uma vez que o autor deixa pouca margem para considerarmos a possibilidade de os próprios agentes atuarem reflexivamente sobre as disposições inscritas em seus *habitus* e as transformarem. Esta possibilidade seria levada em conta, na reflexão de Bourdieu (1983), apenas em situações nas quais as disposições do *habitus* fossem ativadas em contextos diferentes dos que o produziram, ou seja, em circunstâncias que promoveriam uma quebra entre as condições de produção e as condições de exteriorização do *habitus*. Esta situação, denominada de *hysteresis*, pressupõe que o *insight* reflexivo do agente, levando-o a acessar pela primeira vez dimensões de seu próprio *habitus*, só seria possível em momentos de crise objetiva.

Desse modo, Bourdieu (1983) pressupõe a necessidade de uma quebra sócio-histórica da relação ontológica entre subjetividades e estruturas objetivas para que o agente desempenhe uma prática inovadora e pautada pela reflexividade, e essa quebra – ou desajuste entre *habitus* e campo – ocorreria em raras situações de crise ou convulsão social. O ponto crítico é que, contemporaneamente, esta situação de desajuste não é assim tão rara, pois os agentes são compelidos, cotidianamente, a atuar em uma ampla gama de espaços sociais, aos quais as disposições carregadas por seus *habitus* não estão ajustadas.

Neste sentido, podemos trabalhar a ideia de que as diferentes adaptações das famílias à vida em condomínio estão ligadas à origem e ao percurso por elas transcorrido, que pode, entre outras coisas, envolver encontros e desencontros com empregadores e órgãos públicos, que teriam, de certo modo, desempenhado papel **educativo**, propiciando a aquisição de **capital social** (BOURDIEU, 2007) e fornecendo ou não a chave de acesso a esse universo, estranho ao seu originário. No caso do grupo dos **não adaptados**⁸, ocorre uma certa transposição dos modos de ocupação do espaço – tal qual os operados na favela – para o condomínio (cachorros soltos, varais no primeiro andar, pequenos comércios com produtos expostos nas janelas, lixo sendo atirado pela janela, audição de música em alto volume), contrariando a expectativa do outro grupo, que embora também seja constituído por oriundos da favela, é composto por famílias que contam com fonte de renda fixa e, de alguma maneira, incorporaram as regras de etiqueta e convivência que envolvem a vida em condomínio (ordem, limpeza, discricção).

Um dos principais aspectos diferenciadores dos dois grupos reside na percepção ou não de melhora nas condições de vida após a mudança para o apartamento. Para o grupo composto pelos **adaptados**, a mudança implicou em melhora material, pois, dentre outras coisas, as frequentes enchentes não destróem mais a mobília e o novo endereço, fora da favela, facilitou a conquista de emprego. Exemplo desta percepção encontra-se no depoimento abaixo:

[...] eu agradeço todos os dias a Deus a oportunidade de ter vindo pra cá, apesar de todos os problema que tem, todas as reclamações. O meu apartamento, graças a Deus, não tem nenhum tipo de problema. Eu brigo por causa do problema dos outros, e muito, porque eu não acho justo, e minha vida no meio de tudo isso mudou pra melhor, graças a Deus.⁹

⁸ As expressões **adaptados** e **não adaptados** derivaram da referência recorrente, pelo grupo de moradores satisfeitos, a si próprios e aos outros, respectivamente, com frases como: “Eles não se adaptam” ou “A gente tem que se adaptar à vida em condomínio”.

⁹ Depoimento de Zuleide, sexta série, 42 anos, diarista desde os 14, concedido para esta pesquisa em outubro de 2015.

Outro entrevistado destaca, em sua percepção de melhoria de condições de vida, a fatura de alimentos: “Em comparação a lá, a gente tá no céu. Tem um monte de coisa na geladeira, então é uma boa coisa pra viver, né.”¹⁰

Para Ana Paula, a melhoria nas condições de moradia e de vida é percebida em várias dimensões: espaço e número de cômodos, aparência do lugar, a infraestrutura com área de lazer, entrega de correio e ponto de ônibus próximo.

Melhorou 100%. Acho assim: o espaço para os meus filhos, porque lá morava num cômodo e um banheiro. Cada um tem seu quarto...ter onde andar. Lá não tinha onde andar, saía de um canto tava no mesmo lugar. Aqui não. Aqui ele tem espaço pra brincar no parquinho. A menina fica a vontade.... quando eu ia fazer alguma coisa eu não podia dar o endereço de lá porque nunca chegava eu tinha que ir no correio. Aqui não, a gente pega na portaria, a gente não precisa se preocupar de ir atrás da conta. Porque lá eles não entravam pra entregar. As vezes dava o endereço do vizinho e ia buscar no vizinho... Lá tinha que andar bastante até o ponto de ônibus, quando chovia melava o pé de lama....¹¹

Além de ter um endereço fixo, esta mesma interlocutora refere o pagamento das contas relativas à prestação do apartamento e à manutenção do condomínio como um marcador da melhora da auto-estima, definida pela expressão **ter postura**: “(...) agora eu tenho postura, eu tenho contas para pagar no fim do mês, eu abro e fecho o portão para ir ao trabalho...”

Em contraposição, como representante do grupo daqueles julgam estar em piores condições na nova moradia, os aqui denominados inadaptados – destacamos o depoimento de Dona Luzia, que tinha como principal fonte de renda um pequeno negócio estabelecido em seu barraco, onde comercializava gêneros alimentícios, materiais de limpeza básicos, balas, doces e bebidas. Com a mudança para o condomínio está sendo impedida de manter esta fonte de renda e afirma preferir retornar ao alojamento, mesmo com a constante companhia dos ratos.

Eu vou pra qualquer lugar, mas isso aqui não é vida. Desde que eu possa trabaiaá. Eu não escolho o lugar. Só que aqui tá assim, eu não posso trocá nem vendê, tem que esperar dois anos. Não foi bom vir pra cá, eu preferia fica no alojamento! Eu fiquei cinco anos e pouco lá. Olha, tirando a convivência dos ratos, mas os meus gatos comiam os ratos lá. E eu não tinha problema lá, eu vendia doce, cerveja, refrigerante, vendia tudo lá... E aqui, de onde vou tirar dinheiro?¹²

¹⁰ Depoimento de Sr. Adalberto, quarta série, aposentado por invalidez, 61 anos, concedido para esta pesquisa em julho de 2015.

¹¹ Depoimento de Ana Paula, diarista, 34 anos, cursando ensino médio, concedido para esta pesquisa em julho de 2015.

¹² Depoimento de D. Luzia, sem instrução formal, dona de pequeno comércio, 58 anos, concedido para esta pesquisa em agosto de 2015.

O mesmo tipo de percepção encontramos em Dona Edicleide, que tem dificuldades de pagar as contas e lida com o problema da drogadição de um dos filhos. Neste ponto do diálogo, seu discurso é cifrado, pois não pode falar abertamente no assunto, devido à presença do filho, com quem se preocupa por conta do envolvimento com drogas. Ela se queixa da proximidade e facilidade em obtenção, estando agora o tráfico em um ambiente mais confinado e, de certo modo, mais protegido de intervenções policiais.

Pra ser sincera eu estaria lá...eu tinha um pouquinho mais de paz. Era barraco, mas nãoparece que eu tinha mais sossego. Não tava essa confusão toda. Não sei, é que piorou depois que ele (o filho) veio pra cá, eu não sei. Antes, a gente não tinha que se preocupar em pagar nada, só com o que comer, agora é muita conta pra pagar.¹³

Foi evidenciando-se, portanto, que essas famílias, que antes se reconheciam como parte de um mesmo universo e se percebiam como pertencentes a uma mesma comunidade, agora assumem diferentes modos de lidar com a nova condição de moradia. Assim, assumir-se ou não em outra condição, como situados ou não em outra posição social, converte-se em uma importante fronteira simbólica estabelecida entre os dois grupos, a qual foi constantemente referida e reforçada durante as entrevistas com os moradores pertencentes ao grupo dos adaptados, que se referiam aos inadaptados como favelados, desordeiros, bagunceiros. Este julgamento negativo daqueles definidos como favelados configura-se numa situação, dentre as várias identificadas durante o trabalho de campo, que permite analogias com a relação entre os grupos de **estabelecidos** e **outsiders** analisados por Elias & Scotson (2000), em seu clássico estudo sobre um povoado industrial localizado numa pequena cidade inglesa. Curioso notar como os moradores que foram contemplados pela política da CDHU – e se mostram satisfeitos, manifestando uma mudança de auto-imagem – e esforçam-se em criar e reforçar uma fronteira simbólica entre um NÓS e um ELES, esses últimos chamados de favelados, classificados como sem educação, porcos, ou por comentários como: "educação vem do berço". Similarmente, no clássico estudo referido, os estabelecidos moradores da parte mais antiga do bairro também classificavam os moradores mais recentes como desorganizados, sujos, por eles chamados de ratos, criando e cultuando uma hierarquia de *status* que acaba por levar os *outsiders* a introjetarem a idéia de que eram, de fato, seres humanos inferiores.

Um dos aspectos que mais provoca indignação aos adaptados refere-se, justamente, à ausência de hábitos de higiene e limpeza, revelada quando seus vizinhos atiram pela janela embalagens vazias e bitucas de cigarro, ou descartam

¹³ Depoimento de D. Edicleide, segunda série, vendedora ambulante desempregada, 42 anos, concedido a esta pesquisa em agosto de 2015.

papéis de bala e chicletes mascados pelas escadas dos prédios. Outra fonte de indignação refere-se ao não pagamento das contas relativas ao condomínio e à prestação do apartamento, como ilustram os depoimentos destacados a seguir:

[...] também tem aquelas pessoas que saiu de lá que já não pagava nada, chegou aí e não continua a pagar nada. Tá há um ano aí e nunca pagou nada, então eles pensa que aqui é favela.¹⁴

Eu tenho assim, uma coisa enlouquecida na minha mente: como que você tem a chance de ter a tua moradia, de ter um imóvel que você vai envelhecer, que você vai ficar ali, né, como é que você não paga? Que você assinou, né, que você fez um contrato com um banco, como que você não paga? Quer dizer, você pensa o quê?¹⁵

Em várias situações de entrevista com moradores adaptados, notamos a clara separação entre eles e aqueles que seriam os favelados, por eles definidos como portadores de uma condição essencial, naturalizando-a, como se não fosse possível dela sair jamais:

[...] ó ... você mora na favela, mas você não é a favela. Uma coisa é você morar no local por sua necessidade, outra coisa é você ser aquilo. É uma diferença gigantesca....¹⁶

Então eles se comporta como favelado aí memo. Porque tem o que mora na favela, né, e tem o favelado. Eu me considero que eu morava na favela, mas eu não era favelado. Aí, nêgo passa pra cá e tem nêgo que nunca trabalhou na vida, nunca pagou nada, e eles (referindo-se à CDHU) pensa que é igual, e não é.¹⁷

Notamos que, embora estejam em condições de igualdade para recomeçar a vida, ou seja, usufruírem de uma mesma política pública – morando em apartamentos com divisão adequada de cômodos e acabamento íntegro, com infraestrutura de água e luz, asfalto e transporte público – algumas famílias percebem esta condição como uma oportunidade de mudar de patamar em sua luta para conquista de uma suposta melhoria de posição social, enquanto outras não detém alguns recursos – que podemos entender como **capital cultural e social** (BOURDIEU, 2007) – necessários para transpor o olhar para além das dificuldades encontradas no presente. Esta

¹⁴ Depoimento de Sr. Adalberto, quarta série, aposentado por invalidez, 61 anos, concedido para esta pesquisa em julho de 2015.

¹⁵ Depoimento de Janeide, cursando ensino médio, diarista, 35 anos, concedido para esta pesquisa em outubro de 2015 .

¹⁶ Idem.

¹⁷ Depoimento de Sr. Adalberto, quarta série, aposentado por invalidez, 61 anos, concedido para esta pesquisa em julho de 2015.

diferença tão marcante nas formas de apropriação dos recursos disponibilizados pela política habitacional, bem como na elaboração de projetos futuros, é um dos mais significativos divisores de água no grupo de famílias focado neste estudo, demarcando uma importante fronteira simbólica interna ao mesmo.

De fato, embora todas as famílias moradoras deste condomínio tenham sido deslocadas da mesma favela e habitado o mesmo alojamento por cinco anos, assim como todas relatem uma origem familiar muito similar – famílias vindas de zona rural, pais com baixa ou nenhuma escolaridade e que não contam com emprego fixo, exercendo ocupações temporárias – identificamos uma diferença marcante entre dois grupos de moradores, no que toca à sua auto-estima, à percepção de melhora das condições de vida e à elaboração de pensamento prospectivo. Esta diferença nos remete a uma ponderação teórica acerca da preponderância das condicionantes objetivas presentes na formulação bourdiana relativa à noção de *habitus*, bem como nos coloca a necessidade de buscar uma perspectiva analítica que enfatize a dimensão subjetiva das práticas, sem desconsiderar as condicionantes estruturais que formatam as disposições culturais.

Nesse sentido, nos aproximamos das reflexões de Lahire (2007), que aponta para a importância, na contemporaneidade, da heterogeneidade das instâncias socializadoras e pluralidade de espaços sociais por onde os agentes circulam. Em suas palavras:

[...] a realidade social é mais complexa do que a teoria da legitimidade cultural dá a entender. É o estudo sistemático das variações intra-individuais dos comportamentos culturais que obriga a que se vejam os deslocamentos efetuados por um mesmo indivíduo de um registro cultural para outro. (LAHIRE, 2007, p.800).

Para Lahire (2007), portanto, a pluralidade de disposições culturais, muitas vezes incoerentes, dificultaria a aplicação do conceito de *habitus*, em princípio pautado na unidade. Setton (2002, 2015) diverge desta perspectiva, contribuindo para o debate acerca da atualidade do conceito de *habitus*, ao apontar sua condição processual e mutável.

Contudo, ao contrário e diferente deste autor (referindo-se a Lahire), considera-se que o conceito de *habitus* continua sendo um instrumento de análise relevante para se compreender os processos socializadores atuais(...) *Habitus* é mediação que se constrói processualmente, em muitos momentos da trajetória dos sujeitos; um conjunto de experiências acumuladas e interiorizadas, passíveis de se modificarem e de se realizarem como respostas aos momentos de necessidade.(SETTON, 2015, p.1409).

Reitero a necessidade de considerar o *habitus* um sistema flexível de disposição, não apenas resultado da sedimentação de uma vivência nas instituições sociais tradicionais, mas um sistema em construção, em constante mutação e, portanto, adaptável aos estímulos do mundo moderno: um *habitus* como **trajetória**, mediação do passado e do presente; *habitus* como história sendo feita; *habitus* como expressão de **uma identidade social em construção**. (SETTON, 2002, p.67, grifos meus).

A autora enfatiza que a circulação de referências identitárias e repertórios culturais – como parte do fluxo global de pessoas, signos e referências, característico da experiência social contemporânea – e a consequente pluralização de espaços sociais propiciariam ao indivíduo um processo de socialização mais híbrido, pois constituído por instituições e instâncias diversas.

A coexistência de distintas instâncias de socialização, com projetos múltiplos e uma maior circularidade de valores e referências identitárias, configura um campo da socialização híbrido e diversificado. Com base na discussão anterior, é possível ver essa nova configuração contribuindo para a construção de um *habitus*, a construção de um novo sujeito social, agora não apenas influenciado e determinado pelas instâncias tradicionais da socialização – a família e a escola. (SETTON, 2002, p.67).

É possível sugerir que o *habitus* construído por disposições híbridas (Setton, 2002) na contemporaneidade, possa influir na teoria da distinção, quando observamos que, entre nossos interlocutores, o desejo de aquisição de bens **de marca** – cuja ocorrência é, predominantemente, entre os jovens – carrega a intenção de experimentar, mas não de imitar para tornar-se de outra classe social. Esta perspectiva analítica não desconsidera a desigualdade social e cultural que hierarquiza brutalmente nossas sociedades, como demonstra Bourdieu (2007), mas enfatiza a preocupação com a circulação de referências culturais diversas.

Assim sendo, em consonância com Setton (2002; 2015), nos afastamos de Lahire (2007) no que se refere às suas críticas à inviabilidade do *habitus* como conceito para compreensão da cultura contemporânea, mas concordamos com sua indicação de que se faz necessário ajustar o foco da análise bourdiana, enfatizando mais a dimensão subjetiva, relativa às singularidades das trajetórias individuais dos agentes.

Neste sentido, vale ressaltar a relação com o universo do tráfico e o uso de drogas como um importante sinalizador das trajetórias individuais, marcadas pela pluralidade de pertencimentos sociais e simbólicos e pelos múltiplos espaços nos quais os indivíduos desenvolvem suas práticas culturais. A disponibilidade da droga

e o convívio diário com os usuários e traficantes são colocados para todas as famílias do condomínio, mas o envolvimento dos filhos com esse universo – que em geral é devastador para a família, acabando em homicídios, roubos e desagregação – parece depender das trajetórias individuais. Pudemos testemunhar, em uma mesma família, o envolvimento de um adolescente com o tráfico, que resultou em seu assassinato, enquanto seu irmão um ano mais novo se manteve distante deste universo.

Em suma, há, evidentemente, condicionantes sociais, mas que, se tomados isoladamente, não sustentam suficientemente uma compreensão satisfatória. Contudo, convém ressaltar que a proposição de uma perspectiva que procure enfatizar a dimensão subjetiva na busca da compreensão das práticas e representações dos agentes, não implica na pressuposição de indivíduos autônomos, desprendidos das instituições sociais, mas remete ao conjunto das estruturas sociais que as definem.

Por fim, vale ressaltar que esta pesquisa vem somar-se aos esforços de aprofundar a reflexão sobre o pensamento de Pierre Bourdieu, ao iluminar a dimensão subjetiva na configuração das relações sociais e na trajetória dos agentes. Trata-se de uma postura teórica situada **contra e com** Bourdieu – na medida em que busca alargar a compreensão de questões por ele propostas – lançando luz para o polo das subjetividades na configuração da realidade social, mas partindo do reconhecimento de que sem suas originais e instigantes contribuições, a proposição desta pesquisa nem teria sido possível.

SOCIAL CONDITIONERS AND SINGULAR TRAJECTORIES: HABITUS AS ANALYTICAL KEY IN PROCESSES FOR THE CONSTITUTION OF TIES OF BELONGING AND SYMBOLIC BOUNDARIES

ABSTRACT: *This article is based on a field research conducted in a neighborhood in the periphery of Santo André, in the state of São Paulo, Brazil and discusses the sense of belonging to the middle class by its residents, in the face of social inclusion policies implemented in the first decade of the twenty-first century by the state and federal governments. This work also emphasizes the symbolic boundaries established by a group of recently transferred households from a slum area to a condominium of buildings, delivered as part of the housing policy of the State of São Paulo, problematizing the predominance of singularities of the individual trajectories, which pass through multiple social spaces in the contemporaneity, when operating with the concept of habitus.*

KEYWORDS: *Symbolic Borders. Ties of Belonging. Agent x Structure. Social Conditioning. Habitus.*

CONDICIONANTES SOCIAIS E TRAJETÓRIAS SINGULAR: HABITUS COMO CLAVE ANALÍTICA EM PROCEDIMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DE ENLACES DE PERTENÊNCIA E FRONTEIRAS SIMBÓLICAS

RESUMEN: *El artículo parte de investigación de campo realizada en un barrio de la periferia de Santo André, Grande São Paulo, y discute los sentidos de pertenencia, o no, a la clase media, por parte de los moradores, frente a las políticas de inclusión social implementadas en la primera década de los años 2000, por los gobiernos estadual y federal. En un segundo momento enfatiza las fronteras simbólicas establecidas por un grupo de familias recién transferidas de área de favela a un condominio de edificios entregados como parte de la política de vivienda del Estado de Sao Paulo, cuestionando la preponderancia de las singularidades de las trayectorias individuales - que cruzan múltiples espacios sociales en los tiempos contemporáneos - cuando se opera con el concepto de habitus.*

PALABRAS CLAVE: *Fronteras simbólicas. Enlaces de pertenencia. Agente x estructura. Condicionantes sociales. Habitus.*

Agradecimentos

Registro meus agradecimentos à FAPESP que concedeu auxílio para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP/ Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. What Makes a Social Class? On The Theoretical and Practical Existence Of Groups. **Berkeley Journal of Sociology**, Vol. 32, p.1-17, 1987.

_____. Gostos de classe e estilos de vida In: ORTIZ, Renato (org.) **Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1983. p.82-121.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LAHIRE, Bernard. Indivíduo e Mistura de Gêneros: Dissonâncias Culturais e Distinção de Si. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 50, no 4, p.795-825, 2007.

Condicionantes sociais e trajetórias singulares: habitus como chave analítica em processos de constituição de elos de pertença e fronteiras simbólicas

ORTIZ, Renato (org.) **Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1983.

PETERS, Gabriel. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n.83,vol.28, p.47-71, 2013.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A escolha e o reconhecimento pela educação: o caso de Antonio. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, n. especial, v. 41, p.1405-1418, dez. 2015. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1405.pdf>. Acessado em: 18 mai. 2019.

_____. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.20, p.60-70, maio-ago de 2002. Disponível em: <www.producao.usp.br/.../handle/.../art_SETTON_A_socializacao_como_fato_social_t...> Acessado em: 18 mai. 2019.

Recebido em 13/02/2019.

Aprovado em 13/04/2019.

ATUALIZAÇÕES DA “BOA VONTADE CULTURAL”: INTERNACIONALIZAÇÃO E DIVERSIDADE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

*Miqueli MICHETTI**

RESUMO: O artigo apresenta uma análise das permanências e atualizações na composição do capital cultural no Brasil. A partir de estudo de caso baseado em observação participante realizada em estabelecimento de ensino superior em que predominam frações médias-altas e altas da estratificação brasileira, o texto mostra como capital de internacionalização e capital de diversidade compõem atualmente a busca pelo cosmopolitismo como elemento distintivo nas disputas simbólicas entre grupos e classes. Além de examinar a atualidade da noção bourdieusiana de boa vontade cultural, analisando a boa vontade internacional e a boa vontade às avessas, o artigo explora contradições, tensões e conflitos que emergem quando o discurso da diversidade, lastreado na diferença e na desigualdade, se transforma em valor simbólico entre frações de elite.

PALAVRAS-CHAVE: Classes sociais no Brasil. Capital cultural. Boa vontade cultural. Diversidade e internacionalização. Ensino superior.

Introdução: desigualdades e distinções no ensino superior brasileiro

As estratégias educacionais, as instituições escolares e a educação de maneira mais geral ocupam lugar central nas análises de Pierre Bourdieu sobre a concentração desigual de capitais, as (re)produções de pertencças e exclusões entre grupos e

* UFPB – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Campus I. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. João Pessoa – PB – Brasil. 58051900 - miquelimichetti@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-2236-5126>.

classes e, de maneira mais abrangente, sobre a dominação social (BOURDIEU, 1989, BOURDIEU; PASSERON, 1964, 1982, BOURDIEU; SAINT MARTIN, 1987). Suas obras foram pontos de partida para muitos trabalhos posteriores sobre o tema (DIMAGGIO, 1982; LAHIRE, 1995, LAREAU; WEININGER, 2003, CANEDO; TOMIZAKI; GARCIA, 2013, ALMEIDA *et al.*, 2004, ALMEIDA, 2011, ALMEIDA; NOGUEIRA, 2003, REAY, 2010, REAY; CROZIER; CLAYTON, 2009, BERTONCELO, 2016). A despeito de suas idiossincrasias, todos sustentam que a esfera educacional é uma dimensão crucial das disputas simbólicas que caracterizam as sociedades contemporâneas.

O Brasil assistiu a mudanças expressivas em seu mercado de diplomas recentemente, pois aumentou o número de pessoas de classes populares com acesso aos ensinos médio e superior, fenômeno impulsionado pela instituição de cotas para estudantes de escolas públicas e raciais em universidades públicas e também por outras iniciativas, como a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Assim, com as contradições que esse processo suscitou, o caso do país pode ser considerado particularmente elucidativo acerca de como as lutas simbólicas em torno da educação superior conformam as relações entre classes e estratos de classe. (RIBEIRO, CENEVIVA e BRITO, 2015).

Inserindo-se nesse contexto mais amplo, esse artigo dedica-se a uma investigação micro-sociológica das dinâmicas simbólicas e disputas distintivas por capitais no seio da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP – FGV). O procedimento metodológico fundamental ao estudo de caso foi a observação participante, estabelecida de 2012 a 2017, enquanto docente da instituição¹. A escolha do *corpus* de análise se fez fundamentalmente em razão da posição ocupada por tal instituição no campo educacional brasileiro, uma vez que ela arregimenta predominantemente camadas médias-altas e altas de nossa estratificação, sendo *locus* estratégico de sua reprodução e um espaço privilegiado para perceber as disputas simbólicas entre o que Bourdieu chamaria de burguesia e pequena burguesia. Ademais, mesmo que restrito, o acesso de estratos de classes populares a tal ambiente complexifica ainda mais tais dinâmicas, de forma que tomaremos a instituição como um microcosmo que pode ser elucidativo de uma realidade mais ampla.

Além disso, a formação e, de maneira mais ampla, o universo dos economistas e administradores é reconhecidamente uma instância heurística para se compreender a reprodução econômica e simbólica do capitalismo contemporâneo (ORTIZ, 2015, VASCONCELLOS, 1998, ENGELMANN, 2008, GRÜN, 2004, LOUREIRO,

¹ A Fundação Getúlio Vargas foi fundada em 1944 no Rio de Janeiro. Atualmente, ela conta com 10 diferentes escolas em suas duas sedes, localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. A EAESP foi fundada em 1954 e ainda hoje é a maior de suas escolas em número de alunos.

2004-2005, LÓPEZ-RUIZ, 2007). O acesso privilegiado do(a) pesquisador(a) a tal espaço também foi um dos definidores do escopo de análise, uma vez que a pesquisa em ambientes constituídos por frações dominantes costuma ser um desafio para os estudos sobre elas (HERTZ; IMBER, 1995, PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 1997, ORTNER, 2010; ALMEIDA; MOSCHKOVICH; POLAZ, 2012).

A partir dessa base empírica e com o desafio de trabalhar criticamente com o legado boudieusiano, o artigo analisa algumas das principais modulações contemporâneas dos capitais culturais distintivos no espaço social pesquisado. Após essa introdução, segue-se uma discussão sobre as estratégias institucionais e individuais de acúmulo de capital de internacionalização e as disputas simbólicas que implicam. Na sequência, apresenta-se a ideia da transformação da diversidade em valor simbólico entre diferentes estratos de classe, com atenção às contradições, tensões e conflitos envolvidos nesse processo. O texto se encerra com algumas considerações sobre a importância de se atentar às dinâmicas simbólicas para se compreender as relações entre classes no contexto brasileiro e para além dele.

Antes de continuar, contudo, é indispensável deixar claro que o capital cultural está longe de ser o único componente de tais relações. Atento ao caráter incontornável do componente econômico na constituição das classes, à multiplicidade dos elementos envolvidos na legitimação da dominação e à importância sociológica das formas de classificação e representação, Pierre Bourdieu (1982, 1989, 2002a, 2002b, 2007) elabora as noções de capital econômico, cultural e social (e suas conversões em capital simbólico) para compreender o mundo social. Tal multiplicidade de capitais se fez notar nas dinâmicas sociais analisadas. Inclusive, o acúmulo de capital econômico é praticamente um pré-requisito à entrada na instituição de ensino em que baseamos o estudo, pois sua mensalidade é de cerca de quatro vezes a renda *per capita* média no país². O capital social também é reconhecidamente um grande diferencial distintivo da FGV com relação às outras instituições de ensino superior que oferecem cursos da mesma área. Assim, é sem negligenciar o peso inegável dos outros capitais que o foco deste artigo radica na análise das modulações atuais do capital cultural.

Permanências e atualizações no capital cultural de elites universitárias

O que conta como capital cultural é definido relacionalmente (BOURDIEU, 2007, BENNETT *et al*, 2009). O caso que analisamos está inserido no campo mundial das *business schools* de elite, no qual a internacionalização é valor

² A mensalidade da FGV-EAESP era superior a R\$4.000,00 e a renda *per capita* média brasileira era de R\$1.268,00 em 2017, ABDALA (2018).

simbólico central, ainda que outros tipos de capital cultural estejam presentes. Historicamente, o cosmopolitismo já era considerado um componente do capital cultural de certos estratos de classe (WAGNER, 2007). Contudo, atualmente ele parece ser constituído por uma composição entre capital de internacionalização e capital de diversidade (MICHETTI, 2015), o que implica em novidades para análise.

Como “as estruturas institucionais afetam o valor das diferentes formas de capital nas estratégias de investimento escolar” (BERTONCELO, 2016, p.167), a busca por esses capitais foi percebida tanto em estratégias institucionais quanto em iniciativas individuais. Nessas duas formas de capital cultural vigentes no seio do estabelecimento analisado, pode-se perceber diferentes declinações do que Bourdieu (2007, p.300) denominou como “boa vontade cultural”, cujo “princípio” é definido por ele como “a diferença entre conhecimento e reconhecimento” da “cultura legítima”. A fração dominada reconheceria a legitimidade da cultura burguesa, sem, contudo, conhecê-la. Nesse artigo, a noção é alargada para referir-se a diferentes situações em que determinados atores endossam como capital simbólico um capital que não possuem.

Capital de internacionalização e a boa vontade internacional

A cultura internacional é um conjunto de bens simbólicos desigualmente distribuídos e é também uma cultura no sentido antropológico, um conjunto de regras, práticas e crenças comuns a um grupo (WAGNER, 2007, p.43). A busca pelo cosmopolitismo constitui há tempos um traço próprio ao estilo de vida de elites no Brasil e a escolarização no exterior era uma prática corriqueira desde o período colonial que se dava, em geral, no nível universitário explica Andréa Aguiar (2009). Contudo, essa autora aponta (2009, p.68) que “a massificação escolar e a perda do valor distintivo dos diplomas”, teriam “acentuado a demanda atual por novos atributos na formação”, de modo que atualmente as estratégias “ocorrem com muito maior frequência, se estendem a novos grupos sociais e, além disso, se dão ao longo de todos os níveis de escolarização”. Diante da intensificação recente das trocas internacionais, outros grupos sociais, em especial as classes médias ascendentes, experimentariam “o sentimento de privação de recursos que eles anteriormente não interpretavam como capitais”. Isso estaria na raiz do que ela denomina como “boa vontade internacional”, caracterizada por “investimentos ansiosos na atualização, tornada urgente, da composição do próprio patrimônio cultural, avaliado e percebido, nos dias de hoje, como que desfalcado de um marcador de valor essencial, o capital internacional” (AGUIAR, 2009, p.77).

Tais atualizações nos investimentos em capital internacional se fazem notar na EAESP-FGV, mas é importante ressaltar que ela tem a busca pelo internacional

como marca de origem (VASCONCELOS, 1998; LOUREIRO, 2004-2005). As estratégias de internacionalização, contudo, se remodelam. Atualmente, ela procura figurar em classificações (*rankings*) internacionais de escolas de negócios de elite e de *think tanks*, busca o aval de acreditadoras que operam globalmente, insere-se em redes internacionais e estabelece parcerias com instituições mundialmente prestigiosas, estimula a mobilidade internacional de alunos e professores, oferece programas para estrangeiros, bem como disciplinas e cursos regulares em inglês para brasileiros.

Destaque-se, a título de exemplo, a publicização da avaliação da instituição como “um dos melhores *think tanks* do mundo”.

A Fundação Getulio Vargas está pelo nono ano seguido entre os melhores *think tanks* do mundo. É o que aponta o 2017 *Global Go To Think Tank Index Report*, divulgado pela Universidade da Pensilvânia. Nesta edição, a FGV ficou na 7ª posição, figurando entre os 10 melhores *think tanks* do mundo pelo segundo ano consecutivo, além de ter sido considerada o melhor *think tank* da América Latina pelo nono ano consecutivo [...]. (FGV, 2019a, n.p.).

Além disso, na divulgação da classificação dos cursos da FGV em *rankings* nacionais e internacionais, estes aparecem primeiramente.

A caução de acreditadoras internacionais de *business schools* é outra frente da luta por capital simbólico internacional (a ser usado também nacionalmente). Tais organizações atuam globalmente certificando que as instituições de ensino que pleiteiam seu aval se adequam a padrões e critérios internacionais de excelência, sendo, portanto, disseminadoras de princípios de legitimidade e consagração do que é considerado capital simbólico nesse meio. É com alarde que a EAESP propagandeia sua “tripla acreditação, mérito de menos de 1% das Escolas de negócios do mundo”:

A FGV EAESP figura desde 2004 entre as melhores instituições do mundo pelas três mais importantes acreditadoras internacionais: *Association to Advance Collegiate School of Business* (AACSB), *European Foundation for Management Development* (Equis-EFMD) e *Association of MBAs* (AMBA). Apenas 82 das 14 mil escolas de negócios do mundo têm esta tríplice coroa”. (EAESP-FGV, 2019, n.p.).

Tal fato é repetido pela diretoria da instituição em todos os eventos de que participa. As siglas são sempre pronunciadas em inglês e, embora pareça pouco provável aos neófitos, logo são memorizadas pela chamada **comunidade geveniana**.

A metáfora monárquica nativa permite perceber a importância que as acreditadoras têm para a instituição. Diferente das linhagens aristocráticas, contudo,

ressalta-se o elemento meritocrático da coroação. As coroas não estão garantidas para sempre. Por isso, as ocasiões periódicas de reacreditação, em que representantes das acreditadoras visitam a instituição, são momentos de preparação e tensão. Muito do funcionamento da instituição se organiza para fazer frente ao estatuto de escola de excelência internacional nos termos de tais agências. As diretrizes das acreditadoras influem em questões que vão desde a classificação dos docentes em uma taxonomia de quatro tipos, até a maneira como a escola tenta promover a diversidade. Além disso, os professores dos programas de pós-graduação *stricto sensu* devem publicar seus trabalhos prioritariamente em veículos da *ABS List*, a lista de periódicos selecionados pela *Association of Business Schools*³, ao invés da lista nacional Qualis-Capes.

Envergar as coroas é algo fundamental ainda às parcerias e alianças estratégicas internacionais da instituição e vice-versa. Além de integrar “as principais redes parceiras internacionais de escolas de negócios e Administração, como GNAM, CEMS, PIM, PRME, COBS, GPPN e IPBS” (EAESP-FGV, 2019, n.p.), a EAESP busca destacar as Instituições Parceiras Internacionais:

Com mais de 100 instituições parceiras de renome nas Américas, Ásia, Europa, África e Oceania, as portas estão abertas para experiências acadêmicas e profissionais em todo o mundo. A FGV EAESP é uma escola de negócios global que envia e recebe alunos em âmbito internacional, localizada no centro financeiro do Brasil”. (EAESP-FGV, 2019, n.p.).

Tais redes e parcerias são importantes para a mobilidade internacional de discentes e docentes, cujos destinos mais procurados são Europa e Estados Unidos. Países da África, Ásia e América Latina são mais raramente tidos como opção pelos alunos e por suas famílias (NOGUEIRA, 1998). Estas são altamente engajadas na seleção dos lugares, mesmo porque, embora haja auxílios da própria EAESP em alguns casos, boa parte dos custos dos intercâmbios são arcados pelas famílias. Nas apresentações sobre intercâmbios feitas pela Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) aos alunos ingressantes, diante do baixo interesse destes por lugares alternativos à Europa e aos EUA, busca-se sublinhar quais seriam os ganhos de investimentos considerados heterodoxos. A coordenadora do órgão, uma alemã, insiste a cada semestre que, “para um brasileiro ser o CEO⁴ ou o CFO⁵ de uma empresa global, é preciso ocupar primeiro esses postos no nível da América Latina”.

³ Para mais detalhes verificar: <<https://charteredabs.org/academic-journal-guide-2018-available-now/>> Acessado em: 16 jan. 2019.

⁴ *Chief Executive Officer*.

⁵ *Chief Financial Officer*.

O curso de Administração Pública tem no currículo obrigatório as chamadas imersões local e federal e a conexão Sul-Sul, que prioriza a circulação por países da América Latina e, potencialmente, da África. Diante do apelo positivo das experiências de mobilidade, as conexões e imersões foram estendidas também ao curso de Administração de Empresas. Inclusive, nas entrevistas e cartas de motivação recentemente incluídas pela EAESP-FGV em seu processo seletivo – ao modelo das universidades americanas que vê como homólogas – as possibilidades de períodos de formação fora do país oferecidas pela instituição eram evocadas frequentemente pelos candidatos como um dos diferenciais definidores da opção pela instituição.

Entretanto, boa parte dos movimentos de internacionalização que passam por escolhas individuais reproduzem as classificações e assimetrias entre países. Internacionalidade ou globalidade são atributos vinculados a poucos lugares do mundo, de modo que investir neles é mais seguro. Contudo, a valorização da aptidão ao risco no universo corporativo e a busca por construir narrativas de vida interessantes o suficiente para figurar nas *application letters* submetidas nas inscrições de processos seletivos de instituições estrangeiras em fases subsequentes da formação impulsionam alguns investimentos com ares menos cautelosos. Ademais, alunos que já tiveram as experiências indispensáveis nos EUA e na Europa podem ser mais inclinados a acumular outras modalidades de capital de globalidade. Ao mesmo tempo, estudantes sem recursos econômicos assegurados vislumbram mais frequentemente a América Latina como destino plausível, especialmente quando há bolsas específicas para essa região⁶. Há ainda a disputa pelas vagas nas instituições parceiras mais cobiçadas, definidas de acordo com a média padronizada das notas dos discentes. A escolha dos destinos também é algo enformado socialmente e é, por isso, distintiva⁷.

Valor simbólico central nesse meio, a mobilidade internacional se dá a ver também na circulação de docentes, que são inseridos informalmente em uma espécie de escala de internacionalização. Os mais internacionalizados são os que trabalham em *double appointment*, ou seja, passam parte do ano na FGV e parte do tempo em instituição estrangeira. O fato de ter doutorado no exterior também é distintivo, assim como os pós-doutoramentos e os períodos como *visiting scholar* ou *visiting professor* em universidades e países de prestígio. Recentemente, o processo seletivo de contratação de docentes passou a buscar mais ativamente professores estrangeiros. Por se querer a mais global das escolas brasileiras, ela almeja ser constituída por profissionais (cada vez mais) globais.

⁶ Como, por exemplo, as fornecidas pelo Banco Santander. Mais informações em: https://www.santander.com/csgs/Satellite/CFWCSancomQP01/pt_PT/Corporativo/Sustentabilidade/Santander-Universidades-/Bolsas-America-Latina-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o.html. Acessado em: 27 fev. 2019.

⁷ A noção de escolha no âmbito educacional é bastante discutida na literatura sobre educação (BALL; BOWE; GEWIRTZ, 1996, REAY, 2010, REAY *et al*, 2001, BERTONCELO, 2016).

Além disso, em 2015, a EAESP-FGV passou a oferecer um curso de graduação em Administração de Empresas lecionado integralmente em inglês, algo até então inédito no país, mas que já ocorria em *business schools* de vários países que não tem o inglês como língua nacional. Ele se inscreve no conjunto de esforços de adequação da instituição a padrões de internacionalização de acreditadoras e parceiras internacionais. Anteriormente, a instituição já oferecia disciplinas de programas de pós-graduação em língua inglesa, o que se intensificou nos últimos anos, e atualmente as disciplinas de finanças são lecionadas em inglês também no curso regular, em português.

Embora um dos objetivos enunciados fosse estimular a recepção de alunos estrangeiros, a turma em inglês era constituída quase que exclusivamente por alunos brasileiros e deu ensejo a uma série de classificações entre vários dos atores envolvidos. Com a criação do curso, as aulas ministradas em inglês deixaram de ter remuneração mais alta e assumiu-se que o professorado tomaria a tarefa como uma gratificação em si, uma deferência no universo das *business schools*. Alguns tomaram a nova atribuição como um fardo a mais, outros disputaram para serem os professores a lecionar na turma em inglês, mas de maneira geral, a incumbência pareceu ser vivida como um esforço adicional e, ao mesmo tempo, criou-se uma (auto)identificação dos professores que lecionam na turma em inglês.

O capital linguístico dos docentes era classificado pelas turmas em avaliações anônimas formais, em reuniões com a coordenação do curso e também no cotidiano. Nos corredores e espaços de convívio o nível de inglês dos professores virou assunto, motivos de congratulações e chacotas. Um exemplo quase anedótico foi o de uma aluna que reclamou do sotaque, julgado insuficientemente metropolitano ou cosmopolita, do único professor estadunidense do curso.

O alunato também passou a se distinguir com respeito ao novo curso. No começo de cada semestre, as distinções em termos de capital linguístico entre os estudantes da turma em inglês ficavam claras: havia os poucos que viveram e estudaram fora do país, geralmente em razão da profissão dos pais, os que frequentaram escolas internacionais no Brasil ao longo do ensino fundamental e/ou médio, os que já tinham estudado fora em intercâmbios e os que aprenderam inglês em escolas de línguas. O último grupo oscilava entre uma posição mais silente e os pedidos de desculpas com relação ao nível da produção linguística, especialmente oral. Inversamente, também era frequente o uso de expressões coloquiais, gírias e cacoetes próprios a falantes nativos da parte dos que se sentiam mais à vontade com a língua.

Os integrantes da turma em inglês se enunciavam, com relação às turmas em português, como especiais, ousados, mais dispostos e aptos a preparar-se para os desafios do futuro, em que vislumbravam tanto etapas da formação acadêmico-profissional quanto carreiras multinacionais. Quando questionados sobre o fato de

a iniciativa ser experimental, eles enunciavam terem confiança na instituição e, ao mesmo tempo, serem mais afeitos ao risco, o que é distintivo de acordo com o *ethos* do universo corporativo atual (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999, GORZ, 2005, SENNETT, 2004, LOPEZ-RUIZ, 2007, WAGNER, 2007).

Por oposição, os estudantes das turmas regulares classificavam os colegas da turma em inglês como aspirantes a uma posição que na realidade não existiria, já que, se fosse para estudar em inglês, seria melhor estudar fora do país, de verdade. Seriam, assim, *wanna bes*, na expressão que, ironicamente, empregavam em inglês. Classificavam-nos ainda como cobaías de um experimento e acreditavam que o nível do curso seria inferior, já que os mesmos professores deveriam ser melhores na língua nativa do que em inglês.

As disputas se deram, portanto, em torno a) do capital linguístico e b) da legitimidade da estratégia de internacionalização. Sobre este último aspecto, Aguiar e Nogueira (2008) também apontaram distinções entre as estratégias locais de internacionalização e as estratégias via mobilidade geográfica. Quando ao capital linguístico, é interessante destacar, com Bourdieu (2002b), que a língua estrangeira não surge apenas como competência, mas como uma competência **em situação**, como parte de um *habitus* dentro de um mercado linguístico no qual as disposições são distinta e distintivamente posicionadas. Logo, as maneiras de adquirir e de empregar dada habilidade importam tanto quanto ou mais que sua própria aquisição. Ainda para o autor, a relação da burguesia com a língua é de *aisance*, de estar à vontade, em seu próprio elemento, de ser o que se deve ser, de bastar. Por oposição, a relação que a pequena burguesia estabeleceria com a língua seria de timidez, tensão e hipercorreção: “*ils en font trop ou pas assez, ils sont mal dans leur peau*”. (BOURDIEU, 2002b, p.133). A **experiência** com a língua contaria como superior ao **saber** formal, o capital linguístico herdado e/ou desenvolvido lentamente e com naturalidade seria distintivo com relação àquele adquirido de modo claramente instrumental e apressado. Familiaridade e segurança se opõem à boa vontade também com relação ao capital linguístico, conforme corroborado pela diferença entre os utilitaristas e os identitários de que nos fala Prado (2002) ou entre dedicados e instrumentais indicada por Weenink (2005).

Na mesma direção, Andréa Aguiar e Maria Alice Nogueira (2008) sustentam que se trata menos de um conjunto de competências linguísticas do que de uma relação social com as línguas estrangeiras, na qual as diferentes condições da aprendizagem instauram uma clivagem entre aqueles que têm um domínio prático da utilização da língua em situações cotidianas de interação e, de outro, aqueles que têm dela um conhecimento imperfeito e mais formal. Anne-Catherine Wagner (2007) também reitera que são as condições sociais de aquisição das competências linguísticas que criam boa parte de seu valor, já que o domínio legítimo de uma língua implicaria em ser capaz de compreender seus subentendidos e jogar com

diferentes níveis de linguagem conforme as situações. Por isso, os herdeiros da cultura e da língua internacional seriam privilegiados, pois se distinguiriam dos autodidatas e dos que têm apenas um conhecimento escolar das línguas.

Assim, as dinâmicas simbólicas percebidas em torno do curso em inglês da EAESP-FGV se coadunam com a ideia de uma valorização incondicional da dimensão internacional do capital cultural (NOGUEIRA; AGUIAR, 2007; AGUIAR, 2009). A docilidade ou reverência com relação ao internacional se expressaria no plano das ideias, na crença quase absoluta de pais e filhos nos efeitos positivos da internacionalização, e no das ações, “na ânsia dos pais em investir nos recursos internacionais os mais rentáveis possíveis, capazes de proporcionar aos filhos disposições que eles próprios não possuem: certa desenvoltura diante do internacional, que reconhecem e cobiçam [...]” (AGUIAR, 2009, p.77).

As autoras consideram que a boa vontade internacional teria suas raízes na relação simbólica desigual entre as nações, segundo a qual os atributos culturais de países dominantes gozam de um reconhecimento e de um valor que se impõem às nacionalidades dominadas, para as quais os investimentos internacionais se tornam valorizados e valorizantes. Ainda que haja uma marca comum entre nosso estudo e os achados das autoras, consideramos necessário matizar o argumento da imposição dos valores simbólicos às elites de nacionalidades dominadas, uma vez que, embora inegavelmente haja desigualdades, há também usos estratégicos desses valores no posicionamento dominante de tais classes no próprio país, tal como apontado por Ortiz (2006) e Schwarz (1992) com referência a outros processos e, mais especificamente, por Poupeau (2004) e Dezalay (2004).

Diante disso, é preciso analisar a busca pela forma internacional de capital simbólico tendo em mente duas coisas. Primeiramente, que as dinâmicas distintas observadas no seio da EAESP-FGV podem ser concebidas como parte de um universo mais amplo, uma vez que as situações nacionais estão inscritas em um panorama mundial de relações de força simbólicas (ORTIZ, 2008). Depois, considerando a provocação colocada por Ana Maria Almeida (2011) acerca da utilidade da noção de capital cultural para pensar o Brasil. Ancorado na desigualdade social do país, o sistema escolar nacional tem por base uma segregação econômica que diferencia radicalmente a experiência escolar segundo o pertencimento de classe. Bertonecelo (2016) coloca a questão nesses termos:

[...] o capital cultural tende a ser um recurso relativamente eficaz em sociedades em que reformas educacionais reduziram drasticamente os custos da escolarização e praticamente anularam o impacto do capital econômico sobre a escolarização. Diferentemente, em países como os Estados Unidos ou o Brasil, em que o sistema de ensino é estratificado em toda a sua extensão em termos de instituições públicas e privadas (que oferecem condições muito distintas de aprendizagem a custos

bastante variáveis), é provável que a conversão de capital cultural em credenciais escolares dependa mais fortemente da acumulação de capital econômico. (BERTONCELO, 2016, p.167).

Logo, por aqui, a transmissão do patrimônio simbólico competitivo na luta por posições nas sociedades modernas estratificadas, depende, em muito, do acúmulo prévio de patrimônio econômico. Isso não é uma especificidade da brasileira da reprodução social. Contudo, entre nós, esse processo adquire profundidades próprias e isso é tão ou mais verdadeiro no que tange à essa modalidade internacional do capital simbólico.

Capital de diversidade e a boa vontade às avessas

Atualmente, tanto a diversidade quanto a globalidade se transformam em valores, porque são reciprocamente referidos e tributários de um mesmo processo histórico (MICHETTI, 2009, 2015, ORTIZ, 2015, NICOLAU NETTO, 2014). Nas últimas décadas, com o ocaso histórico do socialismo e o acirramento da desigualdade no mundo, o discurso da diversidade passou a ser operado como uma forma de gerir a diferença, de modo a eufemizar os conflitos ligados à desigualdade, especialmente àquele referente às minorias. Além disso, na situação de mundialização da cultura, a diversidade foi transformada em valor simbólico diante do que foi enunciado como uma ameaça da homogeneização cultural global.

É nesses termos que o discurso da diversidade adquiriu um tom consensual e, diante disso, a circulação pelas partes consideradas mais obviamente globais não garante a classificação de pessoas, coisas e organizações como plenamente cosmopolitas. Como coloca Ortiz (2008, p.194), “na condição da modernidade-mundo, é perfeitamente plausível, e corriqueiro, ser globalmente provinciano”. Transformada em valor também no universo corporativo (MICHETTI, 2017), a diversidade passa a fazer parte do *global mindset* esperado da formação das gerações atuais de estudantes de administração e negócios. Nesse contexto, espaços de elite socialmente muito homogêneos parecem ser desvalorizados. No caso que analisamos, é comum que os alunos enunciem criticamente a noção de bolha como metáfora para a instituição.

A homogeneidade que passa a ser criticada, é, contudo, indicativa do tipo de capital social que aí se concentra e reproduz. A esse respeito, embora não seja o foco desse artigo, é interessante apontar que, desde a semana de iniciação dos ingressantes, há um movimento espontâneo de conhecimento e reconhecimento a partir das escolas onde cursaram a educação básica. Trata-se de uma operação de auto identificação dos peixes dentro d’água, para usar a expressão de Bourdieu

retomada por Reay (2010). A endogenia de classe fica nítida na familiaridade com que colégios paulistanos ganham apelidos ou são chamados, por assim dizer, pelo primeiro nome: o Santa (Colégio Santa Cruz), o Vera (Colégio Vera Cruz), o Bandi (Colégio Bandeirantes), o Porto (Colégio Porto Seguro). Como disse, em tom de surpresa, uma aluna na primeira atividade de recepção de calouros: “Nossa, gente, nem parece que eu mudei de escola, parece que minha escola mudou pra cá!”. As escolas privadas paulistanas menos prestigiosas e de outras cidades e estados não ganham apelidos e as “escolas públicas”, cujos egressos passam a compor o espaço social mais recentemente, são comumente evocadas como categoria geral, sem os nomes próprios.

Voltando ao capital cultural, as classificações simbólicas de base geográfica estabelecidas pelo alunato da EAESP-FGV permitem notar as oposições classificatórias relacionais entre provincianismo e cosmopolitismo. Como a distância é uma categoria antes social que espacial (BOURDIEU, 2002a), há distinções referentes à própria capital paulista, a partir das quais os colegas que vivem – geralmente com as famílias – no bairro do Morumbi e no condomínio de Alphaville viram alvos de piadas ou fazem piadas consigo mesmos, por terem que “viajar” até o Morumbi, algo especialmente recorrente com relação aos dias de rodízios dos carros. Já os colegas de fora da cidade de São Paulo são frequentemente apelidados, no momento do ingresso, com o nome do lugar de origem, como o Sorocaba, o Goiás, o Mato Grosso, o Emetê (em referência à sigla de Mato Grosso-MT). As nomenclaturas assim estabelecidas mediante o poder de nomeação aludem à posição imputada de interioranos, provincianos.

Também no mercado linguístico (BOURDIEU; PASSERON, 1982, BOURDIEU, 2007) da instituição, formado majoritariamente por alunos da cidade de São Paulo, as hierarquizações ficam patentes nas piadas com os sotaques de colegas alheios à norma paulistana. As manifestações jocosas com relação às expressões linguísticas reafirmam distintivamente a norma, mas, no contexto em que a diversidade é valor, elas também parecem atribuir caráter positivo à certa heterogeneidade do ambiente. Como nem todas as diferenças são consideradas como diversas, há sotaques classificados positivamente como mais diversos, como o de colegas oriundos do Nordeste, por oposição àqueles do interior de São Paulo ou da chamada fronteira agrícola do país.

Paralelamente a essas manifestações espontâneas, também institucionalmente a diversidade aparece como valor, inclusive porque ela assim se configura junto às acreditadoras internacionais. Nas ocasiões de reacreditação que acompanhamos a partir de 2012, não havia nenhum negro no corpo docente da EAESP-FGV, majoritariamente masculino, e a instituição contava com raríssimos negros e negras em seu corpo discente. A população afrodescendente era sobrerrepresentada entre os funcionários terceirizados de segurança, alimentação e limpeza, o que, mais

uma vez, espelha a desigualdade de raça existente em âmbito nacional. Tendo sido advertida por isso, a EAESP-FGV passa a estabelecer iniciativas para diversificar o perfil social, racial e a origem de seus alunos⁸, bem como para familiarizar seus alunos com a diversidade.

O termo diversidade se tornou de uso corrente. A questão da diversidade passa a figurar nas atividades de recepção de ingressantes, em disciplinas específicas sobre o tema e como conteúdo transversal do currículo preparado para responder às exigências de mensuração dos chamados Objetivos de Aprendizagem (os AOL, sigla de *Assurance of Learning*, termo usado pelas acreditadoras). A Coordenadoria de Extensão Cultural é rebatizada de Coordenadoria de Cultura e Diversidade, o vestibular passa a ser realizado em mais regiões da federação e a instituição passa a adotar, como outras universidades brasileiras, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como parte do processo seletivo. Este contará também com uma entrevista, precedida de uma carta de motivação e alunos de escolas públicas são isentos da taxa do vestibular. Na FGV não há cotas raciais, pois diversidade e meritocracia são discursos que se tensionam em uma organização que, ao enunciar seus valores institucionais, se explicita: “Preocupada em gerar oportunidades iguais, defende o direito à desigualdade pelo mérito”⁹. Não obstante, passa a haver uma preocupação com a diversificação do perfil dos estudantes. Enquanto a grande maioria deles paga integralmente a mensalidade, a instituição concede bolsas mérito, bolsas reembolsáveis, bolsas necessidade econômica e atualmente acolhe alguns refugiados africanos no curso de Administração Pública, algo que foi recebido com entusiasmo pelos colegas de curso¹⁰.

Iniciativas do alunato que buscam furar a bolha passaram a ser bem acolhidas e/ou incentivadas. Um cursinho para alunos de escolas públicas é fundado, inicialmente, por estudantes de Administração Pública, que são classificados internamente como detentores de mais **capital de diversidade** do que os alunos de Administração de Empresas. São criados o Coletivo Feminista Candaces, o GVDelta (LGBT) e quando começam a ingressar mais alunos negros, o Coletivo de Alunos Negros (20 de novembro). O grupo de alunos bolsistas também se articula e aparecem novas exigências, de parte do alunato, por mais bolsas de estudo, melhores condições de permanência e por uma GV mais diversa. Diante dos conflitos oriundos da nova situação, surgem demandas por um novo código de ética e conduta, mais apto a lidar com a diversidade, incumbência atribuída à então instituída *Comissão*

⁸ Esforços de diversificação são noticiados pela chamada grande mídia. **Folha de S. Paulo**: Moradores de favela, namorados, estudam na FGV com bolsa integral. (RIGHETTI, 2015).

⁹ Publicado no Portal FGV (2019b).

¹⁰ A mensalidade dos refugiados é paga por um grande escritório de advocacia de São Paulo. **ABECEDÁRIO**, Blog da Folha de S. Paulo: FGV-SP tem dois alunos africanos refugiados em nova turma de administração pública. (RIGHETTI, 2017).

de *Reformulação do Código de Conduta da EAESP-FGV*, batizada pelos estudantes de Comissão de Diversidade.

O processo de diversificação da “melhor escola de administração da América do Sul” (FGV, 2019a, n.p.) é constituído por contradições, tensões e conflitos. Contudo, de maneira mais geral, é possível notar a positivação do discurso da diversidade e esforços coletivos e individuais, institucionais e espontâneos, pela aquisição dessa nova espécie de capital. Diante da atuação das acreditadoras, da circulação dos agentes por instituições internacionais prestigiosas que estatuem a diversidade como valor simbólico e do movimento mais geral de valorização da diversidade, a homogeneidade dos círculos de elite brasileiros passa a ser percebida como falta de cosmopolitismo. De acordo com as novas formas globais de capital cultural, se relacionar apenas entre os seus implica em provincianismo.

Tais achados de pesquisa trazem novos aspectos com relação a estudos sobre os estranhos no paraíso em outros contextos (ARIES; SEIDER, 2005, REAY; CROZIER; CLAYTON, 2009), apontam para uma continuação das reflexões de Bourdieu (2007) sobre o espaço geográfico como espaço simbólico e confirmam os achados de Pulici (2010) sobre as distinções entre diferentes estratos de elites paulistanas. Ao mesmo tempo, eles se alinham a trabalhos recentes sobre formas contemporâneas e emergentes de capital cultural. Bennett *et al* (2009) apontam que o distanciamento da cultura nacional, o multiculturalismo e o cosmopolitismo aparecem hoje como distintivos para uma classe profissional-executiva mais jovem e, no caso inglês, mais etnicamente diversificada. Prieur e Savage (2011, 2013) e Savage *et al* (2018) também apontam que, atualmente, preferências cosmopolitas em termos culturais e políticos aparecem como distintivas. A não familiaridade com relação ao internacional e o preconceito com imigrantes e países menos desenvolvidos, por exemplo, são vistos como sinais de provincianismo e de déficit de *cosmopolitan cultural capital*.

Para além da boa vontade cultural?

Atualmente, o discurso da diversidade é a principal categoria a gerir a diferença, frequentemente colocando-se como sucedâneo da discussão, muito menos consensual, sobre desigualdade (BLACKMORE, 2006, NICOLAU NETTO, 2014, MICHETTI, 2017). Contudo, tal substituição não se completa, porque o discurso da diversidade tem um lastro social. A diversidade não circula desencarnadamente, ela não é **apenas** cultural, dizendo respeito a condições desiguais objetivas de classe e raça, entre outras. Ao menos no caso que analisamos, para frações elitizadas em que o capital cultural é mais legítimo do que o econômico, acumular capital de diversidade é tarefa que implica algum nível de

aproximação com aqueles que consideram diversos. Os termos de tal aproximação físico-geográfica, social e/ou simbólica são objeto de disputas em andamento. Por um lado, percebe-se uma espécie de boa vontade cultural às avessas dos alunos com o perfil historicamente prevalente na instituição com relação aos colegas que aportariam mais diversidade ao ambiente. Por outro, é sensível o incômodo, o mal-estar e o sofrimento de estudantes que se veem e/ou são vistos como ocupando a posição de diversos. Isso se explicita também em críticas e reivindicações. Como colocou uma integrante do Coletivo 20 de Novembro: “A gente não quer só que a GV contrate professores negros, a gente quer professores, ou melhor, a gente quer professoras negras dando aula de finanças, de microeconomia, não só de diversidade”.

Diante disso, emergem questões relevantes: O que acontece com o capital cultural quando a diversidade se torna valor simbólico? Como se dão as relações entre aqueles que buscam capital de diversidade e aqueles aos quais o lastro da diversidade é atribuído? O argumento bourdieusiano de que as posições dominadas são excluídas da **definição** do que conta como capital cultural precisa ser retomado à luz dessas atualizações, com atenção especial ao caso brasileiro. O debate sobre o onivorismo (PETERSON; KERN, 1996) levanta algumas pistas sobre a problemática já há algum tempo, mas é pouco satisfatório enquanto resposta (COULANGEON; LEMEL, 2007, WARDE; WRIGHT; GAYO-CAL, 2007). As reivindicações e críticas em torno da ideia de apropriação cultural são particularmente sintomáticas da situação em que a diversidade se torna valor entre elites e, ao mesmo tempo, em que o monopólio da autoridade da definição e dos usos legítimos do capital cultural é colocado em questão. Também aqui, as disputas em torno da cultura são disputas sobre o poder.

Embora esse tema careça urgentemente de investigações mais aprofundadas, o que podemos afirmar por ora é que a diversidade passa a ser valor simbólico em disputa entre estratos elitizados, intelectualizados da/na metrópole paulista e que isso implica em formas mais latentes e mais explícitas de mal-estar e conflito. Há tensões evidentes entre o discurso meritocrático, que marca as instituições escolares de elite no Brasil, e o discurso da diversidade. Ainda que este apareça como uma forma de lidar com a desigualdade nos termos de um discurso mundialmente valorizado, essa operação não se dá sem levantar contradições. Estas se fazem notar, por um lado, nas mobilizações por mais integração da diversidade feitas pelos próprios atores aos quais é atribuída a posição de diversos. Tais manifestações, por vezes, são acompanhadas de uma problematização dessa posição, o que aproxima o discurso da diversidade da crítica à desigualdade, patenteia assim o seu limite. Por outro lado, em uma postura de boa vontade de frações de elite com relação à diversidade dos outros, postura que tem a ver com valores morais (LAMONT, 1992), mas também com o estatuto de capital simbólico adquirido pela diversidade, ou seja, com a

construção de posições distintivas. A composição entre tais frentes é tudo, menos evidente, e as tensões entre elas são constantes.

Contudo, há ainda um outro processo social que se liga à positividade da diversidade. Trata-se do movimento contrário a ela. Em trabalho anterior analisamos mais detidamente as dinâmicas de resistência e reação ligadas especificamente à questão de gênero na instituição (MICHETTI; METTENHEIM, 2019). Para os propósitos desse texto, importa destacar que ocorrem reações de uma parte do alunato e de alguns professores ao movimento de diversificação da FGV, inclusive com casos denunciados de racismo¹¹. Nas produções simbólicas que circulam digitalmente entre alguns grupos, isso se dá a ver como uma espécie de nostalgia dos tempos em que a diversidade não era valor na instituição. No limite, trata-se de tentativas de defender barreiras sociais e simbólicas anteriores, por oposição às novas fronteiras distintivas que passam por alguma composição – sempre tensa – com a diversidade.

As formas pelas quais o discurso da diversidade foi construído contém boas pistas para compreendermos as reações a ele. De uma parte, como ele é lastreado na diferença, a questão da desigualdade fica latente, podendo ser trazida à tona. Nessa direção, ele pode ser crítico ao discurso meritocrático que historicamente reproduz desigualdades. São discursos ou valores que convivem em contradição. Diante disso, a reação à gramática da diversidade pode partir justamente daqueles que buscam defender que os capitais sejam distribuídos ou mantidos de acordo com o que se classifica como mérito. Ou seja, trata-se uma defesa mais imediatamente interessada por preservar posições, característica de frações de classes médias que devem suas posições principalmente a formas institucionalizadas de capital cultural.

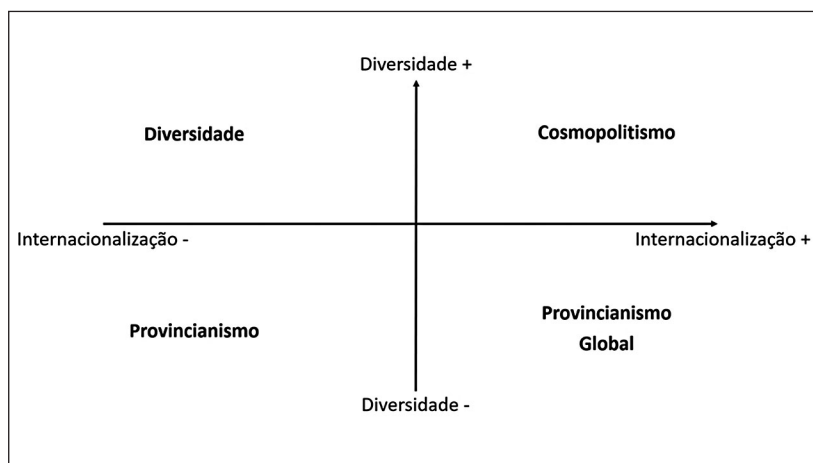
De outra parte, contudo, as atuais oposições ao discurso da diversidade devem-se também a elementos mais mediados das disputas posicionais. Elas se ligam ao fato de que a diversidade, além de, potencialmente, perturbar o discurso do mérito, se transformou em um valor simbólico de elites culturais que se constroem distintivamente como cosmopolitas por oposição aos deficientes em cosmopolitismo. Tais elites podem ser formadas por a) frações caracterizadas por um volume de capital total marcado quase exclusivamente pelo acúmulo de capital cultural, como classes médias urbanas intelectualizadas e b) por frações de classes altas que, por já acumularem geracionalmente grande volume de capital econômico, social e de capital cultural tradicional, buscam formas mais novas ou legítimas de capital, como o de cosmopolitismo/de diversidade. A propósito, as afinidades entre professores universitários de humanidades e alunos oriundos de colégios de elite mais afeitos ao discurso da diversidade parecem relacionar-se a essa conjunção de posições e tomadas de posição.

¹¹ Mais detalhes em CUNHA e MARQUES (2017) e em ACAYABA (2018).

Assim, o capital de diversidade tende a ser distintivo para essas frações de classe, por oposição a frações de classes médias que investem primeiramente em capital cultural institucionalizado, isto é, que se engajam na disputa meritocrática por diplomas valiosos, e a frações de classes com acúmulo mais recente de capital econômico e pouco acúmulo de capital cultural. Nesse sentido, embora os indivíduos não se posicionem mecanicamente de acordo com tais posições no espaço social, o fato de que oposições à diversidade como valor se originem nesse espectro do mundo social torna-se sociologicamente compreensível.

A seguir esboçamos esquematicamente o espaço social das posições em relação aos dois capitais analisados aqui, precisando que as categorias destacadas em negrito são típico-ideais.

Figura 1: Diagrama Provincianismo – Cosmopolitismo na EAESP-FGV



Fonte: Elaboração própria.

Ainda que a pesquisa não alcance respondê-la, ela permite colocar a questão acerca de quais outras posições sociais se veriam como lesadas pela transformação da diversidade em valor simbólico e que tipo de tomadas de posição isso enseja?

Considerações finais: sobre a centralidade do simbólico nas disputas entre classes

As dinâmicas simbólicas que analisamos deram a ver permanências e atualizações nas formas do capital cultural em disputa no espaço social concernido. O cosmopolitismo, historicamente característico do estilo de vida de classes

superiores, é hoje constituído por um arranjo entre capital de internacionalização ou globalidade e capital de diversidade.

Nesse processo, repõe-se o potencial distintivo do capital de internacionalização e a boa vontade internacional ganha em alcance. Se, na educação básica, os investimentos em tal forma de capital concorrerem para aumentar as já vultosas desigualdades educacionais brasileiras, por estabelecer novas fronteiras entre aqueles que se beneficiam de capitais internacionais e os que são limitados aos recursos nacionais (AGUIAR; NOGUEIRA, 2008), também no âmbito do ensino superior entram em jogo formas distintas e distintivas de acúmulo desse capital.

A transformação da diversidade em valor implica em novidades mais substanciais na configuração do poder simbólico, ela ao mesmo tempo repõe e desafia a noção bourdieusiana de boa vontade cultural. Por um lado, esta aparece às avessas, caracterizando a relação de atores com concentração de outros capitais com a diversidade e seu lastro social. Por outro, quando a diversidade se transforma em valor simbólico distintivo, surgem tensões quanto aos seus usos legítimos e emergem contestações ao que é percebido como uma espécie de apropriação indébita da diversidade. Além disso, assistimos hoje um movimento, que parece ocorrer em escala mundial, de oposição à gramática da diversidade, que, por algumas décadas, não foi abertamente contestada.

Assim, o ambiente social específico que analisamos pode ser vislumbrado como uma espécie de metonímia de processos sociais mais amplos, na medida em que ele permite perceber como as dinâmicas simbólicas ligam-se à construção de proximidades e distâncias entre grupos e classes sociais. Nesse sentido, elas podem fornecer boas chaves à compreensão de como posições sociais ligam-se a tomadas de posição, podendo ser um elemento da fabricação de grupos, para empregarmos o termo de Wacquant (2013). Se as disputas simbólicas seguem no cerne da reprodução social, elas também dão a ver as contradições e conflitos que caracterizam as sociedades contemporâneas.

UPDATES ON “CULTURAL GOODWILL”: INTERNATIONALIZATION AND DIVERSITY IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: *This article presents an analysis of the continuity and updates in the composition of the cultural capital in Brazil. From a case study based on participant observation carried out in a higher education institution in which medium-high and high fractions of Brazilian stratification predominate, the text shows how “capital of internationalization” and “capital of diversity” currently compose the search for cosmopolitanism as a distinctive element in symbolic disputes between groups and classes. Besides examining the modernity of the Bourdieusian notion of “cultural*

good will,” analyzing “international good will” and “reverse good will,” the article explores contradictions, tensions, and conflicts which emerge when the discourse of diversity, grounded in difference and inequality, is transformed into symbolic value among elite fractions.

KEYWORDS: *Social classes in Brazil. Cultural Capital. Cultural Goodwill. Diversity and Internationalization. Higher Education.*

ACTUALIZACIONES DE LA “BUENA VOLUNTAD CULTURAL”: INTERNACIONALIZACIÓN Y DIVERSIDAD EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR BRASILEÑA

RESUMEN: *El artículo presenta un análisis de las continuidades y cambios en la composición del capital cultural en Brasil. Muestra cómo el “capital de internacionalización” y el “capital de diversidad” son actualmente parte de la búsqueda por cosmopolitismo como un elemento distintivo en las disputas simbólicas entre diferentes fracciones de clase. Basado en un estudio de caso realizado a través de la observación participante en una institución de educación superior en la que predominan las clases alta y media-alta brasileñas, el texto también aborda las formas actuales de “buena voluntad cultural”, en el sentido de Bourdieu, llamadas de “buena voluntad internacional” y “buena voluntad al revés”. Además, explora las contradicciones, tensiones y conflictos que surgen cuando el discurso de la diversidad, lastrado en diferencias y desigualdades sociales, se convierte en un valor simbólico entre élites.*

PALABRAS CLAVE: *Clases sociales en Brasil. Capital cultural. Buena voluntad cultural. Diversidad y meritocracia. Educación superior.*

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia. Aluno da FGV é acusado de racismo após dizer que encontrou ‘escravo no fumódromo’. **G1 São Paulo**. Publicado em 9 de março de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/aluno-da-fgv-e-acusado-de-racismo-apos-dizer-que-encontrou-escravo-no-fumodromo.ghtml>>. Acessado em: 18 jan. 2019.

ABDALA, Vitor. Renda *per capita* no Brasil em 2017 foi de R\$ 1.268, segundo IBGE. **EBC Agência Brasil**. Publicado em 28 de fevereiro de 2018. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/renda-familiar-capita-no-brasil-em-2017-era-de-r-1268-segundo-ibge>. Acessado em: 23 fev. 2019.

AGUIAR, Andréa. Estratégias educativas de internacionalização: uma revisão da literatura sociológica. **Educação e Pesquisa**, v.35, n.1, p.67-79, jan./abr. 2009.

AGUIAR, Andréa; NOGUEIRA, Maria Alice. La formation des elites et l'internationalisation des études: peut-on parler d'une bonne volonté internationale? **Éducation et Société**, n. 21, 2008.

ALMEIDA, Ana Maria. A noção de capital cultural é útil para se pensar o Brasil? *In*: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir. (Org.). **Sociologia da educação**: pesquisa e realidade brasileira. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ALMEIDA, Ana Maria F., MOSCHKOVICH, Marília; POLAZ, Karen. Pesquisando grupos dominantes: notas de pesquisa sobre acesso às informações. **Revista Pós Ciências Sociais**. v.9, n.17, jan/jun. 2012.

ALMEIDA, Ana Maria *et al.* **Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.

ALMEIDA, Ana Maria; NOGUEIRA, Maria Alice (Org.). **A escolarização das elites**: um panorama internacional da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2003.

ARIES, Elizabeth; SEIDER, Maynard. The Interactive Relationship between Class Identity and the College Experience: The Case of Lower Income Students. **Qualitative Sociology** 28(4): 419–42, 2005.

BALL, Stephen J. ; BOWE, Richard; GEWIRTZ, Sharon. School choice, social class and distinction: the realization of social advantage in education. **Journal of Education Policy**. V.11, n.1, p.89-112, 1996.

BENNETT, Tony et al. **Culture, class, distinction**. Londres: Routledge, 2009.

BERTONCELO, Edison. Classes sociais, cultura e educação. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 104, p.159-175, 2016.

BLACKMORE, Jill. Deconstructing Diversity Discourses in the Field of Educational Management and Leadership. **Educational Management Administration & Leadership**, v. 34, n.2, p.181–199, 2006.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002a.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de Sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2002b.

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d’État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire**. L’économie des échanges linguistiques. Paris: Fayard, 1982.

BOURDIEU, Pierre ; SAINT MARTIN, Monique. Agrégation et ségrégation: le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 69, p.2-50, nov. 1987.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les Héritiers**. Les étudiants et la culture. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

CANEDO, Leticia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA Jr, Afrânio (orgs). **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013.

COULANGEON, Philipp; LEMEL, Yannick. Is Distinction really outdated? Questioning the meaning of the omnivorization of musical taste in contemporary France. **Poetics**, v.35, n.2/3, p.93–111, 2007.

CUNHA, Janaina e MARQUES, Jairo. Bolsista negra é hostilizada em atividade no aampus da FGV de SP. **Folha de S. Paulo**. Publicado em 10 de março de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1865221-bolsista-negra-e-hostilizada-em-atividade-no-campus-da-fgv-de-sp.shtml>>. Acessado em: 18 jan. 2019.

DEZALAY Yves. “Les courtiers de l’international. Héritiers cosmopolites, mercenaires de l’impérialisme et missionnaires de l’universel”. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v.151-152, p.5-35, 2004.

DIMAGGIO, Paul. “Cultural Capital and School Success: The Impact of Status Culture Participation on the Grades of U.S. High School Students”. **American Sociological Review**, v.47, p.189-201, 1982.

EAESP-FGV. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS. Tripla acreditação: mérito de menos de 1% das Escolas de negócios do mundo. **FGV-EAESP Internacional**. Disponível em <<https://eaesp.fgv.br/internacional>>. Acessado em: 16 jan. 2019

ENGELMANN, Fabiano. “Internacionalização e Legitimação da Formação Acadêmica em Administração no Brasil nas Décadas de 90 e 2000”. **Revista Tomo**, n.13, p.239-263, 2008.

FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Avaliações sobre a FGV. **Portal FGV**. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/avaliacoes>>. Acessado em: 20 jan. 2019a.

FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Institucional. **Portal FGV**. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/institucional>>. Acessado em: 24 fev. 2019b.

GORZ, André. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRÜN, Roberto. O MBA como um Brevê de Internacionalização e de Modernidade Profissional entre Engenheiros”. In: ALMEIDA, Ana Maria et al. **Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, p.282-298, 2004.

HERTZ, Rosanna; IMBER, Jonathan B. **Studying Elites using Qualitative Methods**. Sage, London, 1995.

LAHIRE, Bernard. **Tableaux de familles: heurs et malheurs scolaires en milieux populaires**. Paris: Seuil/Gallimard, 1995.

LAMONT, Michelle. **Money, Morals, and Manners: the culture of the french and american uppermiddle class**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

LAREAU, Annette; WEININGER, Elliot B. Cultural Capital in Educational Research: A critical assessment. **Theory and Society**, v. 32, n. 5/6, p.567-606, Dec. 2003.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **Os Executivos das Transnacionais e o Espírito do Capitalismo**. Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2007.

LOUREIRO, Maria Rita. Circulation Internationale des Économistes Brésiliens. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n. 57/58-59/60. p.151-175, 2004-2005.

MICHETTI, Miqueli. **Moda brasileira e mundialização**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2015.

MICHETTI, Miqueli. O discurso da diversidade no universo corporativo: “institutos” empresariais de cultura e a conversão de capital econômico em poder político. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 7, n. 1, pp. 119-146, 2017.

MICHETTI, Miqueli. Os usos da diversidade cultural no mercado mundial de moda: a dinâmica das identidades nacionais na globalização. **Latitude**, v. 3, n. 1, pp.96-124, 2009.

MICHETTI, Miqueli; METTENHEIM, Sofia. Gênero e violência simbólica em eventos esportivos universitários paulistas. **Cadernos Pagu**, 2019 (aceito para publicação)

NICOLAU NETTO, Michel. **O Discurso da Diversidade e a World Music**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2014.

NOGUEIRA, Maria Alice. Uma dose de Europa e Estados unidos para cada filho: estratégias familiares de internacionalização dos estudos. **Pro-Posições**. Campinas: v. 9, n. 1, p.113-131, 1998.

NOGUEIRA, Maria Alice; AGUIAR, Andréa Moura S. Estratégias educativas de grupos socialmente favorecidos: o internacional como capital. **Temas em Educação**, Paraíba, v. 16, 2007.

ORTIZ, Renato. **Universal e diversidade**: contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo, 2015.

ORTIZ, Renato. **A diversidade de sotaques**: o inglês e as ciências sociais. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORTNER, Sherry B. Access: Reflections on studying up in Hollywood. **Ethnography**, v.11, n. 2, p.211-233, 2010.

PETERSON, Richard A.; KERN, Roger M. Changing Highbrow Taste: From Snob to Omnivore. **American Sociological Review**, v. 61, n. 5, p.900-909, Oct 1996.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Voyage en grande bourgeoisie**. **Journal d'enquête**. Paris: PUF, 1997.

POUPEAU, Franck. Sur deux formes de capital international. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.151/152, p.127-130, 2004.

PRADO, Ceres L. **“Intercâmbios culturais” como práticas educativas em famílias das camadas médias**. 2002. 350 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

PRIEUR, Annick; SAVAGE, Mike. Emerging Forms of Cultural Capital. **European Societies**, v.15, n.2, p.246-267, 2013.

PRIEUR, Annick; SAVAGE, Mike. Updating cultural capital theory. A discussion based on studies in Denmark and in Britain. **Poetics**, n.39, v.6, p.566-580, 2011.

PULICI, Carolina M. **O charme (in)discreto do gosto burguês paulista**: estudo sociológico da distinção social em São Paulo. São Paulo. Tese [doutorado em Sociologia]. USP, 2010.

REAY, Diane. From the theory of practice to the practice of theory. Working with Bourdieu in research in higher education choice. In: SILVA, Elizabeth; WARDE, Alan (eds). **Cultural Analysis and Bourdieu's Legacy. Settling accounts and developing alternatives**. New York: Routledge, 2010.

REAY, Diane; CROZIER, Gill; CLAYTON, John. ‘Strangers in Paradise’? Working-Class Students in Elite Universities”. **Sociology**, v. 43, n. 6, 2009.

REAY, Diane *et al.* ‘Choices of Degree or Degrees of Choice? Social Class, Race and the Higher Education Choice Process’, **Sociology**, v. 35, n.4, p.855-874, 2001.

RIBEIRO, Carlos A. C.; CENEVIVA, Ricardo; BRITO, Murilo M. A. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, Marta (Orgs.). **Trajetórias das Desigualdades**: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

RIGHETTI, Sabine. FGV-SP tem dois alunos africanos refugiados em nova turma de administração pública. **ABECEDÁRIO**, Blog da Folha de S. Paulo. Publicado em 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://abecedario.blogfolha.uol.com.br/2017/02/16/fgv-sp-tem-dois-alunos-africanos-refugiados-em-nova-turma-de-admistracao-publica/>>. Acessado em 18 jan. 2019.

_____. Moradores de favela, namorados, estudam na FGV com bolsa integral. **Folha de S. Paulo**. Publicado em de abril de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/04/1613646-moradores-de-favela-namorados-conseguiram-bolsa-integral-na-fgv.shtml>>. Acessado em: 18 jan. 2019.

SAVAGE, Mike et al. Emerging Cultural Capital in the City: Profiling London and Brussels. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.42, n.1, p.138-149, Jan 2018.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **Ao Vencedor As Batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. L'Internationalization des Écoles de Gestion au Brésil. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.121-122, p.123-137, 1998.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p.87-103, July 2013.

WAGNER, Anne-Catherine. **Les classes sociales dans la mondialisation**. Paris: La Découverte, 2007.

WARDE, Alan; WRIGHT, David and GAYO-CAL, Modesto. Understanding Cultural Omnivorousness: Or the Myth of the Cultural Omnivore. **Cultural Sociology**, 1(2) p.143-164, 2007.

WEENINK, Don. **Upper middle-class resources of power in the education arena**: Dutch elite schools in an age of globalization. 259 p. Tese [Doutorado], School for Social Science Research, Amsterdam, 2005.

Recebido em 01/03/2019.

Aprovado em 19/03/2019.

PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO CONVERTIDO EM HERANÇA CULTURAL: A CASA COMO ESPAÇO DE TRANSMISSÃO DO GOSTO ERUDITO EM FAMÍLIAS DA ELITE CULTURAL PAULISTANA

*Camila Gui ROSATTI**

RESUMO: Este artigo investiga a transmissão da herança cultural entre membros de famílias de elite, cujos pais foram encomendantes de casas de arquitetura de autor, isto é, projetadas por arquitetos reconhecidos e valorizados por sua assinatura. Apoiando-se, prioritariamente, em um conjunto de entrevistas feitas com filhos, procurou-se restituir a dinâmica de aquisição e conservação dos diversos capitais no interior desses grupos. A análise dos casos permite expor a continuidade da transmissão cultural e do gosto artístico a partir da experiência doméstica. Para esses membros de grupos culturalmente privilegiados, que desde a infância tiveram a experiência de habitar em espaços domésticos dotados dos mais prestigiosos bens materiais – livros, obras de arte, mobiliários de *design*, objetos de coleção, relíquias familiares –, a casa foi espaço constituidor de uma relação cultivada com a cultura. A herança cultural erudita se manifesta nos mais diversos domínios da vida, na *hexis* corporal e nos valores internalizados, nas práticas culturais e nas escolhas profissionais.

PALAVRAS-CHAVES: Elites. Habitação. Gosto erudito. Herança.

Introdução

Um dos esforços que tem renovado os estudos de elites é o cruzamento com a sociologia do gosto, tendo o objetivo de entender de que forma os grupos dominantes, na diversidade de suas riquezas e modos de exercício de poder, produzem *ethos*

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP – Brasil. 05508010 - camila.rosatti@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-6049-5904>.

próprio, conservam suas visões de mundo e inculcam preferências realizando uma transmissão bem-sucedida de valores e práticas entre gerações (BOURDIEU, 1996; SAINT-MARTIN, 2002; ALMEIDA & NOGUEIRA, 2002; CHARLE, 2006; PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 2009; PULICI & FERNANDES, 2019). Este artigo pretende contribuir com tais estudos investigando, a partir da noção de gosto e estilo de vida, o espaço por excelência da socialização familiar, a casa¹. A partir dela, é possível tratar a questão da transmissão da herança tanto em termos materiais quanto em termos culturais, entendendo que a posse e a conservação de patrimônio imobiliário e patrimônio simbólico estão na base da reprodução familiar e social dos grupos dominantes.

De modo geral, as moradias podem ser classificadas entre os bens mais dispendiosos e prestigiosos de investimento das classes dominantes. Por uma via muito particular e pouco usual, o presente estudo se aproxima de outras pesquisas da área da sociologia das elites no Brasil que têm focalizado os grupos dominantes, sejam nomeados como elites ou alta burguesia², tratando as chamadas casas de **arquitetura de autor**. Entretanto, em vez de focalizar as classes dirigentes, investi na investigação de frações dominantes mais amplas, que exercem alguma modalidade de influência ou notoriedade no âmbito cultural; portanto, não exclusivamente aquelas que detêm poder econômico ou político.

Ao considerar que a adoção de estilos de vida exclusivos se expressa exemplarmente por escolhas em matéria de habitação e dos modos de morar, segui as trilhas abertas por pesquisas que analisaram as estratégias de distinção de frações dominantes a partir do espaço residencial (BOURDIEU & DELSAUT, 1975; DURAND, 1989; MENSION-RIGAU, 1990; MONTEIRO, 1998; ELIAS, 2001; TRIGO, 2001; PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 2005; HOMEM, 2010; PULICI, 2010). Um ponto comum a destacar nesses trabalhos é a entrada empírica: a moradia foi utilizada como via privilegiada de acesso a grupos exclusivos e muito fechados, cuja aproximação não ocorre tão facilmente.

Neste artigo, trato especificamente de encomendantes de residências ligadas ao modernismo arquitetônico paulista, movimento estético que floresceu predominantemente na capital em torno da metade do século XX. Para essa clientela, vale assinalar, a adoção da estética modernista se fez com a ajuda de uma figura de intermediação cultural central para a disseminação desse gosto: os arquitetos modernos,

¹ Este artigo se apoia em material empírico coletado ao longo de minha pesquisa de doutorado, durante a qual recebi bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (nº 2012/14020-0 e 2014/10276-6). Atualmente, desenvolvo pesquisa de pós-doutorado financiada pela mesma agência de fomento (nº 2017/11458-9 e 2018/23451-1), a quem registro meus agradecimentos.

² Aí se incluem importantes estudos que enfocam o trabalho de dominação simbólica exercido por agentes em diversas esferas, entre as quais, cultural, religiosa, artística, intelectual, científica e acadêmica (MICELE, 1996; CORADINI, 2001; ALMEIDA, CANEDO & GARCIA, 2004; HEINZ *et al.*, 2006; GRYSZPAN & GRILL, 2011).

que desempenharam com obstinação o papel de prescritores e legitimadores da nova estética. Nesse caso, a contratação de profissionais destacados no campo artístico local serviu para que a clientela tivesse acesso a novos códigos formais ligados à vanguarda. Como é comumente encontrado nas estratégias de dominação cultural, a intermediação do profissional do gosto, aquele que dispõe de autoridade para prescrever, foi decisiva para afirmação de um estilo de vida ao mesmo tempo cultivado e ousado, marcadamente diferente da maioria das moradias de classe média alta paulistana que, nesse período, entre as décadas de 1940 e 1960, adotavam arquitetura mais tradicional, ou, quando modernas, elegiam expressão estética menos radical. Disso decorre um dos pontos no cerne da sociologia do gosto, a questão da diferenciação social. As escolhas são também recusas, ou seja, são tanto demonstração de preferências pessoais quanto demarcação em relação ao gosto dos outros e, portanto, instituição de distância social segura, mesmo que simbólica.

Investigando as escolhas estéticas em relação aos modos de morar, assumimos o pressuposto de que as preferências artísticas possibilitam situar as famílias no espaço social a partir do espaço das preferências culturais, tal como desenvolvida por Pierre Bourdieu, em *A distinção: Crítica social do julgamento* (2007). Mais amplamente, tendo em vista outros trabalhos do autor francês, a casa é um bem muito particular que exprime de forma decisiva e profunda o lugar social dos proprietários. Como é investimento ao mesmo tempo econômico e afetivo, está diretamente ligada a visões de mundo e estratégias que orientam escolhas matrimoniais, estéticas, geográficas e financeiras, por exemplo, em decisões simples e complexas, tais como: com quem casar, onde se fixar, alugar ou construir, apartamento ou residência unifamiliar; atributos que conferem alta carga simbólica a esse empreendimento. E ainda em termos materiais, é configuração espacial que expressa escolhas formais e estéticas, visíveis na fachada, na planta, nos usos dos espaços e nas escolhas de decoração. Ou seja, a casa é tanto escolha estética, entesouramento, investimento de dinheiro, quanto define um projeto de reprodução biológica e social, de perpetuação do grupo, assegurando a transmissão do patrimônio familiar que é também uma cultura de classe, com seus gostos e estilos de vida (BOURDIEU, 1979, 1990, 1993, 1999, 2006).

Ademais, a habitação se mostra uma entrada pertinente para a análise das expressões de gosto, pois a despeito de ser um ambiente privado e corriqueiro e, no senso comum, visto como regido por decisões íntimas ou banais, ela expressa, antes de tudo, uma maneira de estar no mundo que é da ordem do prosaico, rotineiro e, assim, persistente. O fato de ser um espaço de investimento pessoal, cotidiano, profundo e duradouro faz com que os modos de morar ultrapassem a escala do indivíduo e da família e se cristalizem em configurações históricas e culturais (FREYRE, 2004, 2006; ROCHE, 2000; BRAUDEL, 2005; ELIAS, 2001; CERTEAU, 2013).

Abordando a casa como espaço de mediação entre o indivíduo e a sociedade, Norbert Elias e Pierre Bourdieu, guardadas as diferenças entre os dois autores, mostram que a habitação, por ser espaço de socialização primária, está na base da formação dos modos de ver, sentir e classificar o mundo. É nesse espaço de constituição e reprodução da família que os membros do grupo interiorizam um conjunto amplo de condutas e escolhas, conscientes e inconscientes, que se impõem quase como segunda natureza. Desse modo, para esses dois autores, o gosto e os modos de vida estão ligados a aquisições culturais hierarquizadas que se enraízam desde a experiência cotidiana mais ordinária e material – por exemplo, nos gestos e na *hexis* corporal, nas maneiras de se vestir, se alimentar, se portar à mesa, nas práticas de decoração e organização da casa –, até nos domínios mais puros e transcendentais do espírito, associados, por exemplo, ao deleite com música erudita, artes plásticas, alta literatura, cinema de autor etc., o que faz que se torne um marcador social potente de diferenciação entre grupos.

É a partir dessas balizas teóricas que o presente estudo buscou cruzar as escolhas em torno da moradia e constituição de grupos de elites para investigar hereditariedade cultural e transmissão do gosto, tendo em vista o espaço da casa, notadamente, desde exemplares de arquitetura erudita, via de entrada que permite analisar um segmento específico das classes dominantes brasileiras: as frações da elite paulistana ligada a setores culturais e artísticos.

Fontes e metodologia

Alguns detalhes contextualizando os dados empíricos e a abordagem metodológica são necessários. Em relação às fontes, o estudo se apoia em material empírico diversificado coletado ao longo de minha pesquisa de doutorado, que desta vez recebeu tratamento sob novo enfoque analítico, incorporando sobretudo reflexões da sociologia das elites³. Esse material inclui entrevistas realizadas com moradores em suas próprias residências modernas ou fora delas, como local de trabalho e residência atual.

Entre 2012 e 2015, no andamento da pesquisa de campo, entrei em contato com filhos dos encomendantes, alguns herdeiros dessas moradias, com intuito de entrevistá-los para, inicialmente, conhecer as condições de encomenda dos projetos residenciais, tal como imaginadas e planejadas por seus pais, no período entre as décadas de 1940 e 1960. O objetivo central era levantar dados sobre a trajetória profissional dessa clientela, o envolvimento com a arquitetura moderna e os círculos sociais em que estavam envolvidos. Inspirada em trabalhos etnográficos

³ A descrição detalhada dos materiais e métodos está no capítulo 1 da tese de doutorado (ROSATTI, 2016).

da sociologia das elites francesas, fiz uso de entrevistas semidiretivas de longa duração com os herdeiros dessas famílias (MENSION-RIGAU, 1990; LE WITA, 1988; PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 2007)⁴.

Os oito depoimentos, recolhidos em longas conversas que chegaram a durar entre 4 e 6 horas, foram realizados, em sua maioria, no local de moradia dos filhos. Ainda que tenhamos consciência da limitação do número de casos, a escolha metodológica oferece a vantagem de se extrair da observação de campo e da própria dinâmica de interação social da entrevista, na qual discursos e práticas específicas permitem nuançar a caracterização dos grupos de elite. Tendo em vista essa interação, aponto algumas notas sobre a pesquisa sociológica entre dominantes.

De partida, convém citar que as tentativas de acesso aos moradores se deram por diferentes formas, seja procurando-os a partir dos sobrenomes de família via internet (principalmente pelas mídias sociais, como o Facebook), seja entrando em contato a partir de indicações de conhecidos, que passavam *e-mail* e telefone. Ou ainda, uma vez munida do endereço da residência, ia até o local e, sem aviso prévio, anunciava a pesquisa à campanha. Quando entrava em contato por *e-mail*, explicando o estudo, ressaltava que se tratava de levantar questões sobre a arquitetura moderna a partir do ponto de vista do cliente. Isso fez com que a grande maioria se mostrasse simpática e acolhesse o estudo, por certo tomando-o como chance de recuperar a memória familiar. Eles ficaram lisonjeados em serem incluídos na lista de entrevistados e consideravam importante que fosse dado o devido destaque ao encomendante, pelo papel decisivo que atribuíam aos pais como apoiadores fundamentais do movimento arquitetônico moderno paulista.

Esse material de campo foi complementado com reportagens de revistas voltadas para arquitetura e estilo de vida, matérias em jornais paulistas, biografias e autobiografias publicadas pelos próprios encomendantes ou filhos, além de colunas sociais, homenagens divulgadas em *sites*, memórias, boletins necrológicos etc, material com conteúdo biográfico indicador de que são personagens consagrados ou com experiência a ser compartilhada, confirmando o lugar de destaque cultural alcançado. Quando produzido por familiares ou membros da mesma linhagem (herdeiros na família ou sócios em empresa), esse material aponta para as estratégias de visibilidade e gestão da memória mobilizadas pelos autointeressados, aliás, recursos de legitimação cultural frequente em grupos dominantes.

Tanto as fotografias do interior doméstico, disponíveis nesses documentos, quanto as visitas às residências, realizadas junto às entrevistas, forneceram informações estéticas expressivas sobre as formas de morar e decorar. Com elas, pude observar diversas escolhas quanto à disposição e ao arranjo da moradia a

⁴ No Brasil, no âmbito da sociologia das elites, dois estudos podem ser destacados na mesma linha para frações paulistas (PULICI, 2010) e frações recifenses (MACIEL, 2018).

partir, por exemplo, de mobiliário, objetos de decoração, revestimentos e materiais de acabamento, presença de obras de arte, tapetes, cortinas, objetos de viagens, retratos de família, instrumentos musicais, estantes de livros, todos visivelmente acessíveis nos espaços em que me receberam ou ao olhar do fotógrafo. As plantas do projeto arquitetônico foram outro documento consultado, o qual forneceu elementos significativos quanto ao programa de necessidades, à distribuição e uso dos espaços (cômodos existentes, área, tipologia). Cumpre sinalizar que, embora as reportagens na mídia e o material gráfico seja um dado expressivo do padrão econômico, das escolhas estéticas dos proprietários e de suas formas de morar, estas não foram aqui referenciadas para que os moradores não sejam reconhecidos, uma vez que as entrevistas foram concedidas sob condição de anonimato.

Nas entrevistas, as questões colocadas tinham o objetivo de reconstituir a trajetória social do encomendante da residência a partir de informações sobre origens sociais (local de nascimento e se imigrante, razões da vinda ao Brasil), formação escolar e universitária, atuação profissional, engajamento político, círculos de amizades, práticas culturais e de lazer (gosto musical, literário e artístico, colecionismo, frequência de exposições e concertos, viagens etc.). Tendo em vista que a construção da casa, na maioria das vezes, representa um projeto de constituição de família, notadamente associada ao casamento (que o célebre “quem casa quer casa” registra) e de reprodução social (fixado exemplarmente nos ditados: “educação se traz de casa”, “educação vem de berço”), um conjunto de questões versava sobre escolhas matrimoniais e filhos (origens sociais da parceira, número de filhos, formação escolar, universitária, profissão, práticas culturais). O propósito foi também de fornecer informações sobre o perfil sociocultural dos membros e as estratégias associadas à transmissão do patrimônio.

Entrevistar frações dominantes: algumas observações sobre pesquisa de campo

As entrevistas realizadas em residências modernas herdadas pelos filhos permitiram aprofundar a reflexão metodológica a partir da interação com os informantes, tendo em vista que o roteiro de perguntas pré-definido, ainda que o propósito fosse acessar de modo mais pontual dados sociais e práticas culturais, abriu margem para que os entrevistados narrassem fatos e anedotas familiares, a partir das quais foi possível observar os modos como se representam e falam sobre si.

Quanto a isso, é preciso levar em conta os limites dessa estratégia de pesquisa, chamando a atenção para o fato de que, sendo narrativas produzidas pelos herdeiros, com distância temporal da construção da moradia, os relatos, evidentemente, trazem informações aproximativas ou muito vagas e podem carregar visão reelaborada, e

até mesmo encantada, sobre a residência em que moraram. Em alguns casos, por exemplo, mesmo quando a residência havia sido projetada e construída ainda quando os entrevistados eram bebês, ou até antes do nascimento, ainda assim demonstravam conhecer as razões da encomenda ou alguma historieta, por exemplo, referente a acordos e desacordos com arquiteto ilustre, o que mostra que se tratou de uma narrativa transmitida e celebrada como história familiar, formando uma espécie de memória genealógica em torno da casa. Em outros dois casos registrados, quando os entrevistados tinham morado na casa apenas nos primeiros anos de vida, tendo se mudado em razão de separação dos pais e por razões profissionais da família, a narrativa sobre a encomenda e a vivência na casa ganharam ares de exaltação e encantamento: espaços aumentados e as soluções do arquiteto muito valorizadas com um relato ainda maravilhado com aquilo que avaliavam como excepcionalidade da moradia.

Vale destacar, também, que a entrevista em situações domésticas proporcionou momentos de descontração carregados de conteúdo em que apareceram informações das mais amplas relativas às dimensões de gosto, bastante sugestivas das propriedades sociais dos informantes, como o cafezinho, servido em louças herdadas da família acompanhado de biscoitos finos, e a oferta de um bolo caseiro, recém-preparado pela empregada doméstica seguindo a receita tradicional da avó. Esses momentos espontâneos, ainda que pareçam pouco relevantes, revelam o volume e o tipo de capital cultural possuído, recursos transmutados na linguagem e nas mais variadas práticas, entre as quais, os modos elegantes e desenvolto de servir, se portar à mesa e de se alimentar.

Pude observá-los em diversos outros momentos das visitas: ao me mostrarem a decoração, destacarem fotografias dos antepassados e algumas relíquias transmitidas de geração em geração, nos discursos de apresentação da casa, nas maneiras de falar sobre a família e de se referir a seus membros e no interesse, quase sem esforço, em apresentar uma genealogia gloriosa ou heroica da família, muitas vezes destacando engajamento político, intelectual e artístico dos pais e pessoas do convívio. Em alguma dessas situações, dada a possibilidade de circular pela casa, conduzida pelo proprietário, fui colocada na posição de comprovar os relatos e os bens mencionados nas conversas.

A interação durante a entrevista, por vezes embaraçosa, por vezes fluida e desenvolto, aponta elementos que permitem refletir sobre as condições de realização da pesquisa e o acesso às famílias de elite. É importante, pois, ainda que de modo sintético, abordar minha presença no campo, mais especificamente, minha relação com os entrevistados, questão sempre difícil e delicada quando se trata de estudos em grupos de elite; como se sabe, são mais fechados e discretos em relação à explicitação de seus modos de vida e seu patrimônio ou, quando o fazem, ocorre o risco de fazer do pesquisador um enunciador de seus argumentos (LE WITA, 1988; PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 2007; LIMA, 2007).

Algumas situações recorrentes mostram um pouco das dificuldades próprias à pesquisa em grupos de elite; no caso, de famílias da elite cultural. Diversas vezes me lançaram perguntas sobre conhecimentos específicos ligados a cultura, arte, viagens, escritores, livros e arquitetura. Quase como um *quiz*, testavam-me indagando se eu saberia identificar quem era o *designer* de uma cadeira à nossa frente ou o autor de um quadro na parede. Ao citar um intelectual que frequentara a casa, indagavam se eu havia lido algum de seus ensaios, ou mesmo se havia visitado certo lugar no exterior, ao falarem de alguma relíquia trazida de viagem. Essas questões vinham principalmente no início, quando eu me apresentava como cientista social. Em uma dessas situações, ao falar que antes de ter cursado Ciências Sociais, eu havia me formado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo, o interlocutor respondeu, “ah, então você sabe de tudo isso mais do que eu”, revelando que eu poderia ser assimilada na condição de especialista de arquitetura, possivelmente tida até como mais competente e mais legítima do que eles próprios.

Outro ponto que merece ser citado, mas que não será desenvolvido, é a questão de eu ser mulher. Isso certamente facilitou aos entrevistados falarem com maior intimidade de relações familiares, principalmente quando havia questões sensíveis em jogo. Muitos se emocionaram lembrando situações do passado e até choraram, ao recordarem momentos de saudosismo ou frustração familiar. Talvez aqui a condição feminina me desse alguma legitimidade para adentrar em assuntos domésticos, perguntar sobre temas aparentemente leves como escolha de decoração, e a partir daí, adentrar em assuntos como filhos e infância, sem que causasse constrangimentos e relembresse situações de maior fragilidade, nas quais pareciam acertar as contas com o passado, na nostalgia de quase todo adulto ao evocar, em visão idílica, uma infância de bem-nascidos.

Casas modernas e gosto erudito: gênese social do sistema de preferências

As casas em questão não são moradias convencionais, ou uma moradia qualquer, como se diz quando se quer se distanciar do ordinário e demarcar raridade do gosto. Trata-se de casas que, a partir de diversos critérios objetivos – metragem do terreno, área construída, quantidade e tamanho dos cômodos, qualidade dos acabamentos, preço do imóvel, valor do IPTU e localização urbana – expressam o padrão de consumo material de frações abastadas da elite paulistana. São casas com área construída superiores a 300 m², localizadas nos bairros mais cotados da cidade. No entanto, o que reafirma a natureza distintiva e a lógica de exclusividade dessas moradias é que, além das características tipicamente ligadas ao acúmulo de recursos econômicos, estão associadas à raridade dos gostos e estilos de vida de uma fração cultivada de elite.

São projetos arquitetônicos reconhecidos como **arquitetura de autor** e que, devido à importância dos arquitetos que os conceberam, passaram a fazer parte da história da arquitetura. São casas cujo estilo, forma, agenciamento dos espaços internos, técnica empregada e materiais utilizados fizeram com que fossem classificadas como obras, no sentido de manifestação cultural e artística. Elas foram festejadas, no circuito fechado que une produtores e consumidores – do qual participam diversos agentes culturais, entre os quais, críticos, historiadores, agentes do patrimônio e curadores de exposição – pelo arrojo, inovação, originalidade e vanguardismo, o que se manifesta na reputação angariada pelos arquitetos, que passaram a ser vistos como autores, criadores.

As pessoas que entrevistei, na faixa entre 50 e 60 anos, haviam morado nessas casas durante suas infâncias e adolescências. Relatavam, portanto, a casa construída pelos seus pais. Algumas tinham sido vendidas ainda na infância dos entrevistados, e assim, eles tinham vaga memória dos espaços e das condições da encomenda. Outros, por outro lado, herdaram o patrimônio imobiliário e chegaram a morar na casa com suas próprias famílias, mantendo parte da decoração tal como era a casa dos pais. Outros, ainda que não morassem mais na residência, herdaram móveis, quadros, louças e demais objetos de valor, cuja partilha foi negociada entre irmãos. Um deles ainda residia na moradia, mas declarou-se interessado em vendê-la, possivelmente em razão do alto custo de conservação desse tipo de residência, ou alugá-la, uma vez que começam a surgir empresários interessados a instalar nesses espaços empreendimentos comerciais ligados à arte, economia criativa e consumo distintivo⁵.

Morfologia social da clientela da arquitetura erudita

A morfologia social da clientela da arquitetura moderna paulista é indispensável para compreender a gênese social dos sistemas de preferências. A arquitetura de linhas racionalistas, com volumes geométricos e materiais brutos como o cimento sem revestimento caiu no gosto de frações cultivadas que se consolidaram na São Paulo a partir dos anos 1940. Muitos deles, como mostram os dados colhidos com os entrevistados, eram imigrantes e descendentes de primeira geração de italianos, judeus, poloneses, húngaros e alemães que se instalaram na capital paulista e lograram trajetória de ascensão social, ou pelo comércio ou

⁵ Essas casas se transformaram, conforme tenho levantado, em cafés *gourmets*, bistrôs, espaços de *coworking*, galerias de arte, espaço para exposição de *design*. Registra-se, também, recentemente o surgimento de imobiliárias especializadas na comercialização de imóveis identificados pela assinatura do arquiteto, ou seja, há a formação de um mercado atrelado a uma demanda específica, interessada em adquirir bens com alto valor cultural.

investindo na formação escolar. A maioria, vale destacar, não chegou aqui em situação miserável ou desprovido de bens materiais e culturais. Alguns relatam que os avós tinham alguma afeição à cultura moderna, aquisição quando estavam na Europa.

Instalados no país, os descendentes dessas famílias se desenvolveram sobretudo em profissões liberais, intelectuais e artísticas. Os relatos registram a diversidade das profissões dos encomendantes: médicos, jornalistas, advogados, professores universitários, economistas, engenheiros, psicanalistas, fotógrafos, cientistas sociais. Entre eles, observa-se alguns egressos das primeiras turmas das faculdades criadas na Universidade de São Paulo, o que mostra a força da fundação da universidade na formação de uma nova classe média cultivada e interessada em patrocinar a cultura moderna. A formação escolar e atuação profissional lhes facultou o acesso a grupos de vanguarda, colocando-os em contato com diversas atividades culturais, artísticas e políticas da cidade, que se desenvolveram sobretudo em torno de novos museus – Museu de Arte Moderna (MAM) e Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp) – criados no final dos anos de 1940, novos teatros – Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) e Cultura Artística – revistas culturais como a *Clima e Fundamentos* e de partidos ligados a grupos de esquerda mais radical ou moderada – como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista Brasileiro (PSB). Quando intelectuais ou profissionais liberais, muitas vezes estiveram ligados a pautas politicamente engajadas, como defesa da reforma agrária, do direito trabalhista, da saúde pública e do desenvolvimento de um projeto nacional de industrialização.

A proximidade dessas pessoas em um círculo de sociabilidade mais ou menos coeso é evidente nas falas dos filhos, uma vez que muito dos nomes e dos locais de frequência se repetem entre os entrevistados. Muitos citam que os pais tinham contato com artistas plásticos de destaque nacional, como Candido Portinari, ou artistas em ascensão na capital paulista na época, também ligados aos movimentos modernos, como o Grupo Santa Helena.

As informações sobre a composição social e as redes de amizade dessa clientela mostram que era dotada de diversos trunfos e redes de pertencimento que a colocavam na posição mais ilustrada e cultivada da burguesia paulistana. A própria encomenda da residência com projeto de arquitetos que propalavam a arquitetura moderna é um marcador indicativo das condições sociais e culturais desse grupo. A compra de lotes individuais em bairros residenciais também explicita os valores em relação ao padrão de moradia expressos na qualidade da localização geográfica. Para essa clientela, a boa colocação profissional resultaria em ganhos econômicos decisivos que possibilitaram arcar com a compra de terrenos nos bairros mais nobres da capital paulista – Pacaembu, Perdizes, Morumbi, Jardim Europa, Jardim Paulista, Jardim América, Jardim Guedala –, loteados com plano urbano estrito de

uso exclusivamente residencial em ruas sinuosas com grande arborização, ocupando as regiões melhores dotadas de infraestrutura e próximas à rede de serviços de qualidade e comércio de média e alta renda.

Foi por meio das relações de amizade que adquiriram telas e esculturas de artistas que despontavam no modernismo e encomendaram móveis de arquitetos e *designers* favoráveis a linhas retas e despojadas, tomada de posição estética que recusa o uso de ornamento, provavelmente visto como rebuscado, antiquado ou muito próximo dos gostos da antiga oligarquia rural ou da burguesia econômica. Ter uma casa assinada por uma elite de arquitetos reconhecida oficialmente na história da arquitetura é uma exclusividade que diz muito dos clientes que as encomendaram, agentes dotados de condições culturais e financeiras para exprimir com eloquência seus gostos e estilos de vida em espaços que modelam o cotidiano, a família e sua imagem social. Essas casas se apresentam, no limite, como estilo de vida centrado na afirmação de um projeto intelectual e artístico.

Reveladora dessa condição foi a observação aguda proferida por uma entrevistada, socióloga e também moradora de uma residência radicalmente moderna, quando a interroguei a quem, de modo geral, as casas eram destinadas, especificando se ela tinha dados sobre o perfil social do grupo encomendante. Ela afirmou, afiada, era “para quem tinha estirpe”.

Mobilizar o termo estirpe, tão ligado ao contexto da genealogia familiar e da transmissão de certo modo refinado e que traz, indubitavelmente, a condição de detentores de posições ligadas a boa cepa, traduz tanto a ideia de privilégio de um grupo, quanto de sua capacidade de conservar o patrimônio por gerações. Se a propriedade residencial exprime visível e duravelmente as condições econômicas, os gostos e a capacidade de apropriação de bens estéticos, nos casos em questão, alguns de seus moradores estão cientes que o projeto da casa com contratação de um arquiteto adepto do modernismo, estilo e profissão recente nos anos 1950, expressa a raridade do consumo de um tipo de serviço especializado, restrito à ínfima parcela da população⁶.

O investimento financeiro e afetivo em um projeto de arquitetura sob medida, construído em terrenos individuais em áreas urbanas privilegiadas da capital paulista, materializa e especifica as práticas culturais adotadas por esse grupo de clientes. Trata-se de um grupo com capacidade econômica para garantir exclusividade nos seus espaços de moradia e com maior propensão para atribuir à residência um sentido ao ato de morar não apenas técnico e funcional. A escolha do local e tipo de moradia

⁶ O curso de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo se institucionalizou em 1948 e antes dele, em 1947, havia sido criado o curso do Mackenzie. Até então, desde o final do século XIX, existia apenas o curso de engenheiro-arquiteto, oferecido pela Escola Politécnica, que formava uma fração muito pequena dos engenheiros que passavam pela instituição e se direcionavam para o exercício da prática de arquitetura (FICHER, 2005).

não satisfaz apenas condições básicas de abrigo e conforto, mas está carregada de aspectos simbólicos, que se fazem pela eleição de estilo de arquitetura, pela adoção de um novo arranjo dos espaços internos e pelas preferências autorais na decoração. Essas escolhas, marcadamente artísticas, estiveram guiadas a partir da percepção e a apreciação estética erudita, para a qual há a prerrogativa de originalidade e exclusividade.

O valor cultural pretendido, não por acaso, atesta a predileção pelo novo. Não era, certamente, o mais tradicional e seguro naquele momento, tendo em vista que a maioria dos projetos residenciais em bairros de alta renda eram menos ousados esteticamente. No entanto, a arquitetura moderna, no período entre 1940 e 1960, despontou com a criação das faculdades de arquitetura e se consagrou com a construção de Brasília. O gosto moderno e arrojado comunicava adesão a uma posição progressista e, em alguns casos, audaciosa e politicamente engajada, observado quando vinha acompanhada da crítica ao que os arquitetos acreditavam ser os modos de morar burguês, avaliados como distantes daquilo que propunham.

Habitar numa casa moderna

Foram citadas pelos entrevistados ou puderam ser identificadas nas fotografias antigas dos imóveis as atividades culturais que neles praticavam, quase sempre associadas ao gosto erudito. Destacam-se a grande frequência de viagens internacionais e aquisição de objetos de decoração e arte, por vezes pela lógica do colecionismo, como peças do barroco brasileiro, quadros de artistas modernos e artefatos tidos como exóticos, populares ou vernaculares (por exemplo, cestarias, colares e carrancas indígenas; vasos e potes marajoaras; redes nordestinas; tapeçarias artesanais). Essas práticas que vinculam gosto a estilo de vida ajudam a localizar o perfil social desse grupo como amantes das artes, conformando uma burguesia ilustrada que amealhou algum dinheiro no exercício de uma profissão garantida pela formação universitária e fez questão de investir em bens e consumos ligados à sua posição cultural.

Entre aqueles que moraram nessas casas apenas na infância, foi realçado o sentimento de nostalgia e tristeza de terem perdido a casa arrojada, que causava estranheza por ser diferente da dos vizinhos e importante do ponto de vista do patrimônio cultural arquitetônico. Lembraram-se, por exemplo, que, quando crianças, era comum desconhecidos baterem à porta pedindo para conhecer a casa, ou amigos da escola ficarem espantados com o espaço doméstico que lhes parecia muito diferente daquele onde moravam. Se alguns mostravam estranhamento, possivelmente os mais leigos, outros, mais instruídos ou com competências técnicas para apreciar o imóvel, mostravam-se interessados. Os entrevistados, especialmente

aqueles que moraram em residências publicadas por muitas vezes em revistas e livros de história da arquitetura, citaram ter sido bastante comum receber jornalistas, fotógrafos, grupos de estudantes de arquitetura, arquitetos formados e estrangeiros motivados a conhecer o projeto arquitetônico. Houve um entrevistado que mostrou com orgulho a coleção de reportagens de jornais e revistas que tiveram como tema a casa de sua família. Outros tinham em suas bibliotecas e mesmo nas mesas de centro da casa livros de história da arte e da arquitetura que apresentavam a obra do arquiteto autor do projeto.

Quando se trata de espaços amplos e esteticamente interessantes, a questão dos usos sociais da casa também foi citada. Ao rememorar a moradia de sua infância e juventude, uma entrevistada abriu o álbum de família para mostrar as fotografias do casamento realizado nos anos 1970 no amplo salão de pé-direito duplo da casa dos pais. Também afirmou que era frequente os pais receberem amigos, realizarem escutas musicais, darem festas para muitas pessoas. Praticamente todos os informantes declararam que os pais eram bons anfitriões e que a casa era ponto de referência em seus círculos de sociabilidade. A originalidade do projeto e a qualidade de seus espaços impulsionavam o interesse da rede de amigos ou servia de chamariz para apresentá-la para algum notável. Entre os mais citados, destaco o historiador e militante comunista Caio Prado Junior, o físico e crítico de arte Mário Schenberg, os pintores Candido Portinari e Alfredo Volpi e os escritores Jorge Amado e Pablo Neruda. Uma das entrevistadas recordou que a casa moderna era ponto de encontro de intelectuais, que se reuniam no grande salão central para ouvir música e debater política, e para marcar a presença dos *habitués*, na porta de entrada havia um grande quadro onde os amigos e visitantes célebres deixavam suas assinaturas e recados. Também informou a preocupação do pai, tão logo se iniciaram as perseguições na ditadura militar, em destruir a placa, para que não deixassem vestígios da rede de contatos desse grupo de intelectuais engajados.

Posto que a maioria desses encomendantes possuem grande acervo de livros, é patente a importância dada no projeto arquitetônico ao espaço para abrigá-los: eles estão situados em local de destaque da moradia, simbolicamente índice do valor que conferem à leitura e ao trabalho intelectual. Várias das residências apresentam no programa um lugar especialmente projetado para biblioteca e escritório, no entanto, ela não foi instalada em cômodo compartimentado, impermeável ao olhar dos outros. Elas estão em local visível, muitas vezes no centro da casa, em um mezanino ou em um patamar elevado. Por exemplo, na residência de um advogado, a biblioteca é aberta e foi localizada um pavimento intermediário, fazendo ligação entre sala de estar, no primeiro andar, e parte íntima, no segundo andar (quartos e sala de banho). Ela foi situada de tal maneira que se impõe como passagem obrigatória para todos da família. Na residência de um professor universitário, as prateleiras de livros ocupam do piso ao teto a parede lateral de toda a casa, com cerca de 20

metros de extensão, e estão solenemente iluminadas pela caixilharia em madeira e vidro que preenche a cobertura em abóbodas. Em outra, a biblioteca foi instalada em um escritório envidraçado que ocupa o espaço central do imóvel, onde há um grande jardim aberto. Os exemplos mostram que os livros ordenam a distribuição e uso dos espaços, marcando forte presença na paisagem. Talvez possam se apresentar de modo imponente às visitas, que logo se deparam com grandes coleções que exteriorizam o acúmulo literário dos moradores; no entanto, para os membros da casa, os livros estão o tempo todo à mão, socialização precoce que predispõe a familiaridade que demonstram ter com a cultura legítima.

Por serem pessoas afeitas ao colecionismo, a organização formal da casa, com suas grandes paredes, corredores, rampas ou passarelas funcionava também como espécie de galeria privada que permitia exibir peças de arte. O mobiliário também estava de acordo com o espaço arquitetônico arrojado, quase sempre feito sob medida por *designers* e ateliês modernos celebrados, entre os quais, Lina Bo Bardi, Zanine Caldas, Sérgio Rodrigues, Branco&Preto, Móbia Contemporânea (ROSATTI, 2019). Todos os entrevistados informaram o interesse dos pais por arte moderna e alguns alegaram o investimento em adquirir e manter na família um Portinari ou um Volpi.

Sobre o interesse em arte, é reveladora a informação de uma das informantes, moradora de grande apartamento em cobertura. Quando perguntei sobre o gosto artístico e o investimento em obra de arte, ela foi procurar em seu escritório uma listagem manuscrita pelo pai, nos anos 1950, com os quadros modernos que possuía, antes de vendê-los em razão de dívidas, conforme relatou, para salvar a situação econômica desfavorável de amigos e familiares. Mostrou-me os bens que herdou e também aqueles que teria herdado se não fosse a generosidade do pai. Em outra entrevista, um dos herdeiros abriu um arquivo no computador para mostrar o inventário do pai recém-falecido que seria partilhado entre ele e as duas irmãs. A lista continha todos os bens da família, fotografados e catalogados, entre os quais três imóveis residenciais projetados por célebres arquitetos modernos (dois apartamentos e uma casa na fazenda) e uma grande coleção de objetos de *design*, mobiliário assinado, peças de arte sacra do barroco brasileiro e quadros de diversos artistas brasileiros.

Essas observações extraídas da presença em campo mostram que, para esse grupo com forte lastro cultural, a manutenção de determinados bens artísticos e a circulação entre gerações (passagem de pais para filhos, herança de avôs e tios) funciona como atestado da antiguidade do capital cultural na família, presente não apenas na decoração e nos objetos, como também na linguagem da fala, do corpo, nos modos de se vestir e de me receber.

Patrimônio e transmissão em família: habitação e habitus cultivado

No andamento das entrevistas, me chamou a atenção a questão da transmissão do patrimônio, à primeira vista, do imobiliário, concentrado em sua forma material e financeira, mas também o patrimônio simbólico. Tanto para aqueles que a casa havia deixado de pertencer ao patrimônio imobiliário da família quanto para aqueles que ainda moravam nela, o imóvel representaria a continuação do gosto moderno, ou seja, as disposições estéticas em relação ao gosto moderno se perpetuaram a ponto de exercer influência na escolha da casa quando adulta.

Aqui fica claro o jogo mais complexo de transmissão familiar de predisposições e aquisições. Alguns dos entrevistados, mesmo não tendo optado por encomendar e construir nova residência moderna sob medida, tal como fizeram seus pais, procuraram, no momento da formação de sua própria família, comprar apartamento assinado pelo mesmo arquiteto, reconhecendo a qualidade arquitetônica, estética e espacial do imóvel onde moraram na infância. Nesses casos, o que se transmitiu não foi o bem jurídico, mas sobretudo a condição de apropriação de um bem artístico, isto é, a posse dos instrumentos que permitem seu consumo como objeto estético (BOURDIEU, 1979).

Significativo desse caso é o entrevistado que morou na primeira infância em residência projetada por Vilanova Artigas, vendida logo após a separação dos pais, consequência da imposição de partilha dos bens imobiliários. No entanto, as disposições culturais mais amplas da família – evidenciada pela posição do pai, importante advogado, que se tornou militante do Partido Comunista e seguiu carreira de jornalista, sendo responsável por uma das publicações culturais do Partido no período dos anos 1940-1950 – foram adquiridas por um trabalho implícito de inculcação, empreendimento precocemente transmitido e acumulado por muito tempo. A entrevistada declarou ter escolhido morar, na vida adulta, com sua própria família, num apartamento em um edifício residencial projetado pelo mesmo arquiteto. As razões alegadas foram a qualidade formal do imóvel, reconhecida pelas grandes janelas, espaços amplos, e o valor estético da moradia, justificadas pela preferência por linhas sóbrias, modernas e despojadas. Interessada na preservação do patrimônio, ela passou a desempenhar papel de guardiã do edifício: engajou-se nas atividades para gestão do condomínio a fim de preservar a construção original, definiu normas quanto às intervenções, garantindo que as reformas mantivessem cores, materiais e acabamentos originais definidos pelo arquiteto, assim como o desenho dos jardins, os revestimentos do *hall* de entrada e os painéis artísticos. Conforme me confiou, seu apartamento, diferentemente de muitos outros moradores que alteraram o desenho original para adequá-los a novos usos, ainda conserva a disposição dos espaços tal como o projeto do arquiteto, confirmando seu compromisso, tal como julga, de não o descaracterizar.

A continuidade das disposições e das aquisições culturais são emblemáticas também na trajetória de outro herdeiro, de cerca de 55 anos, dramaturgo e filho de um engenheiro. Esse entrevistado havia recentemente vendido a residência encomendada pelo pai no final dos anos 1960, local em que ele havia morado com sua própria família logo após casar-se, e comprado um imóvel na região central, local onde ocorreu a entrevista. A organização espacial, o investimento em *design* contemporâneo e o gosto pelo colecionismo são evidentes em seu apartamento atual, como pude notar pela reforma realizada, que retirou quase todas as paredes de modo a formar amplo espaço na área social. A presença de peças de *design* também é a marca da residência e se afina com o interesse do pai, que, entre os anos 1950 e 1970, encomendou peças dos melhores ateliês. Em toda lateral do imóvel e contornando outra parede com ampla janela foi instalada imponente biblioteca ondulada com cores em degradê, de cerca de 14 metros, projetada pelo escritório franco-brasileiro Triptyque, um dos mais destacados da nova geração de arquitetura contemporânea⁷.

A monumental e ousada estante, nomeada pelos arquitetos de Treme-Treme, em referência a um dos edifícios símbolos de centro de São Paulo, virou *hit* entre um público de amantes do *design* contemporâneo e tem sido encomendada por clientes do meio artístico, como artistas plásticos, estilistas e empresários do setor cultural. Ela é projetada de acordo com o espaço do cliente. Cada uma das prateleiras tem desenho único, com curvatura e ondulação de modo a produzir um movimento sinuoso. No apartamento do entrevistado, que inclusive foi fotografado para revistas de arquitetura, *design* e decoração, a exuberante estante servia para exposição dos livros de arte e literatura do proprietário, que, como o pai, é colecionador de obras de arte e mobiliário.

Essas duas situações mostram que a aquisição cultural se expressa tanto pelo objeto material herdado, quanto pela aquisição de percepções e competências, tal como se vê na continuidade do gosto moderno. A transmissão cultural a partir da experiência doméstica se manifestou nos modos de vida, nas atitudes e valores internalizados, nas práticas culturais e nas escolhas profissionais dos herdeiros, engajamentos profundos que poderiam ser nomeados de culto à cultura. Para membros de grupos culturalmente privilegiados, que desde a infância tiveram a experiência de habitar em espaços domésticos dotados dos mais prestigiosos bens materiais – livros, obras de arte, mobiliários de *design*, objetos de coleção, relíquias familiares – o espaço familiar foi definitivo na constituição de discursos e práticas cultivadas.

⁷ O escritório Triptyque foi criado em 2000 por quatro sócios franceses recém-formados que se instalaram no Brasil e abriram a sede em São Paulo.

A área da cultura como escolha profissional

No que se refere às dimensões mais profundas da definição de um estilo de vida, fortemente representada pela escolha profissional, é possível observar entre os pesquisados, quase todos na faixa dos 50 a 70 anos, prevalência da atuação em áreas ligadas ao mundo da arte, cultura e ciência.

As escolhas profissionais dessa geração de herdeiros são significativas para compreender a transmissão de uma relação cultivada com a cultura que orientou as escolhas educacionais e profissionais. Levando em conta o conjunto dos entrevistados, o que se observa é que a força da socialização primária em um ambiente de sofisticação artística se impôs e condicionou escolhas em relação à formação universitária e atuação profissional. Antes disso, vêm as estratégias escolares dos pais, que, ao escolher os colégios para os filhos no período da infância e adolescência, optaram por instituições particulares tradicionais da cidade de São Paulo, como os colégios Dante Alighieri, Bandeirantes, Vera Cruz, Santa Cruz e Equipe, marcadamente ligados a atividades de incentivo cultural. O circuito é reduzido e, não por acaso, alguns dos entrevistados alegaram se conhecer por terem passado pelos mesmos espaços escolares. A trajetória escolar, em seguida, se deu com a entrada em universidades de prestígio, como a Universidade de São Paulo ou em escolas no exterior, como na França, seguida pelo ingresso em carreiras ligadas à produção cultural, intelectual, científica ou social.

Independente da formação que escolheram cursar, acabaram por desempenhar atividades intelectuais no campo da cultura e das artes, muitas vezes em cargos de chefia e liderança, ou compromisso de disseminação do conhecimento ou de portavozes em suas áreas. As profissões e os cargos ocupados eram: escritor, dramaturgo e diretor de peça teatral, economista e professora universitária, psicoterapeuta que possuía coluna na imprensa, psicanalista, filósofo e professor universitário, sociólogo e professor universitário, artista plástico, arquiteto, músico e compositor de jazz, médico pesquisador com carreira internacional, escritora de livro infantil e diretora de importante biblioteca pública estadual, *designer* gráfico com doutorado na área, proprietário e diretor de organização não governamental com atuação na área social e de meio ambiente; economista e diretor de *marketing* de time de futebol de primeira divisão em São Paulo.

A possibilidade de seguir esses caminhos não se dá por acaso. Oriundos de frações intelectualizadas de classe média alta, esses filhos herdeiros fizeram investimentos constantes e decisivos ao longo da trajetória escolar. Por se tratar de filhos de famílias com posições mais vantajosas na hierarquia social, a eles estavam disponíveis maiores recursos financeiros e simbólicos para sustentar investimentos em áreas, como as artísticas ou culturais, nas quais a conquista de sucesso ou de retorno financeiro acontece geralmente em longo prazo.

Quando atuantes diretos na área artística, interessante notar ainda alguns casos em que a história familiar ou a herança da casa é retrabalhada e transformada em produção cultural erudita. Um dos herdeiros, diretor de teatro e cinema, escreveu um livro inspirado na história do pai viúvo e que, conforme relatado, seria adaptado para peça de teatro e filme. Transformando a experiência real vivida pela família, o livro narra de modo divertido e sensível a relação de uma idosa cosmopolita, importante no meio musical erudito, com seu acompanhante e cuidador. Ela, moradora de um grande casarão em bairro nobre de São Paulo, ele, empregado pobre vindo da periferia, estabelecem uma relação de convivência difícil e cômica, com os desentendimentos e peripécias de frequentarem juntos os mais diversos locais culturais refinados de São Paulo e no exterior. O filho herdeiro entrevistado, que havia cursado sociologia nos anos 1970 na França, e depois, sob motivação da família, se encaminhou para a área artística, afirmou que extraía a matéria para sua produção dramaturgicamente dos descompassos e atritos entre classes sociais vividos no ambiente doméstico, com a experiência do pai que, quando idoso e doente, estabeleceu uma relação parecida com seu cuidador.

Outro herdeiro, que atua como compositor e músico de jazz, ao me falar sobre suas escolhas profissionais, me ofereceu CD gravado por ele e sua banda. É significativo que a capa e o encarte possuam ilustração que reproduz o painel geométrico presente na fachada da residência, executado, nos anos 1950, por importante artista plástico. A casa é considerada um ícone da arquitetura moderna paulista, reconhecida pela filiação ao movimento concretista e essa intervenção gráfica, um grande painel azul e branco cortado por várias diagonais, é comumente utilizada por historiadores e críticos para se referirem à residência. O disco, como se pode notar pelo título e pelas letras das músicas, explora a relação entre arquitetura e música, entre arte concreta e arte sensível, algumas das quais fazendo referência a obras literárias e lugares poéticos, o que reforçam a erudição e o lastro afetivo do empreendimento artístico.

A complexidade da transmissão cultural tem nesses dois casos uma de suas muitas expressões. O que vale destacar é que legando para a sociedade dois artistas, dois agentes da cultura erudita, um músico e outro escritor e dramaturgo, as elites culturais contribuem para reproduzir suas percepções estéticas como produção cultural, muitas das quais diretamente ligadas a suas histórias pessoais e familiares. Aí se vê também que patrimônio e memória familiar são reapropriados e utilizados para afirmação de seus projetos artísticos, fazendo uso do patrimônio adquirido e ampliando a legitimidade simbólica de que já dispõem.

Considerações finais: herdar uma relação cultivada com a cultura

A pesquisa focalizou os encomendantes, para os quais o projeto da casa moderna foi inicialmente direcionado, e os filhos, que nelas moraram quando crianças. Tendo como horizonte de investigação as estratégias de transmissão intergeracional e de distinção cultural, este estudo apurou de que modo as escolhas em matéria de moradia estão associadas às formas de dominação de certas frações de classe, notadamente, grupos bem situados em posições de prestígio propriamente cultural.

As informações sobre a composição social e as relações de amizade dessa clientela mostram que ela era dotada de diversos trunfos e redes de pertencimento que a colocavam na posição mais ilustrada e cultivada da burguesia paulistana. As casas de exceção – aqui tratadas como via de acesso privilegiado a grupos que são comumente fechados e que estão menos dispostos a revelar suas práticas culturais, consumos artísticos, formas de organização, decisões em relação à herança etc. – orientaram estratégias de conservação do patrimônio e de reprodução familiar. Com essa entrada empírica, foi possível tratar do processo de aquisição de uma relação estética com a cultura, em que a casa passa a ser declaração visível do sucesso e do volume global de capital cultural do proprietário e sua família.

Esses bens imobiliários, valorizados pelo atributo artístico e pela proeza arquitetônica, fornecem imagem bastante representativa dos investimentos patrimoniais feitos por frações da classe dominante que acumulam capitais econômicos e estão situados no topo da hierarquia cultural. Procurou-se mostrar de que forma a transmissão cultural realizada no seio familiar, mais especificamente, no espaço doméstico, está atrelada a escolhas que incidem em domínios expressivos da vida social. Nesse caso, os locais de moradia (bairros exclusivos), os modos e as maneiras de habitar (as escolhas modernas em matéria de decoração, a adoção de estilos arquitetônicos e os cuidados em relação à organização desse espaço) compõem um universo de escolhas distintas e distintivas que reafirmam a notável capacidade desses proprietários de coincidirem suas preferências com a imagem social com a qual querem se representar.

Trata-se, portanto, da questão ampla da transmissão do patrimônio, que envolve tanto a herança imobiliária, quanto da habitação enquanto espaço de incorporação do *habitus* cultivado. O que se nota é que em geral a encomenda da casa demarca um projeto de fundação familiar, iniciado com o matrimônio e com a chegada dos filhos, e com ela se estabelece certa coesão e adesão entre os membros da família que se multiplica nas práticas e discursos, ou seja, nos gostos, em geral.

A investigação mostra que a casa é catalisadora de experiências que agregam a família e, mais largamente, o grupo em que estão inseridos. Uma das marcas mais evidentes da transmissão foi que, ao longo da entrevista, os informantes

recordaram fatos, relataram causos ou foram buscar em seus armários os traços da transmissão do patrimônio cultural e material dos pais e de seus filhos. Além de bens de decoração como móveis, louças, vitrais, quadros, apontados como recordações, mostraram álbuns de família, viagens, casamento e registros fotográficos do momento da construção da casa, ocasião que serviu para tecerem comentários sobre o esforço, a exclusividade e a aventura do investimento dos pais. Em alguns casos, os entrevistados mostraram obras de arte e móveis herdados, e que agora decoravam suas próprias casas. Nessas ocasiões, sempre ressaltavam o nome, dando ênfase ao estatuto autoral da peça, indicando condições de aquisição, que se tratava, como pude constatar, na maioria das vezes de produtores em proximidade com as redes de sociabilidade da família, sendo que nessas a mãe é citada como parte atuante do projeto ou, em poucos casos, menos interessada.

Ainda sobre a importância do culto à assinatura e seus reverses, quando acrescentei a informação que lhes era desconhecida de que o paisagismo da moradia tinha sido projetado por um célebre artista plástico brasileiro, umas das lideranças da arte concreta, eles se mostraram admirados e gratos por partilhar mais uma referência ilustre sobre a moradia. No entanto, confiaram, modestamente, que tinham alterado todo o jardim. Expõem, assim, o limite de suas competências e aquisições, reconhecendo neles a condição mais de amadores, amantes *par défaut*, do que de especialistas, pois a introjeção desses conhecimentos artísticos se deu pela socialização doméstica, não por aprendizagem sistemática ou pesquisa científica, portanto, não baseada em competência específica.

De todo modo, as escolhas estéticas dessas frações culturalmente bem-nascidas, embora se apresentem como manifestações do terreno do bom gosto, são também escolhas morais e hierarquizantes que preservam vantagens sociais ao longo de gerações, perpetuando de modo mais direto e sutil padrões de excelência social, a partir dos quais os indivíduos se reconhecem entre si e se demarcam dos outros, enquanto sujeitos e coletividade. Para aqueles que detêm os códigos de reconhecimento, essas escolhas são índices preciosos que permitem aproximar semelhantes e excluir aqueles considerados indignos de pertencerem ao grupo.

***REAL ESTATE HERITAGE CONVERTED INTO CULTURAL HERITAGE:
THE HOUSE AS A SPACE OF TRANSMISSION OF THE ERUDITE
TASTE IN FAMILIES OF SÃO PAULO'S CULTURAL ELITES***

ABSTRACT: *This article investigates the transmission of cultural heritage among members of elite families whose parents were commissioners of "author's architecture" houses, i.e., designed by architects recognized and*

valued for their signature. Based primarily on a set of interviews with their children, we sought to restore the dynamics of acquisition and conservation of the various capitals within these groups. The analysis of cases allows us to expose the continuity of the cultural transmission and the artistic taste from the domestic experience. For these members of culturally privileged groups, who since childhood have had the experience of living in domestic spaces endowed with the most prestigious material resources such as books, works of art, design furniture, objects of collection and family relics, the house was a space which constituted a cultivated relationship with the culture. The erudite cultural heritage is manifested in the most diverse domains of life, in the body hexis and in internalized values, in cultural practices and professional choices.

KEYWORDS: *Elites. Housing. Erudite Taste. Heritage.*

**PATRIMONIO INMOBILIARIO CONVERTIDO EN
PATRIMONIO CULTURAL: LA CASA COMO ESPACIO DE
TRANSMISIÓN DEL GUSTO ERUDITO EN LAS FAMILIAS
DE LAS ÉLITES CULTURALES DE SÃO PAULO**

RESUMEN: *Este artículo investiga la transmisión del patrimonio cultural entre miembros de familias de élite cuyos padres han encargado casas de “arquitectura de autor”, es decir, diseñadas por arquitectos reconocidos y valorados por su firma. Basándose principalmente en una serie de entrevistas con los hijos, se buscó interpretar la dinámica de adquisición y conservación de los diversos capitales dentro de estos grupos. El análisis de los casos nos permite investigar la continuidad de la transmisión cultural y el gusto artístico a partir de la experiencia doméstica. Para estos miembros de grupos culturalmente privilegiados, que desde la infancia han vivido en espacios domésticos dotados de los más prestigiosos recursos materiales - libros, obras de arte, muebles de diseño, objetos de colección, reliquias familiares-, la casa es espacio constituyente de una relación cultivada con la cultura. El patrimonio cultural erudito se manifiesta en los más diversos ámbitos de la vida, héxis corporal y valores interiorizados, las prácticas culturales y las opciones de carreras.*

PALABRAS CLAVE: *Elites. Vivienda. Gusto erudito. Herencia.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria; CANEDO, Leticia e GARCIA, Afrânio. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

ALMEIDA, Ana Maria de & NOGUEIRA, Maria Alice. **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; ZOUK, 2007.

_____. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo das Letras, 2006.

_____. A casa kabyle ou o mundo às avessas. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 8, n. 8, p.147-159, 1999.

_____. Apêndice: O espírito da família. In: _____. **Razões Práticas**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. À propos de la famille comme catégorie réalisée. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n° 100, p.32-36, 1993.

_____. Un placement de père de famille. La maison individuelle, spécificité du produit et logique du champ de production. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 81/82, 1990.

_____. Les trois états du capital culturel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Vol. 30, L'institution scolaire, novembre, p.3-6, 1979.

BOURDIEU, Pierre & DELSAUT, Yvette. Le couturier et sa griffe: contribution à une théorie de la magie. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 1, n°1, p.7-36 janvier 1975. (Hiérarchie sociale des objets).

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, F. M (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Morar, Cozinhar**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

Patrimônio imobiliário convertido em herança cultural: a casa como espaço de transmissão do gosto erudito em famílias da elite cultural paulistana

DURAND, José Carlos. **Arte, privilégio e distinção**: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985. São Paulo: Perspectiva: Edusp, 1989.

ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli**: ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob regime patriarcal. 51ª Edição. Rio de Janeiro: Global, 2006.

_____. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 15ª ed. revista. São Paulo: Global, 2004.

GRYNSZPAN, Mário e GRILL, Igor Gastal. Elites: recursos e legitimação. **Revista Pós Ciências Sociais**, v8, n15, 2011.

HEINZ, Flávio M. *et al.* **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira**: 1967-1918. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

LE WITA, Béatrix. **Ni vue ni connue**: approche ethnographique de la culture bourgeois. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1988.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. Ethos emergente: as pessoas, as palavras e as coisas. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, p.175-202, 2007.

MACIEL, Louise Claudino. **Pode entrar**: manifestações de gosto no âmbito da moradia e da decoração das elites culturais na Região Metropolitana de Recife. Tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

MENSION-RIGAU, Eric. **L'enfance au château. L'éducation familiale des élites françaises au 20e siècle**. Paris-Marseille, Rivages, 1990.

MICELI, Sergio. **Imagens negociadas**: retratos da elite brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O crepúsculo dos grandes**: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1998.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Châteaux et Châtelains. Les siècles passent, les symboles demeurent**. Paris: Éditions Anne Carrière, 2005.

_____. Sociologia da alta burguesia. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 18, p.22-37, dezembro, 2007.

_____. **Sociologie de la bourgeoisie**. Paris, La Découverte, 2009.

PULICI, Carolina. **O charme indiscreto do gosto burguês paulista**: estudo sociológico da distinção social em São Paulo. 328p. Tese (Doutorado). FFLCH-USP, 2010.

PULICI, Carolina; FERNANDES, Dmitri Cerbonccini (org). **As lógicas sociais do gosto**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

ROCHE, Daniel. **História das Coisas Banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

ROSATTI, Camila Gui. Moderno sob medida: produtores e clientelas do mobiliário paulistano nos anos 1950, *In*: PULICI, Carolina; FERNANDES, Dmitri Cerbonccini (org). **As lógicas sociais do gosto**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

_____. Casas burguesas, arquitetos modernos: condições sociais de produção da arquitetura paulista. Tese (Doutorado). FFLCH-USP, 2016.

SAINT MARTIN, Monique de. Coesão e diversificação: os descendentes da nobreza na França, no final do século XX. **Mana**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.127-149, 2002.

TRIGO, Maria Helena Bueno. **Os paulistas de quatrocentos anos**: Ser e Parecer. São Paulo: Annablume, 2001.

Recebido em 11/03/2019.

Aprovado em 29/04/2019.

O GOSTO E O CHEIRO: PRÁTICAS DE CONSUMO E DIFERENÇAS REGIONAIS NO BRASIL

*Salete NERY**

RESUMO: O objetivo deste artigo é compreender o gosto do brasileiro pelo perfume. O Brasil é o segundo maior consumidor mundial de perfumes. Os produtos mais consumidos são os nacionais e massivos. Os maiores consumidores são pessoas das Classes C, D e E das regiões Norte e Nordeste, que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), gastam familiarmente por mês mais com perfumes do que com arroz ou com educação. O ponto de partida é o debate sobre o suposto caráter supérfluo dos perfumes, à luz da particularidade sócio-histórica do Brasil. Daí buscamos compreender esse gosto a partir da relação daquilo que foi considerado pela pesquisadora Renata Aschcar como o cheiro do Brasil no século XX, a lavanda, a partir de um de seus produtos de destaque na história nacional da perfumaria: a Seiva de Alfazema criada pela Phebo.

PALAVRAS-CHAVE: Gosto. Consumo. Perfumes. Brasil.

Introdução

O vídeo-documentário *Vaidade* (2003), dirigido por Fabiano Maciel, ganhador do prêmio de Melhor Documentário na Mostra do Filme Etnográfico em 2005 (Rio de Janeiro), e ambientado em cidades do Pará, estado da região Norte do Brasil, parece ter como uma de suas motivações principais um estranhamento: Como entender a relação do paraense com os cheiros? Na tela visualizamos grupos empobrecidos, em cidades remotas e pequenas do país, que chegam a trocar o

* UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Cachoeira – BA – Brasil. 44300000 - saletenery@uol.com.br. <http://orcid.org/0000-0002-7723-2243>.

ouro obtido no garimpo ou mesmo peixe, na falta de outros recursos, por perfumes comercializados por grandes empresas de perfumaria nacionais ou estrangeiras – uma região do país cujas famílias economicamente menos favorecidas, a exemplo do que também ocorre na região Nordeste, gastam mais mensalmente com perfumes do que com itens de educação, que envolvem variados produtos, desde escola e livros a material escolar, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2010). Através do documentário, temos contato com pessoas que têm quatro ou mais perfumes em suas prateleiras, o que nos leva ao questionamento sobre: o que motiva pessoas a investirem, mensalmente, mais em perfumes do que em arroz pelos dados apresentados na *Pesquisa de Orçamentos Familiares* (BRASIL, 2010), do IBGE? Por que/Como perfumes poderiam ter angariado tamanha importância nos gostos de nortistas e nordestinos do país?

Quando tratamos do Norte e Nordeste do Brasil, estamos apontando duas regiões de baixo Produto Interno Bruto (PIB) no país: respectivamente, cada uma delas corresponde a 5,4% e 14,3%, em confronto com as regiões Sudeste (53,2%), Sul (17%) e Centro-Oeste (10%), conforme as estatísticas apresentadas pelas *Contas Regionais do Brasil 2010-2016* (BRASIL, 2016). Ainda assim, são as regiões que, a partir de seu consumo de perfumes massivos pelas classes C, D e E, têm importância capital para o lugar ocupado pelo país no *ranking* internacional de consumo de perfumes. Hoje, o Brasil está em segundo lugar quanto ao consumo de perfumes para uso pessoal no mundo, tendo movimentado R\$ 23 bilhões em 2017, crescimento de 11,7% em relação ao ano anterior, de acordo com dados apresentados no *Caderno de Tendências 2019-2020*, produzido pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). “Segundo dados da Euromonitor International, enquanto no mundo a categoria [perfumaria] representa 11% do total de HPPC [produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos], no Brasil representa 23%. Isso mostra o quanto os perfumes fazem parte da rotina de cada brasileiro” (ABIHPEC; SEBRAE, 2018, p.53). No entanto, fazem parte muito diferencialmente, pois, conforme dados do Kantar Worldpanel, apresentados no mesmo caderno de tendências, a penetração dos perfumes, que é de aproximadamente 60% no Brasil, sobe para o expressivo número de quase 80% nas regiões Norte e Nordeste, enquanto na região Sul seria de 45%. Ou seja, nas regiões Norte e Nordeste, a cada 10 pessoas, aproximadamente oito (8) consomem perfumes.

No curto período de maior desenvolvimento do Brasil, quando o PIB da região Nordeste chegou a crescer mais do que a média nacional, esta região foi considerada a grande responsável para o fato de, entre 2010 e 2014, o Brasil ter alçado à condição de maior consumidor nacional de fragrâncias para uso pessoal – ultrapassando os Estados Unidos, país mais rico e populoso –, mesmo às custas de um consumo,

por excelência, de nordestinos dos estratos socioeconômicas menos privilegiados, a partir de produtos nacionais e massivos. As fragrâncias mais consumidas são as Águas, quase metade do consumo, e as Colônias que incluem as deocolônias e os deoperfumes, que representam a outra metade. Tratam-se de perfumes com menor concentração de fragrâncias: em torno de 5 e 10% (no caso da categoria *parfum*, a concentração pode ultrapassar os 30%). Com menor teor de fragrância e de fixadores, as Águas e as Colônias são os produtos mais baratos para perfumação pessoal e que volatilizam mais rapidamente. No Brasil, cerca de 90% dos produtos vendidos são nacionais. Destaque-se que, juntas, as empresas brasileiras Boticário e Natura representam mais de 50% desse mercado. Além disso, a fragrância é item decisivo na escolha de uma variedade de outros produtos no país, como cosméticos e mesmo produtos de limpeza da casa (ABIHPEC, 2018a).

Em suma, mesmo em contexto de crise político-econômica, o Brasil, apesar dos abalos sofridos pelo setor nacional de perfumaria, permaneceu em lugar de destaque quanto ao consumo de fragrâncias para uso pessoal (2º lugar no período de 2015 a 2018) consumindo, destacadamente, produtos mais baratos sendo que os nortistas e, especialmente, os nordestinos de menor renda têm importante papel nesse resultado. Dois fatores normalmente são acionados na tentativa de explicar o panorama: o tamanho das regiões e o clima mais quente. No que se refere ao tamanho, o que importa é o índice populacional, e não a área geográfica e nesse quesito, o Sudeste é a região de maior PIB e mais populosa. Por sua vez, no que se refere ao clima e à associação da perfumação aos banhos, tomados em maior quantidade ao longo do dia, a compensação estaria no preço dos produtos consumidos. Consome-se mais fragrâncias ao longo do dia, mas, por isso mesmo, elas podem ser as mais baratas *splash* (de menor fixação). Ou seja, a compreensão do gosto pelo perfumar-se das camadas menos aquinhoadas do país de regiões de menor PIB não passa por uma possível lógica da imitação como vetor interpretativo basilar. A região Sudeste poderia suplantar esse consumo em volume e em valor monetário desprendido por ser uma região simultaneamente mais rica e mais populosa do que a Nordeste, principal mercado nacional das fragrâncias de massa. No entanto, isso não ocorre devido a diferenças de fundo sócio-histórico. E é essa especificidade histórica, que teve por consequência relações singulares com o perfume, que tem levado à aposta na rápida recuperação do mercado de perfumaria no país, o que começa a ocorrer. O brasileiro, afirma-se, poderia diminuir o consumo de fragrâncias para uso pessoal, mas não cortaria o referido item de sua cesta de compras: “O brasileiro vai continuar usando perfume – e muito!” (ABIHPEC, SEBRAE, 2018, p.55). O objetivo deste artigo é, portanto, compreender o gosto do brasileiro por perfumes para uso pessoal.

Supérfluo?

O estranhamento causado pelos números referentes ao consumo de perfumes no Brasil se dá inicialmente devido à suposta superfluidade do produto em questão. Por isso, inclusive, a comparação entre consumo de perfumes e consumo de itens como educação e arroz faz sentido no aguçamento dessa perplexidade para exposição da problematização que torna pertinente a pesquisa. No entanto, como afirmei em outro artigo (NERY, 2017), em lugar de arriscarmos grosseiramente a interpretação de que pessoas com menor poder aquisitivo valorizam mais o supérfluo do que itens de necessidade, buscamos compreender o modo de interpretação a respeito dos perfumes na relação com a vida dos nordestinos a partir de uma série de técnicas de investigação que envolveram questionários, entrevistas em profundidade e mesmo um teste aromático, aplicados nos anos de 2014 e 2015, nas ruas da cidade de Cachoeira-BA, a 110km da cidade de Salvador, capital da Bahia. A referida cidade foi escolhida devido a ser contígua espacial e culturalmente à capital, centro irradiador privilegiado de modos de vida para todo o estado, e ter renda média de classe C, de acordo com os dados do IBGE (2010). Ainda que o referido órgão não opere a partir de recorte de classe, foi necessário proceder o ajuste analítico devido aos dados dos relatórios sobre consumo de perfumes no Brasil apresentarem as estatísticas a partir desse recorte utilizando a classificação da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP). Assim, a cidade de Cachoeira-BA se apresentou como um microcosmo que poderia contribuir para o surgimento de hipóteses interpretativas à compreensão da relação dos baianos e nordestinos com o perfume, apesar da evidente diversidade que marca o estado e, mais particularmente, a região.

Na aplicação dos questionários-piloto, no entanto, um problema surgiu, e ele se mostrou definidor dos rumos da investigação. Inicialmente utilizamos informações publicadas a respeito de uma pesquisa realizada sobre consumo de perfumes no Brasil que apontava que o elemento motivador primeiro para o consumo de perfumes era a sedução, depois viriam a evidência de poder e, por fim, bem-estar (SANTOMAURO, 2011). Contudo, em nossa pesquisa-piloto, percebemos outra resposta de grande incidência: “uso porque gosto”. Esta recorrente frase, que pode englobar o bem-estar, o poder e a sedução, parecia trazer elementos adicionais a uma incursão interpretativa acerca da participação dos perfumes na rotina de seus usuários.

Com a aplicação dos questionários finais, percebemos que pessoas que ganhavam, à época, até um salário mínimo individualmente, costumavam ter até mais do que quatro (4) perfumes em suas prateleiras domésticas, com aquisição bimensal de novos produtos. Entre as setenta (70) mulheres entrevistadas, Vinte e oito (28) afirmaram ter quatro (4) ou mais perfumes em casa no momento da entrevista, sendo que metade delas ganhava um salário mínimo e a outra metade

menos do que um salário mínimo. Vinte e uma (21) respondentes afirmaram ter três (3) perfumes, sendo que dezessete (17) delas recebia menos do que um salário mínimo. Apenas quatro (4) dentre as setenta (70) entrevistadas afirmaram não usar perfume e, mesmo assim, duas delas afirmaram ter o produto em casa.

No caso dos homens, de um total de sessenta e seis (66) entrevistados, três (3) afirmaram não usar perfume. A maioria deles, vinte e cinco (25), afirmou ter dois perfumes em casa no momento da entrevista, sendo que, destes, dezessete (17) tinham renda abaixo de um salário mínimo. Tomamos, para entrevista, moradores permanentes da zona urbana da cidade a partir de uma amostra estratificada por sexo. O recorte se limitou à faixa etária entre 20 e 49 anos. A aplicação do questionário ocorreu em diferentes dias da semana, horários e pontos da cidade.

Ou seja, tratavam-se de pessoas em idade produtiva, com baixo rendimento, e, ainda assim, com prateleira diversificada de produtos, adquiridos, por excelência, via catálogos – a cidade contém apenas uma loja física de perfumaria (Boticário), tendo como demais opções de compra direta mercados e farmácias. O que significa, no entanto, afirmar que se usa o produto por gosto? As entrevistas em profundidade ajudaram a perceber que a relação estabelecida com o produto vem muito precocemente. Desde o nascimento, as mães aromatizam as crianças e seguem com esse ritual diário ao longo de seu desenvolvimento, o que se prolonga em suas vidas adultas. De acordo com Bourdieu (2007), o gosto popular pode ser primordialmente entendido como um **gosto de necessidade**. Ainda que todos comam, os pratos das camadas populares estariam mais recheados com quantidade de alimentos, se houver essa possibilidade, e de tipos mais nutritivos, em oposição ao **gosto de luxo** burguês, definido pela liberdade conferida pela distância da necessidade. Ora, como pensar perfumes, um tipo de produto que parece ferir a lógica da necessidade por si só?

A afirmação “uso porque gosto” parece distanciar o consumo do produto de motivações mais imediatistas, como obtenção de favores, ao mesmo tempo em que não traz vínculo com uma possível tentativa de aproximação com estratos mais abastados, o que seria mais típico, de acordo com o jargão bourdiano, das **camadas pretensiosas**, ou seja, as camadas intermediárias. Por outro lado, a afirmação contém a indicação de que o consumo de perfumes seria uma finalidade em si mesma, o que aproximaria de uma lógica do gosto de luxo. No entanto, pelas entrevistas qualitativas, não se trataria de um gosto ligado à liberdade. Usar perfume “é básico”, para não feder e para não ficar “cheirando a nada”. Ao mesmo tempo que o uso do perfume não seria remissível a um objetivo imediatista, ele comparece como constitutivo do reconhecimento de si por parte de seu usuário. Não usar perfume tem duas consequências: cheirar a nada ou feder. Apesar da importância do recurso ao perfume como mecanismo para não feder ser fundamental à interpretação que se seguirá aqui, chama a atenção a compreensão de que não estar artificialmente odorizado significa cheirar a nada. Como chave interpretativa, me utilizo da

personagem Grenouille – do livro de Patrick Süskind, *O Perfume, história de um assassino* (2010)[1985], adaptado para o cinema em 2006 e para série televisiva em 2018 – pois ele, de acordo com a narrativa, era desprovido de odores pessoais, característica que parece definidora de sua relação com as pessoas, com os cheiros e com o seu percurso na trama. Grenouille, por não ter cheiro, não tinha existência social, era insignificante e aberrante. O que ele desejava? Ser amado, existir. Para isso, ele busca criar o melhor perfume existente, que, contraditoriamente, viria do cheiro de mulheres, mas mulheres especiais, virgens portadoras de diferentes tipos de beleza que forneciam a essência para as notas aromáticas que comporiam os acordes de seu perfume, que levaria da lascívia ao amor divino. Cheirar é inescapável. Podemos transformar os odores que portamos a partir da adição de substâncias, mas não podemos não ter cheiros, ainda que nossa atenção, na hierarquização sócio-histórica dos sentidos, tenha levado à prevalência da visão e à diminuição de nossa reflexiva percepção dos odores à nossa volta. Arriscamos a perguntar: O que poderia levar a que cheiros externos, artificiais, fossem compreendidos como constitutivos de nós? Se assim for, estaríamos numa ordem de relação mais profunda de vínculo afetivo com um tipo de produto que teria papel de peso na definição das auto(estimas) e para as quais o debate a respeito do gosto a partir da distinção pode ter alcance limitado. Por outro lado, em que medida as entrevistas, mesmo em profundidade, poderiam descortinar processos naturalizados na forma do gosto pessoal? O gosto atual é uma sobrevivência do passado como memória prática, não-reflexiva. A socialização infantil, com recurso diário à perfumação, ainda que não explicitada em suas motivações, leva à constituição de um *habitus* ligado ao gosto pelo perfumar-se, ao mesmo tempo em que a uma hierarquização socialmente construída da relação entre odores, gêneros, gerações e ocasiões para uso. Fazendo parte de um gosto naturalizado e reforçado a partir de rituais diários domésticos, mas coletivamente exercitado, o recurso à perfumação simplesmente se mantém como inquestionável. Mesmo quando certas motivações para a perfumação infantil são explicitadas em teor de necessidade (para proteção contra “mau-olhado”), os usos parecem crescentemente se distanciar de sua necessidade inicial, pela fala dos entrevistados, e ganhar autonomia como finalidade em si. Enquanto resultado de um processo sócio-histórico, entendemos sociologicamente que a construção dos gostos, inclusive por perfumação pessoal, apesar do esquecimento social de sua história, é compreensível e, em função disso, buscaremos interpretá-lo levando em consideração o processo de constituição do Brasil, que certamente foi definidor na divisão que se operou no país entre regiões consumidoras de perfumes (Norte e Nordeste) e regiões produtoras (Sudeste e Sul), uma vez que os maiores gigantes da comercialização nacional de fragrâncias são o Boticário (Curitiba-PR) e a Natura (São Paulo-SP), que ampliaram, ambas, sua atuação nas regiões Norte e Nordeste após 2010.

De acordo com a *Pesquisa de Percepção do Setor*, estudo qualitativo elaborado pelo Instituto FSB Pesquisa para a ABIHPEC, entidade privada que representa 94% do setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC), com cerca de 400 associados – “95% dos entrevistados [em São Paulo, Porto Alegre e Salvador] entendem os produtos de HPPC como essenciais e indispensáveis para os cuidados básicos com a saúde, bem-estar e qualidade de vida. [...] Bem-estar é uma consequência da sensação de higiene, e não da vaidade” (ABIHPEC, 2018b, n.p.). Tais informações levaram a Associação, enquanto entidade orientadora das condutas empresariais no setor de HPPC e que gerencia e negocia as relações entre empresários e poder público, a estabelecer a essencialidade como pilar que deverá estruturar as atuações e investimentos do setor no biênio 2019-2020. Um desses passos se dirige às negociações para redução dos impostos cobrados ao setor e cujo aumento no contexto de crise foi entendido como fator que levou a uma maior retração das vendas nos últimos anos: “Apesar de serem produtos essenciais, muita gente acha equivocadamente, que o setor de HPPC é de produtos chamados supérfluos. Conseqüentemente, somos o segundo setor mais tributado da economia, atrás apenas do segmento de cigarros”, conforme Daniel Lacasa (ABIHPEC, 2018a).

No entanto, os produtos mais essenciais destacados pela investigação do Instituto FSB Pesquisa seriam: absorvente higiênico, sabonete, escova dental, creme dental, fraldas descartáveis (ABIHPEC, 2018a). A partir de nossa pesquisa, compreendemos que parcela significativa de nordestinos pode entender que perfumes para uso pessoal fazem parte do rol dos produtos essenciais do setor. É nessa direção que esta investigação segue.

Os cheiros e o Brasil em perspectiva histórica

Compreender a conformação da disposição para o consumo de perfumes como comportamento cotidiano pouco dispensável demanda a consideração do modo como se deu o ingresso e desenvolvimento da perfumação industrial no Brasil, enquanto continuação das relações dos habitantes do país com os cheiros de modo geral. Em outras palavras, cabe compreender o processo de autonomização do perfume como produto cultural e capitalista em função das redes sociais que se conformaram em diferentes modelagens neste vasto território. O marco primordial da investigação é, seguramente, a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, em princípios do século XIX, por suas consequências comerciais e sociais. Este é o momento do ingresso dos perfumes enquanto produto capitalista racionalizado no país, o que abriu espaço à posterior produção local, na segunda metade de século, nas boticas. Até esse momento, os habitantes social e economicamente mais privilegiados eram obrigados a se contentar com o pouco que vinha da Metrópole. Contudo, conforme afirma

Aschcar (2001), após a Independência, em 1822, o Brasil rapidamente passou a consumir

[...] perfumes com incrível avidez. Registros da época mostram que em 1867 – durante o reinado de Pedro II, sucessor do pai – o Brasil, por estranho que pareça, figurava entre os maiores importadores de perfumes franceses. Batido apenas pela Inglaterra, o Brasil importava 252 mil quilos – medida que consta da lista publicada em *Le Livre des Parfums*, livro editado em Paris em 1870 – enquanto Portugal não chegava a 19 mil. No entanto, a indústria de higiene e perfumaria local só começaria a ter alguma expressão cerca de vinte anos depois (ASCHCAR, 2001, p.107).

Ou seja, a disposição à odorização do corpo já estava constituída e ganhou impulso a partir do momento em que as disposições encontraram um produto correspondente que as satisfiz. O estabelecimento da Corte no Brasil em 1808 não teria sido, portanto, o fator causador da disposição para perfumação pessoal, e sim o gatilho propiciador da efetivação das condições de realização da prática da perfumação a partir de fragrâncias criadas para o comércio com fins de embelezamento. A chegada dos perfumes, mais maciçamente, no território nacional oportunizava o contato com novos e diferentes cheiros, oriundos do desenvolvimento de uma indústria química ainda nascente que rumaria na direção da criação de odores abstratos, inexistentes na natureza, no mesmo século XIX. De qualquer modo, o específico percurso europeu de autonomização funcional, articulado à ascensão burguesa e protestante, levava a que o perfume ganhasse o específico recorte estético, mais vinculado ao belo e à sedução, do que às suas funções religiosas e terapêuticas. O perfume que chega ao Brasil no XIX já era um produto comercial criado para ser usado nos salões e marcava distinção de pertencimento a determinada classe. Na França de século XVIII, por exemplo, o aristocrata se esmerava em usar um perfume por dia. Ao mesmo tempo em que as ruas parisienses eram conhecidas por seu mau odor, a França se notabiliza por sua corte perfumada (FEYDEAU, 2007).

Na Europa, a saída dos perfumes das boticas para as lojas de cosméticos se deu ainda no século XIX. Quando a comunidade científica se volta à ação dos micróbios, os odores passam a ser compreendidos apenas como sintomas de pouca importância, e os perfumes são crescentemente associados a frivolidades, consequência da ascensão burguesa e de sua desconfiança em relação aos cheiros artificiais (CLASSEN; HOWES; SYNNOTT, 1996). Ainda assim, o século XIX será o período da disseminação do perfume, enquanto produto comercial, para diferentes partes do mundo (CLASSEN; HOWES; SYNNOTT, 1996, REINARZ, 2014). Em suma, os perfumes, na Europa, estavam sendo distanciados dos âmbitos da saúde e das concepções mágico-religiosas e sendo afirmados especificamente em

seu caráter cosmético-estético, e a regulação moral burguesa começava a direcionar o gosto para os delicados florais, em detrimento dos lascivos perfumes de base animal (PERROT, 1996). No entanto, o Brasil, onde os frascos de perfume aportam no século XIX, havia trilhado um percurso bastante singular em comparação ao processo de secularização europeu.

O Brasil colonial foi espaço de encontros variados entre diferentes povos postos em relação. Mesmo os europeus que habitavam as terras brasileiras desde o XVI puseram em ação nestas terras, costumes de características pré-modernas, fazendo-os se prolongarem até o XIX. Tais costumes e crenças, ligados à afirmação do sobrenatural e de sua atuação, bem como a uma experimentação sensualista do mundo, aproximava-os de crenças e práticas de outros povos que habitaram o Brasil – o catolicismo se manteve estável em Portugal, a despeito do avanço protestante, mais fortemente sentido em outros recantos europeus a partir do XVII, responsável, como resultado das tensões estabelecidas, pela assunção de práticas menos sensualistas e mais racionalistas pelo catolicismo. Tanto indígenas de variados povos como africanos de diferentes Nações e portugueses comungavam de um sistema de crenças que se assemelhava em alguns pontos e que, em suas interpenetrações, possibilitou a circulação de conhecimentos e práticas que, mesmo ressignificadas, sedimentaram o lugar de destaque de específicos cheiros nas rotinas da Colônia Portuguesa. Lugar inóspito, habitado por criaturas assustadoras e ameaçador – pela iminência da morte por inimigos, acidentes ou doenças – a disseminada crença na magia fazia com que as diferentes formas de feitiçaria fossem acionadas como recurso de primeira ordem na tentativa de controle do mundo. Enquanto partícipes de um tipo de interpretação de mundo muito pouco marcada pela diferenciação, os diferentes sentidos (tato, paladar, audição e olfação, para além da visão) detinham significativa relevância na experimentação de mundo e, portanto, nas variadas práticas. Acredito eu que a fina articulação entre magia, saúde e sedução são o elemento de força na definição da importância que os cheiros mantêm mesmo com os avanços da secularização e da presença e atuação do corpo profissional médico no Brasil a partir do XIX.

Os banhos temperados com ervas eram um costume de indígenas e africanos para proteger o corpo contra insetos, como ligação com o divino, proteção contra infortúnios ligados ao sobrenatural, identificação do pertencimento a um grupo, cura... Sua ação ampliada permitia interferir no corpo, no sobrenatural e nas relações sociais, uma vez que eram utilizados também para a transformação deliberada de comportamentos dos outros. Lembremos do grande comércio de afrodisíacos no Brasil Colônia – inclusive, no vídeo-documentário *Vaidade*, citado no início deste texto, a manipulação de essências aromáticas para criação de perfumes de finalidade afrodisíaca também se fez presente, do mesmo modo que a remissão à concepção do valor sacro dos aromas pela afirmação de que

João Batista teria batizado Jesus com água temperada por ervas aromáticas. Seja na ação de passar óleos nos corpos ou de tomar banhos aromatizados ou ainda através das práticas de lavar o chão e/ou roupas com folhas, bem como de defumação dos ambientes e pessoas, os cheiros compunham as dinâmicas cotidianas coloniais como condição de sobrevivência.

No caso dos portugueses, apesar da distância social para com indígenas e africanos, viver na Colônia, longe dos cuidados médicos, por si só contribuía para o recurso aos chamados feiticeiros. Para além disso, mesmo Portugal teve dificuldade em se afastar da crença em poderes mágicos para a cura do corpo. É o que justificaria a tardia ação da Inquisição na Metrópole e Colônia (séculos XVI a XIX), quando ela diminuía sua atuação em outros territórios. Inicialmente, a Inquisição buscava coibir a ação mágica demoníaca, reafirmando, assim, a possibilidade de atuação no mundo via magia, o que apenas posteriormente cederá lugar às afirmações de charlatanismo, negando a existência da possibilidade mágica (WALKER, 2013). No que se refere ao Brasil, os negros eram entendidos como os melhores feiticeiros. Ademais, a presença de escravos nos espaços domésticos facilitava as trocas. No desespero da iminência da morte ou do medo, o recurso à feitiçaria parece ter sido uma constante. E tal feitiçaria congregava comumente contribuições dos diferentes povos que se mantiveram em redes de interdependência, a objetos e práticas indígenas e africanas, foi comum a associação a menções e rezas a santos católicos (SOUZA, 1999). Havia ainda a crença nos miasmas, isto é, na transmissão de doenças através do ar e que teria no uso de bons cheiros a recobrir o ambiente e o corpo a melhor atitude preventiva (SANT'ANNA, 2011).

Deste modo, mesmo na segunda metade do século XIX, as práticas de cura e de higiene pessoal e doméstica continuavam presas às crenças no sobrenatural e no poder dos cheiros. Igualmente as crianças, em especial as recém-nascidas, eram protegidas através da defumação de seus pequenos corpos.

Assim, o secularizado perfume que chega ao Brasil serve ainda aos usos pouco diferenciados dos aromáticos, no modo como os seus habitantes faziam dele uso, a despeito das pressões, crescentemente intensas, no sentido de construir e pôr em prática um projeto civilizador para a ex-Colônia. De qualquer modo, o produto começava a ser simbolicamente associado a gente civilizada, o que significava segmentar e hierarquizar basicamente dois tipos humanos: os civilizados (usuários de certos perfumes) e os não-civilizados. Como se pode observar no fragmento do texto publicitário dedicado à Água de Florida de Murray e Lanman e ao Célebre Tônico Oriental de Lanmam e Kemp, publicado no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, em 1846, mesmo com a referência à civilidade, permanece a menção aos poderes terapêuticos, como em diferentes outros anúncios ao longo do século.

Estas ultimas perfumarias, garantidas, legítimas e verdadeiras, introduzidas em todo o mundo civilizado, têm invadido os *toilettes* mais distintos e aristocráticos, e adquirido justamente alta reputação, tanto pela delicadeza de seu delicioso aroma, como pelos seus salutares efeitos.

Prescindindo, porém, dos numerosos e variados casos em que a sua aplicação produz instantaneos resultados therapeuticos, como os seus autores largamente enumerão e attestão, limitando-nos a apresenta-las, como uma urgente necessidade do toucador moderno, a todas as damas e cavalheiros que têm pretensões de possuir uma cutis clara, macia e delicada, e uma cabeleira vasta e formosa. rua das Violas, 13, esquina da rua da Candelária.

O discurso de necessidade do produto, acionado no anúncio, parece se referir à urgência de mudança na categoria de humano em pauta em direção ao distinto. O produto não se dirige aos civilizados, mas àqueles que o desejem ser. Em suma, a magia se mantém, mas é atualizada às novas condições.

Papel de destaque na tentativa de ressignificação dos aromáticos em conformidade com um projeto civilizador para o Brasil advirá dos médicos profissionais, após a abertura das Faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1836. Contrapondo-se aos usos de perfumações, no cotidiano doméstico e nos salões, os médicos advertirão igualmente contra o exercício do curar por parte de não-profissionais, a quem eles acusarão de charlatães. O modelo de civilização por eles pregado tem por referência a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, mas, ao mesmo tempo, buscam na moralidade cristã o elemento de correção dos vícios decorrentes da civilização e para a construção de um modelo aperfeiçoado de civilização para o Brasil (CARDOZO, 1857). Um desses vícios, ao lado do haxixe, da coca, do álcool e do fumo seria o perfume, que, conforme Guarino Freire (1888), seria um corruptor da moral, por sua presença nos salões e poder de despertar desejos sexuais, mas também uma ameaça por provocar cefaléias, histeria e mesmo abortos e a morte, ameaçando a família e a formação dos cidadãos do futuro. O discurso burguês médico está em tensão com as sociabilidades aristocráticas trazidas pela Corte, de participação na cena pública através dos salões, bem como ao discurso eclesiástico de confinamento doméstico, apesar do apelo à moralidade cristã. Tais tensões evidenciam as acirradas disputas simbólicas que tomaram lugar em fins de século no exercício do poder de direcionar as condutas humanas mediante a instituição de agentes legítimos e legitimados de produção das violências simbólicas. Assim, igualmente caracteriza-se o modo como vai se dando o processo de autonomização no Brasil, que inicia quando, na Europa, está a se consolidar. Tal descompasso, obviamente, é decorrente das tentativas de acomodação entre processos colonizador/descolonizador e projeto civilizador.

Do mesmo modo, a abrangência de tais ações e debates, bem como o grau de sua repercussão, estiveram na dependência de dois outros fatores: os locais de presença desses médicos e da Corte, por um lado, e, por outro, o grau de maior/menor dispersão dos agrupamentos indígenas e negros. Quanto maior a integração dos grupos, o que ocorreu mais facilmente em relação aos negros em ambiente agrícola do que pecuário e de mineração, em ambiente urbano do que rural, maior a sedimentação de determinados costumes, inclusive aqueles ligados à crença na magia dos cheiros. Para Édison Carneiro (2008), o isolamento regional somado ao maior ou menor adensamento populacional é fundamental para compreendermos a continuidade dos cultos jejes-nagôs na Bahia, onde há grande concentração de negros e mestiços, e a aceitação, por parte dos povos amazônicos, igualmente isolados mas de população rarefeita, dos cultos vindos do Maranhão. Do mesmo modo, quanto maior a presença de um estilo de vida aos moldes aristocráticos, assumidos como comportamentos legítimos, maior a pressão civilizadora. Quanto maior a presença de médicos e bacharéis em Direito e a pressão pela constituição da República, maior ênfase na direção do desencantamento, intelectualização e racionalização no Brasil – uma vez que esses foram os primeiros cursos em faculdades brasileiras.

Com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, tornada capital do Brasil, esta cidade passa a ser o centro irradiador das condutas civilizadas, do progresso e lugar dos maciços investimentos. O chamado Sudeste do Brasil se direcionará à busca pela modernização e progresso, conformando a base para sua precoce industrialização, em comparação com o restante do país. De qualquer modo, se Norte e Nordeste perdem espaço e brilho com a descolonização, tornando-se mais empobrecidas e abrigo dos índios e negros do país, as regiões Sudeste e Sul, enriquecidas e passando a conduzir os destinos da nova Nação, avançaram na direção da industrialização e investirão na imigração de europeus para branqueamento de sua população e para conformar a base da construção de seu caminho para o progresso, tornando as demais regiões seus anversos: imagens de atraso, relegadas ao isolamento. Ao mesmo tempo, a vinda de imigrantes advindos de uma Europa mais avançada na secularização, certamente deve ter servido igualmente de contribuição à constituição de um *habitus* singular (mais esteticamente significado) no que se refere ao gosto por perfume.

De acordo com o relatório do Euromonitor (ABIHPEC; SEBRAE, 2018), nos Estados Unidos, país que hoje ocupa o primeiro lugar no *ranking* de consumo de perfumes para uso pessoal, as pessoas, apesar de sua condição financeira mais favorável, fazem uso eventual das fragrâncias, em conformidade com a concepção de liberdade de uso, a que referimos com base em Bourdieu (2007). A relação com o perfume, no Sudeste e Sul, parece ir em direção similar, diferente do que ocorre com o Norte e Nordeste. No caso destas regiões, marcadas por maior integração de negros e de índios, bem como de negros junto a índios, ao mesmo tempo em que

isoladas quando do avanço industrial do Sudeste-Sul, vivendo nostalgicamente seu passado colonial e sem recursos para investimento nas levas migratórias europeias, viveram o terreno fértil necessário à manutenção relativa de maior indiferenciação por mais tempo, em compasso com um desenvolvimento industrial bastante tímido e tardio. E talvez, contraditoriamente, a especificidade dessa autonomização tenha sido determinante para o lugar privilegiado que os perfumes comerciais virão a ocupar no cotidiano nordestino e nortista ao longo dos séculos XX e XXI.

No entanto, existe um elemento adicional a considerar no que toca à particular participação das camadas socioeconômicas menos favorecidas no consumo de perfumes no Brasil: o preconceito racial, uma vez que essas camadas são compostas primordialmente por negros. Como nos lembram Elias e Scotson (2000), os processos de estigmatização se dirigem fundamentalmente às características mais aparentes do outro como sinal indelével e visível de sua inferioridade. Por excelência, tais processos seguem na afirmação da condição de menor grau de humanidade (os subhumanos), quando não de animalidade desses grupos/povos, o que ganha maior efetividade com a internalização do preconceito por parte daqueles que são dele vítimas. As diferenças nos cheiros entre grupos e povos há séculos foi tomado como marcador de distinções. O suor do trabalhador, bem como seu suposto gosto por perfumes fortes, foram tomados como evidência de inferioridade na Europa, do mesmo modo que a afirmação do caráter primitivo dos povos africanos, por aquilo que foi entendido como uso acentuado do olfato para localização espacial determinando sua condição de bons caçadores. No caso dos negros, chegou-se a criar uma teoria de associação da cor da pele com sua suposta inferioridade e mau odor a partir da ideia de que o preto estaria ligado à putrefação (REINARZ, 2014). No Brasil, que promoveu a escravização de negros, a afirmação de seu mau cheiro (bodum, fedor de bode), hoje também denominado CC (cheiro da cor), também se fez presente para inferiorização e diminuição da autoestima de um povo que, diferente dos brancos portugueses, prezava os banhos, mas era obrigado aos árduos trabalhos em terra tropical, sem direito aos devidos cuidados de si. O afirmado fedor do corpo torna o arbitrário social repulsa física e faz confundir fedor, sujidade corporal e sujidade moral, uma vez que a inferiorização ajuda a definir a hiper-sexualização do negro, tornado mais próximo do primitivo e, logo, do animal (GROSSI, 2003). Do mesmo modo como o negro tinha nos sapatos um objeto de desejo por simbolizar liberdade (apenas os libertos podiam fazer uso de calçados), em que medida, para além do caráter mágico-curativo/protetivo-erótico dos cheiros, os perfumes não se tornaram objeto de desejo por servir de instrumento para contraposição à violência simbólica da afirmação do mau cheiro natural do corpo negro? Como visto anteriormente, ao perfume foi atribuído o poder de identificar o civilizado e, acima de tudo, transformar em civilizado. Assim, o perfume poderia ser tomado igualmente como instrumento de elevação das estimas e necessário,

em termos de uso cotidiano, em especial considerando grupos que já praticavam a perfumação pessoal. No que toca às entrevistas em profundidade realizadas em Cachoeira-BA, cidade negra por excelência, compreende-se que, junto à afirmação de que não usar perfume significaria “cheirar a nada”, figure a afirmação de que não usá-lo significa feder.

Para aprofundar as discussões, tomaremos o caso de um perfume em particular, cujo aroma foi entendido por Aschcar (2001) como o cheiro do Brasil até os anos 1980: a lavanda.

Cheiro de Alfazema/Lavanda

Lavanda e alfazema¹ são as denominações latina e árabe, respectivamente, para a *Lavandula*, planta mediterrânea, com uma variedade de subespécies², que, desde a chamada Antiguidade, conecta povos da Europa, do Norte da África e oeste da Índia a partir das intensas trocas estabelecidas pela *Arabia Felix* em torno das especiarias, uma variedade de produtos com características aromáticas (BERNSTEIN, 2009, CAMARGO, 2014). A lavanda, cujo significado advém etimologicamente do verbo lavar, era amplamente utilizada para perfumar, lavar roupas e casas (por seu poder germicida) e como remédio. Segundo Lis-Balchin (2003), os gregos e romanos se referiam à lavanda como nardo, o que permitiria afirmar sua presença nos textos bíblicos (Jo 12, 1-8; Mc 14, 3-9). Na verdade, há inúmeras referências a cheiros na Bíblia, no Antigo e no Novo Testamento, seja a representação do Éden como um vasto jardim, as oferendas odoríferas a Deus (holocaustos e incensamentos), a presença de Deus como nuvem (odorífera), os presentes dos Reis Magos a Jesus, o presente de Maria a Jesus em Betânia, o embalsamamento de Jesus, dentre outras. A presença do divino seria também marcada pelos odores, o que permitia identificar pessoas santas: o chamado cheiro de santidade. As Igrejas católicas cheiravam a incenso para marcar a presença de Deus, ao mesmo tempo em que eram lavadas com água de cheiro, que tinha na lavanda um de seus principais ingredientes. Como lembra Câmara Cascudo 1998, p.718), “não era apenas o africano que banhava seus fetiches com azeite mas também o romano o fazia com óleos sagrados”. E lavar o chão com água-de-cheiro parece ter sido um costume comum de europeus e africanos. De qualquer modo, a Europa usou a lavanda por séculos, tendo a Igreja Católica mantido esse uso durante o período medieval e, mesmo após, a lavanda se manteve presente para fins religiosos, medicamentosos (ela foi usada para aplacar a peste, do mesmo modo que para aliviar as enxaquecas da Rainha Elisabeth) ou simplesmente para perfumar o

¹ Segundo Câmara Cascudo (1998) e Chernoviz (1890), a alfazema é um tipo de *Lavandula*.

² *Lavandula vera*, *Lavandula officinalis*, dentre outras.

corpo de reis, rainhas e seu séquito de nobres. Foi na Era Vitoriana que, segundo Lis-Balchin (2003), a lavanda se tornou um dos odores mais populares, junto com a rosa e a violeta, sendo usada, inclusive, para lavar os dedos dos convidados durante os banquetes festivos (STRONG, 2004). Lembra ainda Lis-Balchin (2003) que a Água de Colônia tinha o óleo de lavanda como base. A França e a Inglaterra foram as principais responsáveis pela ulterior comercialização da lavanda para diferentes recantos do mundo.

No caso do Brasil, devemos ter em conta a presença e peso da Igreja Católica durante o período colonial e a grande possibilidade de ter sido a Igreja a começar a disseminar o uso da lavanda junto aos habitantes locais. Isso porque, apesar de africanos conhecerem a alfazema (ao menos, os africanos de algumas regiões do continente), a planta é de difícil aclimação no Brasil. “As plantas medicinais, particularmente as especiarias, tiveram lugar importante nas trocas culturais entre o Oriente árabe e o Ocidente cristão, nas regiões de ocupação árabe no sul da Itália, Espanha e Portugal” (CAMARGO, 2014, p. 95). O Norte do Brasil pode ter sido seu porto de entrada. Lembrando que além do tráfico de pessoas, o processo colonizador foi marcado pelo tráfico de animais e de plantas, o que se intensificou a partir da criação dos jardins botânicos, o que em Portugal ocorreu no século XVIII. De qualquer modo, os seus sentidos religioso-medicamentoso e possível uso prévio por parte de portugueses e africanos, para além do impulso ao comércio de lavandas por parte tanto de Inglaterra como França, nos ajudam a compreender como a planta e os perfumes à base de alfazema/lavanda ganharam tamanho espaço no Brasil. No entanto, o elemento adicional da dificuldade de aclimação da planta nestas terras, provavelmente, foi fator adicional para a curiosa utilização do perfume de alfazema industrializado em rituais religiosos.

ALFAZEMA. *Lavandula vera*, De Candolle. Planta da família das Labiadas, cultivada nos jardins [...]. Tem talo esbranquiçado, folhas azuladas, dispostas em espigas terminais; cheiro aromático. Estimulante. Emprega-se principalmente para os banhos aromáticos; na dose de 500 a 1,000 gramas da planta para um banho d’água quente. Contém um óleo essencial que serve para a preparação da água de Colônia. Muitas pessoas costumam queimar alfazema nos quartos dos doentes, com o que não fazem senão encobrir incompletamente o mau cheiro, mas não destroem miasmas; é melhor abrir as portas e janelas para renovar o ar, ou espalhar licor de Labarraque, que ataca e destrói as emanações nocivas à saúde [...].

Colhida em plena florescência, reunida em pequenos molhos que se fazem seccar à sombra, a alfazema espalha, nos armários que contém roupa ou vestidos, um cheiro agradável, tendo além d’isto a propriedade de afugentar os bichos que atacam sobretudo as fazendas de lã. (CHERNOVIZ, 1890, p.99).

A afirmação de Aschcar (2001) de que a alfazema/lavanda foi o cheiro do Brasil ao longo do XX se sustenta a partir da visada à história dos perfumes produzidos no país e que obtiveram boas respostas em consumo, a exemplo de Acqua Fresca, Lavanda Pop, Thaty, Giovanna Baby, Rastro (primeiro perfume de luxo produzido no Brasil), Alfazema Suissa, mas, sem dúvidas o grande destaque é a Seiva de Alfazema, inicialmente produzido pela Phebo.

Ao ir a um supermercado em Salvador-BA e perceber, quando parada em um semáforo, que estava na Rua da Alfazema, a curiosidade me incitou a observar o que era vendido na sessão de perfumaria. Com pouco espanto, contabilizei que, dos 23 tipos de perfumes comercializados para mulheres e crianças no referido centro comercial para uma clientela de menor renda, 12 apontavam explicitamente a lavanda ou alfazema como nota de sua composição. O carro-chefe dos perfumes expostos, pela quantidade de unidades à disposição da clientela, era a Seiva de Alfazema (118 ml), cuja produção no Brasil, enquanto perfume, inicia-se em 1941 pela Phebo. Ainda sem grande surpresa, ao entrar em uma farmácia na cidade de Cachoeira-BA, notei que havia quatro variedades da seiva de alfazema à disposição do cliente, três das quais de produção baiana. Podemos também observar a presença do perfume industrial Seiva de Alfazema como presente recorrente à orixá Iemanjá, na festa dedicada a ela no dia 02 de fevereiro, nas mãos dos homens que saem no *Afoxé Filhos de Ghandi*, no carnaval soteropolitano, nas mãos das *Senhoras do Cajado* nas festividades da *Irmandade da Boa Morte* em Cachoeira-BA, e como ingrediente da água de cheiro nos potes de cerâmica carregados pelas baianas para lavar a cabeça dos devotos na *Lavagem do Bonfim*, na segunda quinta-feira do ano em Salvador-BA. Se Denise Bernuzzi Sant'Anna (2011, p.285) nos fala de como era comum, em fins do século XIX brasileiro, o odor “da alfazema queimada, proveniente dos braseiros feitos de barro ou metal”, numa fala próxima a Gilberto Freyre (2002, p.148) ao assinalar que “o brasileiro da época nascia com a casa toda cheirando a alfazema”, considero ser possível afirmar que ainda sinto, e sinto mesmo, cheiro de alfazema no ar.

O Pará foi o berço da Seiva de Alfazema, criada pelos primos portugueses Antonio e Mario Santiago em princípios do anos 1940 e que se tornou o perfume do brasileiro por muitas décadas. Os primos iniciaram seu percurso quando adquiriram a Perfumaria Luzitana, em Belém-PA, posteriormente batizada de Phebo.

O grande salto, no entanto, veio com a Lavanda Phebo (1943), posteriormente renomeada como Seiva de Alfazema. Alçada ao posto de líder na perfumaria nacional, mantendo-se nessa posição durante muitos anos, a lavanda inspirada nos Alpes Suíços agradou em cheio, com notas de flor de alfazema garantindo-lhe um frescor predominante. Produzida inicialmente na fábrica de Belém e comercializada em frascos de meio litro, essa produção de ares artesanais

respondeu à crescente demanda do mercado. Não foi preciso criar conceitos ou imagens para que os consumidores se identificassem com ela. Era, simplesmente, um fenômeno! E por muito tempo: a Phebo chegou a vender 8 milhões de unidades de colônia em 1986. (ASCHCAR, 2001, p.112).

Criada, portanto, ainda na primeira metade do XX, a Seiva de Alfazema conecta o século XIX ao XXI, uma vez que permanece sendo comercializada nos dias atuais. O seu imenso sucesso ao longo de décadas revela o quanto este produto funciona como uma expressão e sobrevivência de um século XIX, cujas marcas ainda se faziam sentir nos princípios do XX, ao mesmo tempo que traz os elementos fundamentais do novo século que garantirão sua permanência ao longo do XX e com desdobramentos no XXI. A sua ampla aceitação comercial evidencia o seu caráter expressivo, enquanto produto cultural-simbólico, ao sintetizar em frasco de perfume uma miríade de significados caros remetidos aos cheiros pelos habitantes do Brasil durante vasto período. Na cidade de Cachoeira-BA, como parte da pesquisa que fundamenta este artigo, foi realizado um teste aromático. Foram postos em frascos padronizados e não-identificados cinco perfumes de marcas distintas, masculinos e femininos (segundo a classificação comercial) e de diferentes famílias olfativas. Dentre esses perfumes, em sua maioria nacionais, figurou a Seiva de Alfazema. A intenção do teste foi aferir sobre *expertise* e associações simbólicas remetidas aos cheiros sentidos. No caso da fragrância em pauta, os entrevistados associaram a aroma de bebê, bem-estar, candomblé, detergente, dormir, feitiçaria, infantil, pós-banho-relaxar, sair, espantar mosquitos. Em outras palavras, os respondentes de século XXI, a partir do cheiro sentido, resgataram usos atuais, mas igualmente remissíveis ao XIX. Como afirma Bourdieu (2009), as objetivações acionam sentidos nelas depositados. Os cheiros são fortes gatilhos de memória. Assim, podemos afirmar que agem a memória. Enquanto sobrevivência (WARBURG, 2010), o objeto perfume mantém uma relação de contiguidade com o passado e o atualiza em novas formas que respondem igualmente ao contexto de produção já desvelando um porvir, mesmo que apenas insinuado. Esta seria a fórmula para a compreensão e identificação dos grandes artistas, segundo Aby Warburg (2010), historiador hamburguês do século XIX, mas talvez pudéssemos usar a sua chave interpretativa para pensar até mesmo um produto comercial que consegue se manter com grande aceitação popular no Nordeste há quase 80 anos. Os usos atuais do perfume Seiva de Alfazema continuam sendo, conforme a pesquisa, a perfumação dos corpos, roupas e objetos de recém-nascidos, pelo odor leve e fresco e para a proteção física e espiritual; a proteção e purificação dos adultos e de suas casas; o uso religioso, no candomblé e no catolicismo; relaxamento, sendo usado por algumas pessoas antes de dormir (inclusive é bastante comum seu uso na aromaterapia); contra traças nas roupas; pelo frescor e sensação de bem-estar que proporciona. Além disso,

observamos um fator geracional. Os anos 1980 foram marcados ainda por presença maciça da Seiva de Alfazema nos lares, além das outras lavandas comercializadas na época – o primeiro perfume lançado pela Boticário, em 1979, foi uma lavanda, a Acqua Fresca, e, em 1985, lança outra lavanda de sucesso, Thaty. A diversificação das prateleiras de perfumes dos brasileiros começa a ocorrer a partir dos anos 1990 com a abertura comercial. No entanto, a geração nascida no período ainda mantém forte relação com o uso de lavandas; as gerações mais jovens, por sua vez, as têm, para além das possíveis questões religiosas, como a porta de entrada para o uso de fragrâncias e, portanto, para o gosto por usá-las.

Considerações Finais

Ainda que hierarquizações sejam percebidas, separando perfumes nacionais e estrangeiros, baratos e caros, da moda e de nicho, massivos ou personalizados, escolhidos e usados em função de classes, de *habitus* que conjugam de modo específico capital econômico e capital cultural e, portanto, em conformidade com uma lógica da distinção e legitimação de determinados padrões de gosto, pudemos observar que a compreensão do destacado gosto brasileiro por perfumes, em algumas de suas clivagens regionais, passa por uma compreensão que ultrapassa o vetor da distinção, em especial quando tomamos uma essência aromática, a lavanda, que comparecia ligando e articulando as diferenças culturais e econômicas. Do mesmo modo como a Seiva de Alfazema se dissemina como produto popular, o primeiro perfume de luxo criado no Brasil, Rastro (1965), também teve a lavanda como nota aromática definidora.

Por outro lado, o gosto pelo uso do perfume se mostra mais acentuado nas camadas populares, mas em conformidade com uma lógica específica que torna o perfume um bem de necessidade, na medida em que, por seu uso desde tenra idade e contínuo, bem como por sua miríade de significados associados, em especial de potencial mágico: apenas sou na medida em que estou perfumado. Neste sentido, por mais que seja possível perceber o acionamento da associação eventual entre perfume e falseamento (concepção do artifício), sobressai o entendimento de que sou com o perfume que porto porque o cheiro, mesmo artificializado, faz parte de mim. Para além disso, o gosto por alfazema apenas se torna inteligível a partir da correlação entre produto comercial diferenciado e a pouca diferenciação ainda reinante. Ou seja, pela presença de um produto autonomizado em seu sentido num contexto ainda de fraca autonomização, o que fez com os usuários do perfume transferissem para ele o peso de uma articulação de significados que, a rigor, recobriria indiferenciadamente variadas esferas de sentido sem que esses sentidos estivessem sequer claramente hierarquizados entre si, o que se acentua no caso da alfazema devido a seus

múltiplos usos ao longo da história, desde a chamada Antiguidade. Por outro lado, a dificuldade de aclimação da alfazema em solo brasileiro pode ter contribuído para essa transferência de significados, que envolvia o mágico, para perfumes produzidos longe (perdendo-se o contato com o fazer) e em escala ampla.

Assim, o gosto do nordestino e do nortista por perfumes, diferente do que ocorre no Sudeste e no Sul, regiões estas com maiores condições, inclusive econômicas, para um maior investimento em consumo do produto, se destaca na medida em que seu percurso de autonomização foi se dando mais lentamente por condições sócio-históricas, mas em simultaneidade aos francos avanços vividos no país na disseminação de um série de produtos industriais ligados à chamada vida moderna. Tornada necessidade, o produto perfume compõe as rotinas. Esquecido em seu processo de penetração no cotidiano brasileiro, mantém a sua presença como finalidade em si, recurso de importância na construção das (auto)estimas, e como objeto mágico.

THE TASTE AND THE SCENT: CONSUMPTION PRACTICES AND REGIONAL DIFFERENCES IN BRAZIL

ABSTRACT: *The purpose of this article is to understand the Brazilians' taste for perfume. Brazil is the second largest consumer of perfumes in the world. The most consumed products are the national and mass-produced ones. The largest consumers are people of Classes C, D and E from the north and northeast regions in the country, who according to IBGE (2010), spend more on perfumes monthly than on food or education. The starting point is the debate about the supposed superfluous character of perfumes, in the light of the socio-historical peculiarity of Brazil. From this point, we seek to understand this taste in relation to what was considered by the researcher Aschcar as the scent of Brazil in the twentieth century - lavender - from one of its outstanding products in the national history of perfumery: the Seiva de Alfazema, created by Phebo.*

KEYWORDS: *Taste. Scents. Consumption. Perfumes. Brazil.*

EL GUSTO Y EL OLOR: PRÁCTICAS DE CONSUMO Y DIFERENCIAS REGIONALES EN BRASIL

RESUMEN: *El objetivo de este artículo es comprender el gusto del brasileño por el perfume. Brasil es el segundo mayor consumidor mundial de perfumes. Los productos más consumidos son los nacionales y masivos. Los mayores consumidores*

son personas de las Clases C, D y E de las regiones Norte y Nordeste, que, según datos del IBGE (2010), gastan familiarmente por mes más con perfumes que con arroz o educación. El punto de partida es el debate sobre el supuesto carácter superfluo de los perfumes, a la luz de la particularidad socio-histórico de Brasil. Dentro de esa perspectiva buscamos comprender ese gusto a partir de la relación de lo que fue considerado por la investigadora Aschcar como el olor de Brasil en el siglo XX, la lavanda, por medio de uno de sus productos de destacado en la historia nacional de la perfumería: la Seiva de Alfazema creada por la Phebo.

PALABRAS CLAVE: *Gusto. Olores. El consumo. Perfume. Brasil.*

REFERÊNCIAS

ABIHPEC. **Anuário 2018**. 2018a. Disponível em: <abihpec.org.br/anuario-2018-flip/mobile/index.html#p=1>. Acessado em: 12 fev. 2019.

_____. **Panorama do Setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos: Resultados 2017**. 2018b. Disponível em: <abihpec.org.br/publicacao/panorama-do-setor-2018>. Acessado em: 15 fev. 2019.

ABIHPEC, SEBRAE. **Caderno de Tendências 2019-2020: Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos**, 2018. Disponível em: <https://abihpec.org.br/publicacao/caderno-de-tendencias-2019-2020/>. Acessado em: 12 fev. 2019.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1846. Acervo da **Biblioteca Nacional** (Hemeroteca Digital).

ASCHCAR, Renata. **Brasileência: a cultura do perfume**. São Paulo: Nova Cultural; Editora Best Seller, 2001.

BERNSTEIN, William J. **Uma mudança extraordinária: como o comércio revolucionou o mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre-RS: Zouk, 2007.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Regionais do Brasil 2010-2016**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas-Regionais/2016/xls/PIB_Otica_da_Renda.xls>. Acessado em: 12 fev. 2019.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. **As plantas medicinais e o sagrado**: a etnofarmacobotânica em uma revisão historiográfica da medicina popular no Brasil. São Paulo: Ícone, 2014.

CARDOZO, Cid Emiliano de Olinda. **Influencia da civilização sobre o desenvolvimento das afecções nervosas**. Tese (Doutorado em Medicina) - Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1857.

CARNEIRO, Édison. **Candomblés da Bahia**. 9.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008. (Raízes).

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. Rio de Janeiro: Ediouro publicações, 1998. (Coleção Terra Brasilis).

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessórias para uso das familias**. 6.ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/sites/default/files>. Acessado em: 15 ago. 2014.

CLASSEN, Constance; HOWES, David; SYNNOTT, Anthony. **Aroma**: a história cultural dos odores. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FEYDEAU, Élisabeth de. Europe: Courtly Perfume and Country Perfume in the Eighteen Century. In: GRASSE, Marie-Christine (Ed.). **Perfume, a global history**: from the origins to today. Paris/Grasse: edited and published by Smogy Art Publisher, 2007.

FREIRE, Guarino Aloysio Ferreira. **Qual o papel que desempenha a civilização no movimento das molestias mentaes**. Tese (Doutorado em Medicina) Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Bahia Imprensa Popular, 1888.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 2002 (Intérpretes do Brasil, v. III).

GROSSI, Gabriele. **O luxo do lixo**: uma etnografia do catadores de lixo. Salvador, Ba: Universidade Católica do Salvador, 2003.

LIS-BACHIN, Maria. **Lavender**: the genus Lavandula. New York: CRC Press: Taylor & Francis e-Library, 2003.

NERY, Maria Salette de Souza. O Nordeste e o mercado nacional de fragrâncias: notas para um mapa da produção/consumo de perfumes no Brasil. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 1, 2017, p. 56-66. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2017.53.1.07>. Acessado em: 26 mai. 2019.

PERROT, Philippe. **Fashioning the bourgeoisie**: a history of clothing in the nineteenth century. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.

REINARZ, Jonathan. **Past Scents**: historical perspectives on smell. Chicago: University of Illinois Press, 2014.

SANT'ANNA, Denize Bernuzzi de. Higiene e Higienismo entre o Império e a República. *In*: PRIORE, Mary Del, AMANTINO, Márcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 16-44.

SANTOMAURO, Antonio C. Investimentos seguem aumento da demanda e sua diversificação. **QUÍMICA.com.br**. Publicado em 14 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.quimica.com.br/pquimica/aromas-e-fragrancias-investimentos-seguem-aumento-da-demanda-e-sua-diversificacao>>. Acessado em: 01 jan. 2014.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

STRONG, Roy. **Banquete**: uma história ilustrada da culinária, dos costumes e da fartura à mesa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SÜSKIND, Patrick. **O perfume**: história de um assassino. 29.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2010.

VAIDADE. Documentário. Direção e roteiro: Fabiano Maciel. Produção Executiva: Leonardo Dourado e Sacha. Brasil: Jobi Filmes, Santa Clara, Telenews e Videografia, GNT. 1 DVD (54 min), NTSC, 2003.

WALKER, Timothy D. **Médicos, medicina popular e Inquisição**: a repressão das curas mágicas em Portugal durante o iluminismo. Rio de Janeiro; Lisboa: Editora Fiocruz; Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

WARBURG, Aby. **Histórias de fantasma para gente grande**: escritos, esboços e conferências. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (História Social da Arte).

Recebido em 06/03/2019.

Aprovado em 06/04/2019.

VIDAS SOB O SIGNO DO ENCANTO: ETHOS ESTÉTICO NOS OFÍCIOS ARTÍSTICOS DA ARTE DO CARNAVAL CARIOCA¹

*Edson Silva FARIAS**

RESUMO: Neste artigo importa discutir: no curso da discussão da sociologia da glória e do reconhecimento, é possível estabelecer correlações entre uma estética tendo por fundamento o impacto das aparências em grandes multidões e um possível *ethos* atravessando escalas e circuitos de diferentes atividades, mas cuja identidade é fortemente definida pela tônica posta no encanto, na condução recursiva a sentidos orientadores dos emaranhados dos atos?

PALAVRAS-CHAVES: Reputação. Arte do Carnaval. *Ethos* Artístico. Ofícios artísticos. Cultura Estética.

Em sintonia com o propósito de construir trajetórias sociobiográficas voltadas à pesquisa de formações de personalidades artísticas no escopo da cultura estética da arte do carnaval², neste artigo importa discutir: no tocante à sociologia da glória e do reconhecimento, diante de assimetrias referentes às margens de imposição de vontade, é possível estabelecer correlações entre uma estética tendo por fundamento o impacto das aparências em grandes multidões e um possível *ethos* atravessando escalas e circuitos de diferentes atividades? Sabendo-se que a identidade do grupo artístico focado é definida pela tônica posta no encanto, isto quanto à condução

* UnB - Universidade de Brasília. Departamento de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. nilosed@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9406-3269>.

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada à Mesa *Reconfigurações do Consumo Cultural*, durante o Seminário Anual GEPRACC, PRCATIC, SESC-SP, entre 20 e 21 de outubro de 2016 – Centro de Pesquisa e Formação do SESC, São Paulo.

² Este texto divulga resultados do projeto de pesquisa *Estilemas Artísticos no Ofício de Carnavalesco na Cultura Popular Urbana do Espetáculo no Rio de Janeiro*, que conta com financiamento do CNPq, na modalidade de bolsa de produtividade em pesquisa (2014-2017).

recursiva a sentidos orientadores dos emaranhados dos atos que delineiam ofícios artísticos inscritos no sistema ocupacional da dinâmica produtiva do Desfile de Carnaval-Espetáculo.

Em alguma medida, tomamos de empréstimo à Nathalie Heinich (1991) aspectos do seu modelo analítico de uma antropologia da admiração, no momento em que o objeto de conhecimento diz respeito aos processos cruzados de construção do valor da glória artística do gênero Desfile de Carnaval e dos ofícios que o realizam. Entretanto, a aposta teórica aqui se ergue em um terreno incerto, afinal – como teremos oportunidade de expor adiante –, há celeumas internas, igualmente de fora desse domínio cultural, no que toca atribuir valor artístico para o desfile e seus artífices. Enfim, pesa sobre o contexto empírico, em que realizamos a pesquisa, a sombra da ilegitimidade artística.

Frente aos pontos arrolados nesta introdução, dois objetivos são perseguidos neste texto: a) objetivar alguns dos canais que se manifestam importantes na construção das reputações artísticas nesse mundo artístico carnavalesco; b) postos tais vasos comunicantes, procurar-se-á observar e comentar as diferentes referências feitas à forma artística própria ao Desfile do Carnaval-Espetáculo, mas nas maneiras de afirmar ou refutar as reputações daqueles que participam desse círculo, na medida mesma em que são perseveradas as distinções entre os de dentro e aqueles classificados como alheios aos possíveis limites do espaço da arte do carnaval.

O tempo no compasso de uma roda de conversa

Diante do objetivo de examinar os círculos internos à arte do carnaval carioca, uma das metas consistiu em construir trajetórias sociobiográficas de agências humanas que ocuparam ou ocupam a posição-função artística do carnavalesco no sistema de práticas lúdico-estéticos populares do Desfile de Carnaval das Escolas de Samba do Rio de Janeiro da perspectiva da materialização dos seus respectivos estilemas em formas plástico-visuais. Assim, exigia-se iniciar percursos de conversações com os(as) artistas. Antes de atentar às implicações metodológicas de entabular as conversas, logo se colocou o problema: como chegar até eles(as)? Embora o modo de aproximação do contexto empírico focado na nossa pesquisa não abarcasse a semântica literal de uma etnografia antropológica, compartilhamos de alguns entre os sentimentos envolvidos com as decisões e efeitos relativos à adoção de alternativas de aproximação aos ambientes do cruzamento de convivências constituintes do segmento carnavalesco abordado, no Rio de Janeiro.

Desde Malinowski (1976), incorporada à maneira de um imperativo ético e metodológico, a retórica dos relatos antropológicos verbaliza os dilemas e soluções encontradas por antropólogos(as), em meio ao movimento de aproximação do seu

contexto de pesquisa. No instante em que a convivência com os nativos de outra cultura impõe-se chave à tarefa etnográfica de apreender o que faz específico um modo de vida no entretenimento de planos e manifestações, o emprego das noções de distância e proximidade ultrapassa as necessidades vinculadas à orientação sociogeográfica, porque nele estão inseridas antinomias afetivas e morais, como simpatia *versus* repulsão, encanto *versus* desencanto. Embutidas no problema da alteridade como inaugural e nevrálgico à cultura disciplinar antropológica, tais disjuntivas podem interferir no alcance da cognição pretendida, isso em razão das inconveniências que poderão ocorrer no atendimento dos critérios de objetividade da inferência científica. Em se tratando do nosso contexto de pesquisa, não é mera frivolidade, portanto, a recorrência das descrições de caminhos – muitas das vezes, verdadeiras ginásticas – percorridos por pesquisadores(as) para obter senhas que os autorizassem frequentar as relações sociohumanas internas às Escolas de Samba cariocas e aos seus desfiles. O relato de Santos (2006) é ilustrativo do nuançe de situações mesclando acasos, pináculos de dramaticidade e o papel estratégico desempenhado por pessoas cujo prestígio mais que abrir portas, contribui para desfazer as suspeitas que cercam os estranhos(as) que procuram proximidade com os círculos dos(as) artistas do carnaval.

Se, como já aludimos, uma das nossas metas consistia na construção de sociobiografias, à luz do interesse na remonte de linhagens geracionais no ofício de carnavalesco, a trajetória de Joãozinho Trinta³ foi o ponto de partida escolhido. Afinal, fossem as lembranças das conversas nos bastidores do carnaval das escolas de samba, que tive na década de 1990, fossem em diálogos preliminares ocorridos quando nós tateávamos o terreno da pesquisa mais recente, esse nome sempre aparecia na posição de um arquétipo do ofício. Inclusive, a consulta etimológica do termo carnavalesco apenas ratificou a mesma recorrência, pois a semântica do termo abarcando a figura individualizada do profissional dedicado ao preparo de

³ Maranhense de origem, João Jorge Trinta chegou ao Rio de Janeiro no início da década de 1950 com o propósito de se tornar bailarino do Teatro Municipal carioca. Frustrada a continuidade no corpo de balé da prestigiada instituição cultural, ele passou a atuar como aderecista do setor de óperas do mesmo teatro. O encontro com o cenógrafo e professor da Escola de Belas Artes Fernando Pamplona, lhe abre as portas do carnaval. Por anos atuou como auxiliar da equipe liderada pelo mesmo Pamplona e o figurinista Arlindo Rodrigues, a qual ganhou notoriedade na proposição de execução de projetos de decoração carnavalesca de bailes prestigiados, além de algumas das ruas e avenidas em que se desenrolava a festa na cidade, principalmente, como o núcleo do Grupo do Salgueiro – círculo reunindo artistas plásticos e visuais que se firmou como referência nas transformações estéticas ocorridas nos desfiles das escolas de samba, entre as décadas de 1960-1970. Com a saída de Pamplona e Rodrigues, Trinta assumiu o posto de comando do carnaval da escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, na qual obtém um bicampeonato entre 1974-1975. Transfere-se para a escola de Samba Beija-Flor e lá, contribuiu para transformar essa desconhecida agremiação em tricampeã (1976 a 1978). Sua fama vem a reboque do reconhecimento da sua participação na fixação do Desfile de Carnaval das Escolas de Samba como um superespetáculo notabilizado pela centralidade obtida pelos carros alegóricos, que se multiplicam, tornando-se maiores, com maior densidade e volume cênico (FARIAS, 2012, RIBEIRO; FARIAS; PORFIRO, 2017).

fantasias e alegorias em concordância com um enredo anualmente renovado, apenas se dá por volta da década de 1980, mas sob o signo da repercussão da pessoa de Trinta (FARIAS, 2012). Devido à sua morte, em dezembro de 2011, a tarefa que nos colocamos, então, foi ir à busca dos que orbitaram em torno do artista ao longo do seu trajeto nos barracões das escolas de samba.

Situada em 92.200 mil metros quadrados, na Zona Portuária do Rio de Janeiro, a Cidade do Samba abriga os 14 galpões ocupados pelos barracões – locais de produção das alegorias e fantasias – dos grêmios que desfilam na divisão principal do concurso festivo das escolas de samba. Ficávamos numa das duas áreas cobertas por grandes lonas localizadas na praça central do espaço – permanecemos naquela voltada para a realização de *shows*. Por acomodar lojas onde são comercializados alimentos e bebidas, tendo mesas cercadas de cadeiras, na rotina de fabrico e trabalho, ali se dá a maior concentração de pessoas vindas dos barracões, mas também quem está no local para conversar com alguém na expectativa de ter a oportunidade de expor produtos ou serviços, além de componentes das escolas que foram convocados para ensaiar ou experimentar indumentárias e, também, gente movida pela curiosidade acerca das grandes peças alegóricas que se escondem por trás dos imensos portões à frente dos galpões. Ante esse panorama, certo estranhamento decorria do nosso comparecimento àquele local – digo do André e eu, ao lado de jornalistas e outros pesquisadores –, pois estávamos incluídos entre os que justificavam a presença em função de finalidades diante das quais os fins perseguidos pelas tarefas executadas na Cidade do Samba, são meios. Investidos dessa distância, uma vez pela manhã e a outra na hora do almoço, separadamente, conversamos com dois carnavalescos (uma mulher e um homem), ambos não mais atuando na linha de frente da elaboração dos enredos, tornaram-se crítico(a)/comentaristas dos desfiles pela TV. Falamos também com três artesãos homens cujas respectivas iniciações se deram sob o comando de João Trinta.

Posto aquele início, nossa expectativa era seguir um trajeto de escuta de relatos individualizados, em situações esparsas. No entanto, para nossa surpresa, o fluxo foi interrompido a partir do agendamento de uma possível entrevista com homem que por 20 anos, auxiliou João Trinta na concepção de figurinos. Diferente das outras situações de entrevista, essa estava marcada para as 18:00 horas. Se embaixo da lona ainda estava muito quente, pois o sol permanecia ardente, a sensação de calor era amortecida por conta de já haver áreas mais sombreadas e até o ar circular mais intenso àquela altura do dia na Cidade do Samba. A concorrência de pessoas no local permanecia acirrada, só que se alterara o perfil dos frequentadores: ao final do horário do expediente de trabalho, diminuía os vindos dos barracões – estes passavam em grupo na direção externa da Cidade do Samba na procura das muitas linhas de ônibus que circulam nas vias laterais que os levassem para casa ou atravessaria o túnel Lauro Sodré, situado sob o Morro da Providência, a caminho

da Estação Ferroviária Central do Brasil ou da estação do metroviário, às margens das pistas da Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade. A afluência maior agora era dos curiosos, sobretudo, dos componentes das escolas que estavam ali para ensaiar e experimentar roupas. Notavam-se, igualmente, rodas formadas em torno das mesas pelas direções das agremiações que, muitas das vezes, misturavam-se. Daí porque os traços fisionômicos ficaram mais familiares: os rostos revelavam nomes de artistas e dirigentes conhecidos, por serem veiculados pela TV e/ou nas redes sociais na internet.

Mais ruidosa, a cena do ambiente agora comportava uma descontração não vista durante a primeira parte do dia. As tulipas de vidro tomadas de chope, as garrafas de cervejas ladeadas por copinhos de plástico ou as latinhas coloridas, dispostas sobre as mesas, denunciavam o aumento bem significativo no consumo de bebidas alcoólicas. Encontramos Urano⁴, sentado diante de uma dessas mesas, tomando goles de cerveja num copo. Ele bebia acompanhado de duas mulheres – a escultora Antígone e a alegorista Penélope. Feitas rápidas apresentações, seguidas de igualmente sumárias descrições da justificativa para o encontro, juntamo-nos a eles. Embora, de início, a falta de intimidade houvesse gerado certo desconforto manifesto nas sucessivas pausas no fluxo das conversas, não demorou para estarmos enturmados e, logo, estivéssemos compartilhando de um leque de temas nucleado pela questão do carnaval das escolas de samba, mas estendendo-se, entre outros, até as lembranças relativas às motivações que conduziram ao interesse pessoal pelo evento-espetáculo, aos percursos profissionais, passando pela formação universitária até a recordação cantada de antigos sambas-enredos. Ao quinteto inicial se juntaram outros(as), os quais permaneceram até o fim do encontro, enquanto houve aqueles(as) que não se demoraram. Íamos sendo apresentados a outros profissionais do carnaval – escultores(as), pintores de arte, adrecistas, alegoristas, figurinistas, iluminadores e muitos(as) outros(as). Regados à cerveja e ao consumo de cigarros, em meio à descontração nos gestos e falas, de um modo geral, os tópicos abordados cultivaram a interlocução comum, em especial questões implicadas às dificuldades à realização do carnaval que se aproximava e à incerteza quanto ao futuro dos desfiles. Porém, algumas das vezes, certa pulverização dominou o curso das conversas, notadamente quando se tratou de detalhes do trabalho que ora se desenvolvia ou quando, de maneira crítica, tematizava-se o trabalho de alguém que estava ausente.

Tomados pela empolgação da conversa, não atentamos ao esvaziamento paulatino do local, o que só ocorreu quando o garçom do bar veio notificar que deveríamos pagar a conta do que foi gasto, mas poderíamos permanecer sentados ali, desde que trocássemos os copos de vidros pelos de plástico e, ao final, empilhássemos as

⁴ Por razões de natureza ética, visando não expor nossos(as) interlocutores(as), adotamos nomes fictícios.

mesas e cadeiras num canto onde já estavam tantas outras dispostas. Àquela altura, por volta das duas da manhã, o silêncio era interrompido apenas pela manobra de algum dos carros alegóricos que estavam estacionados em frente ou dentro dos galpões. Ainda que o anúncio do horário causasse certo espanto, a conversa se estendera até por volta das quatro e meia.

Depois que vimos entrarem tanto Urano quanto Antígone e Penélope nos respectivos táxis, seguimos também à busca de um transporte, a caminhada pelo silêncio das ruas vazias na direção da Avenida Presidente Vargas serviu para, mais que tentar sintetizar, em vão, a experiência daquela noite, exprimíssemos a satisfação gerada e a ciência das oportunidades de diálogos que se abriam a partir dali, com vistas às possibilidades de ingressar em temáticas que, até então, estavam apenas na condição da mera especulação. Viabilizar outros encontros semelhantes àquele se tornou fonte de mútua ansiedade. Contudo, dois dias depois, o sentimento logo se viu debelado em razão do telefonema de Urano, nos convidando para, novamente, “tomar uma” na Cidade do Samba”. Sem vacilo, estávamos lá na hora marcada. E episódios assim se repetiram por mais quatro vezes até a semana em que se iniciou o carnaval de 2014. Sendo os encontros retomados por mais três vezes também nos meses de janeiro e fevereiro, mas em 2015.

A certa altura, não se sabe bem por obra de quem, os encontros foram nomeados de roda de conversa do Urano. A silhueta de um ritual de sociabilidade se firmou no compasso em que as convenções referidas às etiquetas comportamentais compartilhadas entre os participantes associaram o querer estar junto, em razão do falar descontraído do carnaval das escolas de samba, com o descompromisso para com as prescrições do relógio que regulam o ritmo do tempo produtivo do trabalho. As rodas se iniciavam ao final da jornada de trabalho nos barracões e vazavam a noite, nunca se encerrando antes das três da manhã. Ao longo das rodas formadas, além do quinteto de participantes da primeira hora, ampliou-se de maneira infinitesimal o número de participantes, o que teve decisiva contribuição no aumento do nosso conhecimento do elenco de oficiais envolvidos com a produção do desfile. E, à contrapartida, descortinaram-se novos temas que foram inseridos na nossa pauta da pesquisa. Embora esses últimos aspectos tenham se mostrado estratégicos nos rumos do problema examinado na pesquisa, aqui reteremos apenas como objeto de interesse a particularidade dos nove encontros aninhados nas noites da Cidade do Samba, entre janeiro e fevereiro de 2014 e 2015. Justifico a escolha, de um lado, sublinhando o impacto dessa série de episódios, por ter revertido àquela expectativa que tínhamos, a princípio, no tocante à natureza da interlocução a ser estabelecida com os círculos de artistas do carnaval; de outro, na medida em que inseriu a polifonia como natureza dessa interlocução, facultou-nos flexibilizar agenda de pesquisa, redefinindo prioridades e, ainda, acrescentando itens, antes sequer imaginados.

Figura 1: Roda de conversa do Urano – fevereiro de 2015



Fonte: Foto de Valtemir Valle (2015).

Por certo, a nossa inclusão nesse círculo de interlocução traz questões espígnhas deflagradas com a presença socioantropológica em situações interculturais, em especial a da tradutibilidade e da textualização do outro; questões postas por antropólogos como James Clifford (1999; 2002). Para os objetivos deste texto, a sucessão dos encontros detém um traço próprio, merecedor de cuidado analítico e interpretativo especial a saber: a condição de fórum interativo-comunicacional em que, focos de interesse dialógico, pessoas e seus fazeres tornavam-se objeto de crivo de pares integrantes de uma mesma comunidade de sentido e, com isso, numa escala nuançada de classificações, estiveram à disposição para sagrações elogiosas ou reprovações vigorosas. Aliando-se, nesta instância, os critérios do mérito ao da moralidade no movimento interlocucional de atribuição de valor, quer dizer, de construção da diferença das tomadas de posição dos artífices focalizados no espaço social de possíveis de produção e visibilização da arte do carnaval.

A partir do segundo encontro, à medida que a noite avançava e os efeitos da cerveja iam se manifestando na maior descontração dos comportamentos, igualmente, obteve discernimento o tópico preferido das conversas: nomes de pessoas que, não presentes à roda, ainda que dela tivessem feito parte, eram lembrados para serem logo avaliados em sua reputação. O crivo era orientado para o seu comportamento nos barracões e, principalmente, ao seu trabalho. Sempre me impressionou como os nomes arrolados eram de conhecimento comum entre as pessoas que estavam reunidas nos nossos encontros – claro, à exceção dos autores deste texto. Mesmo sem pleno consenso, alguns nomes eram merecedores de acentuado respeito; na maioria das vezes, o que se lhe reprova eram algumas das suas idiosincrasias – atitudes do tipo: “manias de grandeza”, “viajandão”, “briga à toa”. O respeito era indissociável do quesito mérito, portanto, os resultados da atuação profissional desempenhavam

destacado papel na qualidade conferida à visibilização das pessoas na conversação. Ressaltavam-se, por exemplo, o “traço limpo” de uma, a “autonomia” em tomar decisões de outra, a criatividade daquela para tirar partido de situações adversas ou aquela que “sabe como fazer render o trabalho”, mas há também aquela cujo trabalho com a paleta de cores é “fantástico!”. Se a sobriedade dos pronunciamentos indexava as classificações mais positivas, por sua vez os tons mais graves da voz e os sorrisos no canto da boca, mesmo as gargalhadas, acompanhados de comentários jocosos, acompanhavam as enunciações que, da mera repreensão, estendiam-se ao achincalhe: “Ah, gente! Esperar o que de fulano? Lembra que ele começou varrendo o chão do barracão”, “ele nunca soube desenhar, todo mundo sabe disso”, “quando ele conseguiu terminar tudo o que projetou?”, “se a figura não sabe o que é uma planta baixa?”. Uma vez mais, o trabalho servia de parâmetro no julgamento depreciativo de pessoas. Mas se certa maledicência referida às questões sexuais era recorrente no movimento das conversas, quando se tratava de detratar alguém, acentuava-se a lembrança de episódios envolvendo momentos vexaminosos implicados aos mesmos temas sexuais em que o(a) comentado(a) teve participação. Quando não era algum traço do seu comportamento e/ou aspecto fisionômico que recebia um tratamento malicioso, sempre culminando na detração calcada na sexualidade. A condição de homossexual masculino de muitos dos oficiais era o alvo predileto dos comentários. As trocas de olhares, as ironias e os sorrisos largos emolduravam o quadro comunicativo da interação, cujo fraseado ia do recorrente “ele não trepa” ao “bichinha intolerante”, passando por “peguei ele com fulano atrás do carro (alegórico).”

Tomamos de empréstimo a categoria de ritual de interação ao vocabulário conceitual de Goffman (2011). Segundo informa o autor, a categoria surgiu de acordo com o propósito de construir uma “sociologia das ocasiões”, com o relevo analítico depositado nos comportamentos face a face. Ocasões nas quais as linguagens verbais e não-verbais são requisitadas como fatores fundamentais de articulação dos comportamentos, em obediência ao imperativo de que os indivíduos emitam opiniões acerca de algo. A emissão de opiniões, por sua vez, terá repercussão na avaliação da **fachada** do interlocutor pelos demais membros da interação, os quais confrontaram as expectativas alimentadas acerca desse posicionamento e a sua realização. Segundo a ilação goffmaniana, a expectativa de êxito e/ou fracasso exerce forte pressão sobre as expectativas do locutor. Este se empenha, portanto, no manejo reflexivo dos enquadramentos moral-normativos, no sentido de antecipar-se e, assim, superar na dramaturgia dos seus atos, as possíveis dificuldades situacionais.

Ainda que a dimensão situacional seja realçada, porém, a argumentação desenvolvida aqui não tem por respaldo teórico a concepção de conversação como posto pela base canônica conceitual nem do interacionismo simbólico tampouco da etnometodologia. Isto porque não é ratificada a chave de acesso à teoria da consciência pelo viés da intersubjetividade. Nossa aposta teórica deposita, sim,

relevo analítico na pragmática formal da conversação, porque entende os atos de fala como fatores capazes de, para além de se referirem às coisas, produzirem efeitos relativos ao convencimento acerca do que se diz (SEARLE, 1969). Nesse sentido, os atos de fala se definem elemento por excelência de coordenação comunicativa entre as condutas no ritual de sociabilidade, aqui enfocado. Em Pierre Bourdieu (1992), encontramos o empenho em situar a interação simbólica promovida pela interlocução linguística no escopo de disputas de um mercado envolvendo um poder simbólico, logo, é preciso ter em mente que as trocas simbólicas são simultaneamente relações de poder simbólico, nas quais são atualizadas relações de força entre locutores e seus respectivos grupos. Por outro lado, a visada pragmática deixa entrever que, na condição de microcosmo, as situações de conversação não espelham tampouco miniaturizam uma totalidade que as abarcaria. Atento ao caráter mais ou menos contingente, próprio à precariedade desses coágulos micropolíticos, o examinamos como o plano concreto e imediato da realidade sócio-histórica, em que as dinâmicas conversacionais tecem consensos acerca de prestígios e/ou fazem imergir nomes e fazeres na desgraça e, para adiante, os fazer desaparecer na sombra do esquecimento.

De volta à proposição sobre a antropologia da admiração, aplicada à glória do pintor holandês Van Gogh, Nathalie Heinich (1991) adota por procedimentos analíticos os meios pelo qual se constrói o caminho que leva da economia cultura do valor (estético e ético) à economia de mercado dos valores. Sua atenção se aplica sobre a decalagem de ritmos entre os tempos de produção e consagração, em especial, ocupando-se das intervenções dos críticos que, no alongado temporal do pós-morte do artista, contribuíram à formação da lenda que fez cruzar a biografia e as obras na ressignificação da marca Van Gogh como signo de um gênio, destacada pela singularidade subjetiva articulada ao regime modernista de autoria. Com o fito de articular o tratamento dado à construção da glória em Heinich (1991) com o ritual de sociabilidade, aqui examinado, em lugar do tramado de textos escritos⁵, a conversação face a face se antecipa como fator de coordenação de condutas

⁵ Ressaltamos que, de modo algum, desprezamos a importância dessa mesma dimensão no tocante à construção da glória nos círculos próprios à arte do carnaval carioca. Por isso mesmo, ainda que de maneira tácita, impacta os rumos das conversações das quais participamos na Cidade do Samba. Durante o século XX desenvolveu-se uma crônica jornalística especializada nos fazeres imanentes à festa, jogando papel decisivo na tessitura da fama de nomes. Desse modo a mídia impressa, em particular os jornais, estava à frente na produção e repercussão dessas narrativas pelas quais se glorificam e classificam personagens. Atualmente blogues, sites e portais nas redes sociais se impõem como os fóruns estratégicos à focalização prestigiosa. Um índice importante a respeito, são os prêmios concedidos àqueles(as) que teriam se destacados nas noites de desfiles no Sambódromo, tais como: *Estandarte de Ouro* (Jornal O Globo), *Tamborim de Prata* (Jornal O Dia), *Estrela do Carnaval* (Site Carnavalesco), *SRZD-Carnaval* (Portal SRZD), entre outros. Os(as) membros desses júris compostos por jornalistas e pessoas notabilizadas como autoridades no tema do samba e dos fazeres artísticos carnavalescos, portam a representatividade para deliberar o que é ou não legítimo em termos das escolas de samba.

entretidas na situação de interação e, por isso mesmo, intervém na qualificação/classificação de pares e suas atividades no espaço de possíveis da arte do carnaval.

Se pensarmos em termos morfológicos, concluimos que, durante as noites nas rodas de conversa de Urano, havia equilíbrio entre os contingentes de homens e mulheres. Em termos étnicos, brancos(as) e mestiços(as) sobressaíam em relação a negros(as), na mesma medida em que os(as) detentores(as) de títulos universitários prevaleciam frente aos(às) demais. Foram poucas ocasiões em que algum(as) dos frequentadores(as) ocupava(m) a faixa etária abaixo dos 40 anos. Quando comparados os itens de categorização social, junto à quase homogeneidade ocupacional dos integrantes, em sua maioria com vínculo empregatício juridicamente informal junto à arte do carnaval, a estratificação etário-geracional concedia certo padrão recursivo na sucessão dos encontros. E, com isso, respaldava identitariamente o grupo. Em parte, a facilidade com a qual compartilhavam lembranças estava à contrapartida de quadros comuns de memória relacionados ao decurso temporal de convivência mútua, tendo por marco inicial os meados da década de 1990. Os filtros mnemônicos, quando acionados, selecionavam os alvos de interesses dos comentários, pouco ou nada se falava do número acentuado de jovens que circulam atualmente em diferentes atividades, no interior dos barracões. Tanto que, ao final do resultado do concurso de 2016, chamou-nos atenção o fato de apenas uma vez, e de maneira sumária, ter escutado alguma referência ao jovem de 34 anos⁶ que, na sua estreia como carnavalesco de uma grande escola, contribuiu para o título da Estação Primeira de Mangueira. Se as consequências do emprego desses filtros concorriam à reiteração da geração de oficiais da arte do carnaval abarcante dos membros da roda de conversa, a funcionalidade de situações (à maneira do nosso ritual de sociabilidade) atuava no reforço da sua representatividade junto aos postos de comando com ingerência na decisão sobre a escolha da mão de obra para compor os quadros funcionais de uma equipe, porque auxiliavam diretamente o(a) artista carnavalesco(a). Ou quando alguns dos integrantes dessa fração geracional não ocupavam, eles mesmos, tais postos. Penso apropriado supor que as ocasiões da roda de conversa, durante aquelas noites na Cidade do Samba, a depender da conjunção contextual de ingredientes favoráveis para lhes garantir o *status* de espaço de deliberação, não foram elas mesmas oportunas à indicação ou descarte de alguém para o exercício de tal ou qual atividade, em meio às teias de conversas nas quais reputações eram consensualizadas, de modo positivo ou negativo. Levantar essa possibilidade a respeito da autoridade das falas emitidas no tocante à capacidade de

⁶ Trata-se do cenógrafo e artista plástico Leandro Vieira, que por anos atuou como figurinista integrando equipes lideradas por carnavalescos consagrados e, em 2014, assumiu o comando estético da Escola de Samba Em Cima da Hora, à época desfilando no Grupo de Acesso A do torneio carnavalesco das escolas de samba do Rio de Janeiro. Casado, então, com a primeira porta-bandeira e herdeira de uma das dinastias familiares com forte ressonância na Mangueira, em 2015, ele foi convidado para fazer o carnaval dessa celebrada agremiação.

gerar efeitos que, do instante em que visibiliza e avalia um nome, reputa-o, deixando em vias de acolhimento ou descarte no espaço de possíveis de posições posicionadas do campo da arte do carnaval das escolas de samba cariocas, requer considerar as propriedades dessas mesmas falas, às quais lhes conferem tamanho potencial de rentabilidade comunicativa.

A atenção socioanalítica a essas propriedades, sem incorrer no risco de substancializá-las, impõe que as situemos nesse espaço de possíveis onde elas se formam e ao se diferenciarem, dispondo-se em relação de desigualdades com outras falas, podem obter dividendos expressivos, na simétrica medida em que estão pressionadas pelo desprestígio da justificativa conferida à sua própria posição artística.

Na fusão das cidades, disposicionalidade e justificação

Em *As Meditações Pascalianas*, Bourdieu (2001) debruça frente ao problema em torno do *déficit* de justificativa de si, mas o faz tensionando esse tópico (inerente à antropologia filosófica) pelos requisitos da sociologia econômica relacionada à escassez de meios simbólicos. Ele insiste no argumento de que a carência de justificativa consiste em uma das propriedades estruturantes das experiências e dinâmicas sociohumanas. O autor reserva especial interesse à contradição manifesta no encontro da insuficiência de meios endógenos às pessoas para se autonear, ou seja, a insuficiência na possibilidade de assegurar autonomia classificatória e avaliativa, e a distribuição desigual de recursos facultativos de conforto ontológico. Portanto, no caudal deste desequilíbrio distributivo, dispõe-se o conflito moral relativo às lutas por reconhecimento no topo entre as questões nevrálgicas enfrentadas por pessoas e grupos, não só pelo direito de dizer e afirmar o que se julga ser, mas igualmente, apelar à legitimidade dos meios expressivos com os quais uma singularidade aparece como objeto de apreciação pública.

A obra de Max Weber (1992), por sua vez, na teoria social, detém a virtude de ter convertido a legitimidade dos ordenamentos de poder em foco de interesse sociológico. Em duas oportunidades distintas da sua obra, ele elabora ilações cujas respectivas repercussões foram decisivas à importância gozada pelo problema da legitimação e legitimidade. Ao tratar das formas de dominação, no escopo da sociologia política, Weber (1992) atenta às justificativas dadas por um ordenamento de poder, no tocante ao seu exercício próprio de dominação. Já nas pesquisas, estudos e reflexões sobre o fenômeno religioso (WEBER, 2006), o autor retoma a discussão em torno das divisões sutis do mundo no movimento pelo qual focaliza as lutas por emancipação travada por representantes de diferentes esferas da experiência social. Nesta última visada, uma vez mais, o olhar sobre as justificativas se faz em consideração do delineamento de cursos precisos de linhas de recursivas

de condutas, estando estes implicados à proliferação de éticas diferentes e mesmo conflitantes entre si. Seriam esses alguns aspectos emblemáticos da fisionomia adquirida pela modernidade europeia ocidental. Em ambas as apreensões do tema da legitimidade, Weber (1992, 2006) operacionaliza o problema sobre as éticas particulares para cercar as maneiras pelas quais posturas convictas e sistemas de crenças se tornam complementares.

A aposta feita pelo mesmo Bourdieu (1992) na ideia de *illusio*, com a qual adere e elasticiza a refração weberiana em torno das éticas referidas às diferentes esferas da experiência. Enquanto motivação pré-reflexiva com a qual se justifica e abastece a participação nos espaços onde os lances são dados e estratégias são realizadas, na condição de categoria analítica, a *illusio* corresponde à aspiração do porque se entra e se participa de um jogo cujas fronteiras e regras tendem soar arbitrárias aos que assistem, vendo e sendo vistos como localizados de fora de um específico espaço de posições posicionadas onde se dão posicionamentos. Observa o autor que, em muitos momentos, torna-se insólito ou injustificável, aos de fora, o fundamento acionado para assegurar o *status* de plausível àquilo que se compartilha como identificado às divisões internas e, também, na triagem do que não pertenceria àquele espaço de possíveis.

Adotando uma perspectiva relacional, no sentido estruturalista de oposições complementares informando posições, quer dizer, diferencialidades significantes, Bourdieu (2007) concebe uma topografia na qual o espaço simbólico (de classificação, ordenação, inteligibilidade e, ainda, reconhecimento) está na contrapartida da posição ocupada pelo agente na teia de distribuição dos recursos sociais. Logo, enquanto espaço de possíveis, no que se refere ao alcance na participação em determinado jogo social, o campo corresponde uma estrutura de relações objetivas, na qual são postos em concorrência capitais simbólicos (de nomeação/classificação). Está em pauta a conversão de recursos estruturais (à maneira de retenções financeiras e contatos), acumulados por um agente no seu transcurso, em elementos de distinção/reconhecimento (BOURDIEU, 2007). Os capitais simbólicos são especificados à luz das regras de cada um dos campos – a já comentada *illusio*, enfim, a crença que sustenta a cada respectivo campo (BOURDIEU, 1996). As respectivas dinâmicas dos espaços de possíveis se definem pela depuração do que o distingue e o faz exclusivo e consta do senso de jogo, do saber praticar de todos os que participam e fazem lances nesse espaço social. Conclui Bourdieu (2009) que a história do campo permite atingir os modos de elaboração das pulsões expressivas que decidem as delimitações que tornam o mundo reconhecível, ou seja, natural, em suas diferencialidades práticas. Frente à ignorância característica da entrada e permanência no jogo próprio ao campo, pode-se concluir que nele as lutas sociais (pela afirmação e manutenção da diferencialidade da posição e também da sistemática de posições/oposições em que se inscreve e sua conversão

simbólica) estão na raiz de uma condição que se dá como transhistórica, quer dizer, como razão das coisas.

Por sua vez, o que está posto como o objetivo da antropologia da glória, em Boltanski e Thévenot (1991), é como pessoas se ajustam tanto à autoidentificação quanto à reivindicação de grandeza por parte de um indivíduo, no instante em que está em pauta o reconhecimento dessa grandeza por parte de outras pessoas? Grandeza no sentido da altivez interna ao sentimento de dignidade, mesmo da sublimidade, enfim, do que é referente aos bens do mundo, enquanto reconhecimento da honra. Portanto, a grandeza se refere à glória de gozar o respeito mútuo pela autoimagem e proposição de si, em virtude do modo como a estima é afetada pela aprovação moral. E os focos analíticos se voltam para os conflitos em que os contenciosos se enfrentam devido ao posicionamento moral que ocupam na condição de objeto de grandeza ou não. O que entraria em crise, fazendo-se elemento de litígio, são as coordenadas pré-reflexivas de orientação das condutas que definem estas mesmas posições. Seria, nesses momentos críticos, que emergiriam requisições acerca das justificações para se atribuir tal valor a pessoas, objetos e episódios. Cobrando-se, com isso, o critério de que os contenciosos sejam capazes de abandonar o lugar de indivíduos para transcenderem à condição mais generalizada, a qual supõe coalizões que viabilizam a equivalência entre as pretensões de valores e, com isto, requisitam a competência cognitiva e de julgamento dos agentes para tanto cobrarem ajustes quanto eles mesmos realizarem ajustes.

Se os ajustes estão em direta relação com a possibilidade de viabilizar equivalências, para os dois autores, torna-se imperativo demonstrarem como pretensões de validade devem ajustar a incomensurabilidade das conjunturas aos princípios transcendentais de ordenação/coordenação comportamental. No livro *De la Justification*, inspirando-se na ideia de cidade (*cite*) concebida por Santo Agostinho (*A Cidade de Deus*), eles sistematizam os traços próprios às seis cidades com as quais prescrevem tais princípios. Para tanto, recorrem às contribuições de filósofos com forte presença no imaginário da filosofia política. A sequência das cidades é a seguinte: a cidade doméstica (Bossuet – *La Politique Tirée des Propres Paroles de L'Écriture Sainte*); a cidade de renome (Hobbes – *Leviatã*); a cidade cívica (Rousseau – *Do Contrato Social*); a cidade mercantil (Adam Smith – *The Wealth of Nations*) e a cidade industrial (Saint Simon – *Du Système Industriel*). Não resta dúvida quanto à tentativa de Boltanski e Thévenot (1991) de encontrarem uma alternativa analítica e política para as consequências resultantes da policromia complexa das sociedades modernas, caracterizadas pela proliferação de esferas de experiência. Para isto, eles fazem recurso ao projeto de eticidade tendo por fundamento a provocação do cruzamento entre instâncias morais distintas entre si; cruzamento possível pela intervenção competente dos agentes. Também são notáveis os esforços de ambos para diminuir, quando não mesmo

diluir, os efeitos da inércia histórico-institucional sobre as possibilidades criativas das agências humanas.

As formulações bourdianas e aquelas de Boltanski e Thévenot (1991) deixam ver tensões ao que parecem incontornáveis da teoria social, já que a tônica depositada na competência hermenêutica e reflexiva relativa à pragmática comunicativa do agente e como esta também se manifesta na capacidade crítica de manifestar – durante cursos conversacionais – reivindicações de justificativas de si, lastreadas em moralidades (senso de irredutíveis de bem), esbarra nas exigências da compreensibilidade e da significação. Afinal, ambas requerem repertórios sógnicos que extrapolam a particularidade de um indivíduo e, ao mesmo tempo, dependem do modo como estão distribuídos os recursos em um arranjo social amplo. Mais ainda, se são os elementos aptos a gerar diferença, sendo esta sempre relacionalmente definida, incita-nos a pergunta: como algo adquire *status* de recurso (os capitais financeiro, simbólico, afetivo, etc.)? Sob este ponto de vista, a atenção disposicionalista de Bourdieu (2009) aos espaços de possíveis permanece sociologicamente heurística, porque pontua o cuidado na pesquisa e análise com a formação relacional do valor dos que tomam posição nesses espaços, e com isto denunciam uma classificação identitária, em uma determinada interação. A formação do valor em simétrica relação com os fundos axiológicos da avaliação transcende os contextos intersubjetivos, avançando para elos de mediações e interdependências sociofuncionais que, a um só tempo, encontram-se nos saberes com os quais os agenciamentos se tornam tanto viáveis quanto inteligíveis enquanto usos corporais (práticas), mas igualmente nas expectativas e nos cenários em que se desenrolam as práticas recíprocas dos agentes.

A luz da tensão estabelecida entre a competência de ajuizamento e conversação dos agentes e os fatores inerciais que, sob o *status* de recursos necessários à continuidade prática dos comportamentos dotados de sentido, pressionam constitutivamente os agenciamentos, no que segue deste texto, examinamos a intercessão estabelecida entre justificações e posicionamentos no campo da arte do carnaval carioca, a partir da nossa experiência participativa na roda de conversa desenrolada por algumas noites, na Cidade do Samba.

* * *

Tzvetam Todorov (2011), em *A Beleza Salvará o Mundo*, argumenta que, por volta do século XIX, na Europa ocidental, a percepção do declínio do poder atemporal da religião fora acompanhada da ascensão de valores humanos. A seu ver, sob tal atmosfera socio simbólica, adquiriu importância o sonho de tornar voluntariamente a vida bela e plena. A localização, por parte de Todorov (2011), do amplo compartilhamento desses ideários estéticos e estetizantes coincide com

o período de maior denodo de esforços no sentido de se obter a autonomia dos campos intelectuais e artísticos, de acordo com a narrativa sociológica de Bourdieu (1996). Fazendo uso da perspectiva de Boltanski e Thévenot (1991), diríamos que a justificação compartilhada entre aqueles(as) integrantes desses diferentes mundos artísticos em proliferação e desdobramento tem por fundamento utópico-normativo a narrativa da história da arte que advogando a singularidade do artístico (BELTING, 2006) respalda e dá suporte à prerrogativa do que chamamos de **Cidade de Zaratustra**.

O motivo para o retorno ao célebre livro de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e não a outras obras com notória repercussão na montagem do discurso estético no Ocidente, diz respeito à centralidade ocupada pelo tema da vontade criadora no discurso que encerra *Assim Falou Zaratustra* (NIETZSCHE, 2011). Atemos-nos à síntese disposta na figura do andarilho Zaratustra – inspirado no mistagogo persa, profeta e poeta do fogo (GOMES, 2006). Ela nos vem em auxílio, porque nela, o autor prega em favor da atitude afirmativa de superação, manifesta no falar por si próprio, não se deixando submeter às autoridades. Com isso, num gesto de rebelião heroica, a vontade de ser capaz fomenta no personagem a quebra das tábuas sagradas(dos valores), vitimando a divindade metafísica; mais que anunciar, comete o ato de matar Deus e deixa ao chão a tradição socrático-platônica imantada pela atitude intelectualista, cujo idealismo (em companhia da aposta teleológica), avesso à vida, renegaria, para fugir ao elo contínuo e inquebrantável da perecibilidade com o renascimento. A força criadora da vontade de potência está no gesto de não tergiversar a vida como ato não redutível, tampouco substituível por qualquer modelo humano de homem. Afinal, não se trata de adorar a morte sob o disfarce do apego à divinização do espírito. Sim, obediente à coragem moral, o exercício corporal no qual se fazem cúmplices a alegria dançante musical do diritambo de ir bem adiante da conservação e a disposição guerreira de abrir caminhos, numa sucessão de atos criadores mundanos movidos pelo *Amor fati* (amor ao destino) de querer viver. Enfim, pela positividade da afirmação do belo, tais atos aliam a expansão ao domínio, iniciando-se com o domínio de si mesmo. No saldo da jornada dionisiaca de Zaratustra, são erguidos altares, para celebrar a vida, esta mesma atravessada pela tragédia que dispõe mútuos apogeu e declínio (SALAQUARDA, 1997; MACEDO, 1994).

Sabe-se o quanto a vida e a carreira do poeta-filósofo reuniram potências da cultura germânica e, igualmente, ele imprimiu sua marca como personagem paradigmático das concepções de arte e artístico firmadas no leito histórico-cultural da matriz europeia da modernidade. Extrapola aos objetivos deste texto ir amiude no lugar ocupado por Nietzsche como filósofo-chave à narrativa da autonomia do belo e, ainda, membro da nobreza da cultura que antecipa a modernidade estética que se levanta com a intervenção das vanguardas artísticas (HABERMAS,

1993, COPLESTON, 1979). Importa-nos sublinhar quão sua bandeira de um individualismo soberano que, nas trilhas do romantismo, promove os sentimentos, declina ante o culto romântico do recolhimento subjetivista e da morte. A figura do superhomem, o herói da transvaloração dos valores, se ratifica a hierarquia entre superiores e fracos, o faz em nome da perseverança daquele que não se curva às hostes do utilitarismo e recusa a moral de rebanho. Vocalizada na voz poética do profeta Zaratustra, a liberdade que reclama o filósofo-poeta é uma prática contínua cujos rastros são invenções de si e de mundos (BARRENECHEA, 2000; MECA, 1989; NUNES, 1978). Ao nos referirmos à **Cidade de Zaratustra**, portanto, acentuamos a base canônica da plataforma normativa que informa a visão de mundo de uma ética artística fundada sobre o primado da criação e do novo. Isto, em um momento no qual as projeções utópicas e ideológicas da cultura artística ocidental se tornam partes de quadros categoriais e lexicais, semânticos e imaginários socialmente compartilhados em meio às consequências não-programadas nas quais foram gerados padrões socioculturais admitidos como modernos.

Chama particular atenção como tais ideários sincronizados no desenho da ética particular à cultura artística do ocidente se desterritorializaram, no compasso da expansão imperial do mesmo ocidente, deixando margens às travessias transatlânticas que vicejaram múltiplas modernidades, no anverso de cruzamentos civilizatórios diversos. Deste modo, paulatinamente, esse código comportamental tornou-se parte da cidadela cognitiva e moral remontada por aqueles(as) que reclamam o reconhecimento da sua humanidade artística.

Nas noites passadas à volta das mesinhas compartilhando das rodas de conversa, por certo, apresentaram-nos tônicas, pausas, gestos, sorrisos, entre outras expressões, modos pelos quais, ao se ratificar divisões classificatórias, afirmavam posições-funções no encadeamento amplo do espaço de possíveis do carnaval, no limite, ratificando o próprio espaço. E, no mesmo andamento, nas representações arroladas nas conversações, descortinavam-se os ideários básicos do quadro de valores ali compartilhado. Não foram poucos os momentos em que se reclamou de fulano ou fulana, em razão da falta de sensibilidade para discernir que “carnaval não é teatro, nem cinema, tampouco televisão”. A repreensão se pautava na evocação de uma forma artística específica, a qual serviria de parâmetro para aferir a competência na realização dos ramos de ofício aninhados nos barracões e ateliers de fantasias. E, no reverso da medalha, a mesma forma calcava as reivindicações de reconhecimento seja de individualidades artísticas, seja da unidade do grupo identificado pela rubrica artistas de carnaval.

Reclamar uma forma artística insere dois problemas, ao mesmo tempo. De um lado, requer um discurso que exponha o corpo de proposições assegurando a natureza estética a objetos, fazeres e personalidades. Logo, trata-se de um discurso comprometido com a modelação cognitiva das percepções acerca do que poderá ser

ou não elucidado pelo conceito de arte do carnaval. Mas a aplicação do discurso estético, no instante em que procura percorrer um mesmo tecido ontológico é indissociável, por outro lado, do suporte de uma moralidade exclusiva, apta no respaldo das convicções de todo(as) aqueles(as) que demandam respeito aos seus comportamentos e às materialidades expressivas; aspectos sem os quais se anulariam os contornos que diferenciam, ao mesmo tempo que totalizam, a silhueta de uma personalidade artística. Enfim, o ajuste à formação discursiva da ordem de uma ética e moral particular se manifesta condição irrefutável à segurança ontológica, na medida em que falta a representação de uma ordem transcendente plena, portanto, capaz de mensurar o valor substantivo de algo, evidenciando-o objetivo em si mesmo. Nesta ausência, tão somente resta cobrar atenção e respeito às justificativas vocalizadas por parte dos que pressionam a favor do relevo das suas existências, em especial da cumplicidade estabelecida com as respectivas aparências que as fazem tão visíveis quanto palpáveis.

Nas conversações das quais participamos na Cidade do Samba, em distintos momentos, a autoidentificação como “artista” servia para se separar dos “artesãos” ou dos “sambistas”. Igualmente, o emprego da identificação permitia denunciar os arbítrios dos “poderosos” que, por meio da “grana” (dinheiro) e do emprego da “força bruta” imporiam temas aos enredos a serem desenvolvidos nos desfiles, mas também ritmos e procedimentos desumanos de trabalho, além de critérios de gostos entendidos como “estranhos”, mesmo ofensivos aos parâmetros gnosiológicos e da moralidade do artista. As reclamações se estendiam ao sentimento de insegurança própria à objetividade das relações precárias de trabalho, sem base num contrato jurídico que formalizasse as obrigações referentes à remuneração e à salubridade do ambiente. Viam-se eles(as) – os(as) artistas – à mercê de mandonismos e sujeitos aos humores de líderes incautos com seus séquitos insensíveis, quando não ignorantes, às particularidades dos fazeres reunidos na arte do carnaval.

As conversações, em cada uma das noites na Cidade do Samba, testemunhavam como as retomadas da utopia da vida plena e bela cumpria a função simbólico-comunicativa de ajustar atos em favor de uma tomada de posição entre aqueles(as) que, no limite, acusam o seu compromisso com materializações, ainda que efêmera, da forma de encantamento. Vocalizado ali, naquela polifonia de posicionamentos, um código comportamental definia um *ethos* artístico, das vidas que prosseguem, realizando-se sob o signo do encanto. Este, a um só tempo, deixa por marca certa perenização identitária como personalidade e, no reverso da medalha, requisito à participação naquela comunidade de sentido. Na mesma medida, contribui para efetivar estratificações numa hierarquia interna, com isso incisiva quando se trata de delimitar o valor de competências e subsidiar exclusões.

Não seria exagero dizer estarem àquelas noites, nas rodas de conversa, sombreadas por alguns nomes próprios autorais artísticos, uns vivos outros já

mortos. Ainda que outros tenham sido citados, contudo, Joãozinho Trinta, Rosa Magalhães, Renato Lage, Paulo Barros, Fernando Pamplona, Fernando Pinto, Arlindo Rodrigues, Maria Augusta Rodrigues, Max Lopes, Viriato Ferreira e Lícia Lacerda, em graus variados entre si, sempre apareciam em algumas das falas. As citações, em sua maioria, tinham por meta ilustrar argúcia de cada um, no instante de resolver um problema posto na feitura de um “trabalho” (execução de um projeto de desfile). Entretanto, o emprego dos nomes não respondia a um raciocínio cumulativo, linear; ao contrário, a tendência era confrontar soluções distintas adotadas por um(a) carnavalesco(a) em relação a problemas afins. Deste modo, o João era mais “intuitivo”. Já a Rosa é “mais rigorosa” no que toca à concepção dos projetos. Embora “anárquico”, o Fernando (Pinto) era muito disciplinado no cotidiano do barracão. A “gente sempre sabia diferenciar o traço mais barroco do Arlindo, da mão mais geométrica do Fernando (Pamplona)”. “Sem dúvida, ninguém sabe trabalhar cores melhor que o Max”. “O uso de luz nas alegorias pelo Renato mudou a forma dos carros”. “O Viriato mudou a concepção do figurino”. “A Maria Augusta, como ninguém, consegue tirar partido da relação entre cotidiano e transcendência”. A “Lícia brincava com as formas”. A alta frequência de certas referências contracenava com o elenco estreito desses mesmos nomes, evidenciando o quanto difícil é passar no funil conduzindo à posição de reputada de carnavalesco(a). A reiteração dos poucos nomes, antes apresentados, nas rodas de conversa na Cidade do Samba – e em outras oportunidades de interlocução ou nas mídias e nas mais variadas intervenções discursivas –, permite sugerir: a frequência com a qual cada um desses nomes era mencionado ressaltava a centralidade que ocupam no imaginário carnavalesco das escolas de samba quanto à fixação da figura do carnavalesco como autor artístico. Por isso, os chamamos de **arcãos paradigmáticos**. Arcãos, porque são evocados na condição de matrizes pessoais e histórico-coletiva que, ao estarem relacionadas, constituem o fundo hermenêutico dos sentidos e valores que delimitam a arte do carnaval; individualmente, eles (os nomes) são paradigmáticos em razão de representarem um modelo, um padrão com o qual prossegue a forma estética carnavalesca do gênero cultural Desfile de Carnaval, mas devido à particularização que essa individualidade impõe à concretização dessa forma. Nota-se, então, ser a forma a encenação deambulante de um tema enredo, entrosando para isso as dimensões plástico-visual, coreográfica e ritmo-musical. Em última instância, a celebridade gozada por cada um desses arcãos paradigmáticos advém dos respectivos tipos problematizações da forma e, na contrapartida, a solução adotada. Sobretudo, pelo chamamento, notava-se o quanto ambas se enraizaram e se tornaram perenes na modulação e continuidade da forma do gênero cultural Desfile de Carnaval.

Porém, igualmente, o cotejo dessa identificação artística surgia quando a autonarração descortinava as fragilidades institucionais cujos efeitos deixavam em

xeque a legitimidade do ser e do existir da arte e dos artistas do carnaval. Afinal, os elementos de não-seriedade (irreverência, densidade lúdica, mesma a excessiva proximidade com os planos marginais e escusos – o mecenato do jogo do bicho e do comando exercido por milícias) colocariam aquele espaço de possíveis artísticos sob suspeita de heteronomia. Pesava mesmo, em última instância, a antecedência da encomenda sobre a criação. De um lado, seriam continuamente cobrados por realizar objetos que deveriam atender às expectativas da plateia (ao vivo e mediante à transmissão de televisual e nas redes sociais da internet), sem comprometer os critérios de julgamento internos ao concurso carnavalesco do qual participam as escolas de samba. De outro, os oficiais e ofícios estão coordenados pelo calendário de realização de um evento-espetáculo tendo por natureza desfazer-se com o encerramento do ciclo festivo carnavalesco (CAVALCANTI, 2006). Logo, os produtos artísticos que dele constam estão, de antemão, submetidos à lei de ferro do efêmero.

Fazia-se notório, portanto, o quanto o lamento diante dessa efemeridade tinha por transfundo a imagem ontológica e moral da plenitude e transcendência das coisas artísticas frente aos interesses imediatistas, mas também reivindicava afiliação ao regime de autoria fundado sobre o princípio da autoria individualizada, que contracenava com o predomínio antropológico da figura exemplar do gênio criador. Realçavam-se as contradições do privilégio concedido a esse regime de autoria individualizada, pois este vigia em meio ao modo de produção coletivo, estando o último marcado pela ampliação das cadeias em que se posicionam as diferentes atividades na produção de um desfile de escola de samba. Cadeias estas inclusas na complexa divisão técnica do trabalho em que se distribuem as funções na cultura popular urbana carioca (FARIAS, 2017a; 2017b). Ficou-nos a suspeita de que as disputas e lutas pela afirmação e reconhecimento da individualidade das distintas personalidades artísticas, que estão à contrapartida de fóruns de visibilização e avaliação de reputações profissionais, à maneira das rodas de conversa que participamos, concretizam a amplidão espacial dessa trama de interdependências sociofuncionais. E nestas, a utópico-normativa **Cidade de Zaratustra** se funde à Cidade do Samba, aquele espaço de possíveis em que as pressões externas repercutem, mas traduzidas pelas crenças e os sentidos de jogar imanentes ao desenrolar das atividades interligadas que são processualizadas no cotidiano daquele local, em que se aninha a arte do carnaval.

**LIVES UNDER THE SIGN OF CHARM: ETHOS AESTHETIC IN
THE ARTISTIC CRAFTS OF THE ART OF CARIOCA CARNIVAL**

ABSTRACT: *In this article it is important to analyze: throughout the discussion about the sociology of glory and recognition, it is possible to establish correlations between the aesthetics based on the impact of appearances on large crowds and a possible ethos crossing scales and circuits of different activities, but whose identity is strongly defined by the tonic put in the charm of the recursive conduction to the guiding senses of the entanglements of the acts?*

KEYWORDS: *Reputation. Art of Carnival. Ethos Artistic. Artistic Crafts. Aesthetic Culture.*

**VIDAS BAJO EL SIGNO DEL ENCANTO: ETHOS ESTÉTICO EN
LOS OFICIOS ARTÍSTICOS DEL ARTE DEL CARNAVAL CARIOCA**

RESUMEN: *En este artículo importa discutir: en el curso de la discusión de la sociología de la gloria y del reconocimiento, es posible establecer las correlaciones entre una estética basada en el impacto de las apariencias en grandes multitudes y un posible ethos atravesando escalas y circuitos de diferentes actividades, pero cuya identidad está fuertemente definida por la tónica puesta en el encanto en la conducción recursiva a sentidos orientadores de los enmarañados de los actos?*

PALABRAS CLAVE: *Reputación. Arte del Carnaval. Ethos Artísticos. Oficios artísticos. Cultura Estética.*

REFERÊNCIAS

BARRENECHEA, Miguel Angel de. **Nietzsche e a Liberdade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

BELTING, Hans. **O Fim da História da Arte**. São Paulo: Cosac Nayfy, 2006.

BOLTANSKI, Luc e THÉVENO, Laurent. **De la Justification. Les Économies de la Grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **A Distinção**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **Meditações Pascalianas**. São Paulo: Bertrand, 2001.

_____. **As Regras da Arte**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1992.

CAVALCANTI, Maria L. V.C. **Carnaval Carioca: dos bastidores ao desfile**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

COPLESTON, Frederick. **Nietzsche, Filósofo da Cultura**. Porto: Tavares Martins, 1979.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

_____. **Itinerários Transculturales**. Barcelona: Gedisa, 1999.

FARIAS, Edson. “Cidade Maravilhosa”, “Rio Babilônia” e “Rio 40 Graus”: três signos na economia simbólica da paisagem carioca. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 48, no 1, p.155-207, 2017a.

_____. Diversidade cultural e entretenimento nas ambiências midiáticas do espetáculo. **Revista Política e Sociedade**, v. 16, n. 34, 2017b.

_____. Personalidade artística nos negócios mundanos: a celebração do ‘gosto do povo’ em Joãozinho Trinta. **Sociedade e Estado**, 27(3), p.594-625, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, Laurici Vagner. **Tempo e Música em Assim falava Zaratustra: o eterno retorno como experiência musical**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **El Discurso Filosófico de la Modernidad**. Madrid: Taurus, 1993.

HEINICH, Nathalie. **La Gloire de Van Gogh: essai d’Antropologie de l’Admiration**. Paris: Minuit, 1991.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultura, 1976 (*Os Pensadores*).

MECA, Diogo Sanches. **En Torno al Super-hombre – Nietzsche y la Crisis de la Modernidad**. Barcelona: Editorial Antrophos, 1989.

MACEDO, Iracema. **Arte e Filosofia no “Zaratustra” de Nietzsche**. Artepensamento. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NUNES, Benedito. A visão romântica. In: GUINSBURG, Jacó (org.). **Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, p. 51-74, 1978.

RIBEIRO, A. P. A.G., FARIAS, E., PORFÍRIO, A. “Você! Viu um carro alegórico, aí? Em busca das mediações socioculturais de um artefato artístico. **Arquivos do CMD**, v. 5 n. 2, 2017.

SANTOS, Nilton S. **“Carnaval é Isso Aí. A Gente Faz para Ser Destruido!”**: carnavalesco, individualidade e mediação cultural. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SALAQUARDA, Jörg. A concepção básica de Zaratustra. **Cadernos Nietzsche**, 2, São Paulo. Departamento de filosofia USP, p.17-39, 1997.

SEARLE, John Rogers. **Speech Acts: An essay in the philosophy of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

TODOROV, Tzvetan. **A Beleza Salvará o Mundo**. Wilde, Rilke e Tsvetana: os aventureiros do absoluto. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

WEBER, Max. **Sociologia das Religiões**. Lisboa: Relógio D’Água, 2006.

_____. **Economia e Sociedade**. Brasília (DF): UnB, 1992, 2 vols.

Recebido em 13/03/2019.

Aprovado em 15/04/2019.

Artigos

POLÍTICAS CULTURAIS E HIERARQUIAS SIMBÓLICAS NO CAMPO DO TEATRO PAULISTANO: AS LUTAS PELA LEI DE FOMENTO

*Simone do Prado ROMEO**

RESUMO: Este artigo debate a trajetória do movimento *Arte contra a Barbárie*, desde sua gênese até sua conquista mais notória: a Lei de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo, que constitui uma inovação no panorama das políticas públicas no contexto brasileiro. Ao iluminar esse percurso, buscamos evidenciar as estratégias de legitimação cultural de que o movimento lançou mão, bem como os condicionantes que concorreram para tornar possível tal conquista.

PALAVAS-CHAVE: Teatro. Políticas culturais. Hierarquias simbólicas. Legitimidade cultural.

Para os amantes das artes da cena, o panorama teatral recente da cidade de São Paulo tem sido motivo de atenção. Seja por conta da proliferação significativa de coletivos teatrais que despontaram na cena local providos de disposição política, vontade crítica e invenção artística; seja, ainda, pelo fato inédito de tais coletivos terem logrado impor as categorias de percepção e apreciação teatrais legítimas através de uma lei de fomento público, em vigor na capital paulista desde 2002. Trata-se da conhecida Lei de Fomento ao Teatro para a cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2002) que instituiu o principal programa público de apoio ao teatro de que se tem notícia no Brasil, tornando-se marco para as políticas públicas de cultura e modelo de política cultural mais independente das injunções de mercado¹. Atento

* USP – Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas. Departamento de Artes Cênicas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-020 - simoneromeo@usp.br. <https://orcid.org/0000-0003-4535-5860>.

¹ Daqui por diante, iremos nos referir a ela apenas por Lei de Fomento, maneira como é comumente conhecida.

a esse cenário, o presente artigo propõe uma análise do *Arte contra a Barbárie*, movimento político-cultural que deu origem à referida Lei, iluminando sua trajetória entre os anos de 1998 a 2002, interrogando sobre as espécies de capital e as condições extra artísticas que tornaram possíveis essa conquista singular no contexto das políticas culturais brasileiras. Dito de outra forma, o interesse em abordar a trajetória do referido movimento está em compreender a maneira pela qual uma fração do campo teatral paulistano – dominada do ponto de vista econômico – se lançou ao desafio de legitimar simbolicamente o teatro que produz, a ponto de ele ser reconhecido pela municipalidade como digno de receber financiamento público direto, na contramão das políticas culturais em voga orientadas, estas, pelo patrocínio empresarial por via dos incentivos fiscais.

Admitindo a dupla natureza dos bens simbólicos, partimos da oposição entre um **teatro comercial** e um **teatro de pesquisa** (BOURDIEU, 2014) para compreender as lutas que culminaram com a elaboração e posterior aprovação da Lei de Fomento. De acordo com as proposições de Pierre Bourdieu, a revolução simbólica na qual os artistas modernos afirmaram o princípio da autonomia da arte fundou nesse campo de produção, a lógica de uma economia antieconômica na qual a invenção de uma estética pura instituiu nesse universo uma estrutura dualista, que corresponde a dois modos de produção e circulação obedecendo a lógicas distintas. (BOURDIEU, 1996). Num dos polos temos uma produção heterônoma que, fazendo da criação artística uma produção como outra qualquer, orienta-se pela busca do lucro e do sucesso econômico, direcionando a produção de bens simbólicos para a satisfazer a uma demanda preexistente e que, fundada num ciclo curto de produção, dá forma à uma arte comercial (BOURDIEU, 2014). No polo oposto encontra-se uma produção que, não reconhecendo outra demanda senão a que a própria arte é capaz de produzir, funda-se sobre o princípio da autonomia estética e, conseqüentemente, da aceitação do risco inerente à produção artística, que é estranha à lógica ordinária da economia ordinária e que repousa, portanto, na denegação do lucro econômico. Instaura-se, assim, uma realidade na qual “o artista só pode triunfar no terreno simbólico perdendo no terreno econômico (pelo menos a curto prazo) e inversamente (pelo menos a longo prazo)” (BOURDIEU, 1996, p.105). Tal oposição figura como um princípio gerador da maior parte dos julgamentos sobre o que é arte e o que não é, dando ensejo às lutas entre a ortodoxia e a heresia, que refletem conflitos estéticos sobre a visão de mundo legítima, sobre aquilo que merece ser representado e a maneira correta de fazer a representação. Se é assim, podemos observar que as lutas que culminaram com a Lei de Fomento, bem como os procedimentos de trabalho e os critérios de julgamento que ela fixa, produziram uma série de rupturas com relação à ortodoxia teatral.

Conforme constatamos em estudo precedente (ROMEO, 2016), as lutas que culminaram com a elaboração e posterior aprovação da Lei de Fomento impactaram

todo o campo de produção, gerando deslocamentos com relação aos parâmetros vigentes no que tange ao teatro digno de ser admirado e financiado com verbas estatais. O exame desse movimento recente do teatro paulistano e das transgressões simbólicas que ele foi capaz de produzir demonstrou também a ordem de questionamentos a partir da qual ele se constituiu, os termos em torno dos quais sua pauta foi se estruturando e suas estratégias de legitimação cultural, evidenciando, assim, as percepções artísticas em disputa.

A verificação do processo de formulação e posterior aprovação dessa política cultural foi construída com base em diversas fontes documentais e empíricas, tais como materiais de arquivo²; documentos públicos, como textos-manifestos, a própria Lei de Fomento e entrevistas semi-diretivas com artistas participantes do movimento, especialmente os diretores teatrais. Procedemos, ainda, ao levantamento e análise dos trabalhos que abordam a Lei de Fomento ou o movimento que lhe deu origem, buscando dialogar com o que foi produzido sobre o tema. Sobre isso, importa destacar que a falta de estudos acadêmicos sobre o assunto ou a tendência corrente em abordar a Lei de Fomento como algo *ex-nihilo* constituíram as motivações primordiais da análise aqui proposta.

Por um novo modo de produção teatral

Contrariando a tese de vazio cultural³ que marcou a crítica teatral brasileira a partir dos anos 1980, a recente virada de século na cidade de São foi marcada pelo surgimento de um número expressivo de coletivos teatrais, conhecidos por **teatro de grupo**, responsáveis por conformar um novo padrão de trabalho artístico chamados de processo colaborativo. Trata-se de um modo de organização do trabalho teatral que, a nosso ver, realiza uma espécie de síntese nova dos avanços cênicos colocados em curso pelas vanguardas dos decênios anteriores. Inspirado nos princípios da criação coletiva, típica dos coletivos de 1970; nos avanços introduzidos pelos grandes encenadores brasileiros de 1980⁴; e, ainda, no conceito de ator-criador, temos um modo de criação que, em linhas gerais, defende a horizontalidade nas relações entre os criadores do espetáculo teatral e traz as marcas da improvisação,

² Acervo do movimento *Arte contra a Barbárie*, em posse do Arquivo Multimeios do Centro Cultural São Paulo (CCSP). À época da consulta, tais materiais não estavam tombados nem catalogados, impedindo a referência precisa. Por isso, utilizaremos o título original e a data contida no próprio documento, quando houver.

³ Que seria resultado tanto da onda de repressão e censura levadas a cabo pela ditadura civil-militar que se instalou no país de 1964-1985, quanto das transformações denunciadas a partir da invasão do mercado por produções estrangeiras, principalmente aquelas ligadas ao *show business* (COSTA, 1996)

⁴ Nos referimos fundamentalmente à tríade de diretores composta por José Celso Martinez Corrêa, Antunes Filho e Gerald Thomas.

da performatividade, da pesquisa, do inacabamento e da intervenção do público no processo criativo (DESGRANGES, 2012). Com efeito, partindo do princípio de que o modo como se organizam as relações de produção impacta no processo criativo e nos próprios resultados da obra, temos então uma produção em diacronia com o **teatro comercial** ganhando corpo na cena local e que se pretende, portanto, mais independente com relação ao mercado de patrocínios culturais. Contudo, considerando que para realizar uma produção artística de qualquer natureza o produtor precisa acessar determinados recursos materiais, esses artistas terão por desafio encontrar formas alternativas de subvenção.

Arte e políticas públicas no Brasil

Se a relação entre Estado e cultura é milenar, é contemporâneo o olhar do Estado sobre a cultura como uma área que deve ser tratada sob a ótica das políticas públicas, com seu caráter normativo e ordenador (CALABRE, 2009). No caso brasileiro, perpassando a história das políticas culturais, temos uma trajetória que, além de seu caráter tardio, é marcada pelo autoritarismo, descontinuidade e fragilidade institucional (RUBIM; BAYARDO, 2008, p.32).

Caráter tardio porque, de acordo com a historiografia sobre o tema, é somente partir da Era Vargas (1930-1945) que se pode falar em política cultural no Brasil. Período no qual se observa a primeira construção institucional da área através do esforço daquele estadista em constituir e definir o domínio da cultura como negócio oficial, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligenza* e a intervenção de todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico, conforme demonstrou Sergio Miceli (1979) em seu estudo pioneiro. Com intervalo de algumas décadas, marcadas, estas, por uma fraca presença do Estado e pelo protagonismo da fração mais moderna da burguesia industrial na promoção de cultura (ARRUDA, 2015), o segundo momento de construção institucional da área cultural ocorreu somente durante a ditadura militar (1964-1985), sobretudo nos anos 1970, momento de reorganização e ampliação do quadro até então existente, com vistas a criar uma política nacional de cultura. Decorre daí uma característica aparentemente paradoxal na história de nossas políticas culturais, já que os dois momentos fundamentais de sua institucionalização aconteceram em regimes autoritários nos quais, não obstante as diversas formas de cerceamento e dirigismo, o Estado foi considerado o grande patrocinador das artes. O que, no caso do teatro, se deu fundamentalmente por via do Serviço Nacional de Teatro (SNT), criado por Vargas e posteriormente reformulado pelos militares. Saíram do SNT os principais editais para produção e circulação de peças ou de prêmios para o teatro nacional.

Contudo, o protagonismo estatal no financiamento às artes iria se alterar drasticamente a partir do governo de transição democrática de José Sarney (1985-1990). Se, por um lado, tivemos nesse período a criação do Ministério da Cultura (MinC) e de dois artigos na Constituição Federal de 1988 dedicados à área⁵, na prática tal construção se mostrou bastante frágil. Do ponto de vista do MinC, ele foi marcado por grande instabilidade nesses anos, conforme atesta a troca constante dos responsáveis pela pasta⁶, resultando em descontinuidade de projetos e pesquisas no setor (CALABRE, 2009). Por outro lado, não obstante os avanços contidos naqueles artigos, responsabilizando o Estado com relação à cultura, data do mesmo período a primeira iniciativa com vistas a estimular a intervenção corporativa na área cultural, em detrimento do protagonismo do Estado sobre as questões culturais. Nos referimos à criação da LEI Nº 7.505/86, conhecida como Lei Sarney (BRASIL, 1986), a partir da qual as empresas podiam financiar produções artísticas e aportar recursos usando a renúncia fiscal do imposto sobre a renda. Corroborando a fragilidade e a instabilidade do setor, no governo seguinte (Collor, 1990-1992) o MinC foi extinto e, com ele, a Lei Sarney, sob o argumento de diminuição do gasto público. Mas, condizente com o ideário que defende as políticas de austeridade, no ano seguinte foi promulgada a LEI Nº 8.313, conhecida por Lei Rouanet (BRASIL, 1991), que surge como uma espécie de aprimoramento daquela e que iria se transformar em modelo para as políticas culturais no país.

Diante de tal quadro, passou a ser debatido senão a institucionalização, mas o desmonte na área cultural, que iria se aprofundar ainda mais sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1994-2002), período no qual a Lei Rouanet se converteu em carro-chefe das políticas culturais no país. À época o ministro da cultura, Francisco Weffort (2010, p.3), defendia abertamente que: “O melhor para a política cultural é tentar aprimorar a renúncia fiscal e os fundos”. Tal situação promoveu uma série de iniciativas privadas na área da cultura, ao mesmo tempo que retirou o Estado do cenário decisório e da condução do processo (CERQUEIRA, 2018).

De maneira simplificada, as leis de incentivo fiscal consistem no mecanismo através do qual o Estado concede isenção ao pagamento de impostos às empresas patrocinadoras de produções artísticas. A contradição fundamental engendrada por esse mecanismo é que, a despeito de se tratar de dinheiro público – que de outro jeito seria pago na forma de impostos – a decisão sobre o que merece ser financiado fica a critério das empresas, que julgam os projetos artísticos de acordo com seus

⁵ Trata-se dos Art. 215 e 216. O primeiro abre a Seção II “Da cultura”, onde lê-se que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais (...)” enquanto que o segundo é quase que exclusivamente dedicado à preservação do patrimônio, material e imaterial.

⁶ Apenas durante o governo Sarney; foram cinco os ministros que alternaram no comando da pasta, quais sejam: José Aparecido de Oliveira, Aluísio Pimenta, Celso Furtado Hugo Napoleão do Rego Neto e, novamente, José Aparecido de Oliveira.

interesses corporativos. Sob essa lógica, a arte contemporânea funcionaria como moeda de valor simbólico e material para as corporações. Adentramos, assim, na era do *marketing* cultural, no qual os grandes bancos e as empresas transnacionais expandem seus negócios para o campo das artes e da cultura como forma de distinção social, da qual depende sua condição dominante e suas aspirações de classe (WOO, 2006).

Entretanto, a contestação desse mecanismo tem sido grande, principalmente por parte das frações da produção cultural que possuem maior dificuldade em estabelecer alianças com a lógica mercantil, sendo que o centro da crítica a esse tipo de política consiste na denúncia de que elas configuram uma forma de subordinação do campo cultural ao campo econômico. Seguindo essa argumentação, as leis de incentivo fiscal terminariam por criar uma nova forma de censura, a censura de mercado.

O teatro contra o mercado

Com a ampliação da política de incentivos fiscais e a conseqüente redução dos editais públicos de financiamento direto às artes, os setores ligados ao **teatro de grupo** se encontrariam em situação de penúria material já que, segundo as denúncias, a produção que se pretende crítica não interessaria aos setores de *marketing* das grandes empresas sendo, portanto, preterido por esse tipo de financiamento. Ao mesmo tempo, se em algum momento a sustentação financeira com base no consumidor final pôde garantir alguma autonomia à produção, desvinculando o artista de um patrocinador, contemporaneamente a situação é outra, pois:

Segundo as evidências disponíveis, o público para tais atividades encontra-se em declínio [...]. Tal tendência reforça-se mais dada a obsolescência dos espetáculos teatrais e cinematográficos. Diante dessa situação, os grupos de interesse atuantes em cada uma dessas atividades passam cada vez mais a requerer auxílio do Estado, de maneira a compensar os prejuízos que a carência de público e a conseqüente perda de sustentação no mercado provocam (MICELI, 1984, p.102-103).

Às voltas com tal impasse têm origem as primeiras reuniões do que viria a ser o movimento *Arte contra a Barbárie*. O ano era 1998 quando alguns diretores teatrais e demais artistas se reuniram para conversar sobre as eleições presidenciais que se aproximavam, a convite de um produtor do Rio de Janeiro⁷. Entre os quais estavam integrantes de seis coletivos identificados ao **teatro de grupo** da cidade de São Paulo: o *TUOV* (Teatro Popular União e Olho Vivo), os grupos *Tapa*,

⁷ As informações contidas neste parágrafo foram extraídas dos materiais do acervo *Arte contra a Barbárie*, do Arquivo Multimeios.

Parlapatões, Patifes & Paspalhões e *Folias d'Arte* e as *Companhias do Latão* e *Pia Fraus*, todos formados ao longo dos anos 1980-90, à exceção do veterano *TUOV*, de 1966. Além destes, soma-se a presença de artistas e intelectuais sem o mesmo vínculo, mas de longa e reconhecida trajetória no campo das artes cênicas: Aimar Labaki, Fernando Peixoto, Gianni Ratto e Umberto Magnani. A proposta, naquela ocasião, era construir uma pauta de reivindicações comuns destinadas aos candidatos à presidência da República. Conta-se que o encontro foi infrutífero mas que, por outro lado, teria despertado os produtores paulistas para a necessidade da construção de uma pauta própria. A partir dessa provocação inicial, aquele pequeno grupo continuou se reunindo, semanalmente, com o objetivo inicial de

[...] discutir profundamente nossos problemas e acabamos nos deparando com algumas questões básicas: (1) a dimensão ética do ofício teatral perdida num contexto de mercantilização de todas as relações sociais; (2) a crise de identidade da produção cultural, toda ela confundida com a chamada 'indústria cultural'. Chegamos à conclusão que era preciso criar um fórum que discutisse profunda e permanentemente política cultural, a partir da discussão de nossa própria realidade e identidade. (ARTE CONTRA A ARBÁRIE, 2001, n.p.).

Com base nessa autodeclaração já é possível identificar, ao menos parcialmente, as disposições incorporadas do grupo, sendo notável o uso do vocabulário crítico comum ao meio acadêmico, como nas denúncias de “mercantilização de todas as relações sociais” ou nas críticas à “indústria cultural”, termos que irão pautar o horizonte das lutas propostas pelo *Arte contra a Barbárie*, conforme veremos. Antes de haver consensos mais específicos, a insatisfação em relação às políticas culturais em vigor e, por sua vez, a dificuldade de manutenção material dessa fração da produção estariam na gênese do agrupamento.

Ainda que, segundo relatos, aquela reunião tenha sido infrutífera, os artistas paulistas continuaram se reunindo semanalmente, reconhecendo afinidades e definindo posições que, a princípio, giravam em torno de críticas à indústria cultural, ao mercado e ao Estado, ou à sua ausência como patrocinador de arte. Para Marco Antonio Rodrigues, que era o diretor artístico do grupo *Folias d'Arte*, trata-se de um movimento “nascido da constatação que as políticas de cultura no Brasil, que sempre tiveram um caráter elitista, se agudizaram na atuação dos governos contemporâneos [e] A cena investigativa, crítica, que é o que distingue a arte do comércio puro e simples, vai sendo sufocada”.(LABAKI, 2000, p.4).

Reivindicando para si o estatuto de artista genuíno em oposição à arte do comércio podemos verificar que, para além de um partido teórico-metodológico do pesquisador, as representações que os próprios agentes constroem de si e do seu trabalho são pautadas pela oposição estruturante entre uma arte pura e uma arte comercial.

A partir desse consenso mínimo, o grupo continuou se reunindo e depois de seis meses de reuniões privadas, se lançou ao desafio de ir a público através de um manifesto, publicado em 7 de maio de 1999 sob o ambíguo nome de *Arte contra a Barbárie*. Tal ocasião é tomada enquanto a origem oficial do movimento, já que publiciza pela primeira vez tanto a existência quanto as posições do grupo. Sob o título *Artistas promovem debate sobre arte e política*, o jornal *O Estado de São Paulo* dedicou uma matéria em seu caderno de cultura para divulgar o documento. Assinada por Ana Weiss (1999, p.51), ela apresenta o manifesto com a constatação melancólica de que “no Brasil não é possível viver de arte [e que o manifesto representa a] indignação proposta por grupos teatrais e artistas, que levam agora à discussão pública sua avaliação sobre a atual situação da cultura brasileira [e que] o Manifesto é ponto de partida para reformas”.

O documento produzido pelo grupo afirma ser “(...) inaceitável a mercantilização imposta à cultura no país” (ARTE CONTRA A BARBÁRIE, 2001, n.p.). De acordo com, Luiz Carlos Moreira, diretor do *Engenho Teatral*:

O Arte contra a Barbárie, quando surge [...] se caracteriza pelo interesse em algumas questões, a primeira delas é a negação do mercado. [...]. A mercantilização da cultura é a premissa básica que vai fundamentar o movimento no sentido da rejeição dessa mercantilização. Quando o Arte aponta para a questão da Barbárie, no fundo está dizendo que o mercado é a barbárie (COSTA; CARVALHO, 2008, p.64).

Para se contrapor ao mercado, tais artistas buscam problematizar o papel do Estado com relação à cultura, que é afirmada enquanto um elemento “[...] tão fundamental quanto a saúde, o transporte, a educação. É, portanto, prioridade do Estado” (ARTE CONTRA A BARBÁRIE, *apud* WEISS, 1999, p.51). Inserindo a cultura no rol dos direitos sociais e reivindicando o protagonismo estatal no financiamento às artes, o grupo procurou se opor às chamadas políticas neoliberais, que estavam então no centro da crítica social à esquerda. No bojo dessa discussão ganha força o combate aos chamados eventos mercantis, categoria que ganhará centralidade nos discursos e proposições do movimento. Aspecto que adquire pleno sentido quando miramos o horizonte histórico e político que então se vivia. Enquanto que na esfera federal Francisco Weffort (BRASIL, 1995) afirmava que a “cultura é um bom negócio”⁸ e promovia uma **política de eventos**⁹, localmente, sob a criticada administração municipal encabeçada por Celso Pitta (1997-2001), era

⁸ Referência à cartilha do mesmo nome, divulgada pelo ex-ministro. Nela, fazia-se um convite para a iniciativa privada investir em cultura via leis de incentivo, explicando abertamente sobre os ganhos de *marketing* decorrentes de tal prática, através da visibilidade de mídia etc. (BRASIL, 1995).

⁹ Caracterizada pela ação fragmentária e pela descontinuidade. Para alguns, ela seria o exato oposto da política cultural, justamente por não ter consequências duráveis.

frequente que em debates, palestras e reportagens o titular da Secretaria de Cultura, Rodolfo Konder, procurasse provar o desempenho de sua gestão utilizando-se de uma estatística mensal de eventos realizados sem revelar, entretanto, como tais números eram recolhidos e o que de fato significavam (DURAND, 2001).

Indo de encontro a tal modelo de gestão e de política cultural, emerge o combate aos eventos mercantis e, em contrapartida, a defesa de uma produção continuada. Detratando a prática artística orientada pela produção ocasional, o *Arte contra a Barbárie* (2008a, n.p.) distingue aquela onde há o “privilégio do processo sobre o produto”, expressão recorrente em seus discursos e que irá se impor como critério de legitimidade para julgar o teatro detentor de valor simbólico. Na avaliação de Sergio de Carvalho (2003), docente, pesquisador e diretor da *Companhia do Latão*, isso significou um deslocamento no qual o conceito de trabalho teatral tornou-se mais importante do que a obra de arte. Importante destacar que o manifesto não apresenta um combate direto às leis de incentivo, adotando o tom da crítica mais implícita ao afirmar, por exemplo, que “é imprescindível uma política estável para a arte teatral [e que ela] implica em mecanismos estáveis e permanentes de fomento à pesquisa e à experimentação teatral” (ARTE CONTRA A BARBÁRIE *apud* WEISS, 1999, p.51). Com efeito, o exame dos materiais documentais indicam que não havia consenso no movimento sobre as leis de incentivo, ou que o único consenso era sobre o seu caráter injusto, dado os critérios privados com que os recursos públicos eram empregados. No mais, o *Arte contra a Barbárie* congregava desde aqueles que defendiam reformas na lei Rouanet, até o extremo oposto, representado pelos que acreditavam que o melhor seria a extinção completa do mecanismo.

Três dias após sua publicação, o documento foi apresentado ao público no Teatro da Aliança Francesa que, na ocasião, sediava o *Grupo Tapa*. Conta-se que sua repercussão foi muito maior que a esperada em meio à categoria, atraindo centenas de pessoas e sendo responsável por ampliar o contingente de interessados em participar daquelas reuniões semanais (COSTA; CARVALHO, 2008). Sobre isso, para além da disposição encontrada junto à categoria, não se pode deixar de notar que tanto o manifesto quanto o convite ao debate foram divulgados por um dos principais cadernos de cultura da cidade, para o qual ao menos dois dos agentes em questão já haviam colaborado como críticos teatrais – fato que, provavelmente, viabilizou a publicação.

Com intervalo de seis meses, o movimento lançou um segundo manifesto, que surgiu como uma espécie de balanço do primeiro, mas produzido agora por um quadro ampliado de participantes, dentre os quais estão os antigos *Teatro Oficina* e o *Engenho Teatral* e as jovens *Companhia do Feijão* e *Companhia São Jorge de Variedades*, para citar tão somente os que nos parecem mais representativos, seja pelos documentos apontarem uma participação mais durável, seja porque incidiram de maneira mais expressiva em seu desenvolvimento. Tais grupos compuseram a

“segunda denteição” do *Arte contra a Barbárie* – como eram referidos pela categoria nativa –, atraída para o movimento não só através da identificação com as ideias contidas no primeiro manifesto mas, sobretudo, em decorrência dos debates e palestras promovidos a partir daquela publicação e que, no mais das vezes, contavam com a presença de intelectuais muito prestigiados como o geógrafo Milton Santos e o filósofo Paulo Arantes. Segundo Eduardo Tolentino de Araújo, diretor do *Grupo Tapa*, a partir da publicação do primeiro manifesto os grupos

[...] foram procurando o pessoal da USP (Universidade de São Paulo), da imprensa, e a coisa foi crescendo... nas reuniões começamos a ver os segmentos com os quais discutiríamos: imprensa, jornalistas [sendo que] algumas pessoas do meio acadêmico e intelectual já eram ligadas a alguns dos projetos ou grupos (ARAÚJO, 2016).

As palavras de Tolentino, somadas ao acesso facilitado a determinados espaços e publicações, dão a ver o grau de proximidade que tais agentes nutriam em relação à intelectualidade e demais instâncias de legitimação cultural revelando, por sua vez, senão a posse de capital econômico, a de capital social e cultural. Dispondo desses trunfos, a estrutura de organização do movimento foi definida desde então a partir de dois eixos: reuniões públicas semanais com a presença de convidados oriundos do meio cultural e/ou acadêmico para discutir temas estratégicos; e reuniões internas para encaminhar o que fosse discutido ali. Através do exame de materiais de arquivo verificamos que não se discutiam princípios estéticos ou artísticos, *stricto sensu*. Mas, o que permitia estabelecer alianças entre os grupos era o combate a um inimigo comum: o mercado, representado pelo **teatro comercial** e pelos **eventos mercantis**. Sendo assim, foi de maneira contrastiva, através dessas recusas e da consequente identificação construída a partir da adoção de um procedimento de trabalho, o processo colaborativo, que o movimento adquiriu sua identidade propriamente artística.

Nesse sentido, o segundo manifesto reafirma o compromisso com uma política pública onde a “ação eventual seja substituída pela ação sistemática e contínua que possibilita a qualidade e a excelência” (ARTE CONTRA A BARBÁRIE, 2008a, n.p.) definindo, nesses termos, a maneira correta de fazer a representação. A partir dessa segunda publicação, seguida de uma nova série de debates e palestras com intelectuais renomados, o movimento tornou-se amplamente conhecido como *Arte contra a Barbárie*. Procedendo a um balanço de sua atuação até aquele momento, viu-se que “amplos setores, das mais variadas linguagens artísticas de diferentes estados da União se organizaram e se manifestaram. Encontros, debates e seminários foram organizados espontaneamente mostrando a urgência e importância da questão cultural” (ARTE CONTRA A BARBÁRIE, s/d.-a, n.p.), dando a ver

a repercussão que o movimento conquistou no interior dos campos da produção cultural. Efetivamente, a partir do *Arte contra a Barbárie* tiveram origem o Fórum de Cinema, tentativa de organizar esse setor da produção, e, mais tarde, a criação e aprovação da Lei de Fomento à Dança (SÃO PAULO, 2005) em tudo similar à de teatro.

Em seguida, como resultado do acúmulo de um ano de discussões sistemáticas, foi publicado um terceiro manifesto *Arte contra a Barbárie* que reitera as críticas, mas que avança propositivamente ao anunciar:

A criação de Programas Permanentes para as Artes Cênicas no âmbito municipal, estadual e federal, com recursos orçamentários e geridos com critérios públicos e participativos [como também] A criação do Espaço da Cena, encontros públicos quinzenais para o debate permanente de política cultural e dos fundamentos do nosso ofício, o teatro. (ARTE CONTRA A BARBÁRIE, 2008b, n.p.).

Tal momento revela uma inflexão na trajetória do movimento, na qual se desdobram duas estratégias complementares. A primeira consistiu na formulação de uma política cultural, o Programa de Fomento, que a partir de então vai nortear as ações do *Arte contra a Barbárie*. Segundo relatos, o ingresso de Luiz Carlos Moreira ao grupo foi fundamental no sentido de conformar tal estratégia. Moreira¹⁰ foi um dos fundadores da Cooperativa Paulista de Teatro no final da década de 1970 – mesma entidade que representa a maioria absoluta dos grupos da atualidade – e será reconhecido como referência política do movimento e o responsável por *O Arte* começa discutindo essa hegemonia [referindo-se à *arte comercial* e a indústria cultural] e, percebendo que eles [os grupos de teatro] estavam sempre a reboque de programas governamentais mais ou menos simpáticos à questão cultural. Daí que surge a ideia de trabalhar sobre o poder legislativo. encabeçar a proposta que, nos seus dizeres, representou “uma resposta que a gente tinha que dar naquele momento, a resposta que a gente escolheu – então, tratava-se de uma escolha política entre várias”. Marco Antonio Rodrigues (2016) entende esse estágio do movimento e a definição dessa estratégia nos seguintes termos: “O *Arte* começa discutindo essa hegemonia [referindo-se à *arte comercial* e a indústria cultural] e, percebendo que eles [os grupos de teatro] estavam sempre a reboque de programas governamentais mais ou menos simpáticos à questão cultural. Daí que surge a ideia de trabalhar sobre o poder legislativo”.

Forma-se, então, um Grupo de Trabalho, referido em documentos como *GT do Fomento*, com o objetivo de elaborar um programa nos termos do manifesto para ser posteriormente submetido ao debate e aprovação nos fóruns do movimento.

¹⁰ Entrevista concedida em 13 de novembro de 2015.

Partindo da premissa de que “É dever do Estado manter determinadas manifestações teatrais” o Programa parte do entendimento de que:

[...] são esses coletivos e seu trabalho contínuo que podem construir e manter um teatro vital para a cidade. Caso contrário, não passaria de um apoio assistencial, parcial, corporativo, a um segmento da produção teatral. Logo, o fomento é um programa que pretende consolidar um teatro fundamental para a cidade, através de recursos permanentes do município, e diz que esse é o papel dos núcleos artísticos com propostas de trabalho continuado [...]. Pode-se dizer que o teatro fundamental para a cidade implica mexer nas relações de trabalho e nas técnicas de criação [e que] trabalho continuado implica [...] objetivos diferentes daqueles que norteiam um profissional dentro da produção da novela, do musical da *Broadway*, da comédia de gabinete, por exemplo. [...] O que se espera é que elas possibilitem e exijam a criação de novas poéticas, mais adequadas a essas formas de trabalho e criação. (ARTE CONTRA A BARBÁRIE. Fomento. Programa Público. Continuidade, s/d-b, n.p.).

Paralelamente à elaboração do Programa de Fomento ao Teatro, o movimento passou a produzir uma nova série de debates e palestras denominados de *Espaço da Cena* que, além de agregar capital simbólico e dar maior visibilidade ao grupo, também o nutria da convicção de que produziam o teatro fundamental para a cidade. Chegamos, assim, à outra face da estratégia. Tendo já avaliado a repercussão atingida através da promoção de debates públicos contando com expoentes renomados da intelectualidade, a criação do *Espaço da Cena* iria configurar-se na principal estratégia de legitimação do *Arte contra a Barbárie*, complementar à elaboração de uma política cultural. Pois trata-se da construção de um espaço público de discussão e, portanto, de divulgação de ideias que, ao detratar o **teatro comercial** e os valores mercantis, qualificaria como legítima a produção dos grupos. Em seguida ao lançamento do terceiro manifesto tiveram início os encontros *Espaço da Cena* que, ainda nos anos 2000, promoveram um debate com as entidades teatrais da cidade¹¹ e outro com os candidatos à prefeitura municipal¹², numa possível tentativa de buscar apoio ao Programa em elaboração. Para o ano seguinte, definiu-se que o tema que iria unir todos os debates seria **Produção teatral – modo de produção**, em conformidade com o ponto nevrálgico da nova legitimidade artística. Dentre os convidados que animaram esse novo ciclo de debates encontramos nomes como

¹¹ No caso a Cooperativa Paulista de Teatro, o SATED (Sindicato dos artistas e técnicos em espetáculos de diversão de São Paulo) e a Apetesp (Associação dos Produtores de Espetáculos teatrais do Estado de São Paulo).

¹² Foram convidados os principais candidatos ao pleito, mas verificou-se apenas presença do então candidato Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e de seu coordenador de campanha, Walter Feldman.

Otília Arantes, Maria Rita Kehl, Iná Camargo Costa – tendo esta se tornado uma espécie de militante do movimento.

Após alguns meses de estudos e de estruturação da proposta, será apresentado o Programa de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo, que tem por objetivo “a criação de projetos de trabalhos continuados de pesquisa e produção teatral, visando o desenvolvimento do teatro e o melhor acesso da população ao mesmo” (SÃO PAULO, 2002. Art.1º), por intermédio de grupos profissionais a serem financiados diretamente por este programa. E, se o Programa não impõe um gênero ou temática para os projetos que desejariam acessar tais recursos (como foi o caso de políticas elaboradas pelo SNT durante a Era Vargas ou a ditadura militar), ele impõe um padrão de trabalho artístico – os coletivos teatrais com trabalho continuado – como único legítimo de receber recursos. Além daquele objetivo, o Programa conformará os demais princípios da nova legitimidade artística, explicitados fundamentalmente no Art. 14, que define os critérios de apreciação a serem adotados pela comissão julgadora, que devem compreender, além daquele objetivo,

II – Planos de ação continuada que não se restringem a um evento ou a uma obra.
[...]

V – A compatibilidade e qualidade na relação entre prazos, recursos e pessoas envolvidas no plano de trabalho.

VI - A contrapartida social ou benefício à população conforme plano de trabalho.

VII – O compromisso de temporadas a preços populares quando o projeto envolver a produção de espetáculo.

VIII – A dificuldade de sustentação econômica do projeto no mercado. (SÃO PAULO 2002, n.p.)

Assim se consubstanciaram as discussões que vinham sendo empreendidas desde 1998 e, depois de aprovado pelo movimento, o Programa foi lançado ao conhecimento público em uma reunião *Espaço da Cena*. Ao mesmo tempo em que divulgava o Programa de Fomento e buscava adesão de outros grupos através de assinaturas, o movimento ampliava seu escopo de atuação e ganhava visibilidade através desse fórum de discussão, atraindo para si a autoridade de célebres expoentes da intelectualidade brasileira que, numa espécie de contágio simbólico (BOURDIEU, 2014), transferiam parte de seu prestígio ao escopo do *Arte contra a Barbárie*, conferindo-lhe legitimidade cultural. O que pode ser verificado através da cobertura dos jornais de grande circulação da cidade¹³ que, desde então, dedicaram ainda mais espaço em suas mídias para noticiar os passos do movimento, divulgando, inclusive, parte de suas atividades públicas.

¹³ Nos referimos aos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*

Dotados de maior reconhecimento público e valor simbólico, em dezembro de 2000 o *Arte contra a Barbárie* organizou um ato público para protocolar o Programa de Fomento na Câmara Municipal de São Paulo. Fato noticiado em matéria veiculada pela Folha de São Paulo, onde lê-se que:

Muitos torceram o nariz para o movimento quando ele surgiu, em maio de 1999 [mas que ele teria] superado divergências estéticas e ideológicas, vinculando-se a outras áreas, além de atrair intelectuais [e que, naquele mesmo dia da publicação] iria protocolar, na Câmara Municipal, o Programa de Fomento ao teatro para a cidade de São Paulo, [explicando que nele] a chave é insistir em projetos de pesquisas dramáticas ou cênicas, não somente em produção final (montagens) como prega as leis de incentivo. (SANTOS, 2000, p.E3).

Perfazendo a trajetória do movimento até aqui temos que a atuação dos grupos em torno ao *Arte contra a Barbárie* foi responsável por aglutinar essa fração do campo que, através dele, logrou atingir certo grau de legitimidade e visibilidade pública, difundindo convicções artísticas, interesses, formas de pensamento, críticas, vontades e, mesmo, um padrão de trabalho legítimo, condensado pelo Programa protocolado como Projeto de Lei na Câmara Municipal de São Paulo.

Mas, a despeito do reconhecimento conquistado no campo cultural, ao eleger a via legislativa como estratégia restava ao movimento de artistas estabelecer alianças com o campo do poder. Olhando para o horizonte político que então se vivia, tal escolha torna-se mais inteligível, já que localmente o clima político era de otimismo, marcado pela possibilidade real de retomada da administração municipal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com pesquisas, a candidata petista Marta Suplicy contava, às vésperas da eleição, com 31% das intenções de voto, à frente por 14 pontos percentuais do 2º colocado, o candidato Paulo Maluf do Partido Progressista Brasileiro (PPB), no 1º turno do pleito (DATAFOLHA, 2000a). Vantagem que aumentava na disputa em 2º turno, onde a petista aparecia com 58% das intenções de voto, 30 pontos percentuais à frente de seu oponente (DATAFOLHA, 2000b). Importante ressaltar que se tratava de um momento no qual o PT angariava grandes expectativas entre os militantes da cultura. Isto porque, na experiência anterior do partido no comando do município, quando elegeu a nordestina Luiza Erundina (1989-1993) em decorrência de lutas sociais e processos de mobilização popular, a então prefeita convidou a filósofa Marilena Chauí para assumir a Secretaria de Cultura, e esta levou a cabo uma gestão pautada pela recusa do modelo liberal instituindo, localmente, o conceito de cidadania cultural (CERQUEIRA, 2018).

Não por acaso, a primeira aliança será estabelecida com o então vereador Vicente Cândido (PT)¹⁴ que acolheu o Programa de Fomento integralmente,

¹⁴ Atualmente deputado federal pelo mesmo partido.

tornando-se uma espécie de procurador parlamentar do *Arte contra a Barbárie* (COSTA; CARVALHO, 2008). Segundo Aimar Labaki¹⁵, tal parceria foi possível, primeiramente, a partir de laços de amizade, já que o Vicente Cândido era amigo pessoal de Marco Antônio Rodrigues. Segundo a narrativa deste último: “O Vicente era amigo da gente há muito tempo [e] quando a comissão do fomento estava estruturando a lei, ele já estava, o Vicente já era um militante da cultura. Então, naturalmente era ele, que sempre foi um cara que apoiou isso”. (RODRIGUES, 2016).

Além de Vicente Cândido, o cenário que se formou contou, ainda, com José Eduardo Cardozo¹⁶ presidindo a Câmara Municipal e com Celso Frateschi¹⁷ no comando da Secretaria Municipal de Cultura da gestão Marta Suplicy que, confirmando os prognósticos, foi a prefeita eleita e empossada em janeiro de 2001. Enquanto acompanhava a tramitação do Projeto de Lei na Câmara Municipal, o *Arte contra a Barbárie* seguia reunido em seus fóruns e organizava uma edição dos debates ocorridos no *Espaço da Cena*, além de planejar seu novo formato para 2002. Projetos que não se concretizaram, provavelmente, por causa das demandas advindas da aprovação do Programa de Fomento que foi convertido, sem nenhuma alteração da redação original, no Projeto de Lei nº 416/00 do vereador Vicente Cândido, aprovado pela Câmara em dezembro de 2001 e promulgado pela prefeita Marta Suplicy 08 de janeiro do ano seguinte coroando, assim, as lutas dos grupos teatrais da cidade por uma políticas públicas de cultura.

Assim foi instituída a primeira lei do país a apoiar coletivos de teatro e a valorizar processos de pesquisa, não resultados acabados (CARVALHO, 2009). Feito que será reconhecido com uma homenagem do Prêmio Shell, de notória excelência no campo artístico, e noticiado pelos principais jornais da cidade. O Estado de São Paulo traduziu esta consagração enquanto “homenagem ao fecundo movimento da classe teatral envolvendo mais de 300 pessoas” (BRASIL, 2002, p.40). Já a matéria publicada na Folha de São Paulo julgou que “A homenagem é graças à contribuição do movimento ao desenvolvimento crítico do teatro” (SANTOS, 2002, p.E3).

¹⁵ Em entrevista concedida via correio eletrônico, em 09 de maio de 2016.

¹⁶ Ex-ministro dos dois governos Dilma Rousseff (2010-2016). No âmbito da Câmara Municipal, Cardozo notabilizou-se por ter sido o principal expoente das denúncias de corrupção contra vereadores da bancada do então prefeito Celso Pitta (PPB).

¹⁷ Celso Frateschi é ator, diretor e autor de teatro. Possui longa e reconhecida trajetória no campo das artes cênicas. Que, paralelamente às suas atividades artísticas, é marcada pela ocupação de postos ligados às políticas culturais: foi Secretário de Cultura de Santo André na gestão Celso Daniel (PT), quando impulsionou a criação da Escola Livre de Teatro, referencial na divulgação do “processo colaborativo. Foi também diretor do Departamento de Teatro de São Paulo, onde impulsionou os projetos Formação de Público e Vocacional, ambos referenciais no campo das políticas para o setor teatral e de interesse ao desenvolvimento do *teatro de grupo*. Desde 1980, Frateschi é também professor da EAD/USP (Escola de Arte Dramática/USP) e é proprietário do Teatro Ágora, localizado na região central de São Paulo.

Ao examinar esse percurso, ainda que se reconheça o indiscutível mérito cultural tanto do Programa de Fomento quanto do movimento que o impulsionou, esperamos ter demonstrado que sua conversão em Lei Municipal só se tornou possível graças a uma configuração específica do campo naquele momento e da mobilização de diversas espécies de capitais.

Impasses e contradições do fomento público

De lá para cá, a cidade de São Paulo se tornou uma espécie de laboratório compulsório de pesquisas e experimentações cênicas, viabilizadas pela Lei de Fomento. Fato que, como não poderia deixar de ser, trouxe consigo novos impasses e contradições.

De maneira imediata, a primeira consequência da aprovação da Lei de Fomento foi a desmobilização do movimento que lhe deu origem. Pouco a pouco, o *Arte contra a Barbárie*, movimento de reconhecida importância na cena local por pautar os debates sobre política cultural e, ao mesmo tempo, denunciar o caráter injusto das leis de incentivo fiscal, foi tendo seus fóruns esvaziados. Enquanto tal, pode-se dizer que ele continuou existindo, mesmo que de maneira exígua, por via de um jornal intitulado *O Sarrafo*. De circulação nacional e divulgado por meio impresso e digital, ele chegou a atingir certa repercussão, ainda que diminuta quando comparada à efervescência das discussões semanais dos anos anteriores. De qualquer forma, o jornal teve vida curta, atingindo nove números, com a última edição datando de abril de 2006, data que pode ser tomada como de dissolução definitiva do movimento.

Imediatamente após a conquista da Lei de Fomento, também foi possível observar o crescimento do número de coletivos teatrais produzindo a partir de processos colaborativos e circulando em espaços fora do circuito convencional. Ganho, entretanto, difícil de sustentar, pois a Lei de Fomento se mostrou insuficiente para suprir as demandas desses grupos, fazendo crescer as disputas internas pelo fomento e suscitando, inclusive, acusações entre os pares. Diversas foram as denúncias de que haveria grupos privilegiados, por serem contemplados em segundas edições enquanto outros não conseguiam acessar os recursos. Nesse sentido, a Lei de Fomento teria se transformado na *Lei do Tormento* convertendo-se, nos dizeres de Paulo Arantes, “numa conquista histórica cada vez mais difícil de carregar. [...] Curiosa autonomia essa, cujo gozo provoca dependência” (ARANTES, 2012, p.200-201).

Com efeito, se a recusa do mercado e a reivindicação por maior autonomia para a criação teatral constituíram o principal móvel das lutas em torno ao *Arte contra a Barbárie*, tal reivindicação vai esbarrar com novas formas de dependência.

Seja em relação ao Estado, seja em relação ao próprio mercado. Já que, por um lado, frente ao crescimento do número efetivos e das disputas internas, novamente a saída foi requerer auxílio do Estado – nos referimos à criação do Prêmio Zé Renato (SÃO PAULO, 2014), um nova modalidade de apoio ao desenvolvimento teatral, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, criada para apoiar produção e desenvolvimento da atividade teatral desenvolvida por núcleos artísticos e pequenos e médios produtores independentes com vistas à produção de espetáculo e realização de temporada ou circulação na cidade de São Paulo. De certa forma, o prêmio veio como resposta às críticas e acusações de favorecimento observadas na Lei de Fomento, já que nele a prioridade aqui são os grupos mais jovens. O prêmio foi instituído em 2014, durante a gestão de Fernando Haddad (PT). Mas, por outro lado, o financiamento estatal não pode ser visto como um meio que permite autonomia frente aos circuitos de comercialização da arte, já que ele próprio faz parte do mercado, embora não seja idêntico a ele. Nesse sentido, a despeito do critério que preconiza a continuidade do trabalho artístico, a Lei de Fomento não oferece garantias ao desenvolvimento do trabalho de determinado grupo depois de terminado o subsídio, que é temporário. Mesmo na avaliação posterior de um dos quadros do *Arte contra a Barbárie*, isso teria levado os grupos a um movimento de profissionalização precária, pois

[...] a ampliação da base produtiva dos grupos constituiu pouco a pouco um movimento de profissionalização que criou novas dependências mercantis. Em grupos antes semiamadores e inventivos, cresceram as contas a pagar, a necessidade de acumulação e reinvestimento de capital, cresceram as contradições entre um salário salvador e a precária realidade do semiprofissionalismo dos grupos (CARVALHO, 2009, p.162-163).

Questão emblemática disso é a locação de espaços para servir como sede de trabalho de determinado grupo quando contemplado pela Lei de Fomento. Se por um lado essas sedes são, em grande medida, responsáveis por descentralizar a produção e criar novos circuitos de produção e circulação teatral, por outro sua manutenção tem gerado inúmeras controvérsias. Primeiro porque, como explica José Fernando Azevedo (2012, p.218-219), elas “misturam uma prática contratual privada (aluguéis, por exemplo) a uma instância mantenedora pública (o aporte do Fomento) legitimada por um uso público do espaço”. Além disso, já que os contratos de locação têm prazo superior a uma edição de fomento, terminado o subsídio os artistas precisarão arcar com sua manutenção através de outros meios, ficando mais suscetíveis ao mercado e assumindo um compromisso empresarial, portanto. Têm sido frequentes os impasses vividos pelos grupos para manter suas sedes, envolvendo embates entre grupos teatrais e representantes do mercado imobiliário. Até mesmo grupos consolidados na cena contemporânea, dos quais a já citada *Companhia São*

Jorge de Variedades, entre tantos outros, tiveram seus trabalhos comprometidos depois de perder seu espaço próprio. A questão é polêmica e tem gerado inúmeras discussões que dão a ver, também, a fragilidade da Lei de Fomento enquanto ela não estiver amparada por um conjunto mais amplo de políticas para o setor.

Por fim, partindo do pressuposto de que todo edital cria uma demanda, é questionável a medida em que aquilo que é reivindicado como um meio de garantir maior autonomia artística não teria se tornado um fim em si mesmo. Nesse sentido, recorrendo novamente às considerações de Sergio de Carvalho (2009, p.163), “muitos experimentos livres [teriam] se tornado fórmulas de acerto, e alguns estilos [...] se converteram em fórmulas imitadas na medida em que passaram a despertar interesse no mundinho dos festivais de teatro”. Se é assim, outro efeito da Lei de Fomento seria plasmar os experimentos cênicos ao vincular o apoio estatal à defesa da superioridade estética de um teatro de pesquisa, critério da nova legitimidade artística que enquanto tal, atingiu não apenas a produção dos coletivos interessados mas, também, as escolas de formação e as instâncias de consagração – conforme atestam, por exemplo, as modificações observadas em um dos cursos superiores de Artes Cênicas mais prestigiados do campo,¹⁸ que passou recentemente por uma reestruturação curricular com objetivo de se adaptar aos procedimentos do processo colaborativo. Nesse sentido, é possível afirmar que as lutas que culminaram com a Lei de Fomento impactaram todo o campo da produção. Entretanto, cumpre destacar que, apesar de sua grande repercussão não dispomos, ainda, de uma visão analítica do conjunto dos projetos subsidiados pela Lei de Fomento, capaz de avaliar as relações entre o financiamento público ao teatro e suas consequências em termos de espetacularidade, recepção e formação.

**CULTURAL POLICIES AND SYMBOLIC HIERARCHIES
IN THE FIELD OF SÃO PAULO THEATRE: THE
STRUGGLES FOR THE LAW FOR PROMOTION**

ABSTRACT: *This article discusses the trajectory of the movement ‘Art against Barbarism’ from its genesis to its most notorious achievement: Law for Promotion of Theater for the city of São Paulo, which constitutes an innovation in the panorama of public policies in the Brazilian context. By illuminating this course, we seek to highlight the strategies of cultural legitimation used by the movement, as well as the determinants which contributed to make such an achievement possible.*

KEYWORDS: *Theater. Cultural Policies. Symbolic Hierarchies. Cultural Legitimacy.*

¹⁸ Nos referimos ao curso de graduação oferecido pela Escola de Comunicações e Artes da USP.

POLÍTICAS CULTURALES Y JERARQUÍAS SIMBOLICAS EN EL CAMPO DEL TEATRO PAULISTANO: LAS LUCHAS POR LA LEY DE FOMENTO

RESUMEN: *En este artículo se discute la trayectoria del movimiento ‘Arte contra la barbarie’, desde su génesis hasta su logro más notorio: la Ley de Fomento al Teatro, para la ciudad de São Paulo, que constituye una innovación en el panorama de las políticas públicas en el contexto brasileño. Al iluminar este camino, buscamos resaltar las estrategias de legitimación cultural que el movimiento utilizó, así como la evidencia de los factores que contribuyeron a hacer posible tal conquista.*

PALABRAS CLAVE: *Teatro. Políticas culturales. Jerarquías simbólicas. Legitimidad cultural.*

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo Eduardo. A lei do tormento. *In:* DESGRANGES, FLAVIO & LEPIQUE, Maysa (orgs.). **Teatro e vida pública: o fomento e os coletivos teatrais de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 2012.

ARAÚJO, Eduardo Tolentino de. Entrevista por telefone concedida para a pesquisa em 22 de junho de 2016.

ARTE CONTRA A BARBÁRIE. Segundo Manifesto. *In:* COSTA, Iná Camargo & CARVALHO, Dorberto. **A luta dos grupos teatrais de São Paulo por políticas públicas para a cultura: os cinco primeiros anos da lei de fomento ao teatro**. São Paulo: Cooperativa Paulista de Teatro, p.23-26, 2008a [1999].

_____. Terceiro Manifesto. *In:* COSTA, Iná Camargo & CARVALHO, Dorberto. **A luta dos grupos teatrais de São Paulo por políticas públicas para a cultura: os cinco primeiros anos da lei de fomento ao teatro**. São Paulo: Cooperativa Paulista de Teatro, p.29-30, 2008b [2000].

_____. Arte contra a Barbárie: histórico e propostas. Documento do acervo Arte contra a Barbárie, Arquivo Multimeios, **Centro Cultural São Paulo**. 2001.

_____. Minuta: balanço. Documento do acervo Arte contra a Barbárie, Arquivo Multimeios, **Centro Cultural São Paulo**. s/d.a.

_____. Fomento. Programa Público. Continuidade. Documento do acervo Arte contra a Barbárie, Arquivo Multimeios, **Centro Cultural São Paulo**. s/d.b

COSTA, Iná Camargo & CARVALHO, Dorberto. **A luta dos grupos teatrais de São Paulo por políticas públicas**: os cinco primeiros anos da Lei de Fomento. São Paulo: Cooperativa Paulista de Teatro, 2008.

DATAFOLHA. Pesquisa Intenção de voto prefeito São Paulo - 1o turno (em %), realizada em 1 de outubro de 2000a. Disponível em <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/intvoto_pref_sp_01102000.pdf>. Acessado em: 10 jul. 2018.

_____. Pesquisa Intenção de voto prefeito São Paulo - 2o turno (em %), realizada em 29 de outubro de 2000b. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2000/10/1196287-intencao-de-voto-prefeito-sao-paulo---2o-turno-em-.shtml>>. Acessado em: 10 jul. 2018.

DESGRANGES, Flavio. **A inversão da olhadela**: alterações no ato do espectador teatral. São Paulo: Hucitec, 2012.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, vol.15, nº 2, p.66-72, abril/junho de 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8579.pdf>>. Acessado em: 15 jul. 2016.

LABAKI, Aimar. Entrevista: o diretor de teatro Marco Antonio Rodrigues do grupo Folias d'Arte fala à Revista Camarim sobre o movimento que tem agitado a classe teatral. **Revista Camarim**, n.14, vol.3. p.4-5, 2000.

MICELI, Sergio. (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

_____. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.

RODRIGUES, Marco Antônio. Entrevista concedida para a pesquisa em 6 de fevereiro de 2016.

ROMEO, Simone do Prado. **O movimento arte contra a barbárie**: gênese, estratégias e legitimação e princípios de hierarquização das práticas teatrais em São Paulo (1998-2002). Dissertação. Pós-graduação em Ciências Sociais. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2016.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens. (Orgs.). **Políticas culturais na ibero-américa**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SANTOS, Valmir. Movimento faz ato na Câmara e inspira outras capitais do país. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, p.E3, edição de quarta-feira, 6 de dezembro de 2000.

_____. Shell premia Leopoldo Pacheco e Pólvora. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, p. E3, edição de quarta-feira, 13 de março de 2002.

SÃO PAULO (cidade). LEI Nº 15.951, DE 7 DE JANEIRO DE 2014. Institui Prêmio Zé Renato de apoio à produção e desenvolvimento da atividade teatral para a cidade de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/RenderizadorPDF.aspx?ClipID=AN606AHPRCRLOe56QP9VCPH1S47>> Acessado em: 5 set. 2018.

SÃO PAULO (cidade). LEI Nº 14.071, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005. Institui o Programa Municipal de Fomento à Dança e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2005/1408/14071/lei-ordinaria-n-14071-2005-institui-o-programa-municipal-de-fomento-a-danca-para-a-cidade-de-sao-paulo-e-da-outras-providencias-2005-10-18-versao-original>>. Acessado em: 4 jul. 2018.

SÃO PAULO (cidade). LEI Nº 13.279, 8 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=09012002L%20132790000>. Acessado em: 5 jul.2018.

WEISS, Ana. Artistas promovem debate sobre arte e política. **O Estado de São Paulo**. Caderno 2, p.5, edição de sexta-feira, 7 de maio de 1999.

WEFFORT, Francisco. Entrevista realizada por Fabio Maleronka Ferron e Sergio Cohn no dia 14 de junho em São Paulo. *In*: TADEI, Roberto & MILANI, Aloísio (coord.). Produção cultural no Brasil. Projeto realizado pela **Casa da Cultura Digital e da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura**, 2010. Disponível em <<https://valberlucio.wordpress.com/2011/04/11/baixe-as-entrevistas-em-pdf-dos-livro-producao-cultural-no-brasil/>>. Acessado em: 7 jul. 2018.

WOO, Chin Tao. **Privatização da cultura**: a intervenção corporativa nas artes desde 1980. São Paulo: Boitempo, 2006.

Recebido em 28/02/2019.

Aprovado em 29/04/2019.

A TEORIA DAS CLASSES DE PIERRE BOURDIEU¹ *

Dylan RILEY^{II}

RESUMO: O que explica a enorme popularidade da teoria crítica de Bourdieu na academia e, particularmente, na sociologia dos EUA? Este ensaio examina duas respostas. Uma é que Bourdieu oferece uma explicação macrossociológica convincente da sociedade contemporânea, à altura daquelas de Marx, Weber ou Durkheim. Entretanto, um exame mais rigoroso mostra que Bourdieu falha nessa empreitada. Seu trabalho não oferece nem uma análise das classes ancorada empiricamente, nem uma explicação da reprodução ou da mudança sociais. Assim, concluo que a popularidade de Bourdieu não pode ser resultado do poder de suas explicações. Há, porém, uma segunda resposta: a sociologia de Bourdieu é popular por causa das condições sociais específicas à academia dos EUA hoje. Nesse contexto, em que intelectuais ganham recompensas ao perseguir uma estratégia de distinção, em que eles não têm muita conexão organizativa com os movimentos populares e em que seus interesses materiais se encontram na defesa de seus privilégios, a sociologia de Bourdieu é altamente atrativa. Ela efetivamente ressoa a experiência vivida dos acadêmicos e serve para articular seus interesses políticos mais fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Pierre Bourdieu. Teoria sociológica. Classes sociais.

Pierre Bourdieu foi um intelectual universal cujo trabalho se estende de investigações altamente abstratas e semi-filosóficas até pesquisas de *survey*, e cuja enorme influência contemporânea é comparável apenas àquela previamente desfrutada por Sartre ou Foucault. Nascido em 1930 em uma pequena cidade

¹ Nota da editora: pelo fato de o presente artigo tratar-se de uma tradução de trabalho cuja normalização difere da ABNT, optou-se por manter seu formato o mais próximo possível do original. Dessa forma, as notas do tradutor, apontadas com números romanos, encontram-se ao final do artigo. As referências bibliográficas encontram-se em notas de rodapé ao longo do texto referenciadas com algarismos arábicos.

provinciana no sudoeste da França, onde seu pai era o carteiro local, ele fez seu caminho para o topo do sistema acadêmico francês, a *École Normale Supérieure* (ENS), recebendo a *agrégation* em filosofia em 1955. Diferentemente de outros *normaliens* de sua geração, Bourdieu não ingressou no Partido Comunista, embora seu colaborador próximo Jean-Claude Passeron tenha feito parte de uma célula comunista heterodoxa, organizada por Michel Foucault, e Bourdieu tenha sido claramente influenciado pelo marxismo althusseriano nesse período.¹

Após sua *agrégation*, o plano original de Bourdieu era produzir uma tese sob a direção do eminente filósofo da ciência e epistemólogo histórico Georges Canguilhem. Mas sua carreira filosófica foi interrompida pelo recrutamento militar. Evidentemente como punição por suas opiniões políticas anticoloniais,² o jovem acadêmico foi mandado para a Argélia, onde desempenhou serviço militar por um ano e subsequentemente decidiu permanecer, como professor na Faculdade de Letras da Argélia.³

A experiência argelina de Bourdieu foi decisiva para sua formação intelectual posterior; aqui ele se afastou da epistemologia em direção ao trabalho de campo, produzindo dois estudos etnográficos magistrais: *Sociologie de l'Algérie* e *Esquisse d'une théorie de la pratique*. A oposição do jovem acadêmico à guerra da Argélia, entretanto, colocou-o em perigo, e em 1959 ele retornou à França, assumindo o posto de assistente de ensino de Raymond Aron em 1961.⁴

Em 1964, Aron chamou Bourdieu para administrar seu Centro de Sociologia Histórica, financiado pela Fundação Ford, e nos anos seguintes Bourdieu reuniu em torno de si uma plêiade de colaboradores (Luc Boltanski, Yvette Delsaut, Claude Grignon, Jean-Claude Passeron e Monique de Saint-Martin) que o ajudariam a estabelecer uma escola extraordinariamente poderosa e produtiva. Durante esse período, Bourdieu voltou sua atenção para o sistema educacional francês, produzindo (com Jean-Claude Passeron) um par de trabalhos sobre a função reprodutiva da educação: *Les héritiers, les étudiants et la culture* e *La reproduction*.

Bourdieu rompeu com Aron em 1968 em resposta à condenação conservadora deste último aos protestos estudantis daquele ano. Durante o fim dos anos sessenta e começo dos anos setenta, Bourdieu lançou as bases de sua posição dominante na sociologia francesa, publicando uma grande variedade de trabalhos concernentes a questões teóricas e metodológicas essenciais. Em 1975, ele fundou a *Actes de la recherche en sciences sociales*, que se tornou uma fábrica de trabalhos do próprio Bourdieu e de seus estudantes. Por volta do final dos anos setenta e começo dos

¹ David Swartz, *Culture and Power: The Sociology of Pierre Bourdieu* (Chicago: University of Chicago Press, 1997), 20.

² David Swartz, *Symbolic Power, Politics, and Intellectuals* (Chicago: Chicago University Press, 2013), 195.

³ Swartz, *Culture and Power*, 22.

⁴ Swartz, *Symbolic Power*, 196.

anos oitenta, seus principais trabalhos de maturidade apareceram: *La distinction: critique sociale du judgement*, *Homo academicus*, *La noblesse d'État* e *Les règles de l'art*, entre muitos outros.

Durante os anos 1990, Bourdieu se radicalizou, tornando-se o intelectual orgânico da *gauche de la gauche*, em cuja condição produziu *La misère du monde*, uma série massiva de entrevistas documentando os estragos causados na vida de pessoas comuns pelo neoliberalismo. Dado seu perfil intelectual e político, é bastante compreensível que Bourdieu fosse um inevitável ponto de referência para a esquerda intelectual contemporânea: um sociólogo brilhante e infatigável que combina a sofisticação intelectual de Lévi-Strauss ou Jean-Paul Sartre com o rigor empírico das pesquisas de *survey* e da etnografia anglo-americanas, ao mesmo tempo em que também leva adiante, especialmente durante o fim de sua vida, a venerável tradição francesa do intelectual engajado. De fato, a teoria social que ele criou por si próprio é, para a esquerda intelectual contemporânea, o que o neo-marxismo foi para os estudantes dos anos 1960.

De maneira distinta, entretanto, Bourdieu, ao mesmo tempo em que é atrativo para a vanguarda, também tem apelo no apático *mainstream* da ciência social estadunidense, cuja tolerância para importações francesas é geralmente bastante limitada. O que explica esse apelo notavelmente amplo? Este ensaio examinará duas explicações: a visão de que a teoria de Bourdieu é uma grande teoria sociológica (ou o que chamarei daqui por diante de uma teoria macrosociológica) como aquelas de Marx, Weber ou Durkheim, e uma visão contrastante, de que a sociologia de Bourdieu ressoa as condições sociais que caracterizam a elite acadêmica, especialmente nos Estados Unidos.

Teorias macrosociológicas são caracterizadas por sua ambição explicativa. Em particular, elas têm três características: elas relacionam divisões estruturais na sociedade a comportamentos observáveis; elas desenvolvem explicações para por que, haja vista essas divisões, as sociedades conseguem se reproduzir; e elas esboçam os processos por meio dos quais as sociedades mudam. Quando bem-sucedidas, essas teorias então oferecem alguma explicação sobre estratificação, reprodução e mudança sociais. A teoria da luta de classes e dos modos de produção de Marx, a sociologia da dominação de Weber ou a explicação da divisão do trabalho, da anomia e da solidariedade social de Durkheim são todas, nesse sentido, teorias macrosociológicas. O trabalho de Bourdieu também se apresenta como tal, mas um exame rigoroso revela que suas explicações são frequentemente tautológicas ou fracas. De fato, este ensaio endossa fortemente a afirmação de Philip Gorski de que “a obra de Bourdieu não contém uma teoria geral da mudança social”.⁵

⁵ Philip S. Gorski, “Bourdieu as a Theorist of Change,” em *Bourdieu and Historical Analysis*, editado por Philip S. Gorski (Durham, NC: Duke University Press, 2013), 13.

Isso, eu argumento, coloca um problema: se a sociologia de Bourdieu é em grande parte não-explicativa, sua popularidade atual não pode ser explicada pelo poder de sua macrosociologia.

Volto-me, então, para a segunda explicação, sugerindo que o apelo de Bourdieu está baseado na incomparável habilidade de seu trabalho de articular as experiências e as esperanças políticas da elite acadêmica no período contemporâneo. Eu identifico três traços da sociologia de Bourdieu que a tornam atrativa para esse grupo. Primeiro, como a análise de redes, sua ontologia social básica ressoa a experiência vivida das elites acadêmicas, que são as principais consumidoras dessa teoria social. Segundo a sociologia de Bourdieu oferece possibilidades de relevância política para uma *intelligentsia* com pouca relação organizativa com as forças populares. Em particular, a explicação do poder simbólico de Bourdieu promete uma transformação do mundo social através de uma transformação das categorias através das quais o mundo social é entendido. A mudança social, então, pode ser alcançada sem a identificação de um agente externo não-acadêmico que possa levar adiante a mudança. Em um período em que tal agente social está longe de ser aparente, o apelo de atalhos políticos desse tipo é óbvio. Terceiro, a sociologia de Bourdieu oferece uma defesa altamente potente dos privilégios da vida acadêmica. Uma parte considerável da energia política de Bourdieu foi dedicada a defender a autonomia da academia: em um momento inicial, sua autonomia da política; em um momento posterior, sua autonomia da economia. Sua sociologia, portanto, pode apelar simultaneamente aos impulsos reformistas da ala “engajada” da sociologia e aos impulsos conservadores de sua ala profissional.

A sociologia de Bourdieu examinada como uma teoria macrosociológica

Antes de adentrar na análise, é necessário introduzir a terminologia básica de Bourdieu. Ainda que possa parecer abstrato, infelizmente isso é indispensável para entender seu trabalho. Há quatro conceitos centrais na sociologia de Bourdieu: capital, *habitus*, campos e poder simbólico.

Capital se refere a recursos. Bourdieu identifica três variedades principais: econômico (entendido basicamente como renda e propriedade), social (entendido basicamente como contatos) e cultural (educação informal, objetos culturais e credenciais). Ele pode ser medido em duas dimensões: quantidade e estrutura. Assim, agentes particulares podem possuir mais ou menos quantidade de capital, e seu capital pode ser estruturado em diferentes proporções. Consequentemente, embora dois “agentes” possam ter no total a mesma quantidade global de capital, um

pode ter uma proporção maior de capital cultural, e o outro, de capital econômico.⁶ De modo geral, o volume e a estrutura do capital determinam a “posição no espaço social” ou a posição de classe de alguém. A divisão inicial das classes no esquema de Bourdieu é entre aqueles com alto e baixo capital total, mas dentro de cada uma dessas classes há uma diferença posterior entre aqueles com maior proporção de capital econômico ou cultural. O conceito de capital deveria, assim, fornecer um mapa das principais divisões sociais na sociedade contemporânea.

O *habitus* é uma série de disposições pré-conscientes, incluindo gostos, um senso de si próprio, posições incorporadas e, crucialmente, habilidades ou “senso prático”. O *habitus* é estabelecido inicialmente na família, mas em sociedades “diferenciadas” a escola também desempenha um papel-chave. Em geral, o *habitus* produz padrões de comportamento que reproduzem o agente social na posição que ele ou ela atualmente ocupam.⁷ Mais especificamente, o *habitus* traduz diferentes posições de classe, especificadas por diferentes formas de capital, em comportamentos observáveis.

Os **campos** são jogos sociais agonísticos nos quais os agentes lutam por alguma recompensa definida socialmente, tais como lucro ou prestígio. Embora haja um número não-especificado de tais campos, o campo econômico, o campo político e o campo da produção cultural estão entre os mais importantes. Bourdieu vê a realidade social como composta fundamentalmente de campos, e a ação social, como ação nos campos. As consequências da generalização do uso dessa metáfora são profundas, e eu as examino em detalhe na seção subsequente.

O pilar final da sociologia de Bourdieu é o conceito de **poder simbólico**. O poder simbólico deriva do reconhecimento errôneo [*misrecognition*]⁸ das relações sociais historicamente contingentes, em especial das regras que governam um campo particular, como se elas fossem dadas pela natureza.⁸ Esse desconhecimento do caráter arbitrário das regras que governam os campos é um elemento crucial da teoria da reprodução de Bourdieu.

⁶ Rogers Brubaker, “Rethinking Classical Theory: The Sociological Vision of Pierre Bourdieu,” *Theory and Society* 14, no. 6 (1985): 745–75, esp. 765–66; Mathieu Hikaru Desan, “Bourdieu, Marx, and Capital: A Critique of the Extension Model,” *Sociological Theory* 31, no. 4 (2013): 318–42, esp. 325.

⁷ Pierre Bourdieu e Monique de Saint-Martin, “Anatomie du gout,” *Actes de la recherche en sciences sociales* 2, no. 5 (1976): 2–81, esp. 18. A definição completa vem em Pierre Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique* (Geneva: Librairie Droz, 1972), 178–79, em que Bourdieu escreve que o *habitus* deve ser “entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e torna possível a realização de uma infinidade de tarefas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem a resolução de problemas com a mesma forma”. Para a noção de *habitus* como senso prático, ver Pierre Bourdieu, *Pascalian Meditations* (Stanford, CA: Stanford University Press, 1991), 142–46.

⁸ Pierre Bourdieu, “Rethinking the State: Genesis and Structure of the Bureaucratic Field,” *Sociological Theory* 12, no. 1 (1994): 1–19, esp. 14; ver também “Rethinking Classical Theory,” 754–55.

Para resumir, o esquema conceitual geral de Bourdieu é este: os recursos das pessoas (capital) produzem uma estrutura de personalidade (*habitus*) que gera tipos particulares de comportamento em contextos de jogos sociais particulares (campos). Esses contextos são, então, reproduzidos de maneira estável, porque o processo que relaciona capital, *habitus* e campo é sistematicamente distorcido pelo conhecimento leigo que serve para legitimar a distribuição desigual dos recursos existentes (poder simbólico). Bourdieu usa esses conceitos para desenvolver uma explicação da estratificação, da reprodução e da mudança sociais. Sua ambição, então, é desenvolver uma teoria social do mesmo alcance e potência que as teorias sociais clássicas de Marx, Durkheim e Weber. Ele teve êxito?

Capital e *habitus*: uma nova teoria das classes?

Uma das afirmações fundamentais de Bourdieu é que o *habitus*, entendido como um sistema de disposições, apreciações e senso prático, é um produto da posição de classe, e mais especificamente um produto do volume e da estrutura de capital que os agentes possuem.⁹ O *habitus* é um quadro de referência pré-consciente ou um “mecanismo gerador” que opera de modo análogo em uma variedade ampla de diferentes contextos¹⁰ e, assim, forma uma variedade enorme de comportamentos. O *habitus* fornece o quadro de referência básico dos gostos culturais;¹¹ ele incorpora um fundo de conhecimentos tácitos¹² e até mesmo molda orientações para o corpo. Como Bourdieu escreve, “o *habitus* produz práticas individuais e coletivas, portanto história, que se conforma aos esquemas engendrados pela história”.¹³ Sua afirmação, portanto, é que há uma conexão íntima entre esse esquema profundo e poderoso e a posição de classe. Consequentemente, seria possível demonstrar que diferentes *habitus* são o resultado de diferentes “volumes” e “estruturas” de “capital” possuídos pelos agentes em campos específicos.

⁹ Pierre Bourdieu, *Le sens pratique* (Paris: Les Éditions de Minuit, 1980), 93. Aqui Bourdieu diz que o *habitus* é “o produto de uma determinada classe de regularidades.” Em *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984), 101, Bourdieu afirma que “as disposições ... derivam da ... posição no espaço econômico.”

¹⁰ Bourdieu, *Distinction*, 101; Bourdieu e Saint-Martin, “Anatomie,” 19.

¹¹ Pierre Bourdieu, *Outline of a Theory of Practice* (New York: Cambridge University Press, 1977), 87. Nesse texto,

Bourdieu descreve a formação do *habitus*, em uma situação sem sistema de educação especializado, como “ação pedagógica difusa” que cria “senso prático.” Em seu posterior *Pascalian Meditations*, ele escreve que, “na medida em que é produto da incorporação de um *nómos*, do princípio de visão e divisão constitutivo de uma ordem social ou campo, o *habitus* gera práticas imediatamente ajustadas a essa ordem, as quais são portanto percebidas por seu autor e também pelos outros como ‘certas’, corretas, direitas, adequadas, sem ser de modo algum o produto da obediência a uma lei no sentido de um imperativo de uma norma ou regras legais” (143).

¹² Há um bom resumo em Swartz, *Culture and Power*, 101–102.

¹³ Bourdieu, *Le sens pratique*, 91.

Um domínio privilegiado para estudar o *habitus* é o gosto, porque gostos tornam tangíveis disposições e esquemas de apreciação. Assim, como um modo de demonstrar empiricamente a conexão entre classe e *habitus*, Bourdieu tenta demonstrar uma conexão entre a posição de classe e as diferenças nos gostos estéticos.¹⁴ Seu trabalho nessa área, entretanto, sofre de dois problemas. Bourdieu falha tanto em especificar um significado do termo “classe” manejável empiricamente como em mostrar qualquer evidência convincente da existência de “*habitus*” no sentido de um “mecanismo gerador” que possa ser aplicado a numerosos domínios. Isso é mais evidente no livro que muitos consideram ser sua obra-prima, *La distinction*.

Poder-se-ia esperar que um livro sobre classe e gosto, tal como *La distinction*, começasse com uma conceitualização de classe. A tese geral de Bourdieu é que a classe dominante, definida frouxamente como consistindo naqueles com alto capital cultural e econômico, tem um “gosto de liberdade”, expresso em sua relação estetizante e desinteressada com a cultura, enquanto a classe dominada, consistindo naqueles com baixo capital total, tem um “gosto de necessidade”, expresso em um interesse por objetos concretos e tangíveis.¹⁵ Essas afirmações são muito ambíguas. Um dos problemas é que Bourdieu infla a noção de classe em *La distinction* a um ponto tal que ele enfraquece sua utilidade como conceito para a pesquisa empírica. Assim, ele escreve:

A classe social não é definida por uma propriedade (nem mesmo a mais determinante delas, como o volume e a composição do capital), nem por uma coleção de propriedades (de sexo, idade, origem social, origem étnica – proporção de pretos e brancos, por exemplo, ou nativos e imigrantes –, renda, nível educacional etc.), nem mesmo por um cadeia de propriedades desdobradas de uma propriedade fundamental (posição nas relações de produção) em uma relação de causa e efeito, condicionante e condicionada; mas pela estrutura de relações entre todas as propriedades pertinentes que dá a cada uma delas seu valor específico e os efeitos que elas exercem nas práticas.¹⁶

Uma apresentação similar aparece em um estudo preparatório anterior em coautoria com sua colaboradora Monique de Saint-Martin: “As variações de acordo com a classe ou as frações de classe das práticas e dos gostos que elas revelam (ver figuras 1 e 2) estão organizadas de acordo com uma estrutura que é homologa às variações de capital econômico e escolar e à trajetória social”.¹⁷ Vale a pena

¹⁴ Bourdieu e Saint-Martin, “Anatomie,” 1.

¹⁵ Swartz, *Culture and Power*, 166–67.

¹⁶ Bourdieu, *Distinction*, 105.

¹⁷ Bourdieu e Saint-Martin, “Anatomie,” 1.

analisar um pouco ambas as passagens. Na primeira, Bourdieu diz que a classe social não é “definida” por nenhuma propriedade particular, mas, em vez disso, pela “estrutura de relações entre todas as propriedades pertinentes”. Mas ele nunca explica quais “estruturas de relações” produzem quais classes. Ademais, embora invoque “propriedades pertinentes”, ele não fornece nenhuma explicação de que “propriedades pertinentes” devem ser usadas para distinguir classes, então invocar relações entre elas não é algo particularmente esclarecedor.

A segunda passagem é igualmente problemática. Bourdieu aqui adiciona duas dimensões novas e não teorizadas à classe: **capital escolar** e **trajetória**. Mas sua relação com o capital econômico e cultural, suas principais dimensões de divisão social, não é explicada. Por exemplo, não fica claro nunca se capital escolar é uma forma de capital cultural ou um tipo completamente separado de capital. É possível, por exemplo, ter pouco capital cultural mas muito capital escolar? Em todo caso, para decifrar isso, o leitor é referido às “figuras 1 e 2”, as quais reaparecem de modo famoso em *La distinction* como o “espaço das posições sociais” e o “espaço dos estilos de vida”.¹⁸ Essas figuras aparecem para mostrar a correspondência entre gostos e classes no sentido bourdieusiano, mas, uma vez que foram construídas de acordo com a definição ampla de classe acima, elas não conseguem fazê-lo. As figuras contêm informações sobre número de filhos, horas trabalhadas por semana e tamanho da cidade de origem da “classe”, assim como se os grupos ocupacionais em questão estão se expandindo ou se contraindo demograficamente (o que é indicado por setas), nenhuma delas claramente tendo a ver com “classe” no sentido que Bourdieu conceitualiza ou em qualquer outro.

A tentativa de Bourdieu de explicar o *habitus* como um resultado da classe está, assim, viciada por uma fraqueza conceitual básica. Ele não explica como seus indicadores de “classe” se conectam com seu mapa das classes teórico. Assim, seu esquema das posições do espaço social contém uma série de diferenças sociais aparentemente irrelevantes (do ponto de vista da análise de classes). Isso cria um problema sério para seu trabalho sobre classes e gostos porque, na ausência de um conceito claro de classe, qualquer diferença no gosto em qualquer dimensão social registrada em seu *survey* se torna evidência de uma diferença de classe no *habitus*. Paradoxalmente, então, para um livro frequentemente considerado como um clássico da teoria sociológica, *La distinction* sofre de um erro comum da pesquisa social empiricista: os conceitos e indicadores que Bourdieu usa se solapam uns aos outros, então qualquer variedade de evidências poderia parecer compatível com seu argumento. A teoria das classes e do *habitus* de Bourdieu, então, carece de conteúdo empírico no sentido técnico de que não é claro que evidência é imaginavelmente incompatível ou inconsistente com sua explicação. A afirmação de que a posição de

¹⁸ Bourdieu, *Distinction*, 128–29.

classe determina o *habitus* é, assim, bastante similar à afirmação que Karl Popper cita como exemplo de uma afirmação não-empírica: “Vai chover ou não vai chover amanhã”.¹⁹ Sendo compatível com qualquer evidência concebível, a explicação de Bourdieu enfraquece sua condição elucidativa.

Às vezes Bourdieu parece tentar resolver esse problema recorrendo à afirmação tautológica de que o *habitus* é, na verdade, um indicador da classe, em vez de um resultado dela. Há uma justificativa conceitual para essa afirmação em muito do seu trabalho. Bourdieu frequentemente discute o *habitus* como uma internalização da posição de classe e, em seu trabalho sobre o capital, ele fala do *habitus* como uma forma incorporada de capital.²⁰ Nesse caso, presumivelmente, diferenças no gosto poderiam elas próprias ser um indicador do “*habitus* de classe”.²¹ Assim, Gorski sustenta que “na visão de Bourdieu, a posição social [classe] influencia a disposição individual [habitus], e vice-versa [!], *ad infinitum*, se não de um jeito totalmente determinado ou inelutável”.²² Mas isso, obviamente, presumiria o “atributo de classe” [“*classness*”] do *habitus*, que é precisamente o que a análise de Bourdieu deveria demonstrar. Definir o *habitus* como uma “incorporação” da classe é enfraquecer a agenda explicativa de tentar demonstrar uma relação entre eles.

Esses problemas de conceitualização não são preocupações teóricas abstratas. Eles introduzem profunda ambiguidade nas especificidades das evidências de Bourdieu. Por exemplo, entre as partes mais fortes das evidências de Bourdieu está a tabela mostrando diferenças no percentual de entrevistados que descrevem certos objetos como constituindo potencialmente uma “foto bacana”. Bourdieu divide os entrevistados em três “classes” ou grupos de ocupação. São elas: as classes populares, a classe média (artesãos, trabalhadores de escritório, técnicos e a “nova pequena-burguesia”) e as classes dominantes (empregadores independentes, engenheiros, profissões liberais e professores). Os resultados da tabela são sugestivos, mostrando que somente 1% dos artesãos acha que um acidente de automóvel pode resultar em uma foto bacana, enquanto 17% dos professores e produtores artísticos têm essa visão. De modo similar, enquanto 37% dos educadores e produtores culturais pensam que couves poderiam resultar em uma foto bacana, apenas 7% dos entrevistados da classe trabalhadora pensam isso.²³

Explicando esse padrão, Bourdieu afirma que a “capacidade de pensar como bonito ou, melhor, como suscetível a uma transformação estética... é fortemente vinculada ao capital cultural herdado ou **adquirido escolasticamente**” (ênfase

¹⁹ Karl Popper, *The Logic of Scientific Discovery* (New York: Harper Torchbooks, 1968), 40–41.

²⁰ Pierre Bourdieu, “The Forms of Capital,” in *Readings in Economic Sociology*, editado por Nicole Woolsey Biggart (Malden, MA: Blackwell, 2002), 280–91, esp. 282–83.

²¹ Brubaker, “Rethinking Classical Social Theory,” 767.

²² Philip S. Gorski, “Nation-ization Struggles: A Bourdieusian Theory of Nationalism,” em *Bourdieu and Historical Analysis*, 254.

²³ Bourdieu, *Distinction*, 526.

minha).²⁴ Note-se o sintomático deslizamento entre “herança” e “aquisição escolar”. Não é possível enfatizar suficientemente como somente a primeira dessas interpretações é consistente com o conceito de *habitus* de Bourdieu como determinado (em parte) pelo “capital cultural”. Isso porque o *habitus* de classe não é algo adquirido num processo educacional secundário. De fato, em um trabalho anterior Bourdieu havia rejeitado especificamente a noção de que o *habitus* pudesse ser fundamentalmente alterado pela educação; escolas, de acordo com ele, transmitem em grande parte as diferenças pré-existentes no “*habitus* primário” criado pela socialização anterior.²⁵ Portanto, “capital cultural adquirido escolasticamente” não é realmente capital cultural: ele é simplesmente escolarização. As evidências de Bourdieu a partir das fotografias, então, embora estejam entre as partes mais fortes dos dados em *La distinction*, dificilmente são decisivas, uma vez que compatíveis com dois modos inteiramente diferentes, e de fato fundamentalmente opostos, de explicação para os padrões de resposta.²⁶ É bastante possível que as evidências do *survey* de Bourdieu sejam profundamente estranhas à teoria do *habitus*, porque o que as evidências podem mostrar é a importância da pedagogia mais do que da origem de classe.²⁷

Ademais, toda a noção de um *habitus* coerente, determinado pela classe ou de outro modo, não é bem sustentada pelas evidências de Bourdieu. Lembrando, o *habitus* não pode ser indicado por diferenças em um domínio particular do gosto. Se ele é um “mecanismo gerador”, ele deveria produzir diferenças similares em uma ampla variedade de domínios. Para sustentar esse ponto, Bourdieu apresenta evidências não apenas nos gostos mas também na frequência de várias atividades: “faça-você-mesmo”, “fotografia”, “discos”, “pintura”, “instrumentos musicais”, “Louvre e a Galeria de Arte Moderna”, “música ligeira” e “notícias”. As evidências

²⁴ Bourdieu e Saint-Martin, “Anatomie,” 2.

²⁵ Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, *Reproduction in Education, Society and Culture* (London: Sage, 1977), 43. Aqui os autores argumentam que as escolas reproduzem desigualdades porque, para terem êxito, as experiências pedagógicas anteriores (o que eles chamam de “*habitus* primário”) devem se combinar com as expectativas pedagógicas da escola: “O sucesso de toda a educação escolar... depende fundamentalmente da educação previamente adquirida nos primeiros anos de vida, mesmo e especialmente quando o sistema educacional a nega em sua ideologia e prática fazendo da vida escolar uma história sem pré-história.”

²⁶ Paul Dimaggio e Michael Useem, “Social Class and Arts Consumption: The Origins and Consequences of Class Differences in Exposure to the Arts in America,” *Theory and Society* 5, no. 2 (1978): 141–61, esp. 147–48, fornecem uma explicação da relação entre classe e gosto na linha dessa segunda interpretação. Os autores argumentam que as diferenças de classe no gosto são em grande parte um resultado do acesso diferencial à educação.

²⁷ Paul Dimaggio, “On Pierre Bourdieu,” *American Journal of Sociology* 84, no. 6 (May 1979), 1460–74, esp. 1468, apontou que Bourdieu não oferece qualquer evidência real sobre o *habitus*: “Bourdieu sugere uma miríade de modos nos quais a socialização pode, em geral, formar estruturas profundas de personalidade e percepção. Mas, uma vez que ele não estabelece empiricamente a relação entre classe social e experiência infantil anterior, parece prematuro alegar que o *habitus* de classes sociais diferentes seja fundamentalmente diferente”.

de Bourdieu aqui demonstram algumas diferenças intrigantes. Assim, enquanto 63% das classes trabalhadoras reportaram com frequência atividades “faça-você-mesmo”, apenas 40% das classes altas fizeram o mesmo. Similarmente, enquanto 16% dos professores e produtores artísticos reportaram pintura, somente 4% dos entrevistados das classes trabalhadoras fizeram o mesmo.²⁸

Mas não é simplesmente o caso que as evidências de Bourdieu sugiram diferenças similares nos gostos em diferentes domínios amplamente variados ou mesmo em domínios singulares de gosto. Desse modo, na área das atividades culturais, as evidências mostram que a frequência a museus é fortemente moldada pela “classe” (no sentido frouxo dos grupos profissionais), mas fotografia e filmes em casa mostram relativamente pouca diferença, com 50% da classe trabalhadora engajada nessas atividades, ante 59% das classes médias e 65% das classes altas.²⁹

Mesmo em áreas altamente concentradas, como gosto em cinema, a ideia de um único *habitus* de classe transponível não parece ser sustentada. Por exemplo, um *survey* sobre “filmes vistos”, que dividia os entrevistados em quatro categorias (“serviços médico-sociais”, “secretários e executivos comerciais juniores”, “trabalhadores de escritório” e “pequenos comerciantes e artesãos” – categorias, de novo, apenas remotamente relacionadas à teoria de Bourdieu), descobriu que as preferências diferiam nesses grupos para alguns filmes (*The Trial*, *Vice and Virtue* e *Salvatore Giuliano*). Entretanto, outros filmes no mesmo *survey* eram apreciados pelos quatro grupos ocupacionais.³⁰

Esta breve discussão das evidências de Bourdieu sugere que elas são insuficientes para sustentar sua afirmação de que existia um “*habitus* de classe” distintivo na França dos anos 1960 e 1970. Sobre alguns itens muito específicos havia diferenças, mas elas podem ter tido a ver tanto com acesso a educação, tempo livre e recursos quanto com o profundo esquema gerador do “*habitus* de classe”. De fato, Bourdieu mostra poucas evidências de um *habitus* consistente e transponível de qualquer tipo operando similarmente em diferentes atividades culturais. Em vez disso, alguns tipos de atividade e gosto parecem relevantes para a classe, outros nem tanto.

Como um dos mais criteriosos interlocutores de Bourdieu colocou a questão: “Ocupação [em *La distinction*] está correlacionada com hábitos de consumo e com indicadores de disposições, mas com frequência de modo bastante fraco”.³¹ Resumindo, Bourdieu produz muito pouca evidência para mostrar que diferentes classes, como especificadas pela posse diferencial de capital cultural e econômico, produzem diferentes *habitus*. Não apenas as categorias profissionais em seus

²⁸ Bourdieu, *Distinction*, 532.

²⁹ *Ibid.*, 532.

³⁰ *Ibid.*, 361.

³¹ Brubaker, “Rethinking Classical Social Theory,” 766–67.

surveys têm uma relação indeterminada com seu conceito de classe, também suas evidências empíricas sobre o *habitus* não indicam de modo convincente que exista um “mecanismo gerador” unificado do gosto.

A discussão acerca desse ponto presumiu que o projeto principal de Bourdieu em *La distinction* e em estudos relacionados era mostrar que o *habitus* estava arraigado em diferenças de classe. Mas ele simultaneamente apresenta uma segunda explicação muito diferente. Após a primeira metade do livro esboçar a teoria do *habitus* e tentar documentá-lo, o capítulo seis começa com a afirmação desconcertante de que “as diferentes classes sociais diferem não tanto na medida em que elas reconhecem a cultura, mas na medida em que elas a conhecem”.³² Essa diferença entre conhecimento (*connaissance*) e reconhecimento (*reconnaissance*) forma a base da “boa vontade cultural” que Bourdieu considera ser característica da pequena-burguesia. Basicamente, seu argumento aqui é que uma ampla extensão do gosto médio é orientada para a busca de substitutos da alta cultura legitimada. Isso leva a uma superestimação do consumo de objetos “pretensamente” culturais, objetos que fingem ser alguma outra coisa que eles não são: pequenas copa-cozinhas em oposição a cozinhas, coleções de selo em oposição a coleções de arte, cantos decorados em oposição a cômodos.³³

Bourdieu continua esse estilo de análise quando argumenta que o *habitus* das classes trabalhadoras é marcado por uma “aceitação da dominação”, evidenciada não apenas pela “ausência de bens de luxo” como também pela “presença de numerosos substitutos baratos para esses bens raros, ‘vinho branco frisante’ por champanhe, imitação de couro por couro de verdade, reproduções por pinturas”. Isso, de acordo com Bourdieu, são “indícios de uma despossessão no segundo poder, que aceita a definição dos bens dignos de serem possuídos”.³⁴

Essas passagens provocaram intensas críticas como sendo “paternalistas” e por irem contra evidências consideráveis da autonomia cultural da classe trabalhadora.³⁵ O que foi menos notado é o quão a análise da boa vontade cultural de Bourdieu está profundamente em desacordo com sua explicação anterior do *habitus* de classe. De fato, todos os seus escritos sobre cultura estão marcados por duas afirmações formalmente incompatíveis: de um lado, que cada classe, ou mais amplamente grupos sociais, tem seu **próprio** *habitus* e, portanto, seus **próprios** esquemas de percepção e apreciação (gostos); de outro lado, que a pequena-burguesia e a classe trabalhadora são dominadas pelos esquemas de percepção da classe dominante. Evidentemente, entretanto, pelo fato de serem dominadas culturalmente, a pequena-

³² Bourdieu, *Distinction*, 318. Bourdieu e Saint-Martin enfatizam o mesmo em “Anatomie,” 36.

³³ Bourdieu, *Distinction*, 251–253 e Bourdieu e Saint-Martin, “Anatomie,” 37.

³⁴ Bourdieu, *Distinction*, 386.

³⁵ Jeffrey C. Alexander, *Fin de Siècle Social Theory: Relativism, Reduction and the Problem of Reason* (New York: Verso, 1995), 178.

burguesia e a classe trabalhadora têm de compartilhar ao menos alguns elementos do *habitus* da classe dominante, já que um dos elementos-chave do *habitus* é precisamente essas “categorias de percepção e apreciação”³⁶ através das quais cada objeto cultural particular vem a ser reconhecido como legítimo. Se classes diferentes realmente têm *habitus* diferentes, como é sugerido pela primeira posição de Bourdieu, poderia não haver relações de dominação cultural entre elas. Cada classe poderia simplesmente habitar um universo simbólico paralelo com seus próprios “valores”. Defender simultaneamente ambos os argumentos é incoerente.

A explicação de Bourdieu para a conexão entre o *habitus* e a classe, para resumir, sofre de três problemas básicos. Primeiro, uma vez que Bourdieu não oferece uma conceitualização clara de classe, não é claro como as diferenças no gosto que ele descobre se relacionam com diferenças de classe em qualquer sentido. Segundo, mesmo aceitando que as categorias ocupacionais que ele usa **representam** de algum modo as classes, os padrões que ele descobre são incompatíveis com a teoria do *habitus*. Bourdieu não apresenta evidências de que os entrevistados possuem um “mecanismo gerador” que possa ser visto operando em amplos domínios da cultura. Na verdade, suas evidências apontam na direção oposta: que algumas formas muito específicas de práticas culturais estão fortemente relacionadas a alguns grupos ocupacionais enquanto outras não estão. Terceiro, Bourdieu está de fato trabalhando implicitamente com dois modelos incompatíveis de relacionamento entre cultura e classe, um que concebe o *habitus* como estratificado por classe e outro que o concebe como compartilhado entre as classes. Assim, basicamente, a sociologia de Bourdieu não é bem-sucedida como teoria macrosociológica porque ele falha em relacionar divisões sócio-estruturais subjacentes a comportamentos observáveis.

Reconhecimento errôneo e sistema escolar: a explicação da reprodução de Bourdieu

Volto-me, agora, à avaliação do trabalho de Bourdieu na segunda dimensão: sua explicação da reprodução social. Bourdieu, é claro, nota a perversa desigualdade do capitalismo moderno. Isso impõe um problema muito familiar para a tradição do marxismo ocidental. Dadas as óbvias desigualdades e injustiças do capitalismo contemporâneo, como é possível que tais sociedades possam se reproduzir estavelmente através do tempo?³⁷ A resposta de Bourdieu para esse problema inegavelmente real é o poder simbólico, que pode ser melhor compreendido como “a habilidade

³⁶ Bourdieu, *Distinction*, 101.

³⁷ Pierre Bourdieu, *Sur l'État: cours au Collège de France* (1989–1992) (Paris: Seuil, 2012), 259.

de fazer parecer natural, inevitável e, desse modo, apolítico aquilo que é um produto de lutas históricas”, nas palavras de Mara Loveman.³⁸ A explicação do poder simbólico de Bourdieu se compara à teoria da ideologia do marxista francês Louis Althusser.³⁹ Bourdieu, como Althusser, afirma que o reconhecimento errôneo do mundo social é uma pré-condição para a ação; portanto, um entendimento falso, imaginário ou incorreto do mundo social é a condição universal padrão dos atores na sociedade capitalista. Ademais, como Althusser, ele enfatiza que essa condição de reconhecimento errôneo universal é reforçada pelo sistema escolar. Portanto, a escola é o mecanismo institucional central da reprodução social sob o capitalismo. Para examinar essa explicação da reprodução social, é necessário primeiro ter uma ideia geral de por que Bourdieu pensa que o reconhecimento errôneo é universal.

Bourdieu vê o reconhecimento errôneo como universal porque, como observado anteriormente, ele vê a sociedade como feita de uma série de jogos competitivos chamados campos. Cada campo, exatamente como um jogo, tem suas próprias regras e recompensas. Assim, por exemplo, o campo da economia é definido por uma luta competitiva entre empresas por lucro. Mas há também o campo da produção cultural, um campo intelectual e um campo do poder político. Cada um desses campos tem recompensas análogas a lucros, tais como prestígio intelectual ou poder político.⁴⁰ A ubiquidade dos campos reforça a ubiquidade do reconhecimento errôneo; para ser um jogador em um jogo, não se pode questionar constantemente as regras do jogo apontando sua arbitrariedade ou seu caráter de construção histórica. Questionar as regras do jogo significaria não mais jogar, mas preferir observar.⁴¹ Na concepção de Bourdieu, os jogadores dos jogos desconhecem o caráter arbitrário das regras que governam sua ação tanto que eles as tomam como dados inquestionáveis. Para resumir, se ser um agente social é ser como um jogador em um jogo, e ser um jogador em um jogo requer submissão às regras arbitrárias do jogo, então a ação implica o reconhecimento errôneo. Admitida, há elementos ambíguos nessa explicação do reconhecimento errôneo. (Jogar basquete realmente requer que se suprima a compreensão de que as regras do jogo são um produto arbitrário da história?) Mas a questão verdadeiramente fundamental é diferente: os jogos agonísticos (campos) são uma boa metáfora para a vida social em geral?⁴² É impressionante como raramente essa questão foi colocada, dado o

³⁸ Mara Loveman, “The Modern State and the Primitive Accumulation of Symbolic Power,” *American Journal of Sociology* 110, no. 6 (2005): 1651–83, esp. 1655.

³⁹ Louis Althusser, *Lenin and Philosophy and Other Essays* (New York: Monthly Review Press, 1970), 164.

⁴⁰ Pierre Bourdieu, *Homo Academicus* (Stanford: Stanford University Press, 1988), 11; Jeffrey J. Sallaz e Jane Zavisca, “Bourdieu in American Sociology, 1980–2004,” *Annual Review of Sociology* 33 (2007): 21–41, esp. 24.

⁴¹ Bourdieu, *Le sens pratique*, 56–57.

⁴² Para uma crítica penetrante da aplicação da metáfora lúdica à sociedade, ver Perry Anderson, *Arguments within English Marxism* (London: Verso), 56–57.

enorme montante de energia que acadêmicos têm devotado a definir os campos, clarificar as ambiguidades do uso do termo por Bourdieu e aplicar a noção em trabalhos empíricos. A metáfora lúdica que subjaz à ideia de campo e seu corolário do reconhecimento errôneo universal permanece um pressuposto não examinado na literatura sobre Bourdieu e influenciada por ele.

Um problema geral com a visão lúdica ou de campos do social é que há muitas zonas da vida social que não são configuradas como jogos. Uma delas é o mundo do trabalho, no sentido da transformação e criação material. Mesmo nas condições mais exploradoras e alienadas, o trabalho envolve um esforço coletivo de transformação e, portanto, é orientado por um projeto, não por “tomadas de posição” ou “distinção” em um campo. Ademais, não é claro por que a participação em um processo de trabalho requereria, como submissão às regras do jogo, o reconhecimento errôneo, como nos campos de Bourdieu. De fato, processos de trabalho eficazes, como claramente tanto Marx quanto Weber os entendem, requerem monitoramento constante e reflexivo das consequências dos vários cursos da ação.

Um outro tipo chave de ação que parece escapar à metáfora dos campos são os movimentos sociais, especialmente os movimentos sociais revolucionários, que com frequência são explicitamente orientados para identificar e desafiar as regras do jogo social não reconhecidas anteriormente. Assim como no caso do trabalho, a ação social aqui parece requerer uma **ruptura** com o reconhecimento errôneo em vez de submissão a ele.

Um tipo final de interação social que fica de fora da metáfora dos campos é a interação orientada para a comunicação. Novamente, esse tipo de estrutura social não pode ser entendida como um campo de competição no sentido bourdieusiano, porque os entendimentos mútuos são resultado da interpretação mútua e empática, não da distinção agonística.

Tudo isso sugere que a teoria da reprodução social de Bourdieu é altamente questionável na medida em que depende da universalização da metáfora lúdica/dos campos. Há pouca razão para pensar que jogos competitivos, e o necessário reconhecimento errôneo que ocorre neles de acordo com Bourdieu, esgotam a totalidade das relações sociais; como consequência, parece implausível que o poder simbólico como reconhecimento errôneo possa funcionar como explicação geral da reprodução social.

Bourdieu oferece, além da ideia geral do reconhecimento errôneo, uma teoria da reprodução mais específica e institucionalmente arraigada, focada no sistema escolar. Ele postula uma transformação fundamental na sociedade moderna do modo de reprodução “familiar” para o de reprodução “escolar”. No modo de reprodução familiar, recursos e propriedades são passados adiante através da família. No modo de reprodução escolar, eles são pelo menos parcialmente investidos em uma

educação que então fornece ao herdeiro um certificado. Bourdieu argumenta que esse segundo modo oferece legitimidade muito maior para as classes dominantes do que o modo familiar, e que essa legitimidade aumenta na medida em que o sistema escolar se torna crescentemente autônomo do controle direto da classe econômica dominante.⁴³ Como Bourdieu e Passeron expressaram o argumento:

Nada é melhor projetado do que os exames para inspirar o reconhecimento universal da legitimidade dos vereditos acadêmicos e das hierarquias sociais que eles legitimam, uma vez que levam os autoeliminados a contar a si próprios entre aqueles que falham, enquanto habilitam aqueles eleitos em um pequeno grupo de candidatos elegíveis a ver em sua eleição a prova de um mérito ou uma “dádiva” que os teriam levado a ser preferidos a todos os outros em quaisquer circunstâncias.⁴⁴

Escolarização e exames, assim, traduzem as desigualdades de classe em desigualdades de mérito, legitimando essas desigualdades ao mesmo tempo aos olhos das classes dominantes e subordinadas. De acordo com Bourdieu, a classe dominante contemporânea é, em grande medida, uma elite credenciada.⁴⁵ Para lembrar, esse também é o argumento de Althusser: que a escola é uma instituição chave na reprodução do capitalismo.

Está além do escopo deste artigo engajar-se completamente nos debates sobre o papel da escolarização na reprodução capitalista. Dois pontos, entretanto, valem ser indicados. O primeiro é que a explicação da reprodução de Bourdieu por meio da escolarização é fortemente dependente do caso francês. O sistema escolar francês, com seu enorme prestígio e grau relativamente alto de autonomia em relação às classes de negócio, está intimamente associado às dinâmicas particulares do desenvolvimento social francês, caracterizado, como vem acontecendo desde pelo menos 1789, por um Estado poderoso e centralizado, ocupado por um quadro burocrático altamente educado, e um capitalismo industrial relativamente sem destaque. Assim, embora possa ser verdadeiro que credenciais desempenham um papel absolutamente crucial em legitimar as relações sociais capitalistas na França, dado seu padrão particular de desenvolvimento, há pouca razão para ver isso como um fenômeno geral.⁴⁶ Entretanto, a reprodução capitalista certamente é um fenômeno geral, tornando duvidosa a invocação do sistema escolar como uma

⁴³ Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, *Reproduction in Education, Society and Culture* (Thousand Oaks, CA: Sage, 1990), 152–53; Pierre Bourdieu, *The State Nobility: Elite Schools in the Field of Power* (Stanford, CA: Stanford University Press, 1998), 383.

⁴⁴ Bourdieu e Passeron, *Reproduction*, p.162.

⁴⁵ Bourdieu e Passeron, *Reproduction*, 166–67; Bourdieu, *The State Nobility*, 384–85.

⁴⁶ Fritz Ringer, *Fields of Knowledge: French Academic Culture in Comparative Perspective* (New York: Cambridge

explicação adequada para a reprodução do capitalismo em si. O capitalismo dos EUA, o caso tanto mais avançado quanto arquetípico, coloca-se como uma instância de refutação. Tem havido pouca correlação, mesmo nos níveis mais altos, entre a vitória na concorrência, o *sine qua non* para o sucesso capitalista, e as realizações educacionais entre os donos de negócios/empreendedores. De fato, a cultura da classe capitalista dos EUA tem tendido a ser desdenhosa em relação ao treino universitário formal, comparado à experiência industrial prática; mas isso tem tido pouca consequência negativa na legitimação do capital nos EUA.

O segundo problema com a explicação da reprodução de Bourdieu é mais analítico. Embora a questão da reprodução social só tenha realmente sentido no contexto de uma teoria do capitalismo como intrinsecamente conflituoso, desigual e instável, Bourdieu nunca teorizou sobre o capitalismo. De fato, o termo **capitalismo**, em contraste com o de **capital**, quase não aparece em seu trabalho. Essa lacuna enfraquece sua explicação da reprodução, porque ele falha em ver que há razões materiais muito boas para os produtores diretos apoiarem os capitalistas, independentemente do sistema educacional ou do reconhecimento errôneo.⁴⁷ Pelo fato de os lucros capitalistas serem uma condição do crescimento econômico e do emprego, é possível que seja do interesse material de trabalhadores individuais ou de grupos de trabalhadores apoiar os lucros e, *a fortiori*, as relações de produção capitalista. Como consequência, o capitalismo, muito mais do que os outros sistemas de produção, possui uma potencial “base material de consenso” – independentemente de quaisquer outros mecanismos.⁴⁸

Finalmente, a negligência de Bourdieu em relação à democracia eleitoral como um mecanismo potencial de reprodução é também digna de nota. A democracia, no sentido schumpeteriano básico, para começar, de um sistema institucional para estabelecer uma alternância de elites políticas, está quase completamente ausente do trabalho de Bourdieu.⁴⁹ Em sua monumental palestra *Sur l'État*, Bourdieu menciona a democracia de passagem em sua discussão da opinião pública, em seu brevíssimo resumo do trabalho de Barrington Moore, e como uma ideologia do imperialismo estadunidense.⁵⁰ Em outro trabalho, ele desenvolve a ideia do campo político e uma

University Press, 1992), 55: “O desenvolvimento do ensino secundário e superior na França e na Alemanha durante o século XIX não estava direta e funcionalmente relacionado ao crescimento econômico”.

⁴⁷ Para uma explicação exemplar, ver Vivek Chibber, “Rescuing Class from the Cultural Turn,” *Catalyst* 1 (Spring 2017).

⁴⁸ Adam Przeworski, *Capitalism and Social Democracy* (New York: Cambridge University Press, 1986), 138–39.

⁴⁹ Adam Przeworski, *Democracy and the Limits of Self Government* (New York: Cambridge University Press, 2010), 27–28; Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy* (New York: Free Press, 1962), 269.

⁵⁰ Pierre Bourdieu, *On the State: Lectures at the Collège de France 1989–1992* (Malden, MA: Polity, 2014), 81–82, 159–60.

explicação sofisticada da relação entre lideranças e seguidores partidários.⁵¹ Mas mesmo em seu artigo seminal sobre a representação política, em que se poderia esperar uma discussão dos sistemas partidários, do voto e dos parlamentos, não há quase análise sobre esses assuntos; em vez disso, sua discussão se volta para a ideia de que os representados são expropriados de seus meios de representação política.⁵² De fato, mesmo um observador altamente empático admite que seu trabalho em grande parte ignorou os tópicos padrões da sociologia política, limitando seu impacto nesse campo.⁵³

Essa negligência da democracia é particularmente surpreendente porque as eleições parecem muito mais diretamente relacionadas à legitimação da autoridade política do que o sistema escolar;⁵⁴ de fato, as eleições são um exemplo chave do prolongamento da “cadeia de legitimação”⁵⁵ que ele entende como crucial para a estabilidade da ordem política moderna. As eleições constituem uma igualdade política semifictícia que mascara as desigualdades reais e faz o Estado aparecer como a expressão de uma nação constituída de cidadãos formalmente iguais. Nas eleições, os indivíduos não aparecem como membros de classes sociais ou outros grupos de interesse.⁵⁶ Assim, as eleições estabelecem uma relação altamente individualizada com o Estado, criando problemas cruciais para movimentos coletivos que buscam transcender ou transformar o poder estatal e o capitalismo. Os interesses de classe em democracias eleitorais são delegados a representantes desses interesses e nem classes nem massas em geral exercem pressão política direta relevante sobre o Estado.⁵⁷

Seria difícil argumentar, então, que Bourdieu oferece uma explicação convincente da reprodução capitalista. Na medida em que sua teoria está baseada no reconhecimento errôneo, ela repousa sobre a implausível extensão da metáfora lúdica dos campos para todas as relações sociais. Na medida em que ela está baseada no sistema escolar, ela generaliza a especificidade do caso francês enquanto ignora os

⁵¹ Mustafa Emirbayer e Erik Schneiderhan, “Dewey and Bourdieu on Democracy,” em *Bourdieu and Historical Analysis*, editado por Philip S. Gorski (Durham, NC: Duke University Press, 2013), 140–44.

⁵² Pierre Bourdieu, “La représentation politique,” *Actes de la recherche en sciences sociales* 36 (1981): 3–24.

⁵³ David Swartz em “Pierre Bourdieu and North American Political Sociology: Why He Doesn’t Fit In but Should,” *French Politics* 4 (2006): 84–89; “De fato, Bourdieu não dedica muita atenção a manifestações públicas, greves, polícia, exército, prisões ou guerras. Nem dedica muita atenção àquelas unidades políticas, como as legislaturas ou constituições, comumente tratadas como instituições pelos cientistas políticos. Exceto pela ação de delegar o poder político, Bourdieu não dedicou muita atenção aos processos políticos, tais como a tomada de decisões, a construção de coalizões ou a seleção de lideranças”. (87).

⁵⁴ Bourdieu, *On the State*, 194, 216–19, 259–60.

⁵⁵ *Ibid.*, 131.

⁵⁶ Perry Anderson, “The Antinomies of Antonio Gramsci,” *New Left Review* 100 (1976–77): 5–78, 28; Göran Therborn, *What Does the Ruling Class Do When It Rules?* (London: Verso, 2008), 113.

⁵⁷ Przeworski, *Capitalism and Social Democracy*, 13–14.

poderosos mecanismos econômicos e políticos que também operam para estabilizar o capitalismo. Desse modo, a teoria de Bourdieu não atende com sucesso ao segundo critério de uma teoria macrossociológica. Ele não tem uma explicação plausível da reprodução social.

Privação relativa e intelectuais: uma teoria bourdieusiana da transformação social?

Volto-me, agora, para o entendimento da transformação social de Bourdieu. É necessário começar notando que a metáfora dos campos cria severos obstáculos para qualquer explicação convincente da mudança social; reduzindo a vida social a um jogo agonístico, ela impede a própria possibilidade de ação coletiva e propositiva, uma vez que toda ação é constituída pela tomada de posição em um campo cujas regras em si são tratadas como inquestionadas.⁵⁸ Portanto, qualquer explicação da mudança social que Bourdieu produza deve ser sem uma noção forte de agência coletiva.

Os constrangimentos que a metáfora dos campos coloca para uma teoria da transformação são melhor demonstrados pelo exame da sociologia política de Bourdieu, em que ele a mobiliza largamente. Sua afirmação central sobre a política é que as oposições entre os representantes políticos explicam mais sobre suas visões do que as relações deles com suas bases eleitorais ou sociais. Para entender qualquer posição política específica, portanto, “é ao menos tão necessário conhecer o universo de posições oferecido pelo campo quanto as demandas dos leigos (a ‘base’) daqueles de quem eles são os representantes declarados por assumir essas posições: a tomada de uma posição, a palavra diz isso maravilhosamente, é um ato que não tem sentido exceto relacionalmente, na e pela diferença, a disparidade distintiva”.⁵⁹ São então as posições diferenciais no campo da política que explicam aquilo pelo que os políticos lutam. Há uma verdade óbvia nessa abordagem em relação à política moderna, embora ela dificilmente seja original de Bourdieu.⁶⁰

Entretanto, tratando a política como um jogo eleitoral ou “campo”, Bourdieu lamentavelmente não está aparelhado para abordar os eventos políticos decisivos que criam o mundo moderno e, assim, devem ser centrais para qualquer explicação

⁵⁸ Jacques Rancière, em *Le philosophe et ses pauvres* (Paris: Flammarion, 2007), 258, aponta que as classes de Bourdieu estão sempre lutando, mas sem reconhecer que elas são, na realidade, classes. O resultado, ele argumenta, é um “marxismo parmenideano” com classes, mas sem história.

⁵⁹ Bourdieu, “La représentation politique,” 5.

⁶⁰ *Ibid.*, 22; Pierre Bourdieu, “The Social Space and the Genesis of Groups,” *Theory and Society* 14, no. 6 (1985): 723–44, esp. 740. O débito do primeiro texto para com Michels é extremamente óbvio. Entretanto, como no caso da maioria dos débitos intelectuais de Bourdieu, ele dispensa a fonte de suas ideias em nota de rodapé.

plausível da mudança social: a Guerra Civil Inglesa, a Revolução e a Guerra Civil Americanas, a Revolução Francesa, a Unificação Alemã ou o *Risorgimento* Italiano. Esse vazio explicativo não é acidental, nem tem a ver com a ausência de evidências apropriadas ou uma aversão à “filosofia da história”, como o próprio Bourdieu algumas vezes sugere. Isso é, ao contrário, uma consequência da metáfora dos campos. Essa metáfora não pode ser usada para explicar essas lutas revolucionárias porque elas rompem o padrão da tomada de posição em um contexto institucional estabelecido, que é o domínio exclusivo da sociologia política de Bourdieu. Não é nenhuma surpresa, então, que não haja ainda uma teoria bourdieusiana da revolução, da democratização ou da ascensão do autoritarismo. Os tipos de processo social que produzem esses resultados transcendem completamente as lutas intra-campos.

Sem o mecanismo da ação coletiva, Bourdieu é deixado com duas opções para explicar a mudança, ambas as quais ele emprega. A primeira é invocar o conceito de diferenciação: “Em minha elaboração da noção de campo, tenho insistido sobre o processo que Durkheim, Weber e Marx descreveram, isto é, à medida que as sociedades avançam no tempo elas se diferenciam em universos especiais e autônomos – o que é uma das únicas leis tendenciais sobre as quais, penso eu, nós podemos estar de acordo”.⁶¹ Deixando de lado a noção absurda de que Marx e Weber pensavam que a diferenciação era uma “lei tendencial” que não requeria mais elaboração, o que é impressionante nessa afirmação é sua arrogância comteana vazia. Em lugar de uma explicação, Bourdieu invoca um grande processo sem agentes, desenrolando-se “à medida que as sociedades avançam no tempo”. Essa explicação da mudança social não é uma explicação.

A segunda explicação da mudança de Bourdieu se move para a outra direção da macrodinâmica da diferenciação, para agentes engajados em campos competitivos. Nessa explicação, que Bourdieu chama de “efeito de histerese”, a mudança social ocorre porque agentes perseguem estratégias que são mal-adaptadas para o estado atual do campo em que eles estão agindo. O melhor exemplo desse segundo tipo de argumento é a análise da crise de 1968 de Bourdieu. Ele argumenta que a crise foi produto da superprodução de detentores de diplomas acadêmicos depois de mais ou menos 1960, os quais desenvolveram expectativas irrealistas de carreira porque a expansão demográfica estava jogando para baixo o valor de suas credenciais, enquanto suas expectativas de carreira estavam alinhadas com o estado anterior do campo acadêmico. Os detentores de diploma franceses, assim, estavam dominados por uma forma de falsa consciência. Eles pensavam que seus diplomas os gabaritavam para certas posições que estariam disponíveis para eles em um estado anterior do campo, mas essas posições estavam se tornando escassas à medida que mais pessoas entravam para o ensino superior. Como consequência,

⁶¹ Bourdieu, *Sur l'État*, 318.

os detentores de diplomas descobriram que seus diplomas valiam muito menos do que eles esperavam. Esse desapontamento os levou a formar uma aliança com os intelectuais não acadêmicos e a classe trabalhadora contra o sistema educacional.⁶² Os vários movimentos de esquerda que varreram a França nesse período eram o resultado de um reconhecimento errôneo no qual agentes em posições “homólogas” no espaço social (detentores de diplomas, intelectuais não acadêmicos e classe trabalhadora) vieram a se entender como similares.⁶³

Há ao mesmo tempo, com esse argumento, um problema teórico geral e uma fraqueza empírica séria. O problema teórico é que ele ainda deixa inexplicado porque as condições no campo mudaram – a explosão no número de detentores de diploma. Em primeiro lugar, Bourdieu não oferece explicação de porque as três séries de agentes repentinamente se descobriram em uma posição “homóloga”. Dizer que todos eles experimentaram privação relativa no mesmo momento pede esclarecimentos. A agitação estudantil de 1968 foi, além de tudo, parte de um movimento global contra o capitalismo e o Estado, o que permanece de fora do quadro explicativo de Bourdieu. É ao menos interessante notar que as revoltas do final dos anos sessenta ocorreram precisamente em um momento de virada na economia mundial, de uma longa expansão para uma longa retração, mas na análise de Bourdieu tais fatores estruturais mais amplos não aparecem.

Comparativamente, também, a análise é questionável. O sociólogo italiano Marzio Barbagli, em um livro com misteriosos paralelos com *Homo academicus*, argumenta que uma situação de aguda superprodução de intelectuais para suas respectivas posições caracterizou a Itália depois da unificação. No período posterior à I Guerra Mundial a situação piorou dramaticamente, à medida que intelectuais estabelecidos encararam a perspectiva do desemprego depois de seu retorno da frente de batalha, enquanto recém-detentores de diploma encaravam perspectivas de carreira diminuídas. Essas dinâmicas juntas produziram um senso de “privação relativa”, à medida que o aumento das expectativas criado pela guerra se combinou fatalmente com a perda de posições ou de expectativas de carreira.⁶⁴ Porém, em um contexto político caracterizado pelo avanço de um partido socialista revolucionário, os intelectuais se moveram não para a esquerda, mas para a extrema-direita. De fato, Barbagli argumenta, muitas organizações de intelectuais, tais como aquelas dos engenheiros e dos professores do ensino primário, tomaram parte em violentas expedições repressivas contra as instituições da classe trabalhadora no começo da década de 1920.⁶⁵ Resumindo, Barbagli afirma que a mesmíssima dinâmica que

⁶² Bourdieu, *Homo Academicus*, 162–80.

⁶³ *Ibid.*, 175–77; o resumo de Alexander em *Fin de Siècle Social Theory*, 147–48, é extremamente útil.

⁶⁴ Marzio Barbagli, *Educating for Unemployment: Politics, Labor Markets, and the School System—Italy, 1859–1973* (New York: Columbia University Press, 1982), 119.

⁶⁵ *Ibid.*, 119–22.

Bourdieu argumenta que produziu radicalização de esquerda na França em 1968 – um senso de relativa privação com respeito aos prospectos de carreira – levou ao fascismo na Itália.⁶⁶

Uma vez que aproximadamente o mesmo processo produziu diferentes resultados nesses dois contextos, uma explicação satisfatória da politização dos intelectuais parece requerer a especificação de fatores, particularmente a orientação dos partidos de esquerda no que se refere aos intelectuais, apartada do efeito em si. Em suma, a teoria da mudança de Bourdieu permanece vaga. De fato, o mais impressionante nela é sua banalidade. Dificilmente se precisaria de Bourdieu para chegar a uma teoria da privação relativa.⁶⁷ Ademais, essa teoria, em todo caso, é insuficiente para explicar o resultado político central para Bourdieu: a politização de esquerda dos acadêmicos franceses no fim dos anos sessenta.

A sociologia de Bourdieu, portanto, não constitui uma teoria macrosociológica em nenhuma das três dimensões que eu identifiquei na introdução. Sua análise das classes falha em relacionar a estrutura de classes a uma distribuição dos comportamentos observáveis. Em vez disso, ela dá uma guinada para uma série de tautologias vazias à medida que o significado de classe se expande para incluir qualquer diferença social – incluindo, de modo alarmante, o próprio gosto. Sua teoria da reprodução cripto-althusseriana falha em explicar as dimensões política e econômica do problema, ao apoiar-se em uma implausível generalização da metáfora lúdica. Finalmente, as duas explicações da mudança social de Bourdieu (um evolucionismo estilo século dezenove e uma teoria da privação relativa requentada) são, sem surpresa, não convincentes.

Essas fraquezas explicativas não são, é claro, falhas pessoais. Em termos de sofisticação intelectual e alcance empírico, o trabalho de Pierre Bourdieu é virtualmente ímpar. O problema, paradoxal como pode soar, é que Bourdieu não tem uma teoria da estrutura de classes no sentido de uma relação estruturada entre produtores diretos e apropriadores de excedente cuja interação pudesse dirigir o desenvolvimento histórico. Os campos de Bourdieu não contêm em si mesmos qualquer dinâmica de desenvolvimento; seus ocupantes, atolados como estão no reconhecimento errôneo, não podem nunca constituir agentes coletivos.

⁶⁶ *Ibid.*, 10. Ainda não há análise histórico-comparativa adequada das dinâmicas que levam os intelectuais para a direita ou para a esquerda.

⁶⁷ O comentário de Michael Burawoy em *Conversations with Bourdieu: The Johannesburg Moment* (Johannesburg: Wits University Press, 2012) permanece insuperável. Lá ele escreve: "Isso é uma versão requentada da teoria da privação relativa que tanto embasou, antigamente, a psicologia social e a teoria dos movimentos sociais" (39).

Por que Bourdieu?

É importante encarar os fatos. A despeito desses sérios problemas, Bourdieu é o teórico do momento na sociologia. De fato, quando as pessoas mencionam “teoria” no contexto de uma discussão sobre sociologia, elas geralmente se referem a Bourdieu. No período entre 1980 e 1984, somente 2% de todos os artigos nos quatro principais jornais de sociologia citavam Bourdieu, mas ao longo da primeira década do século vinte isso aumentou para 12%.⁶⁸ Se esses artigos fossem reduzidos exclusivamente ao âmbito dos tratados teóricos, pode-se imaginar que o número aumentaria consideravelmente. A descrição de Bourdieu por Wacquant como “o mais celebrado sociólogo do momento” ainda é verdadeira, mais do que uma década após a morte de Bourdieu.⁶⁹ Como um acadêmico britânico recentemente expressou, “não há dúvida sobre isso: Pierre Bourdieu é o sociólogo individual mais influente do final do século vinte”.⁷⁰ Isso impõe um sério problema. Uma vez que a sociologia de Bourdieu não oferece uma macrosociologia, como se propõe, a atração de seu trabalho deve se achar em outra direção. Assim, uma abordagem diferente para compreender sua popularidade é necessária. Os comentários que se seguem são necessariamente um tanto quanto especulativos e requerem pesquisa efetiva para serem robustecidos. Eles são oferecidos aqui no espírito da discussão.

Como argumentei na introdução a este artigo, há três razões para a popularidade de Bourdieu entre a elite acadêmica em países capitalistas avançados, especialmente nos Estados Unidos. Primeiro, sua sociologia ressoa a experiência vivida dos acadêmicos; segundo ela oferece uma identidade política substituta para acadêmicos com orientação de esquerda; terceiro, ela oferece uma defesa poderosa dos privilégios e da autonomia acadêmicos para acadêmicos preocupados profissionalmente. A sociologia bourdieusiana é, assim, melhor entendida não como uma teoria social, mas como uma formação ideológica apoiada em uma experiência comum e fornecendo um projeto político capaz de integrar a “esquerda” e a “direita” acadêmicas.

Ressonância com a experiência vivida

Muitas teorias sociais ganham sua plausibilidade porque projetam para uma escala macro os mundos microsociais de seus produtores e consumidores. É particularmente assim com as noções de “campo” e “poder simbólico” de Bourdieu.

⁶⁸ Sallaz e Zavisca, “Bourdieu in American Sociology,” 25–26.

⁶⁹ Loïc Wacquant, “Further Notes on Bourdieu’s ‘Marxism,’” *International Journal of Contemporary Sociology* 38, no. 1 (2001): 103–109, esp. 104.

⁷⁰ Will Atkinson, *Beyond Bourdieu: From Genetic Structuralism to Relational Phenomenology* (Cambridge: Polity, 2016), 1.

Seria inteiramente incorreto concluir que, por serem uma metáfora restritiva, esses conceitos sejam, portanto, universalmente inaplicáveis; isso reverteria o dogmatismo do próprio Bourdieu. Ao contrário, a ideia de campo é altamente aplicável à vida acadêmica. Os acadêmicos estão no negócio das tomadas de posição e da distinção. Seus produtos culturais ganham significado na oposição polêmica a outros. Não é surpreendente, portanto, que algumas das análises mais bem-sucedidas de Bourdieu foquem em como posições políticas entre intelectuais são com frequência traduções fracamente veladas de sua posição no campo da produção cultural.⁷¹

Assim, uma das principais coisas que o trabalho de Bourdieu oferece para as elites acadêmicas é uma generalização de sua experiência vivida. Da perspectiva da sociologia de Bourdieu, o mundo social delas pode aparecer como um microcosmo da sociedade como um todo. De fato, a noção de que a vida social é constituída como um “campo”, longe de requerer uma ruptura crítica com a experiência vivida, é basicamente o senso comum de como o mundo funciona para os docentes do ensino superior.⁷² É, portanto, difícil imaginar uma teoria sociológica cuja ontologia seja mais perfeitamente alinhada ao mundo da vida dessas classes [*chattering classes*].^{1v}

Engajamento político substituto

A sociologia de Bourdieu, entretanto, oferece algo mais que uma generalização da experiência “docente”. Ela também oferece uma identidade, com paralelos com o que Lênin chamava de “revolucionário profissional”. Sociólogos bourdieusianos são uma vanguarda. Eles possuem compreensão sobre o funcionamento do mundo social que deriva de sua teoria social mas são negados pelos leigos atolados no pântano do senso comum e dos entendimentos cotidianos.

Toda essa concepção é baseada na noção de uma ruptura radical entre a teoria social e o conhecimento leigo, ele próprio consequência do reconhecimento errôneo universal. Agentes, na medida em que estão presos à lógica das práticas, engajados no jogo social, não podem compreender a estrutura real dos campos nos quais eles agem. Eles operam de acordo com uma concepção de mundo pré-consciente e tácita, um “sentido do jogo”. A reflexão sobre o mundo social, a formação do social como um objeto de conhecimento, não pode ocorrer dentro do jogo. Bourdieu insiste

⁷¹ Bourdieu, *Homo Academicus*, xvii.

⁷² David Swartz enfatiza bem isso em *Culture and Power*: “O foco na competição individual como forma predominante de conflito nas sociedades modernas estratificadas certamente toca uma importante dimensão da diferenciação no período moderno. Entretanto, esse foco pode também refletir desproporcionalmente o meio profissional do próprio Bourdieu e suas escolhas de áreas de investigação. Educação e cultura erudita são as instâncias supremas da competitividade e da distinção individuais. Essas áreas essenciais de investigação preferidas por ele podem ter moldado excessivamente sua visão do conflito de classes” (188).

repetidamente que a atribuição de uma capacidade reflexiva aos agentes em um campo da prática é uma ilusão intelectualista:

“Conhecimento não depende somente, como um relativismo elementar ensina, do ponto de vista particular ‘situado e dado’ que um observador assume sobre o objeto: há uma alteração muito mais fundamental, e muito mais pernicioso, uma vez que, sendo constitutiva da operação do conhecimento, ela provavelmente passa sem ser notada, essa prática se submete ao único fato de assumir um ‘ponto de vista’ sobre ele e, assim, constituí-lo como um objeto (de observação e análise)”⁷³.

Para Bourdieu, então, o pensamento reflexivo, a transformação da prática em um objeto de análise, requer uma ruptura com a prática. Em contrapartida, a prática como experiência vivida requer uma ruptura com a reflexão. Agentes podem agir somente na medida em que eles *não* refletem sobre suas ações; a reflexão é, conseqüentemente, possível somente de uma posição de fora do campo da ação.

A compreensão sociológica requer uma ruptura com a prática, alcançada através de uma forma especial de treinamento por meio do qual sociólogos principiantes criam um novo habitus ou uma série de disposições científicas para substituir as leigas preexistentes. Há, portanto, um nexo entre teoria e prática na sociologia de Bourdieu – mas, diferentemente do marxismo revolucionário, por exemplo, esse nexo tem seus efeitos sobretudo *dentro do mundo da sociologia*.

Rogers Brubaker, em um ensaio que foi longe na elucidação do apelo de Bourdieu nessa dimensão, compreendeu esse ponto de modo particularmente claro. Ele faz um chamado por uma ruptura com “leitura[s] conceitualista[s], teórica[s] e logocêntrica[s] de Bourdieu”; em outras palavras, com leituras que examinarão a coerência lógica e a plausibilidade empírica dos trabalhos de Bourdieu. Em vez disso, o aspirante a sociólogo “deve buscar dominar praticamente, incorporar em seu habitus, as ferramentas de pensar que Bourdieu tornou disponível”.⁷⁴ Infelizmente, aqueles que carecem de “acesso ao *atelier* ou à sala de seminários de Bourdieu” tendem a confrontar seu trabalho teoricamente em vez de praticamente.⁷⁵ Zavisca e Sallaz expressam uma ideia similar em linguagem menos elevada quando perguntam “como as ideias de Bourdieu têm sido postas em uso nas pesquisas publicadas nos principais jornais de sociologia estadunidenses”.⁷⁶ A sociologia de Bourdieu, resumindo, promete um tipo de autotransformação. Abordada corretamente, ela é mais **um modo de se tornar um sociólogo** do que um quadro de referência para a compreensão do mundo social.

⁷³ Bourdieu, *Le sens pratique*, 46.

⁷⁴ Rogers Brubaker, “Social Theory as Habitus,” em *Bourdieu: Critical Perspectives*, editado por Craig Calhoun, Edward LiPuma e Moishe Postone (Cambridge: Cambridge University Press), 217, 219.

⁷⁵ *Ibid.*, 216.

⁷⁶ Sallaz e Zavisca, “Bourdieu in American Sociology,” 22.

A sociologia de Bourdieu, dessa perspectiva, pode ser pensada como um tipo de protestantismo radical secularizado, prometendo uma forma de renascimento intelectual através de práticas de disciplina projetadas para criar um novo *habitus* sociológico. Como a ética calvinista descrita por Weber, a sociologia bourdieusiana requer um constante reexame de si, um processo discutido sob o termo “reflexividade”.⁷⁷ Culturalmente, essa sociologia pertence a uma gama de outras práticas altamente características da *intelligentsia* contemporânea: ioga, dietas da moda, monitores de exercício e assim por diante.⁷⁸

Por que os acadêmicos procurariam por isso? Não há razão para pensar que os sociólogos bourdieusianos sejam mais carreiristas do que os outros; de fato, muito pelo contrário, o oposto provavelmente seja verdadeiro. Os tipos de intelectuais que são atraídos por Bourdieu tendem a querer usar seu conhecimento para melhorar o mundo. Mas, particularmente nos Estados Unidos, eles carecem de qualquer veículo político plausível para relacionar seus estudos à mudança social. Não há conexão organizativa entre a teoria social e a prática política: excluindo-se, é claro, o vasto mar de ciência social com “relevância política”, vazia intelectualmente e cripto-tecnocrata, produzida em larga escala na academia estadunidense. Uma hipótese para explicar a atração do trabalho de Bourdieu é que ele transforma a energia potencialmente radical interna à crítica social, criando assim uma forma de engajamento político que promete a meta atingível de acumular “poder simbólico” em lugar de confrontar a exploração e a dominação reais. O apelo é melhor indicado, de novo, pelo comentário de Brubaker: o ponto dos textos de Bourdieu “não é simplesmente interpretar o mundo; é mudar o mundo, mudando o modo como nós – em primeira instância, **outros cientistas sociais** – o vemos”.⁷⁹ Essa pálida recapitulação da décima primeira tese de Marx sobre Feuerbach (não citada, naturalmente) é um resumo eficaz do apelo de Bourdieu. Nele nós temos um pensador que mobiliza vastos recursos intelectuais no intuito de um projeto militante de transformar a consciência sociológica no lugar de transformar a sociedade.

A defesa dos privilégios acadêmicos

O radicalismo internamente orientado da sociologia de Bourdieu está paradoxalmente conectado com outro traço distintivo dela: sua obsessão com a defesa da diferenciação ou “autonomia”. A visão política última de Bourdieu,

⁷⁷ Para uma discussão canônica dessa dimensão do trabalho de Bourdieu, ver Loïc Wacquant, “Toward a Social Praxeology: The Structure and Logic of Bourdieu’s Sociology,” em Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, *An Invitation to Reflexive Sociology* (Chicago: Chicago University Press, 1992), 36–46.

⁷⁸ Para uma boa discussão disso, ver Mark Greif, *Against Everything* (New York: Pantheon, 2016).

⁷⁹ Brubaker, “Social Theory as Habitus,” 217.

a despeito da vestimenta radical-chique com a qual ela aparece, é o pluralismo clássico, familiar a leitores de Dahl, Tocqueville, Mosca ou Weber. Essa visão se baseia em uma defesa da autonomia intelectual em um sentido um tanto quanto conservador, como a base institucional para forçar a classe dominante a universalizar seus interesses particulares.

Essa afirmação pode parecer tendenciosa. Portanto, é importante reconhecer que muito do que Bourdieu disse politicamente era bastante radical, especialmente no começo de sua carreira intelectual na Argélia e no fim dela, à medida que ele combateu o neoliberalismo francês durante os anos noventa. De fato, algumas de suas posições políticas, particularmente no domínio da geopolítica, são impressionantemente agudas, incomparavelmente superiores às platitudes bovinas que passam por “análise política” em grande parte da sociologia dos EUA.⁸⁰ Um teste de tornassol para sua independência política é sua justa e forte condenação do bombardeio da Sérvia pela OTAN, em um momento em que muitos “progressistas” na América do Norte e na Europa estavam resmungando doutrinas em linguagem complicada.

Mas o que é impressionante nos escritos políticos de Bourdieu é como eles são limitados. Na ausência de qualquer teoria sobre o capitalismo, sua posição política equivale basicamente a uma defesa dos arranjos existentes contra a invasão da lógica do mercado. Seu valor político fundamental é a autonomia, particularmente a autonomia da sociologia, em vez da liberdade ou da igualdade. O fundamento intelectual dessa política é um tanto quanto conservador. Em nenhum lugar isso está colocado mais claramente do que no final de *La noblesse d'État*:

Está claro que independentemente de suas bases ou motivos, essas lutas entre os dominantes necessariamente adicionam ao campo do poder um pouco do universal – razão, desinteresse, mentalidade cívica etc. – que, originado como foi em lutas anteriores, é sempre uma arma simbolicamente efetiva nas lutas do momento. E, ao mesmo tempo em que tomamos cuidado para não pronunciar julgamentos sobre os méritos comparativos de um ou outro regime, que são frequentemente identificados com a “filosofia política”, nós podemos propagar a noção de que o progresso na diferenciação das formas de poder é constituído de muitos atos protetores contra a tirania, entendida à maneira de Pascal, como a violação de uma ordem sobre os direitos de outras, ou mais precisamente, como a intrusão de formas de poder associadas a um campo no funcionamento de outros.⁸¹

⁸⁰ Pierre Bourdieu, *Political Interventions: Social Science and Political Action* (New York: Verso, 2008), 355–57.

⁸¹ Bourdieu, *State Nobility*, 389.

Bourdieu aqui aparece para abraçar a visão da sociedade dirigida por uma série plural e interligada de elites engajadas em lutas umas com as outras e, como resultado constante, forçadas a articular seus interesses particulares em termos gerais.⁸² Esse argumento relembra fortemente a noção de uma constituição mista: uma visão política que vai de Aristóteles a Weber e além. No fim das contas, então, a sociologia de Bourdieu, de algum modo em contraste com sua escrita política explícita, leva a um reforço do velho liberalismo elitista, fornecendo um ponto de vista honroso para os sociólogos, como modestos sábios da boa sociedade. O que ela não contém, é claro, é uma crítica, ou mesmo análise, do capitalismo como um sistema de relações de classe.

Conclusão

O apelo da sociologia de Bourdieu, resumindo, não é nem por seu poder explicativo nem por sua habilidade de gerar novos problemas e questões. Há muito poucas explicações em seu conjunto, e as principais que de fato existem são implausíveis. Para explicar a ascensão de Bourdieu, portanto, deve-se olhar para a “lógica das práticas” em vez da “lógica da teoria”. A sociologia de Bourdieu, simultaneamente, ressoa a experiência vivida das elites acadêmicas, oferece uma forma de radicalismo substituto focado na autotransformação e fornece aos sociólogos um sentimento de ter um elevado papel social. Isso não implica que a mentalidade bourdieusiana seja totalmente negativa. Talvez a melhor analogia seja a do papel do protestantismo anterior à Revolução Francesa. Antes que um verdadeiro movimento político que buscasse estabelecer a cidadania moderna emergisse, a luta por ela tomou a forma de uma tentativa de refazer-se a si mesmo através de práticas de disciplina. A sociologia de Bourdieu pode ser similar nesse sentido. Talvez ela esteja guardando lugar para qualquer teoria crítica verdadeiramente radical que virá depois. Em todo caso, um movimento radical e autoconsciente para sujeitar a sociedade inteira ao controle verdadeiramente humano será sinal não da realização, mas do fim da sociologia bourdieusiana.

⁸² *Ibid.*

BOURDIEU'S CLASS THEORY

ABSTRACT: *What explains the enormous popularity of Bourdieu's critical theory in US academia and particularly in sociology? This paper considers two answers. One is that Bourdieu offers a compelling macrosociological account of contemporary society similar in scale to those of Marx, Weber, or Durkheim. However, a close examination shows that Bourdieu fails in this task. His work offers neither an empirically supported class analysis nor an account of social reproduction or social change. Thus, I conclude that Bourdieu's popularity cannot be a result of the power of his explanations. There is, however, a second answer: that Bourdieu's sociology is popular because of the specific social conditions in US academia today. In this context, where intellectuals win rewards by pursuing a strategy of distinction, where they lack much organizational connection to popular movements, and where their material interests lie in a defense of their privileges, Bourdieu's sociology is highly attractive. It effectively resonates with academics' lived experience and serves to articulate their most fundamental political interests.*

KEYWORDS: *Pierre Bourdieu. Sociological theory. Social classes.*

LA TEORÍA DE LAS CLASES DE BOURDIEU

RESUMEN: *¿Qué explica la enorme popularidad de la teoría crítica de Bourdieu en la academia y, particularmente, en la sociología de los Estados Unidos? Este ensayo examina dos respuestas. Una es que Bourdieu ofrece una explicación macrosociológica convincente de la sociedad contemporánea, a la altura de aquellas de Marx, Weber o Durkheim. Sin embargo, un examen más detallado muestra que Bourdieu falla en esta tarea. Su trabajo no ofrece ni un análisis de las clases anclado empíricamente, ni una explicación de la reproducción o del cambio social. Por lo tanto, mi conclusión es que la popularidad de Bourdieu no puede ser el resultado del poder de sus explicaciones. Hay, no obstante, una segunda respuesta: la sociología de Bourdieu es popular debido a las condiciones sociales específicas en la academia de Estados Unidos hoy en día. En este contexto, en que intelectuales ganan recompensas al perseguir una estrategia de distinción, en que no tienen mucha conexión organizativa con los movimientos populares y en que sus intereses materiales se encuentran en la defensa de sus privilegios, la sociología de Bourdieu es altamente atractiva. Ella realmente resuena la experiencia vivida de los académicos y sirve para articular sus intereses políticos más fundamentales.*

PALABRAS CLAVE: *Pierre Bourdieu. Teoría sociológica. Clases sociales.*

ⁱ Tradução realizada por Max Gimenes (<https://orcid.org/0000-0002-0906-6837>) e revisão da tradução por Ruy Braga (N.T.). O artigo original foi publicado em RILEY, Dylan. Bourdieu's Class Theory. **Catalyst Journal**. New York, vol.1, n.2 jun. 2017.

ⁱⁱ Dylan Riley é professor de sociologia na Universidade da Califórnia em Berkeley (<https://orcid.org/0000-0001-5699-5607>). Ele é autor de *The Civic Foundations of Fascism in Europe: Italy, Spain, and Romania 1870-1945*. Seu próximo livro, *Rethinking Liberal Democracy and the Fascist Legacy*, será publicado pela Verso (N.T.).

ⁱⁱⁱ O termo original é "*misrecognition*". Como sua versão para o português é controversa, optou-se aqui, preferencialmente, por "reconhecimento errôneo", expressão que parece comportar a ideia de desconhecimento e reconhecimento implicada no conceito de poder simbólico de Bourdieu. Ver Frédéric Vandenberg, "O real é relacional: uma análise epistemológica do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu", *Cadernos do Sociófilo*, n. 1 (2011): 1, nota de tradução de Gabriel Peters. Disponível em: https://www.academia.edu/859739/_O_Real_%C3%A9_relacional_uma_an%C3%A1lise_epistemol%C3%B3gica_do_estruturalismo_gerativo_de_Pierre_Bourdieu_Cadernos_do_Sociófilo_2011_no_1. Acesso em: 5 fev. 2019 (N. T.).

^{iv} A expressão original é "*chattering classes*", que, em tradução literal, significa algo como "classes tagarelas". Trata-se de uma expressão utilizada, geralmente de modo pejorativo, para se referir à classe média intelectualizada que aprecia discutir temas políticos, culturais e sociais e expressa opiniões sobre esses assuntos, a qual, no modelo bourdieusiano, corresponderia à fração dominada da classe dominante, composta basicamente de intelectuais e produtores artísticos (N.T.).

Recebido em 14/02/2019.

Aprovado em 15/02/2019.

Varia

AS CIÊNCIAS SOCIAIS: ENTRE A AVALIAÇÃO E A RELEVÂNCIA

*Michel Nicolau NETTO**

RESUMO: O sistema de avaliação de pós-graduação garantiu que as pesquisas científicas nas universidades públicas brasileiras se mantivessem resistentes às ameaças que frequentemente sofrem. Contudo, quanto mais hegemônico se tornou esse sistema, mais os pesquisadores transformaram suas regras na própria noção de relevância científica, esvaziando a capacidade das ciências sociais influenciarem outros campos do saber. Neste artigo analiso esse processo e busco notar como ele leva, paradoxalmente, à perda da autonomia do campo das ciências sociais em função da importância que assumem a mídia e o clamor por pesquisas mais utilitárias. Concluirei defendendo a autonomia do campo das ciências sociais e da universidade pública, mas por outros meios, que recolocuem suas capacidades em atuarem no mundo, deformando os campos da ordem.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências sociais. Autonomia. Sistema de avaliação. Cientometria.

Hoje é comum que intitulemos nossos trabalhos com a expressão em tempos de crise e o título deste texto apropriadamente poderia ser: *Ciências sociais em tempo de crise*. A noção de crise parece ter se tornado uma condição total sob a qual estamos todos vinculados. Contudo, sempre quando penso na crise, tilinta em minha mente que a universidade pública claudica, mas continua em pé, e que nós, cientistas sociais, ainda estamos aqui. Vivemos em tempos de crise, mas como é notável a capacidade das ciências sociais resistirem no Brasil. Dessa forma, talvez a pergunta mais importante seja: como é possível, em meio a tantos ataques, que

* UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP – Brasil. 13081-970 - mnicolau@unicamp.br. <https://orcid.org/0000-0003-0893-971X>.

ainda consigamos resistir? A resistência só ocorre porque construímos um sistema universitário público forte, dentro do qual as ciências sociais possuem armas para manterem sua própria forma de regulação. Usando termos mais bourdieusianos, resistimos porque construímos um campo autônomo, capaz de refratar os agentes e as regras de outros campos que a todo tempo tentam se impor. É essa condição de nossa resistência e por isso penso que a maior ameaça que sofremos é dirigida à autonomia do sistema universitário e das ciências sociais, mais especificamente.

Vou aqui deter-me nas ciências sociais e analisar algumas dessas ameaças. A primeira ameaça está na própria forma como o campo das ciências sociais vem se estruturando recentemente: o sistema de avaliação, um dos instrumentos centrais para a autonomia, está, na verdade, minando a própria relevância das ciências sociais. As outras duas ameaças são externas ao campo e se alimentam justamente daquilo que o mina por dentro: penso na mídia e no clamor por uma ciência social mais utilitária. Concluirei defendendo a autonomia das ciências sociais e da universidade pública brasileira, mas por outros meios, com outras armas, que recolocuem o peso e a capacidade das ciências sociais em atuarem no mundo, deformando os campos da ordem.

Um dos principais meios que garantiu a autonomia das ciências sociais foi o bem-sucedido sistema de pós-graduação no Brasil. Com o parecer Sucupira de 1965 o Estado brasileiro reconheceu e regulamentou a pós-graduação no país e a tornou parte de uma política estatal ordenada (MARTINS, 2000). Sua implementação se deu em um período ditatorial militar, nacionalista e desenvolvimentista. Embora isso tenha indicado a partir da década de 1970, especialmente com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1975, um privilégio às áreas mais próximas de garantir o desenvolvimento científico e tecnológico (BALBACHEVSKY, 2005), as ciências humanas também se expandiram. Isso se nota pelo fato de que até meados dos anos 2000 a maioria dos cursos de pós-graduação no Brasil era na área de humanas e, com isso, seus pesquisadores se utilizaram do peso, mesmo demográfico, que tinham na pós-graduação brasileira e garantiram recursos substanciais às suas pesquisas, possibilitando o avanço da área (BALBACHEVSKY, 2005).

O resultado dessa política pode ser visto na evolução dos números da pós-graduação brasileira. Em 1965, no ano do parecer Sucupira, o Conselho Nacional de Educação (CNE) reconheceu 38 cursos de pós-graduação: 27 mestrados e 11 doutorados. Quando o CNPq foi fundado, esse número havia passado para 578 cursos: 429 de mestrado e 149 de doutorado. Em 2002, eram 2.347: 1.506 de mestrado e 841 de doutorado (BALBACHEVSKY, 2005). Esse número não

parou mais de crescer: em 2015 havia 5.333 cursos, sendo 3.238 de mestrado e 2.095 de doutorado no Brasil. Em termos de praticantes, enquanto em 2002 foram diplomados 23 mil mestres e 6.800 doutores, em 2015 foram 46.517 novos mestres e 18.625 novos doutores no Brasil¹. Os cursos de pós-graduação em sociologia e ciências sociais não ficam atrás nessa expansão: em 1998 esses cursos somavam 29 programas de mestrado e doutorado, enquanto em 2016 esse número passou para 54.

Quanto mais a pós-graduação se expandia mais se tornava necessária a ordenação dos dados e sua catalogação. Renato Ortiz (2008) mostra que a cientometria se desenvolve na década de 1960, nos Estados Unidos, com essa intenção e que nas décadas seguintes vai se tornar a base de avaliação da produção intelectual em todo mundo. A questão central que ali se colocava era: em meio a um mar de pesquisadores e pesquisas, como se diferencia aquilo que realmente deve ser lido daquilo que deve se manter à margem? De Solla Price (*apud* ORTIZ, 2016, p. 43), um dos iniciadores da cientometria, ainda se perguntava como medir um “corpo científico de conhecimento que possa se tornar a base de políticas que governos e cidadãos possam requerer”. Seria necessário, portanto, quantificar, mas também hierarquizar, dois verbos centrais que fundam a noção de avaliação contemporânea. A citação, nesse contexto, ganha importância e legitimidade. Contudo, não é apenas ser citado que importa, mas ser citado em revistas centrais, pois só elas poderiam garantir que o trabalho citado é, de fato, meritório. Dessa forma, um primeiro passo é classificar as revistas e, a partir de suas classificações, poder afirmar a relevância do que é publicado e citado. Daí a mágica se forma: sem que se tenha que ler nada do que está escrito pode-se avaliar e classificar qualquer pesquisa e qualquer pessoa; basta, para tanto, que se saiba onde está publicada e onde publica quem a cita. A lógica é circular: como eu publico em tais revistas de onde parte a maior parte das citações, eu me qualifico; ao mesmo tempo, porque eu – qualificado como aquele que publico em revistas qualificadas e citado em revistas qualificadas – publico nessas revistas, eu as qualifico. Bourdieu (1987, p.2) dizia que “agentes são ambos classificados e classificantes, mas eles se classificam de acordo com (ou dependendo de suas posições nas classificações)”. Nada demonstra isso melhor do que aqui descrevo.

Em meados dos anos 2000, também no Brasil se desenvolve uma “nova era de avaliação, [...], marcada [...] pela introdução de mecanismos mais precisos de mensuração, especialmente da produção bibliográfica” (ADORNO & RAMALHO, 2018, p.28), algo que busca tornar mais objetiva a avaliação dos programas. A Coordenação de Avaliação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) adotou para o desenvolvimento de política pública que desse conta de avaliar a capacidade dos programas em formar bem. Para tanto, ela tomou como pressuposto, centralmente,

¹ Relatório da Comissão de Acompanhamento Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Documento interno.

a avaliação da produção intelectual dos docentes, medida pela qualidade do suporte da publicação, e não pelo próprio conteúdo do que se publica. Assim, mede-se a qualidade de um artigo pela nota recebida pela revista; de uma publicação em livro, especialmente pela editora em que é publicado. Em 1998, a CAPES introduziu o sistema que atribui notas aos programas (de 3 a 7), fiando-se em larga medida, na avaliação da produção do corpo docente e condicionando os recursos financeiros dos programas à sua nota. Desse momento em diante, a produção intelectual se tornou vinculada a um sistema avaliativo desse tipo, com maior ou menor impacto, mas sempre presente na vida de todos nós que habitamos o mundo acadêmico ou que somos a ele pretendentes. Isso se deu em larga medida pela complacência dos membros da comunidade científica e, em especial, das ciências sociais. Em primeiro lugar porque a própria lógica de avaliação foi em larga medida desenvolvida por cientistas sociais, como Robert Merton não nos deixa esquecer (*apud* ORTIZ, 2008). Ainda, porque o organograma do sistema de avaliação CAPES é todo formado por membros da comunidade científica, e são os próprios coordenadores dos programas que em suas áreas (como a sociologia) produzem o documento que norteia toda a avaliação. Isto é, a questão central não é compreender como as agências de fomento impõem regras de avaliação, mas sim como as condutas dos próprios pesquisadores se moldam por essas regras e, a partir dessa moldura, condicionam suas próprias noções sobre a produção intelectual.

Dessa forma, entendo que o que caracteriza esse sistema de avaliação a que hoje estamos submetidos é o compartilhamento de uma crença, que se refere à necessidade de se avaliar e, subsidiariamente a isso, a uma série de suposições, tais quais: a de que só existe o que é avaliável, de que há critérios objetivos para a avaliação, de que boa avaliação é sinônimo de qualidade, de que se pode avaliar a partir de pressupostos, tal qual a medição da qualidade de um artigo pela revista em que é publicado. Eu não quero aqui, discutir os critérios usados em sistemas de avaliação específicos². Por isso, este artigo não é sobre CAPES ou CNPq em si, mas sobre algo anterior: a autoridade que esse sistema de avaliação assume para conduzir as condutas dos pesquisadores e, assim, ser determinante na formação do campo atual das ciências sociais.

Não deixemos de reconhecer que o sistema de avaliação fortaleceu a autonomia do campo no Brasil. Justamente o fortalecimento da avaliação a partir dos periódicos atuou nesse sentido. Segundo relatam os representantes da área de sociologia entre 2005 e 2010, “nossa atuação (...) ocorreu no sentido de reconhecer o papel relevante dos periódicos na divulgação do trabalho científico e na importância da avaliação por pares como forma de garantir um grau de isenção na escolha dos

² Para mais esclarecimento ler a crítica de uso das estatísticas em avaliação de Adler, Ewing e Taylor (2009).

artigos a serem publicados” (ADORNO & RAMALHO, 2018, p.31). A relação entre artigos e pares é o centro do sistema de avaliação. Em primeiro lugar, porque os artigos publicados nas revistas que lhe atribuem as notas são selecionados a partir de pareceres dos pares. Em segundo lugar, porque as revistas mais valorizadas são aquelas mais voltadas para os pares. Em outras palavras, valoriza-se mais aquilo que é produzido para os próprios pares e se desvaloriza o que é produzido para os não pares, sendo essa a noção básica de autonomia para Bourdieu (1997, p.88): quanto mais autônomo um campo, mais “os produtores têm por clientes apenas seus concorrentes, os que teriam podido fazer em seu lugar a descoberta que eles lhes apresentam”.

A classificação dos periódicos entre A1 e C separa os suportes de publicação entre aqueles que são voltados para o meio acadêmico e os que são voltados para um público amplo. No caso da sociologia, a partir do estrato B3 se exige que o periódico seja:

[...] publicado por instituição com Pós-Graduação *stricto sensu*, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área, ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou financiamento estatal com avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional distinto daqueles especificados nos estratos seguinte. (BRASIL, 2017, p.14).

Conforme sobe a avaliação do periódico, mais restrito ao campo acadêmico se exige que o mesmo seja. A partir do estrato B1, limite a partir do qual a área de sociologia considera as publicações como qualificadas, exige-se um conselho editorial formado por “especialistas reconhecidos, de origem nacional e internacional, devidamente identificados na publicação, evitando a concentração institucional” (BRASIL, 2013, p.16).

Dessa forma, como os artigos são pontuados nas avaliações de acordo com o *ranking* das revistas, e os maiores *rankings* são das revistas mais propriamente voltadas para os pares, os pesquisadores são inclinados – e, dependendo de suas posições no campo, o correto seria dizer forçados – a voltarem as suas publicações a essas revistas e, conseqüentemente, a seus pares. No documento da área de sociologia de 2016, celebrava-se que:

É possível observar uma clara tendência de maior qualificação da produção em periódicos, com dois movimentos simultâneos: maior qualificação dos periódicos a partir da adoção dos critérios que definem os estratos superiores do Qualis da área e, ao mesmo tempo, o aumento significativo do número de artigos direcionados para periódicos qualificados (Qualis B1 e superior). (BRASIL, 2016, p.6)

É reveladora nesse sentido, a comparação da produção de artigos da avaliação CAPES 2013 com dados de três anos, entre 2010 e 2012 – período 1 (BRASIL, 2013) e a avaliação CAPES 2017 que apresenta dados de quatro anos, 2013 e 2016 – período 2 (BRASIL, 2017), na área de sociologia. No período 1 havia 52 programas, enquanto no período 2 eram 54. O número de artigos publicados variou em 55,91%, com 8.059 artigos no período 2, contra 5.169 artigos no período 1. Além do grande crescimento da produção neste tipo de suporte, destaca-se o fato de que ele se concentrou especialmente nos extratos A1 e A2. No período 1 foram publicados 493 artigos A1, contra 891 no período 2, o que significa uma variação de 80,73%. Somados A1 e A2 a variação entre os períodos chega a 107,68%, 703 artigos A1 e A2 no período 1. Em 2010 houve uma diminuição no número de produções no extrato B5, com uma queda de 52%³.

Tabela 1: Comparação da produção de artigos segundo avaliações CAPES 2013 (2010-2012, Período 1) e CAPES 2017 (2013-2016, Período 2)

	Dados do PPG	Bibliográfica												
		Artigos	Artigos completos publicados em periódicos técnico-científicos											
Ano base	Número de programas	Total	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C	NC	NP	A1+A2	A1+A2+B1
2017	53	8059	891	569	970	638	882	1506	515	401	0	676	1460	2430
2013	52	5169	493	210	660	540	422	676	1091	844	233	0	703	1363

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios da Plataforma Sucupira.

Com a crescente concorrência entre os programas nos esforçamos para nos adequar às normas dessa concorrência, ou seja, para internalizar em nossa própria atividade as lógicas da avaliação. Desse modo, surge o problema: quanto mais nos adequamos à avaliação, mais ela se torna o império da ordenação da área e adquire uma autoridade que ultrapassa sua própria função.

A primeira questão a se perguntar – e repito, não estou preocupado aqui em discutir os critérios de avaliação – é: para que serve a avaliação? Do ponto de vista estritamente formal e geral, serve para que o governo, principal investidor dos recursos em pesquisa, produza um conhecimento sobre o desempenho das áreas e dos programas. Contudo, a avaliação acaba servindo como critério para se pensar o próprio trabalho intelectual. Em outras palavras, uma avaliação que serve para uma política pública é utilizada como forma de se dizer aquilo que é válido ou não, bom ou ruim, dentro do campo das ciências sociais. Lembremos da mágica

³ Dados públicos, que podem ser encontrados na página da Plataforma Sucupira: Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>.

da cientometria: medir qualquer produção e qualquer pessoa sem que alguém (com exceção dos pareceristas) tenha que ler qualquer produção intelectual. Não quero discutir se isso é um problema para o desenvolvimento de políticas públicas, mas que isso é um grande problema no momento em que é usado como um substituto a outras formas de se avaliar a qualidade de um trabalho como, por exemplo, a boa e velha leitura. Interessante é notar que o sistema é todo baseado na avaliação dos pares, mas ao se tecnicizar essa avaliação ficam os pares dispensados de fazerem suas próprias avaliações. Crê-se no sistema de avaliação e se tornam absolutos seus critérios. Dessa forma, surgem as distorções.

Um pesquisador carrega em si o peso da nota de seu programa, uma vez que a forma como ele é visto pelos pares é condicionada a essa nota. Não vamos admitir isso publicamente, mas um pesquisador percebe imediatamente o que digo quando seu programa cai ou sobe de nota: se cai, olhares desconfiados; se sobe, tapinha nas costas para o autor de um trabalho que, de repente, ficou melhor. O mesmo ocorre com a qualidade de um artigo que é medida pela nota de um periódico, pois, como critica Antonio Ozaí da Silva (2009, p. 120), “em tese a qualidade do que é produzido é garantida pela qualidade do periódico que veicula”. Um biólogo brasileiro, pesquisador da Universidade de Brasília (UnB), notou um aumento na quantidade de artigos brasileiros publicados na base de dados aberta *Scimago Institutions Rankings*, elevando a posição brasileira de 20º para 13º país que mais publica no mundo. Contudo, afirma o pesquisador, não se pode confundir quantidade com qualidade, e em termos de qualidade o Brasil vem perdendo posição, uma vez que os artigos daqui são pouco citados. Soando um credo mundial, então afirma o pesquisador que “a melhor forma de analisar a qualidade de um conjunto grande de artigos é por meio das suas citações” (MORAES, 2017, n.p.). Ou seja, toma-se um critério de avaliação (a citação), pela própria noção de qualidade.

Mas pensemos nesse sentido em referência à bola da vez, a internacionalização. Como afirma Cynthia Sarti (2015), há muito do que fazemos que não se pode avaliar. Eu diria que um dos aspectos mais importantes do sistema atual de avaliação, que é a internacionalização, não é avaliável. Isso se dá, em primeiro lugar, porque as relações de força existentes no campus global, como diria David Logde (2011), produz um abismo na condição de impacto da produção científica entre os pesquisadores de diferentes países. Não vou detalhar algo que Renato Ortiz (2016) demonstrou de maneira inquestionável: a possibilidade de influência da produção acadêmica está diretamente ligada com o lugar de sua produção e com a língua de sua publicação. Dou apenas alguns dados para desenvolver o argumento. Entre 1990 e 1992, 56% da produção indexada em sociologia se deu em revistas publicadas nos Estados Unidos. Mais importante do que isso, contudo, 76% das citações feitas de periódicos ocorreram em textos publicados nessas revistas norte-americanas (Wolfgang Glänzel *apud* ORTIZ, 2008). Para se ter uma ideia, 0,8% das citações

ocorreram de textos publicados em periódicos na França. A concentração sobe mais ainda se pensamos na língua e, aí, o inglês predomina. Diz-se que o inglês é a língua franca da globalização, mais ainda da ciência. Ou seja, é um código que todos compartilhamos. Apliquemos essa noção às traduções e pensemos: qual a língua para a qual mais se fazem traduções? Oras, se o inglês é a língua franca, espera-se que seja para essa língua que se destine a maior parte das traduções. Ocorre, contudo, algo bem diferente. Atualizando um dado que Ortiz (2008) usou, me volto ao *Index Translationum*⁴ para demonstrar que entre 1979 e 2017 a principal língua de destino de títulos de livros foi o alemão, com 301.935 publicações. A ela segue o francês (240.045), o espanhol (228.559 títulos) e, só então, o inglês com 164.509 títulos. Em compensação, a língua de origem, a partir da qual a tradução é feita, mostra outro cenário. Agora, o inglês aparece em primeiro lugar, muitíssimo na frente das outras línguas: foram traduzidos do inglês 1.266.110 publicações. Em segundo lugar aparece o francês, com apenas 226.123 publicações; o alemão segue em terceiro (208.240) e o russo em quarto (103.624). O inglês sozinho ultrapassa todas as outras línguas em termos de origem de traduções. Isso significa que o inglês não opera como língua franca das ciências, mas como a língua de autoridade. Supõe-se que aquilo que se publica em inglês é simplesmente mais importante para se ler, se citar, se traduzir.

Tabela 2: Traduções entre 1979 e 2017 segundo o *Index Translationum*

Traduções entre 1979 e 2017			
Língua de destino	Quantidade (em títulos)	Língua de origem	Quantidade (em títulos)
Alemão	301.935	Inglês	1.266.110
Francês	240.045	Francês	226.123
Espanhol	228.559	Alemão	208.240
Inglês	164.509	Russo	103.624

Fonte: Tabela de autoria própria elaborada com dados do *Index Translationum*, Unesco.

As condições globalmente desiguais de publicação e citação torna provincianos os critérios adotados para medição de internacionalização, ou seja, por incomparáveis, cada lugar adota formas de medi-la, sem que os dados sejam relevantes quando comparados internacionalmente. Por exemplo, no documento da área de Sociologia, (BRASIL, 2017), na seção destinada à internacionalização afirma-se que:

⁴ *Index Translationum* é uma compilação das traduções publicadas anualmente que são fornecidas pelas bibliotecas nacionais dos países membros da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO). Disponível em: <<http://www.unesco.org/xtrans/>>. Acessado em: 17 mai. 2019.

[...] a avaliação dos programas 6 e 7 teve seu foco as parcerias e acordos que estabelecem relações acadêmicas simétricas entre o Brasil e demais países, bem como o papel de liderança e nucleação que os Programas de Excelência demonstram na formação de quadros para a Sociologia e as Ciências Sociais. Levou-se em conta, ainda, a inserção em instituições científicas, nacionais e internacionais, bem como prêmios de reconhecimento por liderança e destaque acadêmico na área. (BRASIL, 2017, p.33)

O documento indica que a internacionalização,

[...] está presente, ainda, na atração de alunos de pós-graduação a partir do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) da Capes e também de países fora do programa, o aumento de cotutelas, especialmente com países europeus, e incorporação de estudantes de diversas nacionalidades. (BRASIL, 2017, p.33).

Por fim, ele destaca a ampliação da inserção da área “no cenário internacional por meio do crescimento da produção em periódicos e livros, premiações internacionais (...)” (BRASIL, 2017, p.33).

Nota-se que, em geral, a noção de internacional operada se baseia naquilo que está fora de um país, Brasil, mas localizado em outro. Aí surge um problema: isso só é positivo se aquilo que está no destino representa ganho para o que está na origem. Dessa forma, publicar em revistas estrangeiras conta no Brasil para se dizer que um programa brasileiro é internacionalizado. Contudo, como se viu, as revistas mais citadas se concentram nos Estados Unidos da América e, nesse sentido, haveria razão de se aplicar esse critério para um norte-americano, para quem publicar no estrangeiro significa publicar em revistas de menor impacto? Da mesma forma, diante da quantidade de convênios e acordos com universidades estrangeiras, também um importantíssimo sinal de internacionalização de um programa, seria mais importante para uma universidade dos Estados Unidos um convênio com uma universidade brasileira do que com seus, assim digamos, pares? Quando coordenador de pós-graduação em sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) fechei um convênio com a *Columbia University*. Alguns dias depois, por coincidência, visitava a Unicamp um representante dessa universidade e, assim, me chamaram para lhe dar boas-vindas. Eu me apresentei, ele mencionou o convênio, e eu lhe contei que aquilo não era nada demais, já que a Unicamp possuía mais de 300 convênios internacionais. A *Columbia*, ele disse, “possui pouquíssimos convênios internacionais”. Seria, assim, uma universidade brasileira, com suas centenas de convênios – boa parte inoperantes, mas que mesmo assim somam pontos – e com docentes que publicam no estrangeiro, mais internacional do que a *Columbia*?

É evidente que nas principais universidades americanas, assim como naquelas de algumas nações europeias, um índice importante para a internacionalização é a atração de estudantes estrangeiros. Influentes, essas universidades pautam um dos principais *rankings* de classificação de universidades no mundo, o *QS World University Rankings*⁵, no qual internacionalização conta 10% da nota. Essa parcela da nota é então dividida em dois critérios com 5% para cada: a razão de *staff internacional (international faculty ratio)* e a razão de estudantes internacionais (*international student ratio*). Não se fala de convênios ou publicações internacionais, como tanto se pesa na avaliação brasileira. Por aqui, ao contrário, embora se cite a quantidade de alunos e docentes estrangeiros nos critérios de avaliação, essa pouco pode contar, porque os números são, de fato, irrisórios uma vez que o número de alunos estrangeiros em nossas universidades federais não chega a 1%, na Universidade de São Paulo (USP) que lidera, o número não chega a 3,5% (TOLEDO; MARQUES, 2018).

A questão não é criticar os critérios, mas mostrar que elas são, de toda forma, implausíveis, e esse fato não é menor quando vemos o que significam os critérios usados pelo QS. Pelo critério de número de alunos e *staff* estrangeiros, as universidades localizadas em países com pouca base de estudantes nacionais, mas com forte atração de estrangeiros, se destacam a frente daquelas localizadas em países de maior tradição acadêmica, mas de alta base de estudantes e *staffs* nacionais. Assim, a universidade líder no *ranking* de internacionalização pelo critério de estudantes estrangeiros é o *Institut Européen d'Administration des Affaires* (INSEAD), uma escola de negócios com campi em *Fointanebleau* (França), *Singapura* e *Abu Dhabi*, e que possui 100% de seus 1.031 estudantes estrangeiros. Já a universidade líder em internacionalização pelo critério de profissionais estrangeiros é a *American University in Dubai* (AUD), onde todos seus 144 profissionais são estrangeiros. Interessante que o INSEAD não é sequer classificado no *ranking* geral e só aparece, em segundo lugar, no *ranking* específico de *business & management studies*. A AUD está classificada no *ranking* geral, mas entre as posições 561-570.

De fato, há pouca relação entre a posição geral no *ranking* da QS e a posição de internacionalização das universidades. As universidades norte-americanas, que lideram as quatro primeiras posições do *ranking* geral, despencam na internacionalização, especialmente porque possuem uma larguíssima base de alunato nacional e, dessa forma, uma baixa proporção de alunos estrangeiros. As universidades inglesas, que ocupam as posições de 5 a 8 no *ranking* geral, também despencam em termos de internacionalização, contudo por razões diferentes das universidades americanas: com uma população de estudantes nacionais menor,

⁵ *QS World University Rankings* são classificações universitárias anuais publicadas pela Quacquarelli Symonds (QS) do Reino Unido. Disponível em: <<https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2018>>. Acessado em 18 mai 2019.

o alunato estrangeiro tem forte presença; contudo, há proporcionalmente poucos professores estrangeiros.

Tabela 3: *World University Rankings – 2018*

Posição geral	Nome da Universidade	País	Posição em estafe estrangeiro	Posição em Aluno estrangeiro
1	MIT	EUA	36	70
2	Stanford	EUA	54	177
3	Harvard	EUA	103	165
4	Caltech	EUA	126	106
5	Cambridge	Reino Unido	87	57
6	Oxford	Reino Unido	68	50
7	UCL	Reino Unido	102	20
8	Imperial College London	Reino Unido	42	12
9	University of Chicago	EUA	218	149
10	ETH Zurich	Suíça	14	47

Fonte: Tabela de autoria própria elaborada com dados da *Quacquarelli Symonds* (QS).

A internacionalização pode ser uma boa intenção, mas não pode ser comparada, pois os condicionantes envolvidos e as realidades nacionais são muito diversas. Há outra razão, porque o que importa da internacionalização não gera índice. Ianni (2006, p. 13) dizia que “a globalização assusta e encanta”, e ele se encantava com as possibilidades para o pensamento:

Quando se trata da problemática global, o sujeito do conhecimento é desafiado a deslocar o seu olhar por muitos lugares e diferentes perspectivas, como se estivesse viajando pelo mapa do mundo. As exigências da reflexão implicam a adoção de um ‘olhar desterritorializado’, capaz de mover-se do indivíduo à coletividade, caminhando por povos e nações, tribos e nacionalidades, grupos e classes sociais, culturas e civilizações. Um olhar desterritorializado movendo-se através de territórios e fronteiras, atravessando continentes, ilhas e arquipélagos (IANNI, 1998, p. 5).

Na verdade, a globalização proporcionou não apenas a oportunidade de desterritorializarmos o olhar, como propõe Ianni (1998), mas também de nos

localizarmos em reduzidas redes globais, nas quais convivemos com pensamentos muito parecidos com os nossos, nas quais nos portamos como aqueles que Renato Ortiz (2008) chamou de provincianos globais. A tentativa de se medir a internacionalização nos induz a isso. Ávidos em busca dos critérios usados nas avaliações, tendemos a nos internacionalizar sem nos desterritorializarmos. Afinal, se preciso publicar em revistas internacionais, é mais fácil contar com um colega que pensa como eu e propor a ele uma colaboração. Querendo aumentar a presença de estrangeiros no campus, melhor convidar um professor que já faz parte de minha rede. Alguns de nossos colegas viajam muito, vivem em congressos, suas ideias, contudo, se tornam cada vez mais fixas. Eles estão satisfeitos, assim como os coordenadores de seus programas, afinal, aparecerão bem nas medições. Contudo, o olhar desterritorializado, esse não será medido, pois não pode ser medido.

A confusão entre avaliação, sob critérios de uma política específica, e a relevância da pesquisa, do pesquisador ou da universidade toma uma dimensão ainda mais problemática quando a avaliação se torna índice de autoridade para diversas atividades que nada têm a ver com o objetivo da avaliação. Como mostra Danilo Martucelli (2015), a quantofrenia torna os indicadores hegemônicos. A questão a notar é que muito embora a avaliação dos programas se volte a uma política científica, com objetivos próprios, seus indicadores passam a ser usados por agentes e atividades bastante distantes disso. Vemos isso por todo lado. A Unicamp usa a nota CAPES dos programas de pós-graduação como um dos três índices que definem a quantidade de bolsas de estágio discente que cada unidade receberá. Qual a relação entre a nota e isso? Colegas de cursos de economia e administração – embora seja algo certamente presente em outros cursos que desconheço – contam como o preço de suas consultorias para empresas e agências internacionais variam conforme as notas de seus programas, isso digamos, de modo oficial. Contudo, por trás dos panos é mais perverso. Colegas muitas vezes nos chamam para propor mesas, fóruns, etc. porque a chance de aprovação é maior quando o nome de um programa de alta nota aparece na proposta. Quando isso ocorre, o sistema de avaliação deixa de se voltar para seu fim e se torna, ele próprio, a forma como a área se organiza. Não digo que haja uma intenção deliberada dos organismos responsáveis pelos sistemas de avaliação, como a CAPES, nesse sentido. Contudo, se a produção intelectual de um tempo só pode ser compreendida a partir da análise das condições de possibilidades de sua produção, devemos entender que a importância que adquirem os sistemas de avaliação vigentes – que condicionam os recursos que teremos para pesquisa, as oportunidades que teremos para apresentar nossos trabalhos, as bolsas que nossos alunos terão – faz com que moldemos a imagem que hoje temos do trabalho intelectual de acordo com as expectativas dos próprios sistemas de avaliação.

Parece-me que um dos casos mais evidentes em que isso se opera é na perda da frequência da produção de livro, ou melhor, de pesquisas que originam um

livro. A comparação entre o triênio 2010 – 2012 e o quadriênio 2013 – 2016 é interessante, mas nos mostra pouco. O que nos mostra é que na área de concentração em sociologia houve um aumento de 46,81% no número de publicações organizadas sob a rubrica livros, o que inclui obra completa, capítulo de livros, verbetes e outros. Seria mais interessante saber se estamos publicando mais ou menos obras integrais, mas isso não é possível, porque na última avaliação, ao contrário daquela do triênio 2010 – 2012, havia apenas a categoria obra completa, englobando coletâneas e obras integrais. Para que pudéssemos diferenciar uma da outra seria preciso consultar cada uma das 1.777 obras completas citadas na última avaliação, algo que não sou capaz de fazer. Dessa forma, escolhi olhar para um programa de excelência (nota 6 ou 7), o que significa que tomo para análise um programa em que há correspondência entre sua produção e as expectativas da avaliação. O exercício se mostrou interessante, pois com um *corpus* de análise manuseável pude consultar o Currículo Lattes dos autores e obter um conhecimento maior sobre o que publicaram. Excluí duas das obras completas listadas, pois não consegui encontrar informações precisas sobre elas. Das que restaram, observa-se que metade das obras completas é publicação em livro de teses (33%) e dissertações (17%); 25% são organização de coletâneas; 20,83% são livros integrais de pesquisas diferentes do resultado de mestrado ou doutorado. Restam, ainda, 4,17% das obras que são traduções de livros anteriormente publicados em português. No grupo dos livros integrais publicados diferentes de resultado mestrado ou doutorado (os que somam 20,83%), predominam entre os autores aqueles que se doutoraram há mais tempo. Em verdade, apenas uma obra daquele programa foi publicada por alguém que se doutorou neste século, mesmo assim trata-se do co-autor do livro, sendo que o outro co-autor – pertencente a outro programa – também se doutorou no século passado. Em relação aos outros livros desse grupo, o autor que se doutorou mais recentemente o fez em 1991 e o que se doutorou há mais tempo o fez em 1979⁶.

Isso pode indicar que a publicação em livro integral é algo de uma geração mais antiga ou de quem acaba de se formar. Poucos de nós que estamos no início ou na metade de nossas carreiras publicamos, ao menos pelos dados do programa estudado, nossas pesquisas na forma de um livro. Isso não se dá porque não achamos mais o livro importante (como ocorre em outras áreas) ou mesmo porque o livro não conta na avaliação (de fato, ele conta). Publicamos menos nossas pesquisas em livros, porque o tempo do livro não cabe no tempo da avaliação de nossos programas. O tempo da avaliação é imediato, não podemos passar um ano sem publicar. O tempo do livro é mais longo, depende de pesquisa que muitas vezes demora, depois de uma escrita que muitas vezes não pode obedecer a lógica anual

⁶ Dados sobre nome dos livros são encontrados na página da Plataforma Sucupira: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. O procedimento utilizado, após a identificação dos livros, foi olhar o Currículo Lattes de cada autor.

em que somos inseridos. Ianni (1998) gostava de falar em emblema. Eu diria que o livro é o emblema do trabalho intelectual de duas ou três gerações anteriores à minha, hoje, o emblema é o artigo ou, para esnobar, o *paper*. O fato de que não podemos esperar muito para publicar tem implicações também na dificuldade imensa que hoje um pesquisador tem de mudar de objeto de pesquisa. Ouvi certa vez de um colega: “não aguento mais torcer o meu objeto para ver se dali sai outro artigo”. Adorei essa expressão: estamos torcendo nossos objetos, tal qual fazemos com uma pasta de dente na busca de um resto que sirva por mais uma noite. O tempo da avaliação nos exige pressa, e não dá para esperar o tempo de se construir um novo objeto.

A questão, portanto, não é que estamos simplesmente nos especializando, no sentido que pensaria Weber (2016). A questão é que estamos nos repetindo, recortando em cada vez mais finas fatias de nossos objetos. Fazemos assim porque trocamos o tempo da ciência pelo tempo da avaliação.

A consequência disso é que quanto mais somos obrigados a torcer nossos objetos e a produzir para nossos pares, cada vez mais estamos perdendo a condição de que nosso campo influencie os outros campos. Quando se olha para a noção de campo de Bourdieu (1983) apenas do ponto de vista estrutural se perde um elemento central: o poder e a disputa. Os campos não são apenas percebidos a partir de seu grau de refração, mas estão inseridos em relações de poder nas quais os agentes de um campo se esforçam em deformar outros campos a partir das regras de seu campo. Falei muito no termo de relevância, pois aqui me expressei como eu a penso: relevante é a pesquisa que contribui para seu campo ao ponto de fortalecê-lo para deformar outros campos. Isso não é a mesma coisa que dizer que devemos produzir mirando externamente ao campo das ciências sociais. Em verdade, afirmo o oposto: devemos pensar a pesquisa como forma de tornar o campo das ciências sociais forte o suficiente para deformar os outros campos. Quando deixamos de publicar livros, quando nos preocupamos apenas com os números que nossos trabalhos geram, quando torcemos nossos objetos para buscar mais uma gota que se torne um novo artigo A1, quando apenas nos voltamos para nossos pares, nós tornamos a ciência que fazemos, em nossos próprios termos, menos relevante.

A frustração que muitos de nós temos em não sermos lidos (ou sermos pouco lidos), em não sermos ouvidos revela a fragilidade do campo das ciências sociais hoje. Incapazes de usarmos nossos próprios meios como forma de interferir na sociedade, estamos cada vez mais permeáveis às forças externas ao nosso campo. Penso nessas forças como ameaças externas à autonomia do campo e aqui cito duas.

A primeira delas é a mídia. Hoje os intelectuais interferem no debate público quando saem de nosso campo, quando se empenham na mídia e nas redes sociais.

Quando argumento dessa maneira, quero afirmar que nossos intelectuais-celebridades possuem um genuíno desejo, propriamente intelectual, de interferir no debate público. É por isso que sou muito mais compreensivo com eles do que Bourdieu (1997) foi com aqueles que chamou de intelectuais heterônomos, que viviam em debates rasos na televisão francesa. Ali se está mais próximo de uma traição do que aqui. No nosso caso, no nosso tempo, a autonomia da área, baseada em uma forma de avaliação como descrevi antes, retira as armas do intelectual de influenciar o mundo social.

A consequência, contudo, é que isso mina a própria autonomia de nosso campo. Isso se dá, em primeiro lugar, porque interfere no sistema de consagração. Os intelectuais heterônomos recebem sua legitimidade de outro campo, a partir das regras do campo mediático. Ali consagrados, as regras que os consagram desvalorizam as regras do campo das ciências sociais e, dessa forma, distorcem o campo das ciências sociais. Os intelectuais socialmente mais respeitados eram aqueles que também eram respeitados no próprio campo; hoje os intelectuais mais respeitados socialmente possuem – embora não sempre – pouco lastro dentro do campo das ciências sociais. Em segundo lugar, esses intelectuais heterônomos colocam temas em seus debates na mídia que ressoam os próprios interesses do meio em que estão. Wright Mills (2000, p. 226) tem uma regra de ouro: “não permita que assuntos públicos, como eles são oficialmente formulados, ou problemas, como eles são privadamente sentidos, determinem os problemas que você assumirá para estudar”. Em outras palavras, as pesquisas acadêmicas não podem se tornar refêns de perguntas colocadas por campos externos, como a mídia. As ciências sociais precisam manter sua condição de formular suas perguntas, outras das que seriam geralmente formuladas, pois é a própria formulação da pergunta que modifica a forma como vemos o mundo. Se o trabalho intelectual ainda é revelar aquilo que no mundo não se vê, de que na mídia não se fala, ele não pode se reduzir a responder ao que a mídia formula, como os intelectuais heterônomos fazem. Em outras palavras, quanto mais buscam se inserir no debate público, mais os intelectuais se movimentam em um campo mediático, adotando as mesmas perguntas que ali são feitas, adequando suas respostas às expectativas do meio, tornando-se, tristemente, gurus de auto-ajuda.

A outra ameaça se refere ao movimento cada vez mais forte para uma instrumentalização de nossas pesquisas. Nos programas políticos de dois candidatos a presidente, a universidade foi vista simplesmente como espaço de produção de mão de obra para o mercado. No programa de governo do candidato Jair Bolsonaro⁷ (BOLSONARO2018, p. 49), no único trecho que se dedicava à universidade lia-se

⁷ Foi eleito presidente do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL), em outubro de 2018, e tomou posse em janeiro de 2019.

que: “as universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc., em produtos, negócios, riqueza e oportunidades.” Nas diretrizes gerais do programa do candidato Geraldo Alckmin (2018, p.14), também na única vez em que a universidade era mencionada, afirmava-se: “Vamos estimular as parcerias entre universidades, empresas e empreendedores para transformar a pesquisa, a ciência, a tecnologia e o conhecimento aplicado, em vetores do aumento de produtividade e da competitividade do Brasil”.

Confesso que pessoalmente sinto arrepio – talvez eu ressoe aqui Adorno contra Lazarsfeld (POLLACK, 2018), embora eu não me considere assim – quando nossos conhecimentos são utilizados para a reprodução da ordem social. No entanto, não é esse o meu ponto aqui, a questão que coloco é que muitos de nós nos engajamos na sociedade produzindo pesquisas encomendadas, utilitárias. Nesse sentido, tanto faz se as pesquisas administrativas se voltam para o mercado ou para movimentos sociais. Entendo que poder se aliar, estrategicamente, enquanto intelectuais, em pesquisas com as quais se sinta afinidade e que se voltem a fins externos ao campo das ciências sociais seja algo extremamente positivo. Contudo, entendo que tal engajamento não pode ser aquilo que defina a relevância da área. Isso porque se aceitamos que essa é sua relevância, aceitamos que a pesquisa acadêmica só pode ser relevante quando referendada externamente e, então, perdemos a resistência que tínhamos. Digo isso também para dialogar com uma demanda que nós professores e pesquisadores recebemos constantemente. É comum que nossos alunos nos exijam um maior engajamento social, uma maior participação em movimentos sociais, o desenvolvimento de projetos de pesquisa que respondam mais a esses anseios. É quase como se dissessem que nossas pesquisas só têm validade se elas se voltarem para algo socialmente útil. Mal percebem que a base de seus discursos é idêntica a do mercado: uma demanda pela utilidade das pesquisas. Mais uma vez: acho legítimo a todo intelectual, que sentir desejo e necessidade, se engajar nessas batalhas. Pessoalmente – e isso não importa no argumento, mas na necessária sinceridade de propósitos – me sentiria mais a vontade em me engajar com os movimentos sociais, do que com as demandas de mercado. Mas isso tanto faz. O que não pode vir de meu engajamento é a relevância de minha função como intelectual.

Quero argumentar que o mais urgente papel que temos, se quisermos lutar pela autonomia do campo das ciências sociais e fortalecer sua condição de deformar outros campos, é produzir novas armas, diferentes daquelas do sistema de avaliação.

A avaliação precisa ser repensada em vários termos, mas centralmente ela precisa ser questionada em sua hegemonia como forma de estruturação do campo acadêmico. Tal hegemonia existe e produz efeitos porque está inserida em um sistema de crenças e é isso que deve ser combatido. Nós precisamos reconhecer a que a avaliação se destina e não nos basearmos nela para nada além disso. Não usemos esses índices para o que não seja próprio deles. Somos avaliadores de mesas de congressos, de bolsas, de projetos de pesquisa, somos leitores de artigos, de livros, etc. Que avaliemos pelo que nossos colegas escrevem, pelas pesquisas que fazem, e não pelos pontos que somam. Uma vez separada a avaliação da legitimidade – essa é a questão central – controlamos a força da avaliação sobre nossa produção. Podemos, realmente, aprender a usar as avaliações de outro modo. Por exemplo: por que ao invés de avaliar para ranquear – e, assim, decidir os destinos de recursos – não avaliamos para identificar vocações dos programas, possibilidades de colaborações entre eles, etc.?

Entendida a avaliação em seu lugar, podemos pensar em novas armas para reforçar a autonomia das áreas e ao mesmo tempo a relevância de nossas pesquisas. Aqui poderia encerrar o texto, pois não tenho receitas, mas algo vem ocorrendo nessa direção e encerrar por seu exemplo ilustra o caminho que proponho seguir. Penso nas recentes políticas acadêmicas que buscam ampliar a base social das universidades, tais como as políticas de ações afirmativas. Muito se fala dessas políticas como forma de reparação histórica, representação, benefício para os alunos. Não nego que sejam tudo isso, mas há um outro aspecto que quero destacar: as políticas de ação afirmativa beneficiam a produção intelectual de nosso campo. Isso se dá, em primeiro lugar, por algo que Weber (2016) já pensava: as diferentes visões de mundo possibilitam diferentes perguntas e diferentes propostas de pesquisa. Aqueles que Bourdieu e Passeron (2013) chamariam de não-herdeiros podem produzir novos arbitrários culturais e, assim, estimularem novos debates, levarem colegas e professores a olharem para outros objetos, conhecerem novos autores. É fundamental que tomemos cuidado para não especializarmos os alunos em suas experiências, mas, de fato, criarmos a condição para que alunos e professores troquem conhecimento, que o cânone sociológico se encontre com o novo, que os herdeiros aprendam com os não-herdeiros e os ensinem. Só assim seremos capazes de produzir novas pesquisas e construir novos objetos. Ainda, com uma composição social mais heterogênea, mais representativa da realidade social, nossas pesquisas podem se replicar, alcançando um conjunto maior da sociedade e, assim, se tornarem capazes de influenciar outros campos.

Essas ações nos mostram que para defender a universidade e garantir a autonomia das ciências sociais devemos trazer para dentro do campo o retrato do mundo e desde dentro produzirmos o pensamento capaz de deformar os outros campos da ordem, como a mídia, o mercado, a política e o judiciário. Deixemos

as avaliações da burocracia em seus lugares, pois o que precisamos produzir não terá *qualis*.

SOCIAL SCIENCES: BETWEEN EVALUATION AND RELEVANCE

ABSTRACT: *The post-graduation evaluation system implemented in Brazil ensured that scientific research undertaken in Brazilian public universities remained resistant to the threats they frequently suffer. However, the more hegemonic the system became, the more researchers turned the rules into the very notion of scientific relevance, reducing the capacity of social science to influence other fields of knowledge. This work analyses this process and notices how it leads, paradoxically, to the loss of autonomy in the social sciences field due to the importance of the media and the strong demand for more utilitarian research. As a conclusion, it defends the autonomy of the field of social sciences and the public university but by other means, which reallocates their capacity to act in the world, distorting the fields of order.*

KEYWORDS: *Autonomy. Social sciences. Evaluation system. Scientometry.*

CIENCIAS SOCIALES: ENTRE EL SISTEMA DE EVALUACIÓN Y LA RELEVANCIA

RESUMEN: *El sistema de evaluación de posgrado, implementado en Brasil, aseguró que la investigación científica llevada a cabo en las universidades públicas brasileñas permaneciera resistente contra las amenazas que sufren con frecuencia. Sin embargo, cuanto más hegemónico se volvió el sistema, más los investigadores convirtieron las reglas en la noción misma de relevancia científica, agotando la capacidad de las ciencias sociales para influir en otros campos del conocimiento. En este artículo analizo este proceso y busco observar la forma en que conduce, paradójicamente, a la pérdida de autonomía de las ciencias sociales debido a la importancia de los medios de comunicación y la demanda por investigaciones más utilitarias. Concluyo defendiendo la autonomía del campo de las ciencias sociales y de la universidad pública, pero por otros medios, que devuelvan su capacidad de actuar en el mundo, distorsionando los campos del orden.*

PALABRAS CLAVE: *Autonomía. Ciencias sociales. Sistema de evaluación. Scientometría.*

REFERÊNCIAS

ADLER, Robert; EWING, John; TAYLOR, Peter. Estatísticas de citações. **Mediações**, Londrina, n. 14, v. 1, p.69-100, 2009.

ADORNO, Sergio; RAMALHO, José Ricardo. A pós-graduação em Sociologia e a experiência de avaliação da CAPES. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, n. 06, vol. 13, p.27-57, 2018.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. *In*: BROCK, C; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p.275-304, 2005.

BOLSONARO2018. Caminho da Prosperidade. Proposta de Plano de Governo. Disponível em: <<https://pleno.news/brasil/eleicoes-2018/conheca-o-plano-de-governo-do-candidato-jair-bolsonaro.html>>. Acessado em 17 mai 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. What makes a social class? On the Theoretical and Practical Existence of Groups. **Berkeley Journal of Sociology**, 1987.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Documento de Área: Sociologia, 2017. Disponível em: <www.capes.gov.br/.../documentos/.../20122017-sociologia_relatoriodeavaliacao_quad...>. Acessado em: 18 mai. 2019.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Documento de Área: Sociologia, 2016. Disponível em: <https://capes.gov.br/.../documentos/Documentos_de_area.../34_SOCI_docarea_2016.p...>. Acessado em: 18 mai. 2019.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Documento de Área: Sociologia, 2013. Disponível em: <https://capes.gov.br/images/stories/...area/Sociologia_doc_area_e_comissao_21out.pdf>. Acessado em: 18 mai. 2019.

GERALDO ALCKMIN. Programa de Governo. Diretrizes Gerais. Julho de 2018. Disponível em: <<https://eleicoes.poder360.com.br/media/planos/geraldo-alckmin.pdf>>. Acessado em: 17 mai. 2019.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. As ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.13, vol. 37, p.1-8, 1998.

LODGE, David. *Small World*. In: _____. **The Campus Trilogy**. London: Penguin Books, p.207-534, 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n.1, Jan/Mar. p.41-60, 2000.

MARTUCCELLI, Danilo. Crítica da Filosofia da Avaliação. In: BALANDIER, GEORGES. **O que avaliar quer dizer?** São Paulo: Editora FAP-Unifesp, p.37-65 2015.

MORAES, Fernando Tadeu. Brasil aumenta produção científica, mas impacto nos trabalhos diminui. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 16 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/10/1927163-brasil-aumenta-producao-cientifica-mas-impacto-dos-trabalhos-diminui.shtml>>. Acessado em: 18 mai 2019.

ORTIZ, Renato. Internationalization of the Social Sciences. **Sociologies in Dialogue**, n. 2, vol. 1, p.31-45, 2016.

_____. Cientificidade, cientometria e insensatez. In: ORTIZ, Renato. **A Diversidade dos Sotaques (o inglês e as ciências sociais)**. São Paulo: Brasiliense, p.135-188, 2008.

POLLACK, Michael. Paul F. Lazarsfeld: fundador de uma multinacional científica. **Política & Sociedade**, vol. 17, n. 38, p.94-134, 2018.

SARTI, Cynthia. O “inavaliável”. In: BALANDIER, GEORGES, **O que avaliar quer dizer?** São Paulo: Editora FAP-Unifesp, p.9-12, 2015.

SILVA, Antonio Ozaí da. A sua revista tem qualis? **Mediações**, Londrina, n. 14, v. 1, p.117-124, 2009.

TOLEDO, Luiz Fernando e MARQUES Júlia. Universidades federais têm menos de 1% de intercambistas estrangeiros. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 19 de junho de 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,universidades-federais-tem-menos-de-1-de-intercambistas-estrangeiros,70002355154>>. Acessado em: 19 mai. 2019.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: _____. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2016.

WRIGHT MILLS, Charles. **The sociological imagination**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Recebido em 06/03/2019.

Aprovado em 06/04/2019.

FUTEBOL: ENTRE O LAZER E O CONTROLE

*Agnaldo KUPPER**

RESUMO: O futebol moderno vincula-se ao industrialismo. Arrisco afirmar que a vida humana ocidental contemporânea aparenta partidas de futebol: embates, tempo medido, lutas pela titularidade e aceitação, torcidas agindo como partidos políticos, discussões de teses, improvisos, simbologias de socialização, teatralização da vida social, entre outros. Faz-se necessário entender como o brasileiro apropriou-se do esporte, como que o tomando das camadas mais abastadas que o introduziram no país. Nas primeiras décadas do século XX, o movimento operário brasileiro postou-se de forma ruidosa. A nascente burguesia industrial brasileira, inquieta diante das mobilizações sindicais proletárias, teria feito uso de mecanismos menos duros como apoiar e financiar o esporte que caíra nas graças operárias: o futebol. O resgate histórico-social de documentos de diversas agremiações permite observar interferências patronais no desenvolvimento clubista, controlando-as direta e/ou indiretamente. De lá para cá, o esporte seguiu sua trajetória, permeando políticas e ajustando conflitos pessoais.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol. Industrialismo. Controle social.

Introdução

O processo de urbanização vivido na segunda metade do século XIX na Inglaterra relaciona-se com o processo de proletarização do futebol.

A febre futebolística vivida na Inglaterra a partir da segunda metade do século XIX espalhou-se pelos mais diversos cantos britânicos (escolas fábricas, portos e

* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Programa de Pós-graduação em História. Assis – SP – Brasil. 1906900. agnaldokupper2009@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-7547-2334>.

ferrovias) e do planeta, encontrando no continente americano um de seus campos mais férteis.

O futebol enquanto modalidade esportiva é popular em vários cantos do mundo. Porém, a forma como se desenvolveu no Brasil tem alto grau de peculiaridade. Em realidade, as cidades de São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ assumiram o papel de destaque no futebol desde o início do século XX, independentemente do pioneirismo da prática. A primeira pelo desempenho econômico; a segunda por ser o centro político do país.

À medida que o processo industrial avançou no país, associações de resistência procuraram organizar os trabalhadores em torno da luta pela defesa de seus interesses materiais e morais ameaçados pela exploração do trabalho. Nesse contexto, o futebol de fábrica surgiu como passatempo. Aos poucos, outros interesses brotaram, com empresários descobrindo na prática a possibilidade de se obter disciplina, controle sobre o tempo dos trabalhadores das fábricas, cerceamento sobre as atividades dos trabalhadores nos sindicatos, valorização de seus produtos e artigos, visualização positiva da empresa, além da imagem de preocupação com a condição física e de lazer de seus colaboradores.

Importa, por isso, perceber como o povo brasileiro apropriou-se do esporte, como que tomando-o das camadas mais abastadas que o introduziram no país. Para atingir esse objetivo foram analisados jornais, atas, balancetes e periódicos diversos, utilizando-os como fontes primárias. A documentação obtida nos arquivos dos clubes, tal como cartas, relatórios, circulares e estatutos, atestam investimentos de empresas em práticas esportivas como o futebol. Afinal, vale lembrar que o número de clubes de futebol no Brasil nas primeiras décadas do século XX não parou de crescer. Criados por trabalhadores, muitas dessas agremiações buscaram apoio para suas atividades junto às direções patronais, apoio este material e financeiro, como cessão de terreno para estruturação de campo e sede, material de jogo, alugueis, uniformes, deslocamentos dos praticantes, bolas, entre outros. Não sem intenções.

Futebol e Industrialismo

Futebol, atletismo, remo, turfe, pugilismo. Eis alguns dos esportes originados na Inglaterra. A princípio, de caráter excludente, praticados por indivíduos das camadas sociais mais abastadas.

A penetração de tais práticas entre as demais camadas sociais inglesas significou a consolidação de novos hábitos culturais, a que Pierre Bourdieu (1997) denomina violência simbólica, apontando à adesão de um conjunto de hábitos e práticas representativas que definem certo estilo de vida. “A violência simbólica

consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”. (BOURDIEU, 1997, p.22).

Ou seja, Bourdieu (1997) entende o esporte moderno como um fenômeno em que são atribuídas posições relacionadas ao capital social, econômico e cultural de cada agente. A busca da hegemonia de determinadas práticas seria o acúmulo de uma distinção social de acordo com o seu potencial de poder simbólico. Segundo Bourdieu (1997), para se compreender o esporte seria necessário conhecer e reconhecer a posição que determinada atividade desportiva ocupa por meio da distribuição dos praticantes de acordo com a posição do mesmo no espaço social, apontando para a necessidade de se perceber o tratamento da prática na condição de fenômeno inscrito em um sistema mercadológico. Marivoet (2013) reforça os entendimentos de Bourdieu (1997) ao estabelecer que práticas e gostos culturais são indicadores da condição do indivíduo em uma estrutura social, incluindo aí os hábitos esportivos.

A popularização dos esportes citados – entre os quais o futebol que, em tempos contemporâneos, abandona progressivamente seu caráter recreativo para transformar-se em atividade vinculada ao consumo de massa – fundamenta-se (não só, mas acima de tudo) em relações capitalistas. Segundo Mاريوet (2002), o desporto moderno vincula-se às transformações vividas pelas sociedades, satisfazendo necessidades sociais e desempenhando um papel educativo nas mesmas. Para Hilário Franco Júnior (2007), os esportes modernos devem ser observados no âmbito do darwinismo social, ou seja, como espaço de organização das elites para tornarem-se referência a outros setores sociais.

Segundo Bero Rigauer (1969), o esporte é uma adaptação à vida moderna, consistindo como forma dissimulada para o trabalho, reproduzindo, em si, o mundo do capitalismo por ter em sua constituição autoridade, concorrência, competência, aperfeiçoamento, organização e burocracia.

Aponto, para a proliferação dos esportes modernos (caso, em especial, do futebol), fatores como o nacionalismo, interesses científicos e a cultura de massa. Porém, o destaque à popularização do futebol também deve ser atribuído à facilidade de praticá-lo.

Não é de se estranhar o desenvolvimento do esporte moderno na linha da trajetória do capitalismo em sua fase industrial: racionalização, padronização e cálculo de performance, acompanhando a transição para a vida de base urbano-industrial (competitiva, racional e marcada pela busca de eficiência), expressando a passagem para uma nova mentalidade social, enraizada entre membros sociais privilegiados (até pela disponibilidade de tempo livre entre membros de uma elite social), em seguida internalizada entre os trabalhadores (até como forma de reforço às mentalidades dos segmentos sociais dominadores).

Thompson (1987) afirma que seria ilusão imaginar que a Revolução Industrial (tanto a Primeira quanto a Segunda) substituiria o mundo rural por um mundo urbano sem conflitos.

No contexto da urbanização trazido pelo processo revolucionário industrial, a educação passou a adquirir *status* de treinamento para o hábito do trabalho, com destaque à pontualidade e ao estabelecimento de regras rígidas.

Thompson (1998) formula hipóteses para a passagem da valorização do tempo natural para o tempo das fábricas.

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho, no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional pelas horas trabalhadas fora do expediente. [...] Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro. (THOMPSON, 1998, p.294).

Assim sendo, os esportes modernos surgiram na transição para o industrialismo pleno, com práticas como o futebol, o basquete e o vôlei respondendo às novas circunstâncias urbanas e disciplinares da segunda metade do século XIX, quando o tempo cronométrico passou a ser fator para avaliações do desempenho, o que significa dizer que o espírito profissional passou a superar o espírito lúdico como forma de recuperação da energia disponibilizada para o trabalho através do entretenimento. A penetração do futebol enquanto atividade entre trabalhadores talvez – mesmo que inconscientemente – tenha tido como razão a possibilidade destes de recuperarem o que lhes foi retirado pela linha de produção fabril, trazendo-lhes a sensação de pertencimento de si e não à fábrica, com um importante ingrediente: levar o trabalhador a discuti-lo como forma de subtração do foco da exploração.

Sobre a origem do esporte moderno, Elias e Dunning (1992a, p.225) afirmam que há uma relação íntima entre industrialização e esportivização, própria “de uma transformação mais profunda das sociedades europeias, o que exigia dos seus membros uma maior regularidade e diferenciação de comportamentos”.

Não se deve estranhar a multiplicação das regras esportivas a partir do século XVIII, em plena fase da explosão revolucionária produtiva industrial: corridas de cavalo, 1750; golfe, 1751; críquete, 1788; *rúgbi*, 1846; ciclismo, 1868; futebol, 1863. Isto porque Revolução Industrial e futebol (entre outros esportes) baseia-se na competição, na produtividade, especialização de funções e quantificação de resultados.

Norbert Elias e Eric Dunning (1992b) identificam na organização do esporte um elemento do processo de pacificação social, uma vez que por meio dele os

componentes de uma sociedade abrem mão de resolver diferenças aceitando as regras para uma disputa em que não haverá feridos ou mortos, pelo menos reais:

As condições que propiciavam a emoção forte, sobretudo a emoção socialmente compartilhada que poderia levar à perda do autocontrole, se fizeram então mais raras e menos toleráveis do ponto de vista social. O problema estava em como dar aos indivíduos a oportunidade de experimentar plenamente a excitação agradável que parece ser uma das necessidades mais elementares dos seres humanos sem os consequentes perigos sociais e pessoais para os outros ou para si mesmos (ELIAS; DUNNING, 1992b, p.204).

Ainda de acordo com Elias e Dunning (1995, p.64), as sociedades humanas procuram compensar as tensões acumuladas dos indivíduos (afinal, a tendência humana é querer chutar, agredir com o pé o que vemos como possível ou o que se mostra à nossa frente, talvez daí a necessidade do futebol para nos disciplinar), sendo o esporte uma das principais atividades de satisfazer impulsos instintivos, emocionais e afetivos cerceados pelas regras sociais, liberando tensões provocadas pelo esforço da pessoa em conter-se.

Neste sentido, foi nos anos finais do século XVIII, com a consolidação do parlamentarismo e a Revolução Industrial, representando a vitória do capitalismo na sociedade inglesa, que começaram a ocorrer mudanças no jogo de bola.

O futebol, esporte que vincula disciplina e solidariedade, serviria ao propósito.

Com a finalidade de disciplinar o jogo, regras fixas deveriam ser criadas. Em 26 de outubro de 1863, surgiu o chamado *football association* (futebol moderno), quando representantes de onze clubes e escolas reuniram-se e fundaram a *Football Association*, em Londres (acredita-se que o número de onze jogadores tenha sido definido a partir dos onze representantes reunidos). Nesse mesmo ano, o futebol foi codificado em apenas quatorze regras (atualmente, são dezessete), tornadas públicas em livros e cartilhas distribuídas pelo país. Como as discussões mantinham-se, necessária a introdução de um árbitro. Estabeleceu-se, ainda, que os jogos deveriam ser decididos por *goals*, com prorrogações até que houvesse desempate (NORONHA, 1975, p.294). Ao que consta, as regras do futebol vinculam-se ao parlamentarismo, onde o poder não está concentrado apenas em um indivíduo, mas é dividido entre setores sociais rivais, o que exige negociação e revezamento dos grupos através de leis, porém com regras de conduta e participação. As regras definidas procuraram pressupor a igualdade de condições entre os competidores.

O futebol proliferou, chegando à França em 1872, à Suíça em 1879, à Bélgica em 1880, à Holanda, Dinamarca e Alemanha em 1889, à Itália em 1893, ao Brasil em 1895 (de forma oficial). Na América Latina, a rápida propagação da modalidade

foi facilitada pelo fato de existirem no continente comunidades inglesas ligadas a empresas e empreendimentos do capitalismo inglês (AQUINO, 2002).

Ou seja, a difusão do futebol seguiu a influência cultural inglesa: num primeiro momento a proliferação da prática nas ilhas britânicas; em seguida, na Europa germânica, chegando posteriormente à Europa Latina e América Latina (no Brasil, embora mais enraizado em São Paulo e Rio de Janeiro – próprio dos maiores investimentos britânicos – espalhou-se simultaneamente por vários pontos de seu território) (FRANCO JUNIOR, 2007).

No Brasil, a apropriação do futebol como forma de controle sobre os trabalhadores

Para Antunes (1994), foi no ambiente das fábricas que o futebol ganhou corpo e estrutura, com os trabalhadores, na busca de lazer, criando soluções para praticar o esporte.

Inúmeros clubes surgiram de partidas de futebol improvisadas na rua ou no pátio da fábrica, durante o intervalo para o almoço. Aos poucos, a brincadeira ia ganhando organização. Como muita gente queria participar, os times começaram a ser formados no interior de cada seção de uma mesma indústria. Com o crescimento do número de times, mais partidas iam sendo realizadas, aumentando o tempo do jogo. Logo, só o intervalo para o almoço já não bastava. Estendeu-se, então, a atividade para os fins de semana (ANTUNES, 1994, p.104).

No Rio de Janeiro foi criada, em 1892, a Companhia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica de Tecidos Bangu). A mesma conheceu algumas greves que a paralisaram: em 1894, 1896 e em 1903 (neste último ano, o movimento atingiu outras fábricas do Rio de Janeiro – reclamationária da alta jornada de trabalho imposta aos trabalhadores e por melhores salários – e envolveu dezoito mil e setecentos trabalhadores da capital federal¹).

No caso específico da Companhia Progresso Industrial do Brasil, a paralisação de 1903 teve motivos próprios: diminuição salarial dos funcionários da empresa, elevação dos aluguéis das casas que formavam a Vila Operária local (que chegou a ter trezentas residências erguidas como forma de abatimento na incidência de impostos), atrasos salariais e elevação dos preços dos gêneros alimentícios comercializados localmente por negociantes estabelecidos com autorização da companhia (vale lembrar que o bairro de Bangu, onde se situava a Companhia,

¹ Jornal O Paiz, 22 de Agosto de 1903, p.2.

mostrava-se como uma espécie de fábrica-fazenda, distante do centro do Rio de Janeiro).

Além das greves, a Fábrica Bangu assistiu, em seus primeiros anos, a embates entre brasileiros e imigrantes. Entre 1899 e 1901, trabalharam na empresa dezenove ingleses, setenta e um portugueses, treze espanhóis, seis franceses, oitenta e seis italianos, nove alemães, vinte russos e oito trabalhadores de outras nacionalidades². Normalmente, os desentendimentos foram de caráter pessoal e particular.

Por ocasião da greve de 1903, o diretor-presidente da Companhia Progresso, o luso Eduardo Gomes Ferreira, pediu exoneração do cargo em 17 de agosto do mesmo ano. Desta forma, foi elevado a condição de diretor-gerente interino o tesoureiro espanhol João Ferrer, que adotou um estilo paternalista ao procurar criar um espírito solidário entre os diversos trabalhadores do empreendimento.

Com Ferrer na direção, os mestres têxteis ingleses foram atendidos em uma antiga reivindicação: a fundação de um clube de futebol, nos moldes do existente em seu país de origem. Ferrer entendeu que o futebol (ainda uma novidade no Brasil), poderia servir para unir os trabalhadores.

De acordo com as intenções da Companhia Progresso, surgiu o Bangu *Athletic Club* (primeiro clube de fábrica do Brasil), em 17 de abril de 1904. Reuniram-se dez chefes de seções empresa (oito ingleses, um italiano e um português). A princípio, poucos empregados foram aceitos no novo clube, prevalecendo os funcionários especializados de origem estrangeira.

De início, o clube congregava parcelas muito restritas dos empregados da fábrica, compondo-se somente de trabalhadores especializados de origem estrangeira, que ocupavam cargos de chefia. [...] A necessidade de apoio por parte da fábrica fez, porém, com que os fundadores do clube logo ampliassem esse impulso inicial, atendendo aos interesses da Companhia (PEREIRA, 2000, p.32).

A necessidade de apoio para a manutenção do futebol na fábrica – até pelo número de praticantes que se mostrava reduzido, impedindo, muitas vezes, a formação de times – fez com que fosse aberta a participação de operários de outras origens³. O valor para o ingresso (joia) foi estipulado em 2\$000 e o da mensalidade em 1\$000, como forma de angariar trabalhadores de origem mais humilde (a título de comparação, o Fluminense, altamente elitizado, cobrava mensalidade de 5\$000)⁴.

² Relatório da Assembleia Geral Ordinária da Companhia Progresso Industrial do Brasil, realizada em 02 de Abril de 1903.

³ Ata da sessão de 17 de abril de 1904

⁴ O padrão da moeda no Brasil, foi, até 1942, o mil-réis. Um mil-réis era escrito como 1\$000. Usava-se o conto para indicação de grande quantidade de dinheiro. Um conto equivalia a 1 mil réis (1\$000.000).

O Bangu distingue-se de outros clubes do Rio de Janeiro por ser o precursor da democratização do acesso às práticas futebolísticas, por ter sido o primeiro time operário do Rio de Janeiro, por ter dado aos jogadores-operários privilégios (abono de faltas e garantia de emprego, por exemplo), por receber por parte da diretoria certo paternalismo da Companhia Progresso e por iniciar a subordinação à vigilância das ações operárias, demonstrando dependência e o interesse dos trabalhadores em fazer parte de uma elite operária. Em pouco tempo, o futebol tornou-se a grande opção de lazer daquela comunidade⁵.

O campo do Bangu transformou-se em um quintal da fábrica, uma espécie de continuidade do espaço de trabalho (PEREIRA, 2000, p.259). Normal, desta forma, que a direção da Companhia Progresso o tratasse como um departamento, sendo feita a cessão de terreno, de móveis e de utensílios para o clube, além de uniformes e incentivo à promoção de festivais entre os seus sócios⁶.

Para ser sócio do Bangu, foi estabelecido em assembleia que o pretendente deveria ser empregado da Companhia Proresso. Caso saísse da empresa por comportamento inadequado, o então associado deveria “deixar o quadro da associação”⁷.

Rosenfeld (1993), ao analisar o caso do Bangu *Athletic Club*, apresenta a hipótese de que o incentivo do futebol entre os operários:

[...] seria uma forma de domesticar seus corpos para o trabalho e infundir neles um sentimento de grupo, identificado com a empresa. Em virtude da distância do subúrbio, entretanto, não foi possível aos ingleses (empregados da Fábrica Bangu) constituírem equipes fechadas chamando os compatriotas da cidade. Viram-se obrigados a recorrer aos operários da fábrica. (ROSENFELD, 1993, p.61).

Com a apreciação contínua da prática, a direção da Fábrica Bangu passou a conceder privilégios aos bons jogadores-operários, como trabalho mais leve, promoções e licenças especiais para treinamentos. Aos poucos, o futebol do Bangu tornou-se mais famoso que a fábrica em si.

Em 1906, Ferrer cedeu um campo de futebol ao Bangu AC num terreno da fábrica para que a associação disputasse o Primeiro Campeonato Carioca.

Por ocasião da realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, decidiu-se por uma campanha por oito horas de trabalho. A Fábrica Bangu, com seus 1651 trabalhadores, não abraçou a causa. Para o dia do Congresso, 01 de maio, Ferrer promoveu a inauguração de um jardim na Fábrica Bangu, seguida de um jogo de futebol entre o Bangu e o Esperança. Segundo o editorial do Jornal

⁵ “Gazeta dos Sports”, *Gazeta de Notícias*, 12 de setembro de 1907.

⁶ Ata da Sessão de 21 de janeiro de 1915 e Ata da Sessão de 10 de fevereiro de 1916. Livro de Ata do Bangu AC.

⁷ Ata da Sessão de 24 de abril de 1904, Livro de Atas do Bangu AC.

Gazeta de Notícias, na maior fábrica do Rio de Janeiro os operários não tinham nada a reivindicar, mas a agradecer⁸.

Em 24 de Agosto de 1909, foi entregue pela direção da Fábrica Bangu, uma sede social à associação do Bangu AC.

Com suas ações, João Ferrer teria conseguido controlar o operariado da Companhia Progresso, afastando-o das discussões e reivindicações dos trabalhadores do período. Contava, ainda com o apoio da imprensa escrita, exaltadora de seus feitos. Críticas apenas da imprensa operária através do Jornal *A Voz do Trabalhador*:

[...] Como a imprensa não se cansa de agitar o seu turúbulu, incensando a benemerência dos senhores de Bangu, tivemos vontade de conhecer a fábrica. [...] A situação era igual ou pior do que a de outras fábricas. Não havia liberdade, mas havia uma forte depressão mental para fazer esquecer e até louvar o cativoiro.⁹

No caso do Bangu, mais do que combater o sindicalismo, o futebol serviu para unir empregados de nacionalidades diferentes, funcionando como elemento de união e pertencimento. Tanto que em Bangu foram também incentivadas outras modalidades esportivas como o tênis e o críquete¹⁰.

Os Estatutos do Bangu AC apontaram ser dever dos sócios “[...] a condução com a máxima correção quando uniformizados ou com o distintivo do *club* e quando estiverem no recinto deste. Os sócios serão censurados pela diretoria; na reincidência, suspensos ou eliminados.”¹¹

O futebol serviu, sim, para unir operários da Fábrica Bangu, mas não parece ter gerado uma consciência de classe. O Artigo 50 dos Estatutos do Bangu AC de 1915 desqualificava tal propósito ao prever ser “[...] expressamente proibidas, no recinto do *club*, as discussões de caráter político, religioso ou de nacionalidade.”¹²

Um jogador de futebol de destaque do Bangu normalmente ascendia na fábrica, obtendo cargo mais elevado e salário maior.

O Bangu AC fez escola

Para Cláudio Batalha (2004, p.114), entre as indústrias têxteis “os clubes transformaram-se em mais um dos mecanismos de controle da empresa sobre seus empregados”.

⁸ Jornal *Gazeta de Notícias*, 05 de Maio de 1906.

⁹ Jornal *A Voz do Trabalhador*, 15 de Junho de 1909, p.1.

¹⁰ “Ata da Sessão de 17 de Abril de 1904”. Livro 1 de Atas das Sessões da Diretoria do Bangu AC, 17 de Abril de 1904 a 07 de Fevereiro de 1905.

¹¹ Estatutos do Bangu AC aprovados em Assembleia Geral realizada em 20 de Abril de 1915, p.3.

¹² Estatutos do Bangu AC, 1915, p.10.

Muitas associações de futebol passaram a ter em seus quadros membros das diretorias das unidades produtivas, até como forma de se obter auxílio financeiro em caso de necessidade¹³. Tê-los também era uma forma de se obter legitimidade dos clubes e seus sócios junto às autoridades policiais (BRETAS, 1997), da mesma forma que a ação, ao que consta, diminuía a distância e as contradições entre empregados e empregadores.

Paulatinamente, ao ver o futebol ganhar apreço entre populares, propagandas industriais e de ambientes de comércio passaram a ser veiculadas pela mídia (leia-se jornais) utilizando o esporte enquanto tema. A estratégia, claro, era a de atrair a atenção através de ações que agradavam os torcedores-consumidores. Muitas casas comerciais cariocas auxiliavam o *football* através da promoção de jogos, doação de taças e reserva de espaço em lojas e mercados para exposição de uniformes esportivos das equipes locais. Afinal, auxiliar o esporte permitia a determinada empresa construir uma boa imagem, passando a visão aos consumidores de que em seu interior havia a preocupação com a saúde física e emocional dos adeptos do esporte.

Para muitos operários, no entanto, o apoio dado pelos diretores de fábricas (caso do Bangu) era visto como uma dádiva recebida. Porém, tais diretores exigiam relatórios que indicassem as aplicações, gastos e atividades desenvolvidas, controlando o desenvolvimento de tais agremiações esportivas. Tal controle estendeu-se a outras associações subsidiadas por fábricas em outros pontos do país, caso de São Paulo.

As iniciativas da Companhia Progresso (Bangu AC) de apoio ao futebol entre seus colaboradores teriam sido seguidas por outras companhias têxteis da cidade do Rio de Janeiro: Companhia de Fiação e Tecidos Carioca (Carioca *Football Club*, 1907), Fábrica Cruzeiro (Andarahy *Athetico Club*, 1909), Companhia Brazil Industrial (Paracambi *Football Club*, 1912), Companhia Confiança Industrial (Confiança Atlético Clube, 1915) e Fábrica Mavilis (Mavilis *Football Club*, 1915, em alusão às iniciais de Manuel Vicente Lisboa, um dos diretores da Companhia América Fabril e grande incentivador do futebol entre os funcionários da empresa).

Campos de Goytacazes, no norte fluminense, também assistiu à proliferação de uma série de agremiações de futebol, com destaque ao Goitacaz e ao Americano. Na região, diversos clubes emergiram em torno da economia açucareira e tiveram o aparato de usineiros. As empresas açucareiras cederam benefícios como a

¹³ O incremento das atividades de clubes passou a requerer um aprimoramento organizacional. Em cada unidade fabril incentivadora do esporte, foi estruturada uma diretoria, cujos membros tinham por função gerenciar as atividades do grêmio. A tendência era de que esses diretores fossem recrutados dentre os membros dos próprios quadros burocráticos da empresa como chefes, diretores e gerentes. Também passou a ser comum o(s) dono(s) da fábrica ou altos funcionários ocuparem posições de destaque na burocracia do time, como, por exemplo, presidente de honra, em sinal do reconhecimento dos sócios pelos serviços prestados ao clube.

estruturação de campos para a prática, agregando funcionários e habitantes locais. Desta forma, surgiram agremiações como União e Aliança (Usina de Queimado), Ypiranga (Morro do Coco), Atlético (Goytacazes), Santo Antônio (Beco), Martins Laje (Martins Laje), Rio Preto (Morangaba), Palmeiras e Liberal (Cambaíba), Tamandaré (Santa Maria), Santa Cruz (Santa Cruz), Nacional (Saturnino Braga), Comercial (Conselheiro Josino), Ururá e União de Ururá (Ururá), Cruzeiro (Poço Gordo), Estrela (Ponta da Cruz), Santo Eduardo, Esporte Clube Itálva e Cardoso Moreira Futebol Clube. O apoio perdurou até a década de 1980, quando muitas das usinas entraram em processo de decadência. Com a crise, muitas das agremiações sucumbiram, demonstrando a dependência das mesmas em relação às usinas de açúcar e álcool.

Em diversos estatutos das associações esportivas do primeiro quartel do século XX analisados, consta a proibição de discussões políticas, sindicais ou religiosas. O artigo 74 dos estatutos dos Lanifícios Minerva (Rio de Janeiro), de 1921, por exemplo, estipulava que seria “vedado ao *club* envolver-se em manifestações e atos de caráter político” e que os sócios estariam “impedidos de tratar de assuntos políticos na sede social”¹⁴. Tais dispositivos demonstram os compromissos entre os subsidiados e patrocinadores dos clubes como uma forma de se evitar a participação dos integrantes das agremiações em greves e movimentos reivindicatórios, passando a imagem de uma relação amigável entre patrões e empregados.

Da mesma forma que no Rio de Janeiro-RJ, em São Paulo-SP o futebol passou a ser incorporado a diversas instituições fabris, caso do Juta Sant’Anna *Football Club*, que foi estruturado por funcionários da Companhia Nacional de Tecidos Juta (Fábrica Juta Sant’Anna) na década de 1910, no bairro do Brás. O time recebeu, de acordo com relatórios, total apoio da empresa, como suporte financeiro para a constituição de seu campo e sede, além de subsídios para manutenção.

Jorge Street, dono da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ), no bairro paulistano do Belenzinho, seguiu os passos da Companhia Progresso Industrial do Brasil, erguendo, entre 1911 e 1917, a Vila Maria Zélia para seus operários. Tudo indica que suas intenções eram as mesmas de outros centros produtivos. Para industriais como Nicolau Scarpa, também de São Paulo-SP, o patrocínio aos grêmios seria uma forma de resolver “os complexos problemas da questão social ao solucionar o conflito entre capital e trabalho” (RAGGO *apud* PEREIRA, 2000, p.181). A mesma iniciativa foi tomada pelo Cotonifício Crespi, pela Vidraçaria Santa Marina, pela Cigarros Sudan, pela Matarazzo e pela Companhia Lacta.

Em São Paulo-SP, os clubes da *Light* não foram diferentes de outros criados em fábricas, mas sua tendência era a de descentralizar as atividades esportivas entre seus colaboradores, não chegando a estabelecer um modelo padrão a ser seguido por

¹⁴ Arquivo Nacional, SPDF, IJ – 759.

suas associações esportivas. Desta forma, formaram-se pequenos e diversos núcleos recreativos entre as diversas seções e departamentos do conglomerado.

Companhias como a *The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited* e *The São Paulo Gaz Company* também incentivaram o futebol entre seus funcionários, chegando mesmo a ceder terrenos para a edificação de campos para a prática e sedes administrativas e recreativas.

Em 1920, as Indústrias Matarazzo apresentavam ramificações em várias partes do Brasil e também no exterior, produzindo bebidas, álcool, perfumes, sabão, velas, óleos diversos, gesso, entre outros produtos.

Mesmo com tamanha ampliação dos negócios, a concentração das decisões administrativas ficou a cargo de Francisco Matarazzo. E é a uma dessas resoluções que faço menção especial: a criação da Associação Atlética Matarazzo, fundada em 1914 e voltada basicamente para o incentivo ao futebol, embora a associação também organizasse bailes e festivais esportivos e recreativos: “[...] o presidente da S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo é, de direito, presidente honorário da Associação Atlética Matarazzo.”¹⁵

Um empregado, ao ser admitido na Matarazzo, tornava-se sócio, automaticamente, da Associação Atlética. As mensalidades variavam de acordo com as faixas salariais, descontadas em folha de pagamento. Tais contribuições, obrigatórias, livravam as Indústrias Matarazzo de subsídios com aluguéis da sede social e do campo de futebol. Próprio do comportamento concentrador de Francisco Matarazzo, a Associação Atlética gerenciava os grêmios das várias unidades das Indústrias Matarazzo. O futebol, por sua vez, foi uma atividade presente desde a fundação da Associação, que realizava campeonatos internos entre as diversas seções dos escritórios centrais. Deles (grêmios das Indústrias Matarazzo da capital e interior de São Paulo¹⁶), saía o time principal que disputava os campeonatos internos das fábricas do estado de São Paulo.

Em 1924, na capital paulista, nasceu o Clube Atlético Juventus. Tanto o Juventus quanto o Bangu carioca se tornariam com o tempo, mais famosos que as próprias fábricas. No ano seguinte, 1925, Rodolfo Crespi cedeu ao seu clube de fábrica, o Juventus, amplo terreno situado à Alameda Javary, n. 117 (atual rua Javari). O local, até então utilizado como cocheira de cavalos, passou a servir à prática do futebol entre seus colaboradores.

¹⁵ Estatutos da Associação Atlética Matarazzo, capítulo 1, artigo 3, de 18 de abril de 1932.

¹⁶ A Associação Amália de Desportos Atlético (AADA), fundada em 01 de janeiro de 1940, empresa localizada nos arredores da cidade paulista de Ribeirão Preto e ligada à S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, tinha em seus estatutos o objetivo de promover a prática de todos os esportes, principalmente o futebol. Foi possível identificar em seus Estatutos a intenção de despolitização de seus associados, pois, conforme Capítulo II, artigo 8: “são deveres dos associados: [...] d) abster-se de manifestação ou discussão de natureza política, religiosa ou de classes, nas dependências da associação”.

No primeiro quartel do século XX, tornaram-se frequentes campeonatos internos em municípios do estado São Paulo com nomes de fábricas, indício do patrocínio dado pelas mesmas para a organização e viabilização de equipes operárias, o que, além de ser uma forma de divulgação do nome das empresas protetoras (assim como de seus produtos) promoveu de forma crescente a popularização de atividades esportivas (caso do futebol). Ou seja, para o empregador, uma forma de representação da fábrica e interferência/disciplina no tempo do colaborador (controle sobre o tempo livre dos trabalhadores), além de passar a visão de uma empresa vencedora e fazer propaganda de seus produtos. Para o trabalhador, os objetivos eram outros como de crescimento e reconhecimento por parte da fábrica, além de ganhos pessoais e possibilidades de lazer. No entanto, destaca-se um objetivo pouco explícito: retirar os operários das discussões e organizações sindicais. Ao assumirem o papel de mantenedores dos clubes esportivos, empresários acentuaram a dependência dos trabalhadores em relação a eles, sendo que o controle sobre tais colaboradores não ficou restrito à fábrica, mas à vida privada dos mesmos, incluindo moradia e lazer (fora dos limites da linha de produção).

Nos anos 1920 era difícil apontar uma indústria da capital paulista que não apresentasse um time ou um clube de futebol.

Patrocinar um clube passou a significar a criação de amizade com os colaboradores, o que teria contribuído para a desmobilização da luta sindical ao reforçar a identidade trabalhador-fábrica, embora o fenômeno não tenha se limitado ao futebol, uma vez que os diversos clubes passaram a promover encontros dançantes, concursos de beleza e bailes carnavalescos. Mais do que uma cultura operária, uma cultura fabril. Uma espécie de coronelismo esportivo que permitia a diminuição da distância dos empresários em relação aos seus colaboradores e dependentes.

Joel Rufino Santos (1981, p.22) aponta que os empresários, ao promoverem o futebol no interior das fábricas, procuraram criar um elemento disciplinador através da prática: “[...] como a uma criança que se manda brincar para queimar energias, mandados jogar futebol”.

Considerações Finais

O futebol moderno, inventado pelos ingleses, separou o jogo do rito. Ele deve ter sido visto por operários ingleses e brasileiros como a possibilidade de reparação das injustiças, uma vez que no campo econômico isto parecia – e talvez continue a parecer – impossível.

Berço da produção industrial, o futebol significa trabalho em equipe, diferenciando a fábrica moderna da produção familiar artesanal. Tal qual uma fábrica que

exige disciplina do trabalhador, do jogador de futebol também se espera que siga as instruções de um treinador se não quiser perder seu posto de atuação. O respeito à hierarquia do clube também deve ser levado em consideração (caso o jogador – como o trabalhador – não queira perder sua vaga, quase sempre provisória).

Assim como a produção industrial, o todo deve estar voltado para que se atinja o objetivo: produzir e defender o produzido de qualquer revés, segundo técnicas e regulação. Assim como no sistema produtivo no futebol alguns realizam, outros pensam e dirigem e outros colhem os resultados.

O próprio fato de se introduzir uma arbitragem (1881) e um apito (1888) nos jogos deste esporte, representou uma forma de regulamentar as ações e o tempo, atuação próxima do Estado, o que frustra a realidade, como que contendo o lucro a todo custo e renovando o jogo ao atuar no sentido de revitalizar a produção e limitar o prazer imediato. Isto significa dizer que no futebol o árbitro principal deve atuar em prol da produção já que **fazer cera** (adiar o fluxo do jogo), desperdício e poupança são ações próprias do homem no processo produtivo.

Necessário se faz reconhecer que o até então esporte das elites tornou-se uma poderosa expressão dos setores sociais mais empobrecidos, em uma disseminação impressionante, talvez por ser este esporte o único que inspire a possibilidade da quebra das hierarquias sociais.

Ao engendrar-se na vida do brasileiro, o futebol passou a expressar uma riqueza simbólica. Ao identificar-se como popular, o futebol teria trazido ao brasileiro a possibilidade de jogar através de normas e regras.

A busca de patrocinadores para a prática – caso dos primeiros clubes operários – também aponta para uma tendência do brasileiro: a de se sentir protegido e depender de quem considera superior.

A prática do esporte em uma fábrica propicia, em normalidade, um sentimento de grupo, em que pese a existência de uma hierarquia existente dentro de seu corpo. Desta forma, as tensões internas tendem a diminuir, encobrindo as contradições.

Levando-se em consideração que a prática do futebol seja disciplinadora, os clubes operários estruturados a partir das fábricas reproduziram a dominação existente no interior do ambiente produtivo. Ou seja, oferecer subsídios a um clube de futebol operário de forma assistencialista e com interesses disciplinadores foi uma forma encontrada por empresários de esvaziar movimentos reivindicatórios e controlar a vida dos trabalhadores. Mas, de certa forma, o futebol operário estruturou uma resistência à dominação imposta pelo cotidiano, afinal, creio, a ação humana não deve ser vista apenas sobre as relações de produção. Se assim fosse, não restaria qualquer manifestação de autonomia humana.

Talvez mais do que agirem como mecenas no que tange ao futebol, industriais tenham sido induzidos pelos trabalhadores a financiá-lo.

Patrocinados pelas direções fabris, as mesmas exigiam certo retorno dos investimentos, fiscalizando as atividades através de balancetes e relatórios. Uma forma de controle.

É provável que inúmeros clubes de fábrica tenham surgido de simples bate-bolas, ou seja, de partidas de futebol improvisadas, disputadas na rua ou no pátio da fábrica durante o intervalo para o almoço entre aqueles trabalhadores que se dispusessem a jogá-lo. Certo, no entanto, é que, aos poucos, a brincadeira foi ganhando maior organização.

Times operários pressupõem identidade entre os participantes de vida semelhante (trabalhadores), portanto, explorados pelo sistema. Neste sentido, a presença da fábrica (através do financiamento para aquisição de equipamentos, presença de diretores da empresa na estrutura administrativa do clube, nome da agremiação, fornecimento de campo para a prática, entre outros) indica uma interferência reguladora, ferindo resistências e autonomia.

O estímulo ao lazer para os operários pode – como acredito que o fez – evitar contestações às condições de trabalho oferecidas por várias empresas por proporcionar aos jogadores operários melhores condições do que aos demais operários. Em muitos clubes ligados a empresas o operário-jogador estava impedido de associar-se aos sindicatos. Porém, não se pode afirmar que o controle foi total. Para os trabalhadores pode ter significado, não só a diversão, mas a possibilidade de ascensão na fábrica a cargos mais elevados e mais bem remunerados.

Vale lembrar que a consolidação do futebol como febre operária e, posteriormente, como fator de identidade nacional através de ações governamentais e da mídia, deixou o legado do imaginário. Um bom e apreciado imaginário. Afinal, talvez Joé Miguel Wisnik (2008, p.11) tenha razão ao afirmar que “viver o futebol dispensa pensá-lo, e, em grande parte, é essa dispensa que se procura nele”.

FOOTBALL: BETWEEN LEISURE AND CONTROL

ABSTRACT: *Modern football is linked to industrialism. I venture to argue that contemporary western human life looks like football matches: clashes, measured time, fights for ownership and acceptance, supporters acting as political parties, thesis discussions, improvisations, symbologies of socialization, theatricalization of social life, among others. It is necessary to understand how the Brazilian appropriated the sport, as if taking it from the wealthier layers who had introduced it in the country. In the first decades of the twentieth century, the Brazilian labor movement was noisy. The emerging Brazilian industrial bourgeoisie, worried about the proletarian union mobilizations, would have made use of less harsh mechanisms such as supporting and financing the sport which had fallen into workers' hands:*

football. In order to do so, the historical and social rescue of documents from various associations allows us to observe patronage interferences in club development, controlling them directly and/or indirectly. Since then, the sport has followed its trajectory, permeating policies and adjusting personal conflicts.

KEYWORDS: *Soccer. Industrialism. Social Control.*

FÚTBOL: ENTRE EL OCIO Y EL CONTROL

RESUMEN: *El fútbol moderno se vincula al industrialismo. Me atrevo a decir que la vida humana occidental contemporánea aparenta partidos de fútbol: los embates, el tiempo medido, las luchas por la titularidad y la aceptación, las torcidas actuando como partidos políticos, discusiones de tesis, improvisaciones, simbologías de socialización, teatralización de la vida social, entre otros. Se hace necesario entender cómo el brasileño se apropió del deporte, como que tomando de los estrados más ricos que lo introdujeron en el país. En las primeras décadas del siglo XX, el movimiento obrero brasileño se colocó de forma ruidosa. A pesar de la acción represiva gubernamental, la naciente burguesía industrial brasileña, inquieta ante las movilizaciones sindicales proletarias, habría hecho uso de mecanismos menos duros como apoyar y financiar el deporte que había caído en las gracias obreras: el fútbol. Por lo tanto, la recuperación histórica-social de documentos de diversas agremiaciones permite observar interferencias patronales en el desarrollo clubista, controlándolas directa y / o indirectamente. Desde entonces, el deporte siguió su trayectoria, involucrando gran parte de la sociedad brasileña, permeando políticas y ajustando conflictos personales con el mundo vivido, propio del imaginario social.*

PALABRAS CLAVE: *Fútbol. Control. Imaginario social.*

REFERÊNCIAS

AQUINO, Rubim Santos Leão. **Futebol, uma paixão nacional**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ANTUNES, Fátima M. O futebol nas fábricas. **Revista USP**, São Paulo, Dossiê Futebol, n. 22, p.104, 1994.

BATALHA, Cláudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRETAS, Marcos Luís. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización**. 2. ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992a.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1992b.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses**: futebol, sociedade e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARIVOET, S. Inclusão Social no e pelo Desporto. Um desafio do Século XXI. In PINTO, P. M. (Coord.). **Olímpico**. Os jogos num percurso de valores e de significados. Porto: Edições Afrontamento, p.91-98, 2013.

_____. **Aspectos Sociológicos do Desporto**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

NORONHA, Sérgio (Org.). **Almanaque dos esportes**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1975.

PEREIRA, Leonardo **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RIGAUER, Bero. **Sport und Arbeit**. [S. l.: s. n.]1969.

ROSENFELD, Anatol. **Negro, macumba e futebol**. São Paulo: Edusp, Unicamp, Perspectiva, 1993. (Coleção Debates, v. 258).

SANTOS, Joel Rufino. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____ . **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.2.

WISNIK, José M. **Veneno Remédio** – o futebol e o Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

Recebido em 26/11/2017.

Aprovado em 13/12/2018.

PERSPECTIVAS ATUAIS PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

*Rodrigo Manoel Dias da SILVA**

RESUMO: O presente artigo visa examinar as condições sociais e sociológicas que configuram transformações nas definições de urbanismo e de memória social, considerando-se que tais condições, em alguma medida, engendram perspectivas para as práticas e para a pesquisa em educação patrimonial. Trata-se de uma abordagem diagnóstica, alicerçada em revisões conceituais e em exercícios analíticos fundamentados na teoria social contemporânea, a partir da realidade brasileira. Conclui que estudos sobre a temática exigem a problematização da condição estática dos bens, das práticas ou das coletividades às quais suas políticas visam proteger, assim como demandam o reconhecimento das múltiplas e dialéticas relações entre coletividades, espacialidades e patrimonialização.

PALAVRAS-CHAVE: Educação patrimonial. Urbanismo. Memória. Sociedade.

1. Primeiras palavras

A literatura recente acerca da educação patrimonial tem evidenciado seu caráter multifacetado, bem como suas novas posições no contexto das políticas educativo-culturais e da economia da cultura (SCIFONI, 2017; SILVA; 2017). Tais leituras, ainda que de maneiras particulares, partem do declínio das definições tradicionais de educação patrimonial, configurado, nas últimas décadas, a partir da constatação da crise das representações monoculturais de memória e de identidade (CANCLINI, 2006) que organizavam nossa relação política com o campo cultural.

* UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Escola de Humanidades e Programa de Pós-Graduação em Educação. São Leopoldo – RS – Brasil. 93022-750 - rodrigodsilva@hotmail.com.

Não obstante, as definições fixas ou estáveis de território ou de espacialidade utilizadas como matrizes de inteligibilidade para compreendermos espaços, regiões e lugares demonstram-se insuficientes face às dinâmicas globais que aceleram o tempo e encurtam as distâncias (HARVEY, 1989).

Em perspectiva analítica correlata, a teorização social contemporânea tem evidenciado transformações nos sentidos e nas práticas sociais que constituem o que designamos por urbanismo ou processos urbanos, ao mesmo tempo em ocorrem uma série de deslocamentos na definição de patrimônio cultural, sob contradições e contestações de ordem social, política e econômica. Parcela significativa dessas contradições são observadas pelo advento de posições públicas que arregimentam a diversidade, o pluralismo e o reconhecimento da multiplicidade expressiva das culturas no contexto das políticas estatais, ora via movimentos sociais e contestações matizadas por direitos culturais, ora via organismos ou agências internacionais (como a Unesco). O núcleo de muitas dessas problematizações se refere às imprecisões postas na definição de diversidade (CORTÊS, 2012), de cultura e de patrimônio cultural.

De todo modo, é possível constatar que tais deslocamentos oferecem novas paisagens sociais à educação patrimonial. Se ela foi forjada no imaginário político-pedagógico brasileiro com configurações conservatórias, talvez os múltiplos objetivos que a cercam na atualidade não mais correspondam aos fins urbano-educativos próprios de sua constituição histórica em meados do último século, pelo menos não da mesma forma ou com os mesmos propósitos. Por que educar para o patrimônio? Para que (ou o quê) salvaguardar? Para que (ou o quê) conservar? Para que (ou o quê) proteger?

As dinâmicas transformações que redefinem nossa espacialidade urbana e nossos modos de viver nas cidades contemporâneas e as redefinições políticas presentes nas discussões atuais sobre patrimônio e memória social parecem condições suficientes para que reexaminemos a condição da educação patrimonial, bem como os modos pelos quais a assumimos como objeto de estudo ou de intervenção social. O conjunto dessas interrogações nos faz reconhecer a potência da educação patrimonial enquanto espaço de pesquisa acadêmica e de produção de conhecimento, mas também de ação escolar e de intervenções sociais catalisadoras de processos de mudança social.

No presente artigo, pretendemos examinar as condições sociais e sociológicas que visibilizam transformações nas definições de urbanismo e de memória social, considerando que tais condições, em alguma medida, engendram perspectivas para as práticas e, com efeito, para a pesquisa em educação patrimonial. Trata-se de uma abordagem diagnóstica, alicerçada em revisões conceituais e em exercícios analíticos fundamentados na teoria social contemporânea, a partir da realidade brasileira.

2. Urbanismo: transformações históricas e questões conceituais

Há, na teorização social contemporânea, uma extensa literatura que objetiva recuperar os sentidos social e historicamente atribuídos à cidade e aos fenômenos urbanos, bem como ao mapeamento dos principais contornos que configuram sua vigência em nossos dias. Do ponto de vista de sua gênese e de suas configurações históricas, David Harvey (1980) definiu a cidade como uma forma de circulação geográfica do excedente econômico. Em sua formulação socialista, Harvey (1980, p.203) afirma que o urbanismo é decorrente da concentração de excedentes em algum tipo de cidade, a partir da “articulação de um espaço econômico suficientemente extenso para facilitar a concentração geográfica do excedente social”. Tal concentração modula padrões de circulação geográfica, de tal forma que poderíamos supor que o que diferencia as manifestações contemporâneas do urbanismo de suas formas prévias historicamente é que as primeiras estão envoltas em uma economia (global) de maior complexidade.

Há, então, uma espécie de correspondência entre a edificação da cidade e as formas de habitá-la. Ao comentar a obra de Henry Lefebvre, Harvey (1980, p.265) menciona que “a cidade como forma edificada e o urbanismo como modo de vida têm que ser considerados separadamente entre si porque eles se separam na realidade”. Tal leitura materialista do fenômeno justificar-se-ia pelo fato de que o industrialismo e o urbanismo encerram sentidos e fins sociais diversos, uma vez que “a sociedade industrial homogênea e a sociedade urbana diferencia” (HARVEY, 1980, p.266).

Manuel Castells (2000), por sua vez, no clássico *A questão urbana*, acrescenta que a simples ligação entre a forma espacial e o conteúdo cultural não pode constituir o único elemento que define a urbanização, uma vez que urbano não significa uma forma de ocupação do espaço por uma população. Ao analisar os modos pelos quais as relações entre espaço e sociedade foram sendo produzidas ao longo do tempo, particularmente recuperando estudos arqueológicos na Mesopotâmia (3.500 a.C.), Egito (3.000 a.C.) e China e Índia (3.000 a 2.500 a.C.), o sociólogo observa que os primeiros aglomerados sedentários e com maior densidade demográfica emergem como expressão e desdobramento de capacidades técnicas e de níveis específicos de organização social. No longo horizonte histórico citado, as cidades surgiram enquanto forma residencial produzida pelos membros de uma determinada sociedade, “cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária” (CASTELLS, 2000, p.42). Nesse sentido, as cidades passaram a existir em decorrência das bases do excedente agrícola, o que evidencia que, por tal prisma, o argumento de Castells (2000) assemelha-se à elaboração de David Harvey (1980). Contudo, Castells (2000) destaca que a dimensão econômica se fez condição de possibilidade para o desenvolvimento do poder religioso, administrativo

e político. Tal argumento oportuniza a compreensão de que urbano e rural estão no âmago de um mesmo processo de produção das formas sociais, mesmo que estas se diferenciem.

Do ponto de vista de seus desdobramentos enquanto formas históricas, faz-se necessário reconhecermos que as relações entre urbano e rural constituem tipos socioculturais e organizacionais variados. Será, entretanto, no advento do capitalismo industrial na Europa que as experiências urbanas sofrerão influência de conflitualidades e disputas de toda ordem.

O desenvolvimento do capitalismo industrial, ao contrário de uma visão ingênua muito difundida, não provocou o reforço da cidade e sim o seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos. Com efeito, a constituição da mercadoria enquanto engrenagem de base do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais sobre um espaço mais vasto, a homogeneização do sistema institucional, ocasionam a irrupção da conjunção de uma forma espacial, a cidade, e da esfera de domínio de uma classe específica, a burguesia (CASTELLS, 2000, p.45).

Nessa condição, Castells (2000) argumenta que os processos de urbanização e a autonomia do modelo cultural urbano manifestaram-se como paradoxalmente contraditórios. A partir do final do século XIX, mesmo que sob tensionamentos, as formas industriais organizaram inteiramente as paisagens urbanas, ou seja, concentração populacional, industrialização e a difusão de culturas urbanas fizeram-se elementos fundamentais da ordem urbana moderna. Para além disso, subjaz à dicotomia urbano-rural certa imprecisão ideológica que deu sentido ao mito da modernidade e plasmou a produção social das formas espaciais.

Em perspectiva conceitual:

O termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações em um espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana (CASTELLS, 2000, p.46).

Se David Harvey (1989; 1980) atribui a origem das formas urbanas à circulação geográfica dos excedentes econômicos e Manuel Castells (2000) o faz conferindo centralidade às culturas urbanas em correspondência à produção social das formas espaciais, Françoise Choay (1983) dedica-se à compreensão do urbanismo e das reformas na vida coletiva nas cidades industriais. Segundo a historiadora

francesa, há uma marcante aproximação entre o urbanismo e as consequências sociais da Revolução Industrial na Europa. Ela observa a relevância dessa nova situação a partir da realização dos primeiros recenseamentos populacionais posteriores à dita revolução. Na Inglaterra, o fenômeno do crescimento urbano iria evidenciar-se no Censo de 1801 e, na França e na Europa em geral, a partir de 1830. Londres, por exemplo, apresentaria 864.845 habitantes conforme o Censo de 1801; 1.873.676 em 1841; e 4.232.118 em 1891.

O crescimento populacional demandou intervenções públicas na vida urbana, sendo que:

Se pode definir esquematicamente esta nova ordem por um certo número de características. Em primeiro lugar, a racionalização das vias de comunicação, com a abertura de grandes artérias e a criação de estações de trem. Depois, a especialização bastante acentuada de setores urbanos (bairros de negócios que se aproximam, nas capitais, nos entornos da Bolsa, a nova Igreja; bairros residenciais na periferia, destinada aos privilegiados (CHOAY, 1983, p.14-15). [tradução nossa].

Paradoxalmente, o crescimento do urbanismo e da urbanização fizeram com que a cidade deixasse de ser uma entidade espacial bem delimitada. Tal constatação esteve na base de estratégias de ordenação da vida nas cidades. As reformas nas cidades que se industrializavam tinham por objetivo, tanto aquelas progressistas (idealizadas por Owen, Fourier ou Proudhon) quanto as culturalistas (idealizadas por Ruskin ou Morris), uma transformação positiva na vida urbana, embora o urbanismo moderno tivesse como traço a despolitização (CHOAY, 1983).

No caso do Brasil e da América Latina, a questão das cidades e da vida urbana é uma preocupação tardia, se considerarmos a temporalidade de tais questões na Europa. Milton Santos (1982) afirma que:

Nos países subdesenvolvidos há sobretudo a questão da urbanização galopante, da massa de desempregados que se amontoam nas cidades, as diferenças gritantes na renda e nível de vida, a carência de serviços essenciais, as dificuldades de alojamento, os déficits alimentares, para citar apenas alguns aspectos (1982, p.153).

O geógrafo brasileiro acrescenta ao presente diagnóstico que, para uma reflexão sistemática acerca da edificação da vida urbana, faz-se necessário considerarmos as diferenças de renda, as diferenças de consumo e os endividamentos, subempregos e desempregos, a marginalidade e as favelizações, a insegurança, o isolamento social e do Estado, bem como problemas de saúde e de acesso a direitos. Se as leituras

anteriores, ainda que críticas, acentuaram delineamentos conceituais e questões empíricas mais gerais sobre a definição de cidade, Milton Santos (1982) enfatiza que a compreensão das temáticas da urbanização requer a confrontação entre os múltiplos excedentes econômicos próprios da economia hodierna e a condição precarizada e politicamente instável vivida pela maioria da população em países periféricos. As cidades tornam-se estruturas duais, clivadas ou multi-fragmentadas, onde a recomposição das pautas por cidadania é urgente. As cidades, portanto, são construções históricas.

Nos Estudos Urbanos contemporâneos, há uma tendência em des-ontologizar a ideia de cidade, interpretando-a como processo socioespacial e histórico. Neil Brenner (2010), destacado pesquisador anglófono, entende que urbano não corresponde necessariamente a uma realidade, condição ou forma predeterminada, tampouco evidente em si mesma. Sua definição é constituída de um quadro teórico, mediante a “interpretação de suas propriedades, expressões ou dinâmicas fundamentais” (BRENNER; SCHMID, 2016, p.331). Destaca, em perspectiva complementar, que aquilo que convencionamos nomear pelo termo urbano não existe enquanto forma em si, tratando-se, portanto, de um processo histórico, tanto quanto a urbanização corresponde a processos de transformação socioespacial.

Assim sendo, investigar os processos socioculturais que constroem as cidades contemporâneas implica reconhecer que as dimensões espaciais da urbanização são polimórficas, variáveis e dinâmicas. Ao enfatizar que a cidade não existe em si, provoca-nos a refletir sobre os múltiplos processos que a constituem, tanto aqueles que reproduzem ou conservam determinados traços, quanto outros que engendram mudanças, novas configurações ou mesmo (significativas) transformações.

3. Memórias e espacialidades urbanas

A relação entre os espaços urbanos e a memória social em muito já ocupou o pensamento social e as próprias interpretações sobre a América Latina presentes na literatura, na arte ou nos estudos acadêmicos. No entanto, as conflitivas dinâmicas que engendram agenciamentos socioespaciais da memória urbana no continente, demandam que reflitamos sobre três dimensões próprias à produção das memórias nas sociedades ocidentais. Em sentido geral, as dimensões expostas na presente seção textual compõem uma abordagem analítica sobre as relações entre memória e espacialidades urbanas e, como tal, sujeita-se aos limites da parcialidade desse estudo.

Primeiramente, com Joël Candau (2016), podemos identificar o esgotamento e o colapso das grandes memórias organizadas. O argumento do antropólogo francês enfatiza que, até meados do século XX, as memórias sociais estavam assentadas

a partir de “memórias fortemente estruturadas que contribuem, no interior de um grupo ou de uma sociedade, para orientar duravelmente as representações, crenças, opiniões e para manter a ilusão de seu compartilhamento absoluto e unânime” (CANDAU, 2016, p.182). Tanto as tramas narrativas dos mitos africanos, quanto as grandes categorias organizadoras das identidades no mundo moderno, difundiam e faziam viver grandes narrativas organizadoras da memória social. Escolas, igrejas, Estados e famílias, em suas práticas, difundiam e consolidavam uma representação coletiva do passado, estável e alicerçada sobre memórias fortes, cuja centralidade política, na Modernidade, estava posta no patrimônio nacional e, com a devida ênfase, no próprio nacionalismo. No entanto, a segunda metade do século XX evidencia um recuo e mesmo um declínio das grandes referências memoriais. Inicia-se um processo de individualização das memórias, onde diversas manifestações tornam-se esquecidas, mas passa a vigorar um **dever de memória**.

Segundo Joël Candau (2016, p.185) “todo um arsenal de argumentos, figuras retóricas e noções diversas são utilizadas para dar conta dessa evolução, considerada mais como uma verdadeira mutação e, inclusive, como uma ‘fratura’” A conjunção entre a fratura das grandes memórias coletivas e a emergência do dever da memória desenvolveu novos fios para o debate sobre a memória social na América Latina. Os estudos de Diego Díaz (2002), comentados na sequência do texto, elucidam o quanto as paisagens urbanas hodiernas são espaços oportunos para a circulação de múltiplas expressões de memória e de esquecimento, sobretudo pela denúncia das atrocidades desenvolvidas pelos regimes autoritários em nosso continente, mas também pela afirmação de dinâmicas identitárias visando seu reconhecimento público ou oficial. De certo modo, faz-se possível afirmarmos que a memória/história oficial não consegue homogeneizar as representações dos tempos vividos e as paisagens urbanas tornam-se lugares para múltiplos agenciamentos identitários.

Uma segunda dimensão a (re)discutir se refere à ampliação das definições conceituais de memória. Para Michael Pollak (1989), a memória é objeto permanente de disputa.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p.9).

Manter a coesão e assegurar a defesa das fronteiras de um grupo seriam funções primordiais da memória comum. Daí decorre o entendimento de que a memória social se visibiliza nas tensões e disputas entre grupos sociais próximos, assim como sua constituição se dá com quadros de referência bastante específicos uma vez que são decorrentes de um trabalho de enquadramento das memórias. Esse trabalho é balizado por relações de poder entre forças sociais ao selecionarem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, produzindo, muitas vezes pelas mãos do Estado, uma clivagem entre memórias oficiais (ou estatais) e memórias subterrâneas (aqueles que não são enquadrados na versão oficial da memória).

Toda memória consiste em um trabalho permanente de justificação das memórias selecionadas, sujeita ao enquadramento de suas identificações coletivas e à reinterpretação constante do passado através dos materiais da História. Duas seqüências argumentativas desdobram-se da elaboração de Pollak (1989). A primeira se refere à profissionalização dos agentes da memória enquanto atores ativos no controle da memória, na seleção das narrativas privilegiadas e suas testemunhas e nas respectivas correlações entre memória social e poder do Estado. A segunda refere-se à espacialização das memórias e na construção de espaços próprios para estas, no seio da vida urbana. A história das políticas culturais é marcada pela institucionalização de espaços para a cultura, para a memória e, principalmente, para o patrimônio. Casas de cultura, museus, arquivos históricos e bibliotecas públicas tornam-se redutos da memória oficial, assim como consolida-se a função de agentes públicos atuantes na formulação, salvaguarda e transmissão do patrimônio nacional, mediante gestos pedagógicos pontuais. Embora possua uma origem europeia, esse modelo de política cultural fez-se hegemônico na América Latina, mesmo diante da descontinuidade de suas políticas no continente (RUBIM, 2007).

Por fim, o terceiro elemento a considerar na construção desse diagnóstico refere-se às possíveis correspondências entre memória social e marcações urbanas. O arquiteto argentino Diego Díaz (2002) reitera que, com o advento da democracia, a partir dos anos de 1990, surgiram diversos memoriais no espaço público nas cidades da Província de Buenos Aires, os quais almejavam recordar as vítimas políticas da repressão estatal, manifestar repúdio a tais fatos e denunciar lugares onde práticas de violência foram realizadas. Nos termos do autor, “todas estas formas de recordação trazem ao plano social um relato privado onde o testemunho se torna memória pública” (DÍAZ, 2002, p.34) [tradução nossa].

As marcas urbanas tornam-se elementos significativos para a compreensão das dinâmicas e dos processos políticos que instituem a memória coletiva na atualidade, pois:

As marcas urbanas cristalizam, põe os fatos em evidência e, desde então, interpelam a memória de todos. Então, outros atores, outras gerações, se envolvem

nos processos de construção da memória coletiva disparando perguntas sobre o passado. Nesse sentido, as marcas da memória constituem um ponto importante para a formação e a transmissão de identidades (DÍAZ, 2002, p.34) [tradução nossa].

Após a última ditadura argentina, cerca de cem memoriais foram criados formando um mapa particular. Suas primeiras marcas foram agenciadas pelos afetados diretamente pela ditadura, contudo, desde 1996, ao completar 20 anos do último golpe de Estado, outras marcas e outros agenciamentos surgiram. “Placas, árvores e murais com nomes de desaparecidos, fotos com seus rostos acompanhadas por frases que reivindicavam seus lugares de pertencimento (estudantes, operários, profissionais) lhes devolviam suas identidades” (DÍAZ, 2002, p.34) [tradução nossa]. Assim, surgiram instalações artísticas, placas e jardins em homenagem aos desaparecidos, principalmente na cidade de La Plata. A espacialidade de uma cidade também expressa suas memórias sociais (ao plural), bem como suas marcações urbanas, ao ressignificarem o passado argentino recente, entraram em conflitos com outras representações de poder no contexto das cidades, caso de nomes de ruas, instituições e outros espaços públicos.

Unindo cada um destes pontos é possível detectar que as marcas de horror e as marcas da vida convivem nos espaços urbanos dando lugar a uma topografia da memória. Sem dúvida, não são somente símbolos, mas matéria que interpela a outros e os põem em relação ao passado comum. Assim como as cidades que tiveram maior quantidade de vítimas ou estiveram mais próximas a detenções clandestinas são as que mais têm trabalhado a marcação de espaços de memória. Este fato não fala de uma reação frente ao horror, mas uma política de memória contra o esquecimento: marcar as cidades é parte de um exercício coletivo, de uma prática que centraliza a lembrança (DÍAZ, 2002, p.39) [tradução nossa].

Em síntese, as três dimensões diagnósticas citadas enunciam certas configurações políticas da memória social, as quais produzem e reproduzem lugares de memória (NORA, 1993). Conforme Silvina Fabri (2011, p.171), tais memórias efetivam processos de lugarização, lugares onde uma memória específica diferencia-se da trama urbana que lhe circunda. Em tal sentido, a autora afirma que:

Falar de lugar supõe pensar em como esse espaço é vivido e apropriado em seu vínculo com a própria experiência do sujeito, tanto prática e materialmente, como mental e simbolicamente; estes níveis não podem se dissociar caso se pretenda compreender a complexidade da construção destes ‘enclaves territoriais’ onde se constrói uma memória (FABRI, 2013, p.95) [tradução nossa].

Por ‘enclaves territoriais’, Fabri (2013) entende a ideia de que os espaços são delimitados por uma dimensão política ou jurídico-política (em referência ao poder), uma dimensão simbólica ou cultural (dimensão subjetiva) e uma dimensão econômica (dimensão produtiva). A referida distinção é importante para entendermos as políticas de memória como práticas de marcação territorial. “Resulta evidente que não se pode falar de uma memória única e que as temporalidades diversas imprimem à construção da memória coletiva uma característica de constante reatualização”, são “processos assentados em um entretecido complexo em constante tensão” (FABRI, 2013, p.103 [tradução nossa]).

4. Educação patrimonial: discussões contemporâneas e perspectivas para pesquisa

Verifica-se, na atualidade, um conjunto de abordagens que diagnosticam um conjunto de transformações na definição de patrimônio cultural, de educação patrimonial e, em geral, de processos de patrimonialização cultural. Desde as últimas décadas do século XX, a ideia de patrimônio cultural, enquanto categoria de pensamento oportuna à compreensão das sociedades ocidentais (GONÇALVES, 2003), tem sido rediscutida e suas significações cada vez mais ampliadas. Novas categorias de bens ou de práticas socioculturais são incorporadas ao léxico oficial que arregimenta os setores públicos e privados que tratam do setor, tornando cada vez mais obsoletas definições de patrimônio fundamentadas na pedra e na cal. Hoje, fala-se em patrimônios tangível e intangível, patrimônio ambiental, paisagístico, patrimônios vivos, patrimônios naturais, etc., Patrimônios, ao plural.

Há, nessas movimentações, uma evidente tendência à patrimonialização das diferenças (ABREU, 2015), vista pela ampliação das categorias identitárias consideradas plausíveis para a definição e seleção de patrimônios (mulheres, negros, quilombolas, indígenas, camponeses, dentre outros). Há, ainda, um recrudescimento nos propósitos de patrimonialização, considerando-se o expressivo número de inscrições de bens no rol de patrimônios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou de órgãos estaduais/setoriais de patrimônio. De algum modo, portanto, podemos identificar um alargamento nas definições de patrimônio, sob múltiplos usos, interesses e significações – econômicos, turísticos, políticos, jurídicos, educacionais ou sociais. Do ponto de vista societário, poderíamos nos indagar sobre os recorrentes esforços para evitar a morte social do patrimônio (VALECILLO, 2016)? Por que isso tem ocorrido?

Em que pese algumas mudanças na Historiografia e em posições acadêmicas mais amplas, a noção de educação patrimonial também sofre mudanças. De categoria

vinculada originalmente às metodologias de ensino de História e à alfabetização patrimonial no Brasil, suas políticas e práticas passam a ser mobilizadas sob finalidades igualmente plurais. De posições institucionalmente delimitadas por funções de conservação patrimonial e dos interesses estatais, no contemporâneo, as escolas passam a mobilizar-se na seleção, na salvaguarda e na promoção de processos de patrimonialização vinculados às marcações socioculturais e comunitárias de suas cidades. A expressão anglófona *Heritage Education* trazida ao país na década de 1980 e constituída matriz cognitiva para o que conhecemos como educação patrimonial é, em nosso tempo e em nossas práticas, cada vez mais colocada em xeque.

No horizonte dessas mudanças, vislumbramos novas perspectivas para a pesquisa em educação patrimonial, as quais serão consideradas nos tópicos seguintes.

- a) O exame dos verbos empregados na formulação de objetivos e de missões para as iniciativas em educação patrimonial evidencia uma representação conservatória (ou terapêutica) acerca da relação dos seres humanos com os espaços em que habitam. Proteger, salvaguardar, salvar, conservar ou reparar expressam uma perspectiva de estabilidade relativa aos patrimônios cultural ou histórico, estabelecendo uma óbvia relação de necessidade. Contudo, no contexto de suas ações pedagógicas, poucas vezes temos discutido sobre os motivos pelos quais devemos protegê-los ou sobre quem são seus oponentes. Quem ganha ou perde se determinado bem patrimonial for deteriorado? Quem ganha ou perde se aquela prática artesanal for esquecida?

Há, em tais interpelações, dois desdobramentos investigativos que, de maneira sucinta, precisamos mencionar. Primeiramente, nossos estudos precisam problematizar a condição estática dos bens, das práticas ou das coletividades às quais nossa política visa proteger. Em segundo lugar, reconhecer as múltiplas e dialéticas relações entre coletividades, espacialidades e patrimonialização. Levar em consideração tais interpretações permite-nos examinar com atenção as formas pelas quais as cidades são produzidas e os processos sociais, políticos e econômicos que condicionam espaços, dinâmicas urbanas e suas expressões culturais.

- b) Há uma íntima relação entre memórias sociais, territórios urbanos e patrimônios culturais. Ao longo do tempo, a seleção dos patrimônios, predominantemente públicos, foi realizada por agências capazes de preservar o poder do Estado. Nos termos de Pollak (1989), vigoraram processos de enquadramento das memórias, nos quais as memórias subterrâneas eram

desconstituídas ou eliminadas pela memória oficial. As leituras estadocêntricas produzidas excluía da representação estatal coletividades empobrecidas e politicamente desconsideradas, tais como negros, indígenas, mulheres e diversos outros. Patrimônio cultural no Brasil era a herança remanescente da tradição lusitana no país, tanto quanto educar para o patrimônio significava reproduzir tal panteão. No limiar do século XXI, as referidas populações historicamente ausentes vêm negociando o reconhecimento oficial de suas histórias e identidades e sendo, não de modo alheio a disputas, inseridas nas lógicas político-institucionais (SILVA, 2015). Esse reenquadramento parte da percepção conceitual e política de que as memórias sociais e os padrões de representação estão em permanente litígio e dependem da capacidade dos atores para sustentarem sua legitimidade em um universo democrático de reivindicações.

- c) No que tange especificamente à educação patrimonial, precisamos examinar a experiência dos atores engajados em tais programas e iniciativas, ou seja, precisamos identificar e analisar o que tem sido chamado por educação patrimonial. O termo experiências urbano-educativas, ancorado na Sociologia da Experiência de François Dubet (1994), parece-nos um adequado conceito operatório para um exame dessa forma educativa na atualidade. Tais experiências podem ser interpretadas pelos processos socioculturais através dos quais os atores sociais produzem suas identificações e pertencimentos (modos de sentir) e constroem as realidades urbanas onde habitam (atividades cognitivas). Nesse horizonte intelectual, ao produzirem políticas e práticas de educação patrimonial mobilizam (ou agenciam) experiências urbano-educativas, pois, ao problematizarem quais são seus patrimônios e dimensioná-los pedagogicamente, indagam sobre si próprios (experiência) e sobre as configurações socioespaciais dos lugares onde vivem. Semelhantes escolhas conceituais, enquanto estratégia de leitura das políticas e das práticas de educação patrimonial, tendem a evidenciar as diversas contradições e dilemas que constituem a condição urbana contemporânea e as políticas que conformam a vida coletiva (BRENNER; SCHMID, 2016).

As experiências urbano-educativas podem evidenciar as diversas expressões educacionais em espaços não-escolares, uma vez que muitas dessas iniciativas agenciam a educação como estratégia político-interventiva para o enfrentamento das desigualdades e vulnerabilidades sociais principalmente em periferias urbanas. Diversos estudos e pesquisas sobre políticas culturais no Brasil e na América do Sul evidenciam a existência de

políticas que arregimentam cultura, patrimônio e educação patrimonial em projetos sociais, as quais inscrevem-se em regimes diversificados de intervenção social em bairros e regiões periféricas das cidades. Analisar as experiências dos atores sociais nesses contextos faz sentido em um cenário de patrimonialização das diferenças (ABREU, 2015), uma vez que a prerrogativa estatal de seleção e definição patrimonial tem sido relativizada e diversas comunidades e atores sociais passam a agir por seus patrimônios, indistintamente ao fato de existir chancela dos órgãos patrimoniais. Caso, por exemplo, de processos identitários e de pertencimento que têm sido mobilizados, nas escolas, para evitar a morte social dos patrimônios ou associando tais patrimônios a ações turísticas ou outras atividades com finalidades econômicas.

Em suma, não é possível investigarmos a educação patrimonial sem que consideremos os atores que a produzem e as condições sociopolíticas e históricas dessa produção.

CURRENT PERSPECTIVES FOR RESEARCH IN PATRIMONIAL EDUCATION

ABSTRACT: *This article aims to examine the social and sociological conditions which shape the changes in the definitions of urbanism and social memory, considering that these conditions, to some extent, engender perspectives for practices and research in patrimonial education. It is a diagnostic approach, based on conceptual reviews and analytical exercises based on contemporary social theory, from the Brazilian reality. It concludes that studies on the subject require the problematization of the static condition of the properties, practices or collectivities which their policies aim to protect, as well as demand the recognition of multiple and dialectical relations among collectivities, spatialities and heritage.*

KEYWORDS: *Patrimonial Education. Urbanism. Memory. Society.*

PERSPECTIVAS ACTUALES PARA LA INVESTIGACIÓN EN EDUCACIÓN PATRIMONIAL

RESUMEN: *En este artículo se pretende examinar las condiciones sociales y sociológicas que configuran transformaciones en las definiciones de urbanismo y de memoria social, considerando que tales condiciones, en alguna medida,*

engendran perspectivas para las prácticas y para la investigación en educación patrimonial. Se trata de un abordaje diagnóstico, basado en revisiones conceptuales y en ejercicios analíticos fundamentados en la teoría social contemporánea, a partir de la realidad brasileña. Se concluye que los estudios sobre el tema requieren el cuestionamiento de la condición estática de los bienes, las prácticas o colectivos a los que sus políticas están destinadas a proteger, así como exigir el reconocimiento de las múltiples y dialécticas relaciones entre las comunidades, la espacialidad y la patrimonialización.

PALABRAS CLAVE: *Educación Patrimonial. Urbanismo. Memoria. Sociedad.*

Agradecimientos

O autor agradece ao CNPq e à FAPERGS o financiamento dos projetos de pesquisa cujos dados são aqui parcialmente analisados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (Orgs.) **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015.
- BRENNER, N. O que é teoria crítica urbana? **E-metrópolis**, n.3, p.20-28, 2010.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. La “era urbana” en debate. **EURE**, v. 42, n. 127, p.307-339, 2016.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- CORTÊS, C. Cultura, diversidade e política: transversalidade dos conceitos nas políticas culturais. In: RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (Orgs.) **Políticas culturais**. Salvador: Ed. UFBA, 2012.
- DÍAZ, D. El mapa de la memoria. **Puentes**, n. 7, p. 34-39, 2002.

DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FABRI, S. Lugares de memoria y marcación territorial: sobre la recuperación de los centros clandestinos de detención en Argentina y los lugares de memoria en España. **Revista Colombiana de Geografía**, v. 22, p.93-108, 2013.

_____. Los lugares de la memoria en Buenos Aires: Mansión Seré a diez años de su recuperación. **GeoUSP**, n. 29, p.169-183, 2011.

GONÇALVES, J. R. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU; R.; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p.7-28, 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

RUBIM, A. A. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G. (Org.) **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SCIFONI, S. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Teias**, v. 18, n. 48, p.5-16, 2017.

SILVA, R. M. D. Narrativas identitárias e educação patrimonial no Brasil. **Teias**, v.18, n. 48, p.17-36, 2017.

_____. Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades. **Educar em Revista**, n. 56, p.2017-224, 2015.

VALECILLO, Z. Como podemos evitar a morte social do patrimônio cultural? Educação patrimonial, uma área emergente. **Mouseion**, n. 23, p.41-56, 2016.

Recebido em 19/03/2018.

Aprovado em 05/12/2018.

O PENSAMENTO CONSERVADOR E AS MANIFESTAÇÕES DE ÓDIO NA CENA POLÍTICA BRASILEIRA¹

*Vanderlei de Castro EZEQUIEL**

*Deysi CIOCCARI***

*Cláudio Novaes Pinto COELHO****

RESUMO: Este trabalho analisa o discurso de ódio presente nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e aponta para possíveis causas desse ódio. Além da abordagem conceitual do tema, o trabalho analisa um caso concreto de discurso de ódio. A principal orientação teórico-metodológica deste trabalho é a Análise de Discurso de linha francesa, entendendo o discurso político (Charaudeau) como enunciação de uma época. As teses da Sociedade do Espetáculo (Debord) conduzem a análise crítica do *corpus*. Concluiu-se que o discurso de ódio expressa íntima relação com o medo que permeia a disputa política entre classes e frações de classe no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso de ódio. Conservadorismo. Medo. Ódio. Espetáculo.

Introdução

Desde a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, e principalmente após as grandes manifestações a favor do *impeachment* da ex-presidente, a sociedade brasileira tem presenciado episódios de violência e manifestações de intolerância

* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PCSO). Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – vander.ce@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-9055-9884>.

** FCL – Faculdade Cásper Líbero. São Paulo – SP – Brasil. 01310-100 – deysioccari@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-4660-1851>.

*** FCL – Faculdade Cásper Líbero. São Paulo – SP – Brasil. 01310-100 – claudionpcoelho@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-4450-5612>.

¹ Versão revisada e ampliada de trabalho apresentado em seminário em 2016.

à opinião divergente. Prega-se abertamente o extermínio da vida dos antagonistas políticos, numa clara manifestação de ideais fascistas, muitas vezes sob a roupagem de combate à corrupção. Por trás do discurso de ódio está o medo de mudança, medo da democracia e medo do **outro** que, em última análise, traduz um conservadorismo arraigado em ideias e atitudes que almejam a manutenção do sistema político existente e do modo de funcionamento da sociedade.

Entende-se que a democracia é o sistema que pressupõe o dissenso, isto é, que a ordem democrática subentende o equilíbrio no conflito. Porém, para existir a democracia é preciso que haja respeito à singularidade e aos direitos fundamentais que as instituições e cidadãos devem ao **outro** com quem coexistem. Dessa forma, a essência da democracia é, portanto, a aceitação da pluralidade, que implica a coexistência pacífica das diferenças.

Outro pilar da democracia, a liberdade de expressão, é um direito imprescindível, garantindo o trânsito de opiniões pelo espaço público. Trata-se de um direito inalienável de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento sem censura, conforme estabelecido pelo artigo 5º da Constituição Federal Brasileira. É, por isso, componente essencial das sociedades democráticas, que têm na igualdade e na liberdade seus pilares.

No entanto, a liberdade de expressão não é absoluta, e não pode ser invocada para a prática de intolerância e preconceito de qualquer ordem. Também não deve ser base para a defesa do uso de expressões que caracterizam postura criminosa como a difamação e a injúria, a calúnia ou a incitação a qualquer forma de violência.

O objetivo deste trabalho é analisar o discurso de ódio presente nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e apontar possíveis causas desse ódio. Para tanto, será analisado o discurso presente em cartaz exibido durante as manifestações de agosto de 2015. A principal orientação teórico-metodológica é a Análise de Discurso. O trabalho inicia com um estudo sobre o discurso de ódio, em seguida apresenta o *corpus* contendo o discurso de ódio a ser analisado. Após, expõe algumas hipóteses para a origem desse ódio. Finaliza com uma análise crítica sobre a espetacularização da política.

Razão e medo

Thomas Hobbes (1979) – em seu clássico *Leviatã* – parte de um construto teórico estado de natureza, utilizado como metáfora para explicar como seria a vida dos homens se eles não vivessem em sociedade. Assim, os homens em estado de natureza não estão submetidos a qualquer ordenamento ou instituição superior a si, sendo todos iguais, tanto em força física como em espírito. Ou seja, igualmente aptos a matar e, por isso mesmo, vivendo a ameaça de um estado caótico, de ausência de

regras comuns, de anomia total, tendo como expressão máxima a guerra de todos contra todos. Devido às paixões humanas: insegurança, cupidez, desconfiança, e o conflito generalizado – caracterizado por um contexto de ausência de um poder capaz de estabelecer a ordem nas leis e nos valores, definindo o que é certo e o que é errado e garantindo o cumprimento da lei –, a situação de convívio coletivo torna-se inviável e a paz social não é possível. Em contrapartida,

As paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho. E a razão sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a acordo. (HOBBS, 1979, p. 77).

Assim, ao tomar consciência do perigo comum em que se encontram, os indivíduos teriam tomado a decisão racional de saírem do estado natural, entrando no estado civil. Torna-se necessária a criação de um poder indivisível que fosse capaz de conter o que há de mais perigoso nas relações humanas. Institui-se, então, o poder do Estado, que receberá o nome bíblico de Leviatã. E no centro dessa metáfora do nascimento do Estado encontra-se o medo, especificamente, o medo da morte violenta, que para Hobbes (1979) é o que permite a saída da barbárie e a entrada na civilização. Esse medo, produtor de racionalidade, parte de um impulso que, ao colocar em risco um bem essencial – a vida – estimula os indivíduos a ultrapassarem suas divergências para fundar uma ordem política, garantindo a sobrevivência de todos.

O medo também foi abordado pelos autores da Escola de Frankfurt. Já no início da obra *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985) indicam a essência do conceito de esclarecimento: “No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e investi-lo na posição de senhores” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19). Dessa forma, o esclarecimento tem origem no medo, e também como reação a este sentimento.

Do medo o homem presume estar livre quando não há mais nada de desconhecido. É isso que determina o trajeto da desmitologização e do esclarecimento, que identifica o animado ao inanimado, assim como o mito identifica o inanimado ao animado. O esclarecimento é a radicalização da angústia mítica. A pura imanência do positivismo, seu derradeiro produto, nada mais é que um tabu, por assim dizer, universal. Nada mais pode ficar de fora, porque a simples ideia do “fora” é a verdadeira fonte da angústia... (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 29).

Um dos sentidos presente neste conceito é o do medo perante todos aqueles processos e forças naturais que permanecem ainda não dominados, incontroláveis e

imprevisíveis. Ou seja, o medo diante de tudo o que ainda não se curvou ao domínio técnico do homem e que, por isso mesmo, o faz sentir-se indefeso, impotente, pois o agente fóbigeno apresenta-se como ameaça à conservação da vida humana. Adorno e Horkheimer (1985) procuram estabelecer a gênese e a própria necessidade de uma racionalidade instrumental voltada para a dominação da natureza como reação ao sentimento do medo. A esse respeito, dizem os autores:

Concretiza-se assim o mais antigo medo, o medo da perda do próprio nome. Para a civilização, a vida no estado natural puro, a vida animal e vegetativa, constituía o perigo absoluto. Um após o outro, os comportamentos mimético, mítico e metafísico foram considerados como eras superadas, de tal sorte que a ideia de recair neles era associada ao pavor de que o eu revertesse à mera natureza, da qual se havia alienado com esforço indizível e que por isso mesmo infundia nele indizível terror. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 42).

Segundo os autores, o homem presume estar livre do medo quando não há mais nada de desconhecido. Dessa forma, o esclarecimento só pode declarar ter vencido definitivamente o medo quando o esquema da dedutibilidade universal tiver compreendido sem resto todo o real, ou seja, a identificação da realidade com aquilo que pode ser apreendido pela matemática e a eliminação de toda a transcendência.

Para Rancière (2007), existem três maneiras de pensar a relação da razão com o medo. A primeira constitui a atitude razoável sobre o medo, ou seja, a apreensão do perigo: “a razão está em não passar para o lado do desconhecido” (RANCIÈRE, 2007, p. 59). A segunda, aquela que toma por critério a própria rejeição do medo, ou melhor, a rejeição da submissão ao desconhecido. Não existe conduta a tomar sobre o desconhecido, pois, a conduta somente se realiza naquilo que sabemos. Neste sentido, o medo só é bom para uma coisa: “povoar as regiões ignorantes de criaturas imaginárias pelas quais em compensação se ordena, com sabedoria suprema, que tenham medo e que não procurem saber por quê” (RANCIÈRE, 2007, p. 59). Por último, a terceira atitude, aquela que coloca a razão para lidar com as paixões em geral e, em particular com o medo, paixão que ameaça ao mesmo tempo “o movimento do presente em direção ao futuro e a relação do semelhante ao semelhante, a conduta das ações em direção a seus fins e a relação entre os membros de uma comunidade” (RANCIÈRE, 2007, p. 59).

Pensamento conservador

No senso comum, explora-se a ideia de que os indivíduos são conservadores por natureza – já que, nas relações humanas e sociais, tendem a rejeitar mudanças,

resistindo ao novo. Neste sentido, o conservadorismo, mais do que uma doutrina política, estaria incrustado na essência do ser humano.

De acordo com Bobbio, Matteuci e Pasquino (1995, p. 242), na ciência política, o termo conservadorismo “designa ideias e atitudes que visam a manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”.

Historicamente, o processo de secularização e laicização do pensamento político e social europeu surge com a ascensão da burguesia. A emergência do homem burguês (do indivíduo), do individualismo e do sujeito autônomo capaz de, por sua ação, transformar a sua realidade e fazer a história, inaugura a modernidade. Em contrapartida, o pensamento conservador expressa uma alternativa à modernidade e ao pensamento progressista. A Revolução Francesa é um marco fundamental e linha divisória do pensamento político, seja conservador ou progressista.

Compreendido também como ideologia – corpo ideias com conteúdo prescritivo –, o conservadorismo surge para contrapor-se ao iluminismo e às ideias revolucionárias que pregavam a possibilidade de aperfeiçoar a vida humana por meio das transformações sociais e políticas; à crença no triunfo da razão humana; ao descaso e depreciação da autoridade, do privilégio, da hierarquia e da tradição. Para Bobbio, Matteuci e Pasquino (1995), o conservadorismo

(...) surge só como resposta necessária às teorias que, a partir do século XVIII, se distanciaram da visão antropológica tradicional, para reivindicar para o homem a possibilidade, não só de melhorar o próprio conhecimento e seu domínio sobre a natureza, como também de alcançar, por meio de ambos, uma autocompreensão cada vez maior e, conseqüentemente, a felicidade [...] isto implicava o rompimento com a tradição, o que provocou fendas na consciência europeia, quer a nível cultural, quer a nível político (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 1995, p. 243).

O conservadorismo também é interpretado como uma disposição da mente ou do hábito. Neste sentido, conservar seria intrínseco à natureza humana – hostil à mudança – que desconfia de tudo que é desconhecido (novo), preferindo confiar na experiência e na tradição, em lugar do pensamento abstrato e raciocínio teórico. Assim, o ser humano teria uma disposição natural em preferir os hábitos e ferramentas experimentadas e ligadas à tradição. Em termos políticos, significa preferir sistemas e instituições imperfeitas já estabelecidas ao inusitado, exibindo um receio de mudar e uma disposição de conservar a ordem, a tradição.

A disposição conservadora – nata no indivíduo –, impele a atitudes reativas sempre que uma ameaça ronda suas instituições e valores mais caros. Dessa forma, a reação conservadora, “longe de ser apenas uma expressão primitiva do medo e repúdio em face da inovação revolucionária (ou reacionária), será informada

por certos princípios gerais que determinam o tipo de reação conservadora” (COUTINHO, 2014, p. 33).

Há uma disposição natural em conservar aquilo que se estima: pessoas, coisas, lugares. Para o filósofo inglês Michael Oakeshott (1956), existe uma disposição conservadora² no indivíduo, que antecede a ideologia ou doutrina. Dessa forma, o conservadorismo seria uma forma de ser e agir que levaria o conservador a preferir aquilo que já está disponível, ao invés de desejar ou buscar algo novo. Assim, um indivíduo de disposição conservadora tende a valorizar primeiro os confortos do presente à qualquer alternativa hipotética, pelo simples fato de serem reais, tangíveis e não uma possibilidade futura que ainda não se concretizou.

Ser conservador, então, é preferir o familiar ao desconhecido, o testado ao nunca testado, o fato ao mistério, o atual ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao abundante, o conveniente ao perfeito, o riso presente à felicidade utópica (OAKESHOTT *apud* COUTINHO, 2014, p. 21).

Manifestação do pragmatismo político, o conservadorismo se adapta, absorvendo o *ethos* político, econômico e cultural dominante. Prevalece, assim, a legitimação do que mantém a ordem, mesmo que seja adotando ideias que sempre combateu. Dessa forma, uma ideologia revolucionária, integrada à ordem burguesa ou na medida em que consolida uma nova ordem política social, tende a se tornar conservadora e pragmática. Esta alternância de posição tratar-se-ia apenas de estratégia de sobrevivência,

Os conservadores defendem a ordem existente, qualquer que seja a sua natureza política, contra o caos e a reforma. Nesta perspectiva, podemos falar em esquerda conservadora: qualquer ordem institucional tende a ser conservadora. Trata-se de garantir a permanência da situação a partir da posição que os agentes políticos ocupam (SILVA, 2010, p. 55).

Nesse sentido, o conservadorismo apresenta uma dimensão existencial que é anterior a qualquer ideologia política. Entretanto, Coutinho (2014) lembra que a disposição conservadora e o conservadorismo político nem sempre coexistem no mesmo indivíduo. Algumas pessoas, mesmo possuindo uma disposição conservadora, não exibem, necessariamente, uma preferência política pelo conservadorismo: “E o inverso também sucede: pessoas de disposição mais radical nas suas personalíssimas condutas que, politicamente falando, subscrevem posições conservadoras” (COUTINHO, 2014, p. 23-24).

² Formulação de Michael Oakeshott no clássico ensaio “*On Being conservative*” [Sobre ser conservador] em 1956.

Discurso de ódio

De modo geral, o discurso de ódio – tradução do termo em inglês: *hate speech* – é aquele discurso que promove o ódio e incita a discriminação, hostilidade e violência. Refere-se a qualquer ato de comunicação que diminua, inferiorize uma pessoa, empregando aspectos passíveis de discriminação tais como: gênero, raça, religião, nacionalidade, orientação sexual, entre outros. Além disso, o discurso de ódio também é empregado para perseguir, insultar e justificar a privação dos direitos humanos podendo, em casos extremos, dar razão a homicídios e genocídios como o holocausto na Alemanha nazista. De acordo com Silva *et al.* (2011), o discurso de ódio

(...) compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor. A fim de formar um conceito satisfatório, devem ser aprofundados esses dois aspectos, começando pela externalidade (SILVA *et al.*, 2011, p. 447).

Assim como qualquer expressão discursiva, o discurso de ódio exige a concretização das ideias, isto é, sair do plano mental para o plano fático. Quando não é externado, o discurso é apenas pensamento, emoção, não causando qualquer dano a quem porventura seja alvo. O problema surge quando o pensamento é externado, cedendo lugar à presença da palavra. Concretizado, o discurso realiza seus efeitos nocivos, destacando: ataque à dignidade alheia e violações a direitos fundamentais. Em suma, manifestado publicamente, o discurso de ódio causa o dano.

No âmbito do direito, o discurso de ódio é qualquer discurso, conduta ou gesto, falado, escrito ou representado que possa incitar violência ou externar ação discriminatória contra outrem ou, ainda, ofender ou intimidar pessoas. Existe um consenso internacional sobre a necessidade de proibição do discurso de ódio, considerando-se também que essa proibição não pode ferir o princípio de liberdade de expressão, essencial para a manutenção da democracia.

O discurso de ódio também pode ser dividido em dois atos: o insulto e a instigação. O primeiro refere-se diretamente à vítima, ou seja, a agressão a uma pessoa ou grupo de pessoas que partilham de determinado traço. Enquanto o segundo ato direciona-se a terceiros, não identificados com as vítimas, que são convocados para reforçar o grupo dos agressores, não apenas no discurso, mas também com ações.

Em sua estratégia de persuasão, o discurso de ódio utiliza instrumentos e técnicas da área de publicidade e propaganda para obter adeptos, dentre as quais:

a criação de estereótipos, a substituição de nomes, a seleção exclusiva de fatos favoráveis ao seu ponto de vista, a criação de inimigos, o apelo à autoridade e a afirmação e repetição (BROWN *apud* SILVA *et al.*, 2011, p. 448). Outra estratégia utilizada para aumentar a probabilidade de aceitação desse discurso é a utilização de argumentos emocionais.

Quando uma pessoa dirige um discurso de ódio a outra, a dignidade é vulnerada em sua dimensão intersubjetiva, no respeito que cada ser humano deve ao outro. Mas não só isso. No caso do discurso odioso, vai-se além: é atacada a dignidade de todo um grupo social, não apenas a de um indivíduo. Mesmo que este indivíduo tenha sido diretamente atingido, aqueles que compartilham a característica ensejadora da discriminação, ao entrarem em contato com o discurso odioso, compartilham a situação de violação. Produz-se o que se chama de *vitimização difusa* (SILVA *et al.*, 2011, p. 449).

Os indivíduos ou grupos atingidos pelo discurso do ódio são, invariavelmente, sujeitos em condições de vulnerabilidade, reconhecidos como pertencentes ao grupo não dominante.

Liberdade de agressão

O objeto de análise deste trabalho é um enunciado contendo um discurso de ódio apresentado em cartaz fotografado durante uma manifestação de rua contra o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), e divulgado em veículos de comunicação *online* e nas redes sociais na Internet (AMENDOLA, 2015)³.

A foto polêmica retrata duas senhoras conversando tranquilamente, sentadas em uma calçada, enquanto uma delas segura um cartaz improvisado. Na folha de cartolina branca, lê-se a frase manuscrita: “Porquê não mataram todos em 1964”. Embora exiba erros de gramática, a mensagem é clara e contundente, referindo-se ao ano de início da ditadura militar e o desejo de morte a **todos**.

Importante noção no âmbito da análise do discurso, as condições de produção (doravante CP) trazem para o discurso os lugares sociais e suas representações, e também as relações de força e as relações de mundo da sociedade, independente da dimensão contextual – estrita ou ampla.

Como afirma Brandão (2004, p. 105), as CP “constituem a instância verbal de produção do discurso, o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de

³ Fonte pesquisada: **Pragmatismo Político**. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/por-que-nao-mataram-todos-em-1964-porque-nao-mataram-todos-em-1964.html>. Acessado em: 19 nov. 2018.

onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente”. Conforme Orlandi (2010), o sentido estrito das CP refere-se ao contexto imediato da enunciação, enquanto o sentido amplo inclui os contextos sócio-históricos e ideológicos. As CP em sentido amplo abrangem, além do contexto sócio-histórico, também o imaginário produzido pelas instituições, sobre o **já-dito**, sobre a memória. Para Orlandi (2010), a memória do dizer refere-se ao interdiscurso, ou seja, ao exterior constitutivo do discurso:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras (ORLANDI, 2010, p. 33-34).

O contexto imediato da enunciação desse discurso – CP em sentido estrito – refere-se às manifestações de rua que ocorreram por o todo país contra o governo Dilma em 16 de agosto de 2015. Neste dia, de acordo com os institutos de pesquisa, mais de cem mil pessoas estiveram na Avenida Paulista, em São Paulo⁴, onde a foto foi realizada e o público era majoritariamente branco, com escolaridade e renda salarial média superior à média nacional. A senhora que na foto está portando o cartaz, assim como sua interlocutora, é branca, aparenta ter mais de sessenta anos e pertencer à classe média, enquadrando-se no perfil médio dos manifestantes.

As CP em sentido amplo abrangem, além do contexto sócio-histórico, também do imaginário produzido pelas instituições, sobre o **já-dito**, sobre a memória. Dessa forma, é possível identificar disputas políticas recentes – pós-redemocratização – nas quais prevaleceram a polarização política entre dois projetos políticos distintos, capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A memória coletiva também é acionada ao referenciar as grandes passeatas políticas realizadas, em sua maioria, pela classe média paulista contra o governo do presidente João Goulart, que antecederam o golpe militar de 1964. Como afirma Aquino (2004, p. 52): “É indubitável que a conspiração teve a importante presença de membros da sociedade civil, que as camadas médias da sociedade apoiaram implícita ou explicitamente o golpe [...]”.

O sociólogo Cláudio Coelho (2014) entende que:

⁴ Datafolha – Instituto de Pesquisas. 16/08/2015. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1669735-135-mil-vao-a-protesto-na-paulista.shtml>>. Acessado em: 19 nov. 2018.

O golpe de 1964, no Brasil, inaugurou um período histórico decisivo, dentro do processo de transformação da burguesia em classe dominante, ou seja, da Revolução Burguesa. A partir desse momento, a burguesia passou a controlar o poder de Estado, ainda que por intermédio da ocupação das principais instituições do aparelho de Estado pelas forças armadas (COELHO 2014, p. 71).

Para Orlandi (2010), os dizeres não são apenas mensagens passíveis de decodificação, mas efeitos de sentidos produzidos em condições determinadas, e que deixa vestígios no modo como se diz,

São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2010, p. 30).

Por outro lado, os sentidos também são produzidos a partir da memória, da história. Assim, o não-dito na sequência discursiva aqui analisada remete à repressão que se seguiu ao golpe de 1964. De acordo com Edson Teles: “No Brasil, tivemos uma longa ditadura instaurada com o golpe militar de 1964 e que, desde seu início, optou por reprimir brutalmente os opositores e praticar violações aos direitos fundamentais” (2010, p. 299-300). Para Cláudio Coelho (2004, p. 32), “A dimensão fortemente repressiva da ação do Estado durante a ditadura militar, particularmente durante a vigência do AI-5, é consequência da incapacidade da burguesia de exercer sua hegemonia sobre a sociedade civil, sobre os aparelhos ideológicos de Estado”. Janaína Teles lembra que, “A necessidade da difusão da ‘cultura do medo’ auxiliou no estabelecimento de critérios para a ocultação ou divulgação das notícias sobre a tortura, os mortos e os desaparecidos políticos” (2010, p. 257). Apesar das tentativas de ocultação, os horrores da ditadura persistem na memória coletiva.

Nas margens do texto é possível identificar quem são **todos** – referenciados no cartaz – o que deveriam ter sido eliminados: os que se opuseram à ditadura militar, aqueles que lutaram contra o regime e sobreviveram. Como lembra Vladimir Safatle,

Na verdade, o totalitarismo é fundado nessa violência muito mais brutal do que a eliminação física: a violência da eliminação simbólica. Neste sentido, ele é a violência da imposição do desaparecimento do nome. No cerne de todo totalitarismo, haverá sempre a operação sistemática de retirar o nome daquele que a mim se opõe, de transformá-lo em um inominável cuja voz, cuja demanda encarnada em sua voz não será mais objeto de referência alguma (2010, p. 238).

Além da presidente Dilma Rousseff, que foi presa, torturada, também os comunistas e militantes de esquerda – o não-dito complementar ao dito –, são referenciados com a expressão **todos**, uma vez que esses agrupamentos político-ideológicos sempre foram combatidos e perseguidos pelas elites conservadoras e antidemocráticas.

A constituição dos sentidos e dos sujeitos do discurso se dá em processos, onde coexistem os jogos simbólicos – o que não temos o controle – e o equívoco, por meio do trabalho da ideologia e do inconsciente. Dessa maneira, pode-se afirmar que as visões de mundo se materializam na linguagem em suas diferentes manifestações: a verbal, a visual, a gestual. Assim, o semblante tranquilo das duas senhoras, que sustentam um desejo de morte coletiva, reflete a visão de mundo de parte da sociedade brasileira, num dado momento do contexto político-social.

Por outro lado, entende-se que o discurso é o lugar de reprodução dos discursos das classes e das frações de classe. Assim, as visões de mundo se materializam na linguagem em suas diferentes manifestações: a verbal, a visual, a gestual etc. A maneira de pensar o mundo, numa dada época, subordina-se aos temas e figuras estabelecidos por essas visões de mundo. Para Charaudeau (2011), a política é um verdadeiro campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica, visando estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. O discurso político objetiva, assim, influenciar as opiniões a fim de obter adesões às propostas que defende, ou rejeições aos projetos adversários.

O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso (CHARAUDEAU, 2011, p. 39).

Na sequência do trabalho serão apresentadas algumas hipóteses para a origem desse discurso de ódio.

O *outro* como ameaça

Assim como o medo é o resíduo e a antecipação da morte, segundo Mira y López (1996, p. 73) “a Ira é a expressão do protesto vital contra aquele, já que

pretende expulsar o mal-estar letal, descarregando-o para o exterior”, e complementa o autor: “não se pode sentir a Ira, sem antes haver sentido Medo” (MIRA y LÓPEZ, 1996, p. 76).

Sempre que se vê ameaçada, uma população procura uma explicação para sua desventura, “Encontrar causas de um mal é recriar um quadro tranquilizador, reconstituir uma coerência da qual sairá logicamente a indicação de remédios” (DELUMEAU, 2009, p. 201). Acusar outrem é o primeiro movimento e também o mais natural nessas situações, “Nomear culpados era reconduzir o inexplicável a um processo compreensível” (DELUMEAU, 2009, p. 204). O **outro** desperta desconfiança, pois pertence a um universo diferente. Quando o indivíduo se vê ameaçado – ou se crê ameaçado –, portanto, quando sente medo, tem a tendência a ver inimigos por todos os lados, principalmente entre aqueles que são diferentes, que pensam diferente. Manifesta-se, então, o medo do **outro**. Para Delumeau (2007, p. 45-46), “A raiz disso se encontra na tensão provocada entre pessoas que não se conhecem, ou que se conhecem mal, que vêm de fora, que não se parecem conosco e que, sobretudo, não vivem da mesma maneira que vivemos”.

Além das apreensões oriundas das profundezas do indivíduo, como medo da morte motivado por perigos concretos, como enchente, terremotos, epidemias, deve-se considerar, também, os medos chamados culturais ou secundários. Estes invadem tanto indivíduos como coletividades, fragilizando-os. Nesse sentido, Bauman (2006) entende que uma pessoa

(...) que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o “medo derivado” adquire a capacidade da autopropulsão. (BAUMAN, 2006, p. 9).

Constituído social e culturalmente, o medo secundário orienta o comportamento humano, reformando sua percepção do mundo e as expectativas que orientam suas escolhas comportamentais, mesmo na ausência de uma ameaça imediatamente presente. Bauman (2006, p. 9) considera o medo secundário como um rastro de uma experiência de enfrentamento de ameaça real, direta, vivida pelo indivíduo, “um resquício que sobrevive ao encontro e se torna um fator importante na modelagem da conduta humana mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida ou à integridade”.

Para Marilena Chauí (2009, p. 67), “o medo ao humano, sob os efeitos da divisão social e política, cria na imaginação política dos dominados o medo ao governante e, neste, o medo à plebe”. Nas classes dominadas predomina o medo dos castigos e suplícios infligidos aos dissidentes e contestadores, bem como a perda de favores e recompensas que são ofertadas aos coniventes e submissos. Já nas classes

dominantes também há medo: medo da revolta, da desobediência, de perder o poder e os privilégios. As duas classes fundamentais são: capital e trabalho, entendidas como classe dominante e dominada, exploradora e explorada.

Embora exista a heterogeneidade de formas de capital, para Montañó e Duriguetto (2010, p. 93) as formas de obtenção e acumulação de riqueza “não escondem, porém, o caráter geral da classe capitalista: sustenta-se na apropriação da riqueza produzida pelo trabalho alheio”. Os autores entendem “as lutas pela igualdade de direitos de gênero, sexual, racial, pela defesa do meio ambiente, pelos direitos humanos, por demandas pontuais de uma comunidade, como lutas diferentes (nos seus campos de atuação, na sua organização, nos seus objetivos), mas *constitutivas das lutas de classes*” (MONTAÑO e DURIGUETTO 2010, p. 119).

Por que se teme a plebe? Se ela é covarde, facilmente enganável, fácil de ser persuadida, se ofusca pelo brilho e oprime pela ambição, não há por que temê-la. Entretanto, no imaginário político a plebe é volúvel, tendendo à anarquia, por isso, necessita temer para não fazer tremer, como afirma Chauí (2009):

O medo é companheiro de secretos ódios e, crente na força do número, a plebe poderia perder o temor, derrubando quem ousa governá-la. Assim, tanto a classe dirigente declinante quanto a ascendente encaram o medo que atribuem a plebe como risco permanente de tumulto, sangue, revolta e sedição (CHAUI, 2009, p. 41-42).

Nessa primeira hipótese, o discurso de ódio tem origem no medo do *outro*, no receio que o **outro** revolucione a sociedade.

Ódio à democracia

De maneira geral, para Jacques Rancière (2014), os sistemas políticos anteriores à democracia – e que persistem de maneira esporádica – conferiam a legitimidade dos governantes em dois tipos de títulos: a filiação – associada à superioridade de nascença – e a riqueza. Com a democracia grega, entra em cena o princípio do sorteio que subverte a ordem vigente, deslocando para o âmbito da aleatoriedade a responsabilidade de governar e legislar. Qualquer cidadão fica habilitado a governar, independente do nome de sua família ou de suas posses. Neste sentido, Rancière (2014) questiona os princípios do modelo democrático representativo, invenção moderna que o autor considera paradoxal, devido ao seu distanciamento em relação à democracia antiga. Assim, o sistema ancorado na representação seria um regime de funcionamento do Estado com base parlamentar-constitucional, que teria como fundamento primordial o privilégio das elites – que

sempre temeram a multidão –, e sua pretensão de governar em nome do povo, mas sem a participação direta deste.

O argumento de que a representação foi criada para amenizar o impacto do crescimento populacional sobre a democracia direta é combatido pelo autor, que afirma que a representação foi criada para assegurar aos privilegiados os mais altos graus de representatividade.

A evidência que assimila a democracia à forma de governo representativo, resultante da eleição, é recente na história. A representação é, em sua origem, o exato oposto da democracia. Ninguém ignorava isso nos tempos das revoluções norte-americana e francesa. Os Pais Fundadores e muitos de seus seguidores franceses viam nela justamente o meio de a elite exercer de fato, em nome do povo, o poder que ela é obrigada a reconhecer a ele, mas ele não saberia exercer sem arruinar o próprio princípio do governo (RANCIÈRE, 2014, p. 70).

Alçada artificialmente à condição de lei histórica inelutável – contra a qual seria inútil lutar – a retórica liberal ratifica a pretensão de se governar sem divergências de ideias, isto é, governar sem povo ignorante que questiona o discurso pseudocientífico apresentado pelos arautos do liberalismo. Dessa forma, estabelece-se uma contradição: a autoridade do governante necessita ser legitimada pela escolha popular no sufrágio universal, porém, as decisões políticas e econômicas consideradas certas devem emergir do conhecimento técnico e objetivo de especialista, intolerantes aos argumentos contrários. Disso decorre que propostas oriundas de outras correntes ideológicas são imediatamente taxadas de atrasadas e ignorantes.

O “governo de qualquer um” está fadado ao ódio infundável de todos aqueles que têm de apresentar títulos para o governo dos homens: nascimento, riqueza ou ciência. Hoje, está mais radicalmente fadado a isso do que nunca, porque o poder social da riqueza não tolera mais entraves ao seu crescimento ilimitado e porque seus móveis estão cada dia mais estreitamente articulados aos da ação estatal (RANCIÈRE, 2014, p. 119-120).

A relação da democracia com o poder da filiação e da riqueza não é natural, não se fundamenta em nenhuma natureza das coisas e nem surge de uma necessidade histórica. Por estar entregue apenas à constância de suas próprias resoluções, “A coisa tem por que suscitar medo e, portanto, ódio, entre os que estão acostumados a exercer o magistério do pensamento” (RANCIÈRE, 2014, p. 122).

A segunda hipótese para a origem do discurso de ódio revela a distância entre o desejo da democracia e sua aceitação. Impossível aceitar a vontade da maioria,

expressa nas eleições, quando essa afronta os privilégios e interesses das classes dominantes.

A mídia e o ódio espetacularizado

Para atingir seus objetivos e causar dano, o discurso de ódio precisa ser veiculado por um meio comunicacional que, dependendo do poder difusor do veículo, pode ser menos ou mais nocivo. Embora a evolução dos meios de comunicação e das tecnologias da informação propicie intenso intercâmbio entre as pessoas, democratizando a informação, por outro lado, também potencializa o alcance dos conteúdos perniciosos, como o discurso de ódio. Como lembra Ezequiel (2015, p. 118): “A mídia, como produtora de informações, coloca-se como fonte geradora de sistemas de representação da realidade, utilizada para compreender a sociedade”.

Na sociedade contemporânea, o conhecimento constitui-se, preferencialmente, a partir da recepção das formas simbólicas veiculadas pela mídia. A prevalência das tecnologias de comunicação e a facilidade de acesso à informação afetam a vida no espaço público, conferindo cada vez mais importância à mídia. Para Vera Chaia (2004a):

A mídia deve ser analisada nesta diversidade de possibilidades: informando e formando a opinião pública. As representações construídas pela mídia tornaram-se fundamentais nas experiências individuais e sociais na contemporaneidade (CHAIA, 2004a, p. 23).

Em relação ao medo coletivo, talvez esta seja a manifestação mais importante para explicar a relação mídia e medo, pois o que é veiculado no discurso da mídia pode influenciar a coletividade, ou parte dessa, vide temas como: crise, inflação, desemprego, comunismo. O rumor⁵ propagado pela mídia tende a aumentar a sensação de insegurança, favorecendo a emergência de comportamentos agressivos que escapam ao controle crítico. Dessa forma, no plano coletivo é possível evidenciar o mesmo comportamento verificado no plano individual: o elo entre angústia e medo de um lado e agressividade de outro. É nesse sentido, entende Chaia (2004b, p. 31), que se deve analisar a mídia, “enquanto produtora de conhecimento e geradora de construções especiais que trabalham com a ideia do medo e constroem

⁵ De acordo com Delumeau, “Um rumor nasce, portanto, sobre um prévio de inquietações acumuladas e resulta de uma preparação mental criada pela convergência de várias ameaças ou de diversos infortúnios que somam seus efeitos” (2009, p. 269).

representações sociais que estimulam esse sentimento, seja na programação diária, seja nos telejornais e no tipo de cobertura jornalística realizada por esses meios.”

Os fundamentos da crítica de Debord (2004) são à vida cotidiana e à generalização do fetichismo da mercadoria, que invadiu todos os espaços da vida em sociedade. A mercantilização de tudo produz o espetáculo ininterrupto. Nele, o tempo, o espaço, o lazer, a comunicação, a cultura e tudo o mais é perpassado pela alienação. Para Debord (2004, p. 14): “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”.

De acordo com Debord (2004, p. 13), no plano das técnicas, a imagem construída pode se tornar a principal ligação do indivíduo com o mundo real que ele vivenciava por si mesmo. Na sociedade espetacular não há mais espaço para vivermos nossas próprias experiências, são os modelos que vivem em nosso lugar: “tudo o que era vivido diretamente torna-se uma representação”.

Os meios de comunicação, na chamada sociedade da informação, representam um campo privilegiado na disputa pela hegemonia. Segundo Coelho e Castro (2006, p. 18), “o triunfo da sociedade do espetáculo corresponde a monopolização da aparência pela classe dominante e seus funcionários (os que pensam/agem a seu serviço)”.

Terceira hipótese para a origem do discurso de ódio, o rumor criado e mantido pela mídia hegemônica mobiliza as populações, gerando inquietações e confrontos sociais.

Conclusão

Sabe-se que em uma sociedade democrática, o controle político-administrativo do Estado está em permanente disputa. Assim, estabelecem-se consensos e dissensos no âmbito da sociedade, tendo as relações de poder condicionadas pela ordenação capitalista do mundo, revelando-a, ainda, luta de classes.

Ainda que as agressões políticas e pessoais identificadas nas manifestações contra Dilma Rousseff sejam consideradas apenas estúpidas ou grosseiras, elas incitam a violência, precarizando a democracia. Contraditoriamente, utilizam-se da democracia para destruí-la, propagando o ódio. Embora alguns acreditem que este comportamento seja uma característica própria do exercício político, na realidade é a sua antítese, sua negação.

Se, como afirma Hobbes (1979), o medo foi o produtor de racionalidade que permitiu a saída do homem da barbárie, a gênese e necessidade da racionalidade instrumental voltada para a dominação da natureza, segundo Adorno e Horkheimer (1985), aparecem como reação ao sentimento do medo. Por outro lado, a relação do medo com a razão, descrita por Rancière (2007), permite três diferentes atitudes:

a fuga, a recusa ou a interação com essa paixão humana, sendo essa última, a interação, a atitude identificada nas sequências discursivas analisadas nesse trabalho.

Conclui-se que a intolerância observada nas manifestações, retira do indivíduo sua capacidade de percepção do **outro** como seu igual que possui direito de expor sua opinião e defender sua visão de mundo. Esta é a primeira etapa da manifestação do ódio, que aponta para um núcleo de crenças que resulta em uma identidade coletiva – com ausência de qualquer reflexão – e incentiva ações de violência e práticas discriminatórias.

Neste contexto de espetacularização (DEBORD, 2004) da política, desaparecem as demandas políticas como objeto de disputa na sociedade, e sobressaem os escândalos públicos e privados envolvendo personalidades políticas, favorecendo manifestações emocionais em detrimento da racionalidade. Precariza-se a ordem democrática, esvaziando a noção de política.

CONSERVATIVE THINKING AND MANIFESTATIONS OF HATRED IN THE BRAZILIAN POLITICAL SCENE

ABSTRACT: *This work analyzes the hate speech present in the demonstrations against the government of Dilma Rousseff and points to the possible causes of this hatred. Besides a conceptual approach of the subject, the paper analyzes an actual instance of hate speech. The main theoretical-methodological orientation of this work is the French Discourse Analysis, understanding the political discourse (Charaudeau) as the enunciation of an era. The thesis of the Society of the Spectacle (Debord) conducts a critical analysis of the corpus. It was concluded that hate speech expresses an intimate relationship with the fear permeating the political dispute between classes and class fractions in Brazil.*

KEYWORDS: *Hate speech. Conservatism. Fear. Hatred. Spectacle.*

EL PENSAMIENTO CONSERVADOR Y LAS MANIFESTACIONES DE ODIOS EN LA ESCENA POLÍTICA BRASILEÑA

RESUMEN: *En este trabajo se examina el discurso de odio presente en las manifestaciones contra el gobierno de Dilma Rousseff (2011-2016) y apunta a posibles causas de ese odio. Además del enfoque conceptual del tema, la investigación analiza un caso concreto de discurso de odio. La principal orientación teórico-metodológica de este trabajo es el Análisis de Discurso de línea francesa,*

entendiendo el discurso político (Charaudeau) como enunciación de una época. Las tesis de la Sociedad del Espectáculo (Debord) conducen el análisis crítico del corpus. Se concluyó que el discurso de odio expresa íntima relación con el miedo que impregna la disputa política entre clases y fracciones de clase en Brasil.

PALABRAS CLAVE: *Discurso de odio. Conservadurismo. Miedo. Odio. Espectáculo.*

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução Guido de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AQUINO, Maria Aparecida. Estado autoritário brasileiro pós-64: conceituação, abordagem historiográfica, ambiguidades, especificidades. **Communicare**, v. 4, n. 2, São Paulo: Cásper Líbero, 2004, p. 45-58.

AMENDOLA, Gilberto. Por que não mataram todos em 1964? (porquê não mataram todos em 1964). **Pragmatismo Político**. Publicado em 19 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/por-que-nao-mataram-todos-em-1964-porque-nao-mataram-todos-em-1964.html>>. Acessado em 19 nov. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 8. ed. Brasília: UNB, 1995.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª. ed., São Paulo: Unicamp, 2004.

CHAIA, Vera. Eleições no Brasil: o medo como estratégia política. In: Rubim, A. A. C. (Org). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil**. São Paulo: Hacker, 2004a, p. 29-52.

_____. **Jornalismo e política**. São Paulo: Hacker, 2004b.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: NOVAES, Adauto (Org). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 35-75.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2011.

COELHO, Cláudio N. P. A indústria cultural, a publicidade e a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. **Communicare**, v. 4, n. 2, São Paulo: Cásper Líbero, 2004, p. 29-39.

_____. **Teoria crítica e sociedade do espetáculo**. Jundiaí: In House, 2014.

COELHO, Cláudio N. P; CASTRO, Valdir J. de (Orgs.). **Comunicação e Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Ed. Paulus, 2006.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DATAFOLHA – Instituto de Pesquisas. 16/08/2015. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1669735-135-mil-vao-a-protesto-na-paulista.shtml>>. Acessado em: 19 nov. 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1ª. ed. 5ª. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, Adauto. (Org). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Senac, 2007, p. 39-52.

_____. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EZEQUIEL, V. C. Discurso do medo e o ódio político na disputa eleitoral brasileira de 2014. **Aurora**. v. 8, n. 23, p. 98-119, jun-set/2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Col. Os Pensadores. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MIRA y LÓPEZ, Emílio. **Quatro gigantes da alma**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

MONTAÑO, Carlos.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

OAKESHOTT Michael. **“On Being conservative”** [Sobre ser conservador], 1956. Disponível em: <<http://ringmar.net/politicaltheoryfornomads/index.php/michael-oakeshott-on-being-conservative-1956/>>. Acessado em: 19 nov. 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. Do medo ao terror. In: NOVAES, Adauto. (Org). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Senac, 2007, p. 53-71.

_____. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, E.; SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 237-252.

SILVA, Antônio Ozaí. O pensamento conservador, **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 107, 2010, p. 53-55.

SILVA, Rosane Leal da *et al.* Discurso do ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV**, São Paulo, v.7, n. 2, p. 445-467, jul./dez. 2011.

TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: TELES, E.; SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 299-318.

TELES, Janaína de A. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “justiça e verdade” no Brasil. In: TELES, E.; SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 253-298.

Recebido em 17/03/2017.

Aprovado em 09/09/2018.

Ensaaios

LAS CIENCIAS HUMANAS COMO PRAGMÁTICA DE LAS CULTURAS: ENTRE ARTE, PLATOS Y PARADOJAS

*Carlos A. GADEA**

RESUMEN: Arte renacentista y reflexiones desde la Sociología. El interés es evidenciar como visiones del mundo diferentes en la escena del arte de los siglos XV y XVI europeos pueden convertirse en un interesante ejemplo sobre las maneras de ver y narra el mundo, de incorporarse a él y, fundamentalmente, de cómo admitir o no la eventual correlación indisoluble entre realidad representada y verdad trascendente. A través de un breve análisis de algunas obras de arte características del Renacimiento y del llamado Manierismo, el presente texto procura reflexionar sobre la ciencia y el arte, sobre los actuales desafíos de las Humanidades, como campo de conocimiento. La fenomenología de Jean-François Lyotard se constituye en cuadro analítico para tales reflexiones, y el impresionismo sociológico de Georg Simmel lo que permite correlacionar metáforas de la vida cotidiana con la intención de reintroducir los temas y preocupaciones propias del campo de las Humanidades, y de la Sociología en particular.

PALABRAS CLAVE: Humanidades. Arte. Sociología. Estudios Culturales.

|

En el año 1962, el conocido sociólogo norteamericano Robert Nisbet (2000, [1962]) había publicado un ensayo de gran interés en su momento, titulado *A Sociologia como forma de arte*. En él, reafirmaba la importancia del arte para el desarrollo de reflexiones sobre ideas que serían de gran valor para la Sociología,

* UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Leopoldo – RS – Brasil. 93022750 - cgadea@unisinis.br. <https://orcid.org/0000-0003-2360-5128>.

destacando, por ejemplo, aquellas relacionadas a la sociedad de masas, a la racionalización, a la comunidad y a la desorganización social. Para Nisbet (2000, [1962]), el arte parecería poseer real capacidad para aportar metáforas sobre la vida individual y social, sugiriendo, así, caminos para una reflexión más amplia sobre la condición humana.

En el referido ensayo, había quedado demostrado un interés por rescatar prácticas de investigación y de observación de la realidad que no únicamente se valiesen de los laureados métodos científicos, al intentar situar a la esfera del arte y a la ciencia en un mismo nivel epistemológico. Ciencia y arte, a pesar de sus diferencias, tendrían puntos en común, en la medida que, para Nisbet (2000, [1962], p.122), si la ciencia pierde en creatividad, sometiéndose a un “*empirismo exagerado*” o a un “*narcicismo metodológico*”, le restaría, simplemente, oficiar como aquello que limitaría el campo de la experiencia y de la imaginación, de las fuentes de la inspiración, para finalmente rendirse a un trabajo rutinario que obstaculizaría las “*mentes inteligentes*”, tal cual él mismo anunciaba.

No obstante, Nisbet (2000 [1962]) no se interrogaría sobre la supuesta correspondencia entre aquello que se llamaría realidad (extraída del arte o de la ciencia) con un estatuto de verdad, y mucho menos sobre la posibilidad del arte estar vinculado con narrativas o discursos acerca de la naturaleza, el individuo y el propio devenir social. El camino reflexivo escogido no pretendía, de hecho, huir de aquel esquema conceptual que le atribuye al arte un grado de correspondencia absoluta con la realidad, es decir, una pretensión que no cuestionaría aquella clásica sentencia de que el interés profundo del arte sería “iluminar la realidad y comunicar de alguna manera esa luz para los otros” (NISBET, 2000 [1962], p.116, traducción nuestra)¹.

A pesar de esto, y honestidad mediante, es posible admitir, que dicho ensayo escrito a inicios de los años 60 del siglo pasado, contribuye, en gran medida, para incentivar una actitud y posicionamiento intelectual y académico que busca acercar las Ciencias Humanas a las prácticas sociales y al quehacer cotidiano (la experiencia cultural), ya que estas, en definitiva, no podrían ser comprendidas como si se tratasen de una especie de sub-realidad, o de algo cuyo valor residiría en el sentido común. El arte conectaría a las prácticas y pensamientos a formas de sentir el mundo tal cual se lo comprende, sin, necesariamente, existir correspondencia con una **realidad profunda**: la comprensión de cualquier fenómeno observable es la expresión de “mi relación fundamental con ese fenómeno”, siguiendo las enseñanzas de Jean-François Lyotard (1989[1954], p.101). Evidentemente, esto no supondría un subjetivismo de primera escala, ya definido como la “enfermedad infantil de la fenomenología” (p. 102), y si una posición crítica y pragmática que parecería reconocer que **nada podría existir fuera de nosotros mismos**. No habría una verdad a ser revelada, o

¹ “(...) iluminar a realidade e comunicar de algum modo essa luz para os outros” (original).

una realidad a ser mostrada, a través del arte (o de la ciencia). Tal cual diría Georg Simmel (1977 [1908]), las categorías que permitirían formar lo real (por ejemplo, en la experiencia religiosa, en la filosofía, en el arte) son diversas y variadas, y justamente en las Humanidades, en sentido amplio, residen los materiales que pueden permitir interrogarnos sobre el devenir social en una descripción fina de los modos de acción e interrelación con el mundo.

Me animaría a decir, entonces, junto con Lyotard (1989[1954]), que la verdad de la ciencia (y también la del arte) no está fundamentada en Dios, como en Descartes, ni en las condiciones a priori de la posibilidad, como en Kant: el arte se funda en la vivencia inmediata de una evidencia por la cual hombre y mundo resultan originariamente concordes. La verdad no puede definirse como un mero conjunto de condiciones a priori, ya que este conjunto (lo trascendental) es un momento objetivo de la **experiencia vivida**, su evidencia. Esta, a su vez, es el sentido de toda justificación, pudiendo revelarse ilusoria al ser contrastada con una nueva experiencia posterior: por ejemplo, el color de una pared en la noche, y con poca luz, puede evidenciarse gris, pero luego a la luz del día se comprueba su color amarillo. Así, la primera evidencia contenía un error, que solo se pudo admitir a partir de una contrastante experiencia nueva.

Volviendo a Nisbet (2000 [1962]), puede considerarse que sería en el arte (así como en la religión y en la filosofía) donde mejor parece expresarse una visión del mundo. No así, el arte no únicamente permitiría comprender el sentido de las relaciones existentes entre el hombre, la naturaleza, la variable temporal y espacial, sino también, y de manera fundamental, cuestionar y reflexionar en torno al por qué se realizó esa interpretación de sentido y no otra. Lo que se evidencia es que en todo sentido atribuido existe un observador que expresa una relación con el mundo, y que al hacerlo, narra algo sobre él, expresa una intencionalidad, impone un ordenamiento arbitrario del mundo. De esta forma, y como nuevamente diría Lyotard (1989[1954]), se debe asumir que la relación con el mundo, con el otro, se presenta necesariamente ambigua, al adquirir sentido en una

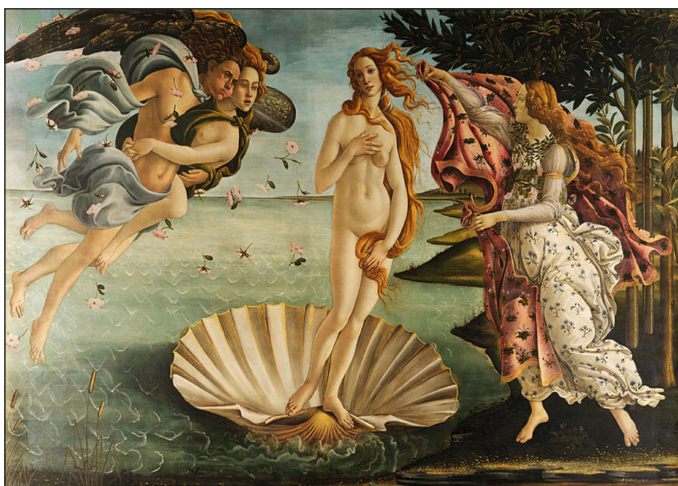
[...] génesis del otro para mí: los sentidos del otro para mí se hallan sedimentados en una historia que no es ante todo la mía, sino una historia de varios [...], y en la que mi punto de vista se separa de a poco (a través del conflicto, por cierto) del inter-mundo originario. Si existe lo social para mí, es porque soy originariamente algo social, y en cuanto a las significaciones que proyecto inevitablemente sobre las conductas del otro, si sé que las comprendo o que debo comprenderlas es porque el otro y yo hemos estado y seguimos estando incluidos en una red única de conductas y dentro de un flujo común de intencionalidades. (LYOTARD (1989[1954], p.105-106).

Es así que llegamos a reconocer que el individuo no existe como entidad específica, ya que **significa lo social**, tal cual el pensamiento moderno renacentista así lo evidenció, y tampoco existiría la sociedad a título de una totalidad en sí misma y de carácter coercitiva, ya que **simboliza** junto con la historia individual, tal cual los artistas manieristas del siglo XVI, de los inicios de la modernidad.

II

Visiones del mundo diferentes en la escena del arte de los siglos XV y XVI europeos pueden convertirse en un interesante ejemplo sobre las maneras de narrar el mundo, de incorporarse a él y, fundamentalmente, de cómo admitir o no la eventual existencia de una correlación indisoluble entre realidad representada y verdad trascendente. Por un lado, lo que se ha conocido por Renacimiento, y por el otro, una manifestación artística conocida como Manierismo. Veamos algunos ejemplos.

Figura 1: *El nacimiento de Venus* [1484], Sandro Botticelli



Fuente: Disponible en: <[https://es.wikipedia.org/wiki/El_nacimiento_de_Venus_\(Botticelli\)#/media/File:Sandro_Botticelli_-_La_nascita_di_Venere_-_Google_Art_Project_-_edited.jpg](https://es.wikipedia.org/wiki/El_nacimiento_de_Venus_(Botticelli)#/media/File:Sandro_Botticelli_-_La_nascita_di_Venere_-_Google_Art_Project_-_edited.jpg)>. Acceso el 5 jun. 2019.

El Nacimiento de Venus [1484], de Sandro Botticelli, es una pintura típica del Renacimiento italiano, realizada en momentos claves para Occidente: durante el proceso histórico donde el centro del mundo pasaría de Jerusalén y Constantinopla hacia Roma; momento central para la posterior construcción cultural de la modernidad. Atendiendo, específicamente, sobre lo que allí está presentado,

Botticelli apeló a una figura femenina en el centro de la escena, un desnudo que habría sido considerado pecaminoso en el arte medieval. Pero esta Venus, retirada de las mitologías, con su postura, movimientos y facciones, no representa el amor carnal o el simple placer sensual, sino que transfiere al observador un ideal de inteligencia y conocimiento, un símbolo de inmaterialidad. Si se atiende a las formas, las líneas suaves y los colores, el artista narró un mundo que parecía literalmente **renacer**, comenzar de nuevo, tratándose, inclusive, de un recomienzo cuya figura central se encuentra en el centro mismo de la obra, custodiada por dos figuras juntas en el extremo superior izquierdo, y otra diametralmente opuesto, en la margen derecha (CONTI, 1993, p.47). Hay una sensible armonía y equilibrio en la pintura, un principio de centralidad que organiza el evento presentado: signo y significante en plena correspondencia, ya que el título de la obra se corresponde con aquello tratado como realidad del mundo.

Figura 2: *La Sagrada Familia* [1507-1508], Rafael



Fuente: Disponible en: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rafael_-_Sagrada_Fam%C3%ADlia_Canigiani.jpg>. Acceso el 5 jun. 2019.

En *La Sagrada Familia* [1507-1508] de Rafael, el mundo narrado reitera la misma preocupación con un orden simbólico armónico y equilibrado. En la escena, José de Nazaret, Isabel (la madre de Juan el Bautista), María (la madre de Jesús) y los dos niños se encuentran formando una figura geométrica, un triángulo. José aparece en el vértice superior del mismo, mientras María e Isabel, junto con los niños, complementan la figura, muy característica, inclusive, en las pinturas de Rafael. Obsérvese, inclusive, como los pies de las figuras femeninas se encuentran

en equilibrio en la imagen, así como las miradas hacia un centro imaginario de los personajes. En el cielo, ángeles a ambos lados de la pintura terminan dando mayor armonía a la obra, cuya diversidad de colores resulta impactante. La escena familiar se encuentra en el mismo centro de la pintura, guardando una calculada simetría en su composición, un orden social jerárquico y una proporción natural de los cuerpos, todo absolutamente condicionado para conseguir reproducir “el orden natural de las cosas” (CONTI, 1993, p.56). En esta obra, como en la mayoría de las renacentistas, la búsqueda de realismo en la representación está al servicio de temas religiosos o mitológicos.

III

Lo que se puede observar en común en las referidas pinturas se vincula a tres aspectos fundamentales. En primer lugar, a una comprensión del arte como aquello que **ilumina la realidad**. Nisbet (2000 [1962]) afirmaría, al respecto, que es justamente en esta situación cuando se hace posible visualizar la afinidad básica entre el artista y el hombre de ciencia. Citando al matemático Marston Morse, sentenciaría que

[...] el primer lazo esencial entre matemática y las artes se encuentra en el hecho de que el descubrimiento en matemática no es una cuestión de lógica. Es, antes, el resultado de poderes misteriosos que nadie entiende y en los cuales el reconocimiento inconsciente de la belleza debe desempeñar una parte importante. Entre una infinidad de planos, el matemático escoge un padrón por causa de su belleza y lo coloca en terreno firme, sin que nadie sepa cómo. Después de eso, la lógica de las palabras y de las formas ajusta el padrón de modo ordenado. Solamente ahí puede alguien comunicarlo a otra persona. El primer padrón permanece en las sombras de la mente. (NISBET, 2000 [1962], p.120, traducción nuestra)².

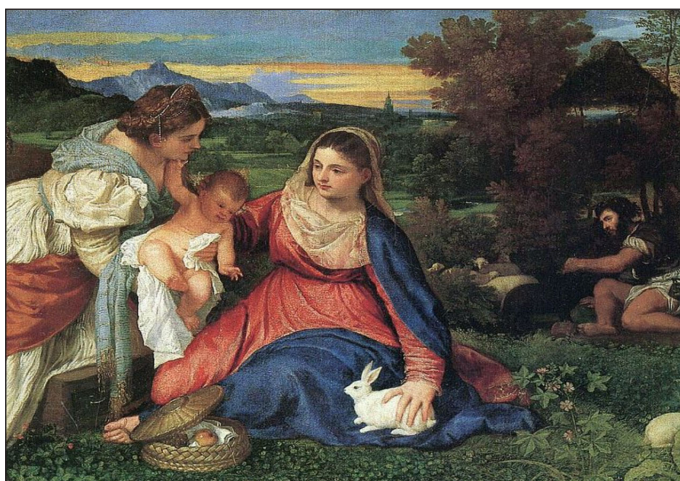
Para esto, y como segundo punto a destacar, se evidenciaría un uso de la razón en sintonía con un ordenamiento geométrico de la realidad y el mundo, instituyendo, así, un **principio de centralidad** (logocentrismo) que determinaría ciertas jerarquías

² “O primeiro laço essencial entre a matemática e as artes encontra-se no fato de que a descoberta em matemática não é uma questão de lógica. É, antes, o resultado de poderes misteriosos que ninguém entende e nos quais o reconhecimento inconsciente da beleza deve desempenhar uma parte importante. Entre uma infinidade de planos o matemático escolhe um padrão por causa de sua beleza e coloca-o em terreno firme, sem que ninguém saiba como. Depois disso, a lógica das palavras e das formas ajusta o padrão de modo ordenado. Somente então pode alguém comunica-lo a outra pessoa. O primeiro padrão permanece nas sombras da mente” (original).

valorativas, propias de la relación entre hombre, sociedad y naturaleza. A partir de esto, y en tercer lugar, se advierte la producción de una narrativa de conjunto de la obra, una totalidad, en la que las figuras y formas presentadas se encuentran al servicio de un mundo apriorísticamente elaborado. Las figuras humanas, en las pinturas, carecerían de significado si se las retirase de la historia (narrativa) contada. La Venus, por ejemplo, adquiere protagonismo a partir del esquema racional que le da sustento. Ella no sería nada fuera del evento al que hace alusión: el nacimiento. Su eventual individualización desaparece ante una narrativa que, a priori, le habría adjudicado sus elementos constitutivos. Lo mismo sucede con el Cristo en la cruz de Alberto Durero³: extraído de la escena donde los adoradores se concentran a su alrededor, su sentido, ciertamente, sería otro. No es que no materializase, en sí, una simbología atribuida por un universo religioso que ya lo estaría legitimando frente a la escena. Su presencia no desaparece por completo. No obstante, parece haber una clara dependencia de su presencia a una narrativa que lo precede, y que lo hace pasible de integrarse a la adoración a la que es objeto.

De forma prácticamente simultánea le iría surgir al Renacimiento una suerte de reacción estética (y ética) muy importante, conocida como Manierismo. Veamos, entonces, una primera pintura típica de ese nuevo estilo: *La Virgen del conejo* (1530), de Tiziano.

Figura 3: *La Virgen del conejo* [1530], Tiziano



Fuente: Disponible en: <<https://infovaticana.com/blogs/cigona/la-virgen-del-conejo/>>. Acceso el 5 jun. 2019.

³ Se hace referencia a la pintura de Alberto Durero *Adoración de la Santísima Trinidad* (1511). Ver Gombrich (2000).

Como pintura religiosa, habría sido reprochada por generar en el observador cierto desvío de atención hacia elementos considerados secundarios y ociosos, provocando distracción de lo que estaría siendo principalmente presentado: una escena protagonizada por la virgen, el niño y Santa Catalina. En esa misma línea de argumentación, se condenaría la presencia de un conejo **sin nobleza** en el centro de la pintura (estando, inclusive, citado en el mismo título de la obra) y la de un pastor que conduce su rebaño. Se le había cuestionado, también, que no presentase una formulación clara sobre la centralidad de esta **escena sagrada**, que no duda en aparecer como más integrada en lo cotidiano, humanizada, en todo caso. Es que las figuras no habían sido retratadas con el equilibrio y la armonía típicas del Renacimiento; por el contrario, aparecían, en todo momento, a disposición del vértigo propio de cualquier acción física: véase, por ejemplo, el momento de la entrega del niño a la virgen, momento inquietante y que transmite cierto nerviosismo, evocando una particular sensibilidad, propia de la escena. Al mismo tiempo, la presencia del pastor que se observa como cayéndose o sentado sin la calma esperada, demuestra la intención de Tiziano por otorgar desequilibrio y descentramiento en su pintura. Inclusive, su nombre, no parece estar en concordancia con lo que sería esperado como escena central, que inclusive parecería exiliada en torno a las varias escenas simultáneas y escenarios múltiples.

En *La Madonna de cuello largo* (1535-1540), Parmigianino iría a elaborar uno de los mejores ejemplos de la estética manierista. La Virgen, así como las demás figuras, se destacan por su corporeidad, su materialidad, representada como una mujer de grandes dimensiones.

Figura 4: *La Madonna de cuello largo* (1535-1540), Parmigianino



Fuente: Disponible en: <<https://www.elcuadrodeldia.com/post/90284653083/parmigianino-la-virgen-del-cuello-largo>>. Acceso el 5 jun. 2019.

La belleza de su rostro, su pasividad y tranquilidad, parecen contrastar con lo brutal de sus piernas. A esto, sus manos exageradamente finas y largas, así como su largo cuello, provocan que la búsqueda de estilización de las formas se vea un poco descompensada. De la misma manera el niño, que no tiene una apariencia de bebé, cuyo cuerpo es demasíadamente alargado y sin guardar las **proporciones naturales**. Su tamaño y posición, inclusive, le retira toda posible referencia sacra: aparece desnudo y dormido, con una postura extraña, pareciendo resbalarse de las piernas de su madre. Como conjunto, la escena provoca cierta inestabilidad en el observador, una quiebra de alguna eventual calma presumible al observarse una pintura con esta temática. Los ángeles, junto con María y el niño, ocupan la parte izquierda de la pintura, de manera aglomerada, como ocupando un pequeño espacio. Sin embargo, del lado derecho apenas se distinguen, sin guardar proporción en su tamaño, la figura de San Jerónimo (en postura bastante forzada), y una fila de columnas, sin capitel alguno, más al fondo. Las pequeñas dimensiones del santo, contrastando, prácticamente, en un mismo plano, con la fila de columnas, contribuirían para un verdadero misterio sobre sus significados en la pintura.

Pero se trata de un misterio que no es tal si se comprende que el conjunto de la obra supone un ordenamiento contingente de la escena, una ironía hacia la simetría y la imposición geométrica de las formas, cuestionando una forma ideal a ser creada como realidad concreta (GOMBRICH, 2000). Existen contradicciones en las diferentes posturas y gestos de las figuras, sugiriendo, cada una de ellas, que mantienen su individualización, su particular relación con el mundo. Múltiples escenas, múltiples historias a ser relatadas: las figuras entran en relación, aquí, para compartir un instante que no supone ser permanente o atemporal; mucho menos, todavía, con la pretensión de instituirse como coadyuvante a una narrativa universal del devenir social. La relación que establecen sugiere un desafío a un a priori del mundo, tal cual una totalidad como marco de la escena. Por otro lado, la inexistencia de una unidad espacial, de la perspectiva como estrategia de transmisión de lo real, contribuyen a que esas múltiples historias posean un rostro humano sin pretensiones, sensible, integrado a la naturaleza, en absoluto portador de un eventual carácter teleológico. En el Manierismo, las partes desafiarían el todo, una estrategia, correspondiente a una **visión del mundo**, que supone un desorden de aquel mundo racional creado por el Renacimiento y sus hombres. En el Manierismo, el **fragmento** desafiaría la **unidad**. Quien sabe se pueda aludir al hecho de que con el Renacimiento el mundo moderno, la modernidad, consolida sus primeros pasos, mientras que con el Manierismo, en simultáneo protagonismo sobre narrativas que describirían el mundo, se estaría presenciando una inicial crítica pos-moderna.

IV

Parece bastante claro, que el Renacimiento tardío, el Manierismo, estaría demostrando que las formas del arte en dominante ascensión no podían, tan simplemente, dar cabida en sí a la vida social que pugnaba por exteriorizarse. Con el Manierismo se comenzaría a generalizar la esperanza de poder alojarse una **visión del mundo** en imágenes instantáneas, y no más atravesadas por una intención humana enmarcada en una realidad dada. Pero estas imágenes, que sustentaban lo inmediato de la vida, fueron también sustituidas por un proceso anímico, del movimiento como realidad a ser captada, que a su vez procuraba de igual manera una exteriorización inmediata. Es esta ambigüedad, considerada, inclusive, como contradicción en los análisis de Simmel (1986), la auténtica y continua tragedia de la cultura: unidad y fragmentación, solidez y fluidez, el todo y la parte. El Manierismo, bajo esta perspectiva, habría sido el que mejor conseguía atribuir rasgos distintivos a la propia modernidad, en su intención crítica, ya que la realidad social que presentaba estaba cargada de un sentimiento de flujo constante, de movimiento continuo, de una realidad fluida que solo podría ser captada (parafraseando Simmel), a través de conceptos relacionales. Así, podría también considerarse que la estética manierista es portadora de una visión del mundo donde su principio regulador (por llamarlo de alguna manera) consiste en que todo interactúa con todo, o sea, que entre cada objeto, figura, color, textura y gesto existen permanentes relaciones de movimientos. Como diría Simmel (1986, p.), al pensar sobre la realidad social, Puede considerarse que en el Manierismo lo fugaz es la esencia, y que cada historia (narrativa) contada en una obra manierista es capaz de revelar el “significado total del mundo como un todo”.

Esta misma estrategia para hacer referencia a lo social y lo individual, a la cultura, en sentido amplio, a la naturaleza y la realidad, es posible ser rescatada, con mayor énfasis, por unas Ciencias Humanas que hagan uso de la elaboración de metáforas, analogías o situaciones paradójicas para comprender el devenir social a partir de una descripción fina de los modos de acción e interrelación con el mundo, aquello de la vida social en pugna. Con el Renacimiento y el Manierismo como metáforas, puede admitirse que ambos son el resultado de una “red única de conductas y dentro de un flujo común de intencionalidades”, recordando a Lyotard (1989 [1954], p 106.). Como analogías, los dos permiten interrogarnos sobre el devenir social y los modos de acción e interrelación con el mundo por ellos expresado. Si la constatación de las paradojas es, asimismo, una estrategia fructífera para las Humanidades, permítaseme, entonces, y finalmente, hacer referencia a dos situaciones sociales diferentes que Georg Simmel (1986; 1983) había observado y que, inclusive, lo haría valiéndose del uso de analogías: la primera refiere a lo que es tratado en su clásico texto *Sociología de la comida* (1986), al posibilitar entender la relación entre una concreta sociedad y el lugar y las circunstancias en que esta

se presenta; y la segunda, se relaciona con las implicaciones físicas y afectivas del **distanciamiento** y la **proximidad** sociales, a través del tratamiento de la figura social del extranjero.

Es relevante, aquí, partir de una sentencia importante: que las formas de la socialización, a decir por Simmel, no son en absoluto independientes ni de los lugares ni de las situaciones en que se elaboran. El ambiente donde se produce la socialización hace de ella lo que de hecho es, y está en la forma que adquiere esta socialización lo que verdaderamente importa. La primera situación que se podría observar, con una mirada contemporánea, se vincula, entonces, a su sociología de la comida. Lo que de inicio Simmel (1986, p.265) nos anticipa es que reflexionar sobre esto no conduce a otorgarle importancia a “la comida como materia”, sino a la “forma de su consumición” El consideraba que por encima de las necesidades individuales existiría una socialización de la comida, es decir, un verdadero evento estético que se correspondería a una ética social. En el acto de comer, más allá de significar una necesidad fisiológica, surge un código de reglas que iría desde la forma concreta de tomar los cubiertos hasta los temas de conversación en la mesa. Para Simmel (1986, p. 400), este sometimiento a normas no tendría ningún fin externo, y si el de significar el haberse superado el “egoísmo individual materialista” en virtud del tránsito a “una forma social de la comida”.

Esta síntesis parece adquirir mayor comprensión cuando se afirma que

[...] frente a la bandeja, de la que en las épocas primitivas cada cual, sencillamente, cogía (la comida), el plato es una figura individualista. Muestra que esta porción de comida está partida exclusivamente para esta única persona. La forma circular del plato lo remarca; la línea circular es la que más separa, la que concentra en sí su contenido de la forma más decidida; contra lo cual la bandeja dispuesta para todos es angular y ovalada, así pues, puede estar cerrada menos celosamente. El plato simboliza el orden que da la necesidad del individuo particular, lo que le corresponde como una parte del todo dividido [...]. (SIMMEL, 1986 p.267).

Se trata, sin dudas, de una brillante observación, que nos permitiría realizar algunas reflexiones. En primer lugar, que existiría una diferenciación importante entre la forma plato y la forma bandeja, y que en esa diferenciación reside una explicación de las culturas. Luego, que decir que el plato es una figura individualista se sustenta en la idea de que lo allí servido como comida es destinado a una única persona. Su forma circular es demarcadora de las fronteras entre los individuos, simbolizando el orden particular en una situación colectiva o de grupo. En tercer lugar, que la bandeja, con su forma ovalada, está destinada para todos, y para nadie en particular. Ella simbolizaría el espíritu de grupo y la sociabilidad colectiva.

El plato y la bandeja, como formas, son capaces de sugerir hasta qué punto transfieren, con su presencia, el contenido de las relaciones sociales que gravitan con su uso. Por eso, podríamos deducir que el plato tendría una mayor presencia en culturas más individualistas, por aquellas atravesadas por procesos de modernización social y racionalización de la vida más intensa. Piénsese, por ejemplo, en sociedades donde los derechos individuales, el culto al individualismo y el apelo a la autonomía muchas veces entran en conflicto con los vínculos sociales primarios e inmediatos (como los familiares) o con formas más colectivas de la propia gestión de la vida personal. Por ejemplo, en un restaurante de una gran metrópoli, la carta del menú es una lista de pedidos individualizados. El plato elegido en ese menú vendrá desde la propia cocina del restaurante dirigido hacia aquel individuo que lo solicitó. Contrariamente, la bandeja estaría más presente en culturas más colectivistas, o donde el peso del encuentro grupal y de la sociabilidad primaria posee significados de aglutinación social más ricos. La bandeja, con su forma ovalada, simbolizaría una suerte de invitación al grupo a servirse de ella como manera de indicar una **pertenencia afectada** por la situación social compartida. En culturas, por ejemplo, donde las familias y el círculo de amistades se juntan los días domingos para almorzar (tradición muy visible en culturas del mediterráneo europeo), sin duda la bandeja ocupa un lugar dominante en el ritual que se desarrolla en torno a la mesa; presencia que permitiría un mayor contacto visual y físico entre los que allí están para compartir la comida. Servirse de ella sugiere una serie de reglas que tienen una funcionalidad grupal, muy por el contrario a lo que sucede con aquellas que se producen ante la presencia del plato. Así, gracias a esta particular mirada de Simmel (1986) sobre la **socialización de la comida**, es posible inferir cómo una cultura se fundamenta otorgando un mayor peso a lo individual o, por el contrario, a lo colectivo y grupal, dependiendo de cuanto importante es la forma circular del plato o la forma ovalada de la bandeja en las situaciones de consumición de la comida.

V

Pasemos, ahora, a la segunda situación social que Simmel, de manera también brillante, torna transparente a partir de la lógica de las paradojas. En su pequeño texto titulado *O Estrangeiro* (1983), sostendrá que el extranjero es, por definición, una figura ambigua y móvil, en la cual convergen la vinculación y la no vinculación a un espacio. Es “el que viene hoy y se queda mañana”, quien no tiene aseguradas ni una partida ni una permanencia en el lugar; y su carácter de “extranjero”, como portador de cualidades distintas, es lo que lo define en un determinado círculo social. Por esto, los conceptos de proximidad y distanciamiento adquieren, en esta visión meramente espacial de las relaciones sociales, una unión particular: “la distancia,

dentro de la relación, significa que el próximo está distante, pero el extranjero significa que el lejano está próximo” (SIMMEL, 1983, p.183, traducción nuestra)⁴. Simplificando este juego de paradojas, el pretendía decir que: el que está distante, está próximo; y el que está próximo, está distante. Los conceptos de proximidad y de distanciamiento están en una imbricada relación de dependencia mutua, materializada en toda figura social contemporánea, además de la propia figura del extranjero. Simmel (1983), así, se habría valido del establecimiento de una paradoja en torno al espacio físico ocupado por el extranjero, sin haber recurrido a lo que podría deducirse estar prácticamente implícito en sus reflexiones: que esta paradoja completaría su cuadro de expresión si se hace referencia al espacio afectivo, a aquel que denota la posibilidad de ser afectado por su entorno y las relaciones sociales eventualmente establecidas.

Por eso, a partir de esta percepción, es posible realizar una transferencia de la figura del extranjero (distante y próximo, al mismo tiempo) hacia la simple figura del individuo en las sociedades hiper-reflexivas de la contemporaneidad. Ya para el propio Simmel (1983), la vida urbana había comenzado a diseñar una nueva personalidad individual o una nueva vida del espíritu, que se presentaba regida por la economía monetaria, la impersonalización y la indiferencia relativa hacia los otros individuos. Es esto lo que, justamente, más pareció haberse desarrollado como sentencia premonitoria: que la vida urbana generaría cierta “exacerbación de la vida nerviosa”⁵, y como correlatos el aislamiento individual, los miedos colectivos y las sociabilidades grupales (o neo-tribales, como algunos afirman) cada vez más restrictivas. Así, si aliamos la figura del extranjero a las formas de la sociabilidad en contextos contemporáneos y urbanos, puede suponerse que lo que Simmel (1983) estaba anticipando era el desenlace actual de una sociedad en que los individuos han llegado a una situación en que pueden estar próximos físicamente, pero distantes afectivamente; o próximos afectivamente, pero distantes físicamente. Piénsese, simplemente, que es muy probable que en nuestra cotidianeidad no sepamos mucha cosa, o prácticamente nada, de un vecino que vive debajo del apartamento donde vivimos, por más próximos físicamente que estemos. De la misma manera, que podemos estar distantes físicamente con una persona que interactuamos diariamente por las redes sociales, sabiendo cuando se ha enfermado, si cambió de pareja amorosa o si viajó últimamente. Tal vez hasta ni siquiera haya estado próximo físicamente alguna vez, pero todo evidencia que si lo está desde el punto de vista de los afectos. Distante físicamente, pero próximo afectivamente.

⁴ “a distancia, dentro da relação, significa que o próximo está distante, mas o estrangeiro significa que o longínquo está próximo” (original)

⁵ Ver SIMMEL, Georg. 1973 [1903]. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Simmel (1983) había visto bastante claramente este desenlace de las sociabilidades urbanas y las diferentes formas que adquiriría. Un poco lo hizo considerando que el hombre moderno, al estar sometido a la proximidad física de los contactos en el medio urbano, iría cada vez más a desarrollar estrategias de conservación de su particularidad, manteniendo una **proximidad distante** o **distanciamiento próximo** con los otros individuos. Particularmente llamo a este fenómeno de **profilaxis social**, propio de una situación histórica dominada por cierto temor al contacto físico y directo, oponiéndose, así, un distanciamiento individual como estrategia que, al desarrollarse, paradójicamente aproxima. Por esto, la proximidad solo existiría en la medida en que un distanciamiento efectivo pudo desarrollarse de tal forma que permitiría espacios de libertad; libertad que se concretaría, entonces, con la pérdida de la proximidad en los contactos.

VI

En definitiva, ¿a qué Ciencias Humanas se le ha atribuido ese nombre hasta la actualidad? Se trata de un cuestionamiento que se realiza a posteriori de los ya clásicos diagnósticos de Foucault (1992) sobre el conocimiento, el saber y el poder, sobre los criterios de verdad. Renacimiento y Manierismo. Platos o bandejas. Extranjeros y proximidad social. Homogeneidad, fragmentación, unidad y heterogeneidad. Todas estas nociones o conceptos han servido como metáforas concretas de situaciones vitales, y que así ha sido para, en este caso, poder introducir con mayor énfasis una especie de **pragmática de la cultura**. Con esto, las estrategias en el uso de analogías y paradojas, de la ambigüedad y la multiplicidad, no esconden una crítica a aquellas perspectivas que han transformado lo humano en un simple proyecto, exiliando, consecuentemente, la posibilidad de poder entender la realidad sin la necesidad de imponerse llegar a conocerla en su profundidad. La realidad se presenta en esas metáforas, analogías y paradojas, en la medida en que, tal cual anticipó Simmel (1983, 1986), ella es **pura relación**. Por eso aquello de que: más importante que las cosas que entran en relación, es la relación misma.

AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PRAGMÁTICA DAS CULTURAS: ENTRE ARTE, PRATOS E PARADOXOS

RESUMO: *Arte renascentista e reflexões desde a Sociologia. O interesse é evidenciar como visões do mundo diferentes na cena da arte dos séculos XV e XVI europeus podem se converter em um interessante exemplo sobre as maneiras de ver e narrar o mundo, de incorporar-se a ele e, fundamentalmente, de como*

admitir ou não a eventual correlação indissolúvel entre realidade representada e verdade transcendente. Através de uma breve análise de algumas obras de arte características do Renascimento e do chamado Maneirismo, o presente texto tenta refletir sobre ciência e arte, sobre os atuais desafios das Humanidades, como campo de conhecimento. A fenomenologia de Jean-François Lyotard se constitui em quadro analítico para tais reflexões, e o impressionismo sociológico de Georg Simmel o que permite correlacionar metáforas da vida cotidiana com a tentativa de reintroduzir os temas e inquietações próprios do campo das Humanidades, e da Sociologia em particular.

PALAVRAS-CHAVE: *Humanidades. Arte. Sociologia. Estudos Culturais.*

**HUMAN SCIENCES AS PRAGMATIC TO THE CULTURES:
BETWEEN ART, DISHES AND PARADOXES**

ABSTRACT: *Renaissance art and considerations from Sociology. The idea is to show how different worldviews in the art scene of the 15th and 16th centuries can become interesting examples of seeing and narrating the world, of incorporating oneself in it, and essentially in admitting or not the possible indissoluble correlation between represented reality and transcendent truth. Through a brief analysis of some artworks from the Renaissance and the so-called Mannerism, the present text tries to reflect on science and art, and on the current challenges of the Humanities, as a field of knowledge. Jean-François Lyotard's phenomenology is used as an analytical framework for such reflections, as well as Georg Simmel's sociological impressionism, enabling to correlate everyday life metaphors in an attempt to reintroduce the themes and concerns proper to the field of Humanities, and Sociology in particular.*

KEYWORDS: *Humanities. Art. Sociology. Social theory.*

Referencias

- CONTI, Flavio. **Como reconocer el arte del Renacimiento**. Barcelona: Edunsa, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica del poder**. Madrid: La Piqueta, 1992.
- GOMBRICH, Ernst H. **A História da Arte**. São Paulo: LTC, 2000.
- LYOTARD, Jean-François. **La Fenomenología**. Barcelona: Paidós, 1989.

NISBET, Robert. A Sociologia como uma forma de arte. **Plural (USP)**, São Paulo, N° 7, p.111-130, 2000 [1962].

SIMMEL, Georg. **El individuo y la libertad. Ensayos de crítica de la cultura**. Barcelona: Península, 1986.

_____. **Sociología**. Madrid: Revista de Occidente, 1977 [1908].

_____. O estrangeiro. *In*: MORAES FILHO, E. (Org.). **Simmel**. Ática, São Paulo, 1983.

Recebido em 20/11/2018.

Aprovado em 15/02/2019.

MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFRONTO POLÍTICO: APONTAMENTOS SOBRE O PENSAMENTO DE SIDNEY TARROW

*Diego Matheus Oliveira de MENEZES**

RESUMO: Este ensaio se propõe a discutir os principais pressupostos do pensamento de Sidney Tarrow, bem como sua consequente contribuição para o campo o qual se insere a partir de três elementos centrais a) movimentos sociais como expressão do confronto político b) surgimento dos movimentos sociais; c) dinâmica e elementos da luta política. Nesse sentido, o enfoque do autor na dimensão política e nos fluxos e refluxos do confronto político possibilitou o desenvolvimento de um campo que aborda os movimentos sociais como invenções históricas resultantes da dinâmica do confronto político, se distanciando de abordagens conceituais sistêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Sidney Tarrow. Confronto político.

Introdução

Nas últimas décadas, um vigoroso campo de estudos sobre os movimentos sociais se consolidou nas ciências sociais estimulando uma investigação detalhada sobre o objeto em questão. Decerto, a novidade do surgimento desse novo fenômeno e a velocidade da ampliação de sua atuação contribuíram, a partir da década de 1970, para a referida ebulição de estudos sobre a temática. Todavia, em consequência da diversidade de linhas analíticas e pressupostos não se configura como um campo unificado, mas sim a partir de escolas que mobilizam referências variadas.

* UFBA – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador – BA – Brasil. 40210-730 - ego.matheus@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-5010-0147>.

Em meados da década de 1980, duas correntes despontaram como hegemônicas na área, refletindo a influência das teorias sociais as quais se relacionavam. Aplicando a teoria da escolha racional no intuito de calcular os custos e benefícios da mobilização predominava nos Estados Unidos a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), enquanto na Europa, tratando os movimentos sociais a partir do processo de construção de novas identidades coletivas prevalecia o que se convencionou chamar de Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Nesse contexto surge o trabalho de Sidney Tarrow, um interessante autor que contribuiu para sistematizar uma série de pressupostos que possibilitaram a construção de um outro caminho possível para as análises sobre os movimentos sociais.

Sidney Tarrow, sociólogo americano, a partir de obras seminais como *O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político* (2009), *Dynamics of contention* em parceria com Doug McAdam e Charles Tilly (2005) e *Contentious politics* em parceria com Charles Tilly (2007), foi um dos principais autores da Teoria do Processo Político (TPP). Teoria esta que inova ao correlacionar os estudos sobre os movimentos sociais com a investigação sobre o confronto político, ressaltando suas dimensões políticas e culturais.

Alguns conceitos são essenciais para a compreensão do trabalho de Sidney Tarrow. Em seu pensamento destaca-se a ênfase na dinâmica da luta política, a qual a partir do seu fluxo e refluxo proporciona o surgimento de diversas formas de confronto político (TARROW, 2009, McADAM; TARROW; TILLY, 2009). O autor traça uma cuidadosa análise sobre os movimentos sociais manejando conceitos como estrutura de oportunidades políticas, repertórios de confronto, ciclos de confronto e quadros interpretativos.

Tendo em vista o intuito desse ensaio de apresentar os principais pressupostos do pensamento tarrowniano, bem como sua consequente contribuição para o campo no qual se insere, irei nos tópicos a seguir abordar os conceitos em questão a partir de três elementos centrais do trabalho do autor: a) Movimentos sociais como expressão do confronto político b) surgimento dos movimentos sociais; c) dinâmica e elementos da luta política.

Por fim, discutirei duas de suas contribuições com consequências metodológicas de destacado impacto nos estudos sobre movimentos sociais: a) enfoque na dimensão política e nos fluxos e refluxos do confronto político; b) movimentos sociais como invenções históricas resultantes da dinâmica do confronto político.

1. Movimentos sociais como expressão do confronto político

Na fundação do pensamento tarrowniano apresenta-se a ideia do movimento social como invenção histórica diretamente relacionada com o confronto político.

Nesse sentido, a discussão sobre os movimentos sociais se insere em uma teoria mais ampla sobre o confronto, segundo a qual, a partir da Idade Moderna, ocorrem alterações significativas nas configurações da luta política. Os movimentos sociais, portanto, ocupam um momento específico de uma longa e diversa trajetória de conflito, surgindo como fenômeno essencial para a compreensão do confronto político contemporâneo. Nas palavras do autor:

(...) afirmo que o confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios. Eles agem através de repertórios de confronto conhecidos, expandindo-os ao criar inovações marginais. O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é o movimento social (TARROW, 2009, p.18).

Em suma, Tarrow em diálogo com as contribuições de Charles Tilly, apresenta os movimentos sociais como uma forma histórica de expressão de reivindicações (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007) que surgiu no ocidente a partir do século XVIII a partir de mudanças nas redes sociais, na organização do estado nacional e na própria dinâmica da luta política. Definidos pelo autor como “desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridades” (TARROW, 2009, p.21), em sua base fundante estaria o que o autor denomina de ação coletiva de confronto.

O ato irreduzível que está na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções é a ação coletiva de confronto. A ação coletiva pode assumir muitas formas – breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática. A maioria delas ocorre no interior de instituições, através de grupos constituídos que agem em nome de objetivos que dificilmente causariam estranheza. (TARROW, 2009, p.19).

A ação coletiva torna-se de confronto quando pessoas sem acesso suficiente às instituições agem em prol de exigências ainda não atendidas, desafiando as autoridades. Tarrow (2009) argumenta nessa perspectiva, que o confronto pode ocorrer de diversas formas transformando-se lentamente ao longo do tempo, sendo o fio de convergência entre movimentos sociais, protestos e revoluções. Nesse sentido, os movimentos se circunscrevem em uma forma específica de confronto político que surge em determinado tempo histórico, onde densas redes sociais possibilitam a manutenção de uma contenda política por tempo razoável. Portanto, um episódio de confronto só se transforma em um movimento social quando a ação coletiva é sustentada.

Não obstante, além da já referida capacidade de interação sustentada, o autor apresenta mais três outras propriedades empíricas dos movimentos sociais: protesto coletivo, objetivo comum e solidariedade social. A primeira delas, se relaciona com a capacidade de criar desafios contenciosos e disruptivos, possibilitando os movimentos se tornarem atrativos para apoiadores, enquanto ganham atenção de opositores e possíveis eleitores a serem por eles representados (TARROW, 2009).

Sua segunda propriedade empírica se refere à necessidade de organização de reivindicações comuns aos opositores e autoridades para que pessoas participem de uma causa (TARROW, 2009). Sem propósitos, valores e interesses comuns indivíduos não terão incentivos para se filiarem aos movimentos, impossibilitando a existências dos mesmos. Objetivos bem definidos, portanto, proporcionam incentivos valiosos para estimular possíveis insurgentes, construindo um arcabouço compartilhado entre os membros. Contudo, esses interesses coletivos precisam ser reconhecidos por seus participantes a partir de sentimentos de identidade. Por esse motivo, a terceira característica dos movimentos sociais é a solidariedade social, a qual se refere à capacidade dos membros se reconhecerem como integrantes de uma mesma comunidade.

Torna-se importante ressaltar que o autor, ao definir os movimentos sociais a partir das suas quatro características empíricas evita deliberadamente adotar um conceito analítico baseado em símbolos conceituais exteriores a realidade. Abordaremos com maior cuidado essa questão posteriormente, contudo, por hora é pertinente afirmar que, na perspectiva de Tarrow (2009) os movimentos sociais, como desafios coletivos que surgiram em nosso tempo, existem como formas de ação coletiva de confronto tendo a solidariedade social, os objetivos comuns, os protestos coletivos e a interação sustentada como propriedades observáveis.

Nesse sentido, para compreender o surgimento desse fenômeno é necessário se debruçar sobre a própria trajetória do confronto político. Para isso o autor apresenta uma interessante discussão sobre ação coletiva e repertórios que debateremos a seguir.

2. Ação coletiva modular e surgimento dos movimentos sociais

No que se refere ao surgimento dos movimentos sociais, Tarrow (2009) argumenta que a partir do século XVII manifesta-se o que ele denomina de ação coletiva modular. Para melhor entendimento desse processo é relevante nos atermos ao diálogo que o autor trava com Charles Tilly (TILLY; TARROW, 2007) em torno do conceito de repertórios de confronto.

Tilly (GIUGNI; McADAM; TILLY, 1998, p.41), estabeleceu o conceito de repertórios definindo-o como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas,

compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha”. São, portanto, construções culturais aprendidas a partir da luta política entre opositores e autoridades, onde as pessoas, limitadas pelas opções disponíveis de interação, tentam novas táticas vantajosas, na margem de práticas bem estabelecidas (TARROW, 2009).

A ideia chave, portanto, é que a ação em uma luta política ocorre a partir de rotinas aprendidas ao longo do tempo em um contexto de interação, formando assim os repertórios de confronto. As pessoas utilizam determinada rotina (protestos, ocupações, greves, etc.) porque sabem como praticá-las, gerando reações das autoridades que buscam neutralizá-las. Da mesma forma, os insurgentes buscam reagir às respostas das autoridades, aprimorando ou criando novas rotinas. Nesse processo relacional o repertório é lentamente renovado em um processo contínuo.

Segundo Tilly (1995) haveria dois tipos de repertórios: o repertório de confronto tradicional e os repertórios de confronto modular. O primeiro tipo, predominante até meados do século XVII, tinha como características ser estreito, bifurcado e particular. Segundo o autor, poderia ser definido por estreito tendo em vista que os interesses em disputa se concentravam predominantemente a uma comunidade específica, enquanto suas rotinas de ação eram particulares por variarem dependendo dos grupos, localidades e questão. Nesse sentido, no repertório tradicional, os modos de confrontar as autoridades só tinham sentido em contextos específicos. Além disso, era bifurcado, pois as pessoas adotavam a ação direta quando tratavam de objetivos locais, enquanto em questões e objetivos nacionais expressavam suas reivindicações às autoridades locais.

A partir da idade moderna, os repertórios de confronto tradicional foram progressivamente substituídos por um novo repertório modular que detinha como principais características a capacidade de ser cosmopolita, modular e autônomo. Por ser modular tem a capacidade de se adaptar facilmente de uma situação para outra, podendo ser utilizado em uma grande variedade de contextos. Além disso, por ser cosmopolita está relacionado com interesses e questões referentes a inúmeras localidades e por ser autônomo mantém contato direto com os núcleos de poder (TILLY, 1995).

A substituição dos repertórios, entretanto, não foi automática. Os novos repertórios foram sendo construídos processualmente, enquanto as rotinas tradicionais foram perdendo espaço. Segundo Tarrow (2009):

O novo repertório não aparecia já pronto e nem as antigas formas de ação coletiva desapareceram de vez. Os triunfos mais visíveis das novas formas apareceram quando as demonstrações, as greves os comícios, as reuniões públicas e as formas similares de interação passaram a prevalecer (TARROW, 2009, p.52).

Nessa perspectiva a ação coletiva modular é caracterizada pelo predomínio do repertório de confronto modular. Com a combinação de rotinas-chave adaptadas para contextos diversos, campanhas de ação coletiva são construídas, possibilitando que uma grande diversidade de pessoas agisse conjuntamente. Nas palavras do autor:

(...) desenvolveu-se um novo repertório que era cosmopolita em vez de provinciano; autônomo em vez de dependente de rituais herdados ou de ocasiões específicas; e modular em vez de particular. Concentrando-se em algumas poucas rotinas-chave de confronto, ele poderia ser adaptado a um número de ambientes diferentes e seus elementos combinados em campanhas de ação coletiva. O resultado era possibilitar que até mesmo grupos espalhados de pessoas que não se conheciam agissem conjuntamente em desafios sustentados a autoridades e criassem o movimento social moderno (TARROW, 2009, p.59).

Esse contexto ocorre em diálogo com mudanças vigorosas nas sociedades ocidentais da época, sobretudo a consolidação do Estado Nação. Segundo o autor, “ao fazerem guerras, abastecerem cidades e aumentarem impostos, assim como ao construir estradas e regular associações” os Estados tornaram-se “ao mesmo tempo um alvo de reivindicações e um lugar onde se podia realizar disputas com grupos reivindicadores” (TARROW, 2009, p.95). A empreitada por padronização e unificação almejada pelos Estados em expansão e a existência de um objetivo comum aos insurgentes de diversas localidades, criou oportunidades decisivas que estimularam a ampliação do confronto, rompendo assim, as fronteiras locais e territoriais.

3. Dinâmica e elementos da luta política

Como abordado anteriormente, a interação entre desafiantes e autoridades, em uma dinâmica de aprendizado onde os participantes buscam se posicionar da melhor forma possível, dá o tom da dinâmica da luta política. Nesse processo relacional, a participação no confronto é incentivada a partir das estruturas de oportunidades e restrições oriundas do contexto. Segundo o autor, estrutura de oportunidades políticas “são dimensões consistentes do contexto político que podem encorajar ou desencorajar pessoas de participarem em ações coletivas” (TARROW, 2009, p.18).

É importante ressaltar que o autor se refere tanto às características estáveis do contexto político quanto a aspectos situacionais. Nesse sentido, as características do Estado, da sociedade e a própria cultura política proporcionam restrições e oportunidade além de estimular ou limitar o acesso a determinados recursos. Esses elementos estáveis influenciam ou constroem determinadas formas de atuação e

impactam nas possibilidades dos desafiantes. Contudo, alguns elementos situacionais podem promover mudanças nesses elementos estáveis que podem gerar novas oportunidades aos opositores. A dimensão situacional, portanto, é capturada pelo autor a partir da noção de mudanças na oportunidade. Estas ocorrem a partir de mudanças relevantes no contexto político que compensam, mesmo que por tempo limitado, “as fraquezas em recursos culturais, ideológicos e organizacionais” (TARROW, 2009, p.107). Haveria, segundo o autor, cinco recorrentes momentos de mudanças nas oportunidades políticas, podendo estes ocorrerem combinados ou isoladamente, em uma dinâmica nem sempre visível para todos os atores envolvidos no confronto. Seriam estes: a) ampliando o acesso, b) mudança nos alinhamentos c) elites divididas d) aliados influentes e) repressão e facilitação.

A ampliação no acesso a canais democráticos, como por exemplo, as eleições, surge como aspecto importante para a mudanças nas oportunidades. Conforme Tarrow (2009, p.107), “quanto mais estreitos os caminhos já existentes para a participação, mais provável se torna que cada nova abertura produza novas oportunidades de confronto”. A abertura política, portanto, possibilita transformações nas oportunidades e restrições, proporcionando a desafiantes, novas possibilidades de atuação, baixando provisoriamente os custos da atuação política. Por sua vez, mudanças nos alinhamentos políticos criam incertezas que podem ser exploradas por opositores. A instabilidade, portanto, aparece como uma fonte relevante de estímulo ao confronto.

A divisão das elites também é definida como aspecto gerador de mudanças na medida em que proporciona recursos para desafiantes. Tarrow (2009) defende que fissuras e conflitos entre elites tanto incentivam os opositores a se lançarem em confrontos políticos, aproveitando a destabilização das elites vigentes, quanto estimulam segmentos das elites a disputarem o poder.

Outro elemento listado pelo autor está relacionado com o acesso a aliados influentes. Isso ocorre porque aliados com acesso ao sistema funcionam como um valioso recurso externo com o potencial de garantir menor repressão ou maiores garantias para a ação coletiva (TARROW, 2009). Além deste, ele também pontua que a repressão ou facilitação podem estimular o confronto, seja com formas mais brandas ou mais disruptivas. Algumas ações dos detentores do poder podem aumentar ou reduzir os custos para a ação coletiva, produzindo oportunidades ou restrições.

Esses cinco momentos para a mudança nas oportunidades só podem ser mobilizados, contudo, a partir da análise dos aspectos mais estáveis de uma determinada sociedade. Por serem empiricamente orientados, variam com o contexto e com as características do Estado e da sociedade em questão. Além disso, novas observações podem encontrar outros aspectos recorrentes ampliando o conhecimento sobre a estrutura de oportunidades políticas. É exatamente esse caráter dinâmico do conceito que possibilita o auxílio à compreensão das mais diversas conjunturas. A

listagem feita pelo autor serve mais como um instrumento que orienta a observação das transformações na estrutura de oportunidades do que como categoria engessada. O principal argumento do autor, portanto, se relaciona com a ideia de que ao analisar as mudanças que proporcionam transformações nas oportunidades e restrições à luz das características estáveis dos Estados e das culturas políticas, é possível compreender o surgimento e desenvolvimento das contendas políticas.

Nessa perspectiva, “mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas criam os incentivos mais importantes para iniciar novas fases de confronto” (TARROW, 2009, p.24). A ampliação das oportunidades possibilita que pessoas comuns desafiem autoridades ao desvelar a suscetibilidade e fragilidade de um sistema político. Os choques iniciais entre os primeiros ativistas e o Estado, por testarem os limites do controle exercido pelas autoridades, pode explicitar os pontos débeis e incapacidades de lidar com os manifestantes, estimulando atores até então imóveis a tomar parte na contenda e assim criar novas oportunidades que incentivam outros grupos a se organizarem, difundindo o confronto em ciclos.

É através das oportunidades políticas aproveitadas e criadas pelos desafiantes, movimentos e seus aliados e inimigos que começam os grandes ciclos de confronto. Estes, por sua vez, criam oportunidades para as elites e contraelites e as ações que começam nas ruas são resolvidas nos salões de governos ou pelas - e particularmente as ondas de movimentos que são as principais catalisadoras da mudança social – são parte das lutas nacionais de poder. (TARROW 2009, p.45).

No entendimento do autor, um ciclo de confronto seria uma fase acentuada de conflito onde a ação coletiva difunde-se de forma acelerada de grupos mais mobilizados para grupos menos mobilizados, em um ritmo intenso de fluxos de informação e com rápida inovação das formas de confronto. (TARROW, 2009). Sua dinâmica, determinada pela interação entre organizações, movimentos, manifestantes, autoridades, membros de partidos, entre outros, forja alianças e revela inimigos. Assim, as ações tomadas afetam e estimulam novas ações, criando incertezas e novas oportunidades em um processo onde os atores não têm controle sobre os resultados a serem obtidos. Por isso, as oportunidades criadas em um ciclo de confronto podem tanto estimular a organização de novos movimentos sociais, quanto proporcionar incentivos para elites e forças governamentais.

Tarrow (2009), todavia, adverte que as oportunidades só são aproveitadas a partir da coordenação da ação coletiva proporcionada pela confiança e cooperação por meio de enquadramentos interpretativos. Em diálogo com Snow e Benford (1992), pontua que enquadramentos interpretativos são entendimentos e identidades compartilhadas entre os participantes que possibilitam a justificação e mobilização da ação coletiva ao enquadrar descontentamentos dispersos em reivindicações

amplas. Assim, identidades coletivas são moldadas e imaginários sobre aliados e inimigos são construídos, definindo os parâmetros para identificar o **nós** e o **eles** em uma estrutura de conflito (TARROW, 2009). Nessa perspectiva, os quadros interpretativos possibilitam a simplificando e codificação do **mundo lá fora** em símbolos manejáveis (SNOW e BERNFORD, 1992).

Os símbolos culturais só têm o seu potencial mobilizador aproveitado quando agentes concretos os transformam em quadros interpretativos de confronto. Entretanto, para tal, os símbolos precisam ser alinhados e transformados por líderes que orientarão “os quadros interpretativos de seus movimentos para a ação coletiva em contextos particulares e os amoldam à intersecção entre um alvo da cultura da população e seus próprios valores e objetivos” (TARROW, 2009, p.144).

4. Contribuições para o campo de estudo sobre os movimentos sociais e consequências metodológicas

O pensamento construído por Sidney Tarrow logra em contribuir com um campo inovador, tendo em vista que os seus principais pressupostos se distanciam dos estudos sobre movimentos sociais até então predominantes. Neste tópico aprofundarei a análise em dois elementos centrais e de suas consequências metodológicas para o campo de estudos sobre movimentos sociais. Argumento aqui, que no trabalho do autor ocorre um duplo distanciamento da teoria social e política até então hegemônica, ao se afastar tanto do utilitarismo presente nas investigações sobre ação coletiva norte-americanas, quanto da teoria sistêmica predominante em alguns estudos europeus que tratam movimentos sociais como um sistema de ação. Contudo, antes de adentrar nos distanciamentos e rupturas mencionados cabe uma breve contextualização acerca da inserção do autor na clássica discussão sobre estratégia X identidade que marcou os estudos sobre movimentos sociais.

Ao longo das últimas décadas, não somente foram construídas formas diversificadas de analisar os movimentos sociais, como estas foram colocadas à prova em um longo embate sobre suas discordâncias e diferentes delimitações sobre o campo em questão. Essa contenda dentro do âmbito acadêmico foi sintetizada a partir das noções de identidade e estratégia. Diversos autores argumentam que a principal contribuição da teoria do processo político estaria sobretudo no âmbito da estratégia, enquanto a teoria dos novos movimentos sociais contribui para as noções sobre identidade (ALONSO, 2009).

A teoria dos novos movimentos sociais, apesar de grande diversidade interna, tem grande importância ao se debruçar no processo de formação de identidades coletivas que desafiam as formas consolidadas de se pensar, viver e agir, atuando na própria sociedade em prol de mudanças sociais. Alonso (2009) em um pertinente

trecho sobre os três principais teóricos (Touraine, Habermas e Melucci) da TNMS aponta:

Touraine, Habermas e Melucci têm teorias particulares, mas confluem para o mesmo postulado central, o da especificidade dos movimentos sociais da segunda metade do século XX. Para todos, uma mudança macrossocial teria gerado uma nova forma de dominação, eminentemente cultural (por meio da tecnologia e da ciência) e borrado as distinções entre público e privado, acarretando mudanças nas subjetividades e uma nova zona de conflito. As reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores. Estaria em curso uma politização da vida privada. Os movimentos de classe dariam lugar, assim, a novos movimentos expressivos, simbólicos, identitários, caso do feminismo, do pacifismo, do ambientalismo, do movimento estudantil. (ALONSO, 2009, p. 6).

Em contrapartida, a Teoria do Processo Político (TPP), a partir de autores como Sidney Tarrow, tem relevante importância para se pensar a dimensão da estratégia. A dinâmica que possibilita mudanças no ambiente político é extensamente estudada possibilitando a compreensão sobre o processo relacional de interação estratégica entre atores e o processo de surgimento de movimentos sociais, revoluções, dentre outras formas de ação coletiva. Contribuições, como as abordadas nos tópicos anteriores desse ensaio, como a dinâmica da sustentação de um confronto, o processo de mobilização de recursos e as mudanças na ação coletiva, por exemplo, são essenciais para pensar a dimensão estratégica e relacional na ação coletiva.

Entretanto, como já sinalizado anteriormente, gostaríamos de apontar duas contribuições específicas de Sidney Tarrow não tão bem desenvolvidas na literatura especializada que se debruçou nos trabalhos do autor, mas que têm pertinência e consequências consideráveis para a teoria social e políticas, bem como consequências metodológicas para os estudos do campo. A primeira delas está relacionada com o enfoque na dimensão política e nos fluxos e refluxos do confronto político, demarcando um importante rompimento com a teoria da mobilização de recursos.

Encabeçada pela Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), predominava no campo de pesquisa sobre ação coletiva nos Estados Unidos a análise dos benefícios e custos necessários para o ato de agir (McCARTHY; ZALD, 1977). Sob destacada influência da Teoria da Escolha Racional (TER), na TMR ganha destaque o cálculo racional dos recursos materiais e imateriais relacionados com o surgimento dos movimentos, os quais funcionariam como empresas que cooperam e competem entre si, em busca de bens políticos e novos membros (ALONSO, 2009).

A ruptura de Tarrow (2009) com a tradição da TMR ocorre sobretudo no deslocamento da centralidade da análise sobre recursos, para um enfoque nos fluxos e refluxos da luta política. Apesar de não desconsiderar a importância dos recursos para o estímulo à ação coletiva, como abordamos nos tópicos anteriores, para ele o confronto político e a formação de movimentos sociais dependem de oportunidades e restrições que surgem a partir da dinâmica da política, possibilitando que indivíduos com acesso limitado a recursos sejam estimulados a participar de uma contenda. Nesse entendimento, o cálculo racional de custos e benefícios da participação seria deficiente para a compreensão do confronto político por ignorar a dinâmica de oportunidades e restrições que surgem a partir dos fluxos da luta política em um determinado local.

Ao enfatizar os fluxos do confronto, o autor rechaça o utilitarismo e o individualismo metodológico, centrando a análise na dimensão política da interação entre movimentos e autoridades. Como consequência, para se pesquisar movimentos sociais ou confronto político a partir do pensamento tarrowniano é necessário levar em conta a historicidade: a história é construída a partir de atores que agem, gerando novas oportunidades de ação em uma reação em cadeia, a qual não é possível controlar seus resultados. Em suma, o confronto político deve ser analisado considerando suas constantes transformações, a partir de repertórios em permanente mudança em um contexto onde oportunidades geram novas oportunidades.

O segundo elemento que trataremos aqui está relacionado com as divergências do autor em relação à natureza dos movimentos sociais. Na tradição da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, sobretudo em Melucci (1989, p.52), os movimentos são comumente estudados como “sistemas de ação operando em um campo sistêmico”, não existindo como experiências empíricas exatas, mas sim como conceitos analíticos. Nessa perspectiva “um movimento social é um objeto construído pela análise e não corresponde as formas empíricas de ação” (MELUCCI, 2001, p.28).

Contudo, Tarrow (2009) se distancia dessa perspectiva por não analisar os movimentos sociais a partir de um conceito analítico exterior à experiência. Por considerar os movimentos sociais como invenções históricas, o autor se debruça no processo de formação dos movimentos e nas experiências empíricas ocorridas. Por isso, em vez de trabalhar com um conceito preciso de movimentos sociais que oriente a análise e defina com exatidão quais experiências podem ser consideradas como tal, ele opta por uma definição ampla tratando-o como sequências de confronto político com a capacidade de manter desafios sustentados contra autoridades.

Por não definir um conceito apriorístico que possa enquadrar a análise sobre o tema, torna-se necessário verificar as diversas experiências de sustentação de confronto político e a partir disso traçar suas propriedades empíricas. Nessa perspectiva, para aplicar a análise desenvolvida por Tarrow, não é possível desvencilhar movimentos sociais de confronto político.

Os movimentos sociais, como resultados históricos do fluxo e refluxo da luta política, só podem ser compreendidos, portanto, a partir da análise do conflito mais amplo o qual se inserem. Sem a devida atenção à dinâmica do confronto, os elementos essenciais para a análise se esvaíam entre os dedos do pesquisador. Dessa maneira, análises que forçam conceitos analíticos ao objeto e que o isolam do campo relacional no qual está inserido, se distanciam dos postulados defendidos pelo autor.

Para dar conta das escolhas metodológicas apresentadas, ao longo de inúmeros estudos sobre o confronto político e movimentos sociais o autor em questão opta pela análise sociohistórica e pelo método da comparação (TARROW, 1989, MEYER; TARROW, 1998). As mudanças macro-históricas com impacto nas estruturas de oportunidades são levadas em conta, enquanto a partir de extensa comparação o confronto político é desvelado. A investigação cuidadosa do confronto e do seu desenrolar, possibilitam ao autor interessantes contribuições relacionadas com o diálogo entre teoria e história.

Alonso e Botelho (2012) pontuam que a partir da conexão entre teoria e história, na perspectiva que o autor leva em conta tanto a capacidade de agência e criatividade dos atores, quanto os constrangimentos políticos e históricos, ele logra superar a dicotomia ação/estrutura.

Conclusão

Este ensaio teve como intuito apresentar alguns conceitos-chaves do trabalho de Sidney Tarrow. Ao longo de uma carreira profícua, este autor, tem apontado interessantes caminhos para os estudos sobre o confronto político contribuindo para as ciências sociais como um todo. Reforço, que suas contribuições relacionadas com a noção de uma dimensão política do confronto e com os fluxos da luta política têm possibilitado um interessante desenvolvimento de um campo renovado que busca investigar a temática sem cair no utilitarismo ou em noções restritas de movimento social.

Em diálogo com novas teorias da Sociologia e da Ciência Política, esse campo tem apresentado uma vigorosa produção ao mapear e analisar o tema em questão, além de discutir noções-chaves das teorias sociais e política. Dessa maneira, o pensamento desse destacado autor tem sido constantemente revisitado, tendo em vista a inovação de alguns de seus postulados.

Enfim, a partir de uma discussão cuidadosa sobre atores em uma contenda política Sidney Tarrow apresenta conceitos essenciais para uma análise que leve em conta o processo dinâmico de disputa no qual se inserem os movimentos sociais, sobretudo, para pesquisas que pretendem investigar a interação entre desafiantes e autoridades.

**SOCIAL MOVEMENTS AND POLITICAL CONFRONTATION:
NOTES ON THE THOUGHT OF SIDNEY TARROW**

ABSTRACT: *This essay proposes to discuss the main assumptions of Sidney Tarrow's thought, as well as its consequent contribution to the field which is inserted from three central elements: a) social movements as expression of the political confrontation; b) the outbreak of social movements; c) dynamics and elements of the political struggle. In this sense, the author's focus on the political dimension and the flow of political confrontation have enabled the development of a field which approaches social movements as historical inventions resulting from the dynamics of political confrontation, distancing itself from systemic conceptual approaches.*

KEYWORDS: *Social Movements. Sidney Tarrow. Political Confrontation*

**MOVIMIENTOS SOCIALES Y CONFRONTACIÓN POLÍTICA:
APUNTES SOBRE EL PENSAMIENTO DE SIDNEY TARROW**

RESUMEN: *Este ensayo tiene como objetivo discutir los principales supuestos del pensamiento de Sidney Tarrow, así como su consiguiente contribución al campo, que se inserta a partir de tres elementos centrales: a) movimientos sociales como expresión del enfrentamiento político; b) surgimiento de los movimientos sociales; c) dinámica y elementos de la lucha política. En ese sentido, el enfoque del autor en la dimensión política y en los flujos y reflujos del enfrentamiento político posibilitó el desarrollo de un campo que aborda a los movimientos sociales como invenciones históricas resultantes de la dinámica del enfrentamiento político, distanciándose de abordajes conceptuales sistémicos.*

PALABRAS CLAVE: *Movimientos sociales. Sidney Tarrow. Conflicto político.*

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço de debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>. Acessado em: 05 de Dezembro de 2017

ALONSO, Angela; COSTA, V. e MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento brasileiro. **Novos Estudos**, n. 79, novembro, 2007.

ALONSO, Angela; BOTELHO, André. Repertórios de ação coletivo e confrontos político: entrevista com Sidney Tarrow. **Sociologia & Antropologia**. v.02: p.11–19, 2012. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufirj.br/wp-content/uploads/2015/05/2-ano2v3_artigo_angela-alonso_andre-botelho.pdf>. Acessado em: 03 de Dezembro de 2017

McADAM, Doug. Conceptual origins, current problems, future directions. In: McADAM, Doug; McCARTHY, D. John & ZALD, N. Mayer. (orgs.). **Comparative Perspectives on Social Movements. Political Opportunities, Mobilizing Structure, and Cultural Framings**. Cambridge University Press. 2006

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, p.11-48, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf>>. Acessado em: 11 jun. 2019.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **La dinámica de la contienda**. Hacer Editorial. 2005.

McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **The American Journal of Sociology**, vol. 82, nº 6, May 1977, p.1212-1241. Disponível em: <https://campus.fsu.edu/bbcswebdav/institution/academic/social_sciences/sociology/Reading%20Lists/Stratification%20%28Politics%20and%20Social%20Movements%29%20Copies%20of%20Articles%20from%202009/McCarthy-AJS-1977.pdf>. Acessado em: 22 de Janeiro de 2018

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. **Lua Nova**. São Paulo, p. 50-66, 1989

MEYER, David.; TARROW, Sidney. (orgs.). **The social movement society**: contentions politics for a new century. Lanham, MA: Rowman& Littlefield. 1998

TARROW, Sidney. **Poder em Movimento**: movimentos sociais e confronto político, Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. **Democracy and disorder**: protest and politics in Italy, 1965- 1975. Oxford e New York: Oxford University Press, 1989.

GIUGNI, Marco; McADAM, Doug; TILLY, Charles (eds.). **From contention to democracy**. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

TILLY, Charles; Popular contention in Britain, 1758-1834. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1995.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. Boudler: Paradigm Publisher, Colorado. 2007.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Master frames and cycles of protest. *In*: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (eds.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven London: Yale University Press, 1992. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/246773271_Master_Frames_and_Cycles_of_Protest>. Acessado em: 10 de Janeiro de 2018.

Recebido em 10/02/2018.

Aprovado em 15/02/2019.

Resenha

UMA GÊNESE POLÍTICA DO CONSUMIDOR POR LOUIS PINTO

Mariana BARRETO*

Na análise dos fenômenos econômicos, Pierre Bourdieu (2005) rompe com os pressupostos teóricos sobre os quais repousa a ortodoxia econômica, destacando a gênese social das disposições econômicas, caracterizando o mercado como um campo de lutas onde se enfrentam agentes econômicos dotados de recursos distintos, cujos interesses, ainda que construídos socialmente, devem ser ressaltados. Sua originalidade consiste em enfatizar o mercado como uma construção social, lugar de encontro entre demanda e oferta movidas por interesses que não são a-históricos. O fato econômico é examinado, neste quadro analítico, a partir da ideia maussiana de fato social total, afinal, como mostra em *O campo econômico*, o mundo social está presente em cada uma das ações econômicas.

É sobre um agente importante neste campo que trata o mais recente livro de Louis Pinto (2018), *L'invention du consommateur. Sur la légitimité du marché*. Nele, o pesquisador emérito do *Centre Européen de Sociologie et de Science Politique* nos apresenta os resultados de uma pesquisa iniciada nos anos de 1990, cujo objetivo principal é fazer uma gênese da categoria consumidor, descrever os conflitos de legitimidades que se encerram nas lutas políticas pelas classificações das representações objetivadas no mundo social. Seu intuito é justamente compreender, explicar e interpretar a força social inexorável que adquiriram, desde o pós II Guerra, as invenções: **sociedade de consumo** e **consumidor**. Longe de serem instrumentos neutros, ambas as noções não podem ser tomadas de forma despolitizada, como objetos em si. Na verdade, seu poder social reside justamente nos tipos de relações sociais que engendram, o uso das duas palavras, em nada anódinas, resguardam

* UFC - Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Departamento de Ciências Sociais e Filosofia. Fortaleza – CE – Brasil. 60020180 - barretomariana2016@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-0335-7123>.

lógicas específicas operadas por agentes e instituições que dão vigor às estruturas econômicas e universalidade às representações nativas.

O livro, nesse sentido, é primoroso em relação a explicitação de um método de trabalho com um objeto tão difícil porque transformado em um problema público, cuja autoridade foi e é construída e reconstruída por um conjunto de profissionais, artífices das representações do mundo social: economistas, executivos, advogados, políticos, homens de *marketing* e publicidade, jornalistas, pesquisadores, instituições e associações especializadas, Estado, mercado, judiciário, órgãos de defesa do consumidor e do meio-ambiente; assim como os donos de casa (homens e mulheres) e o lar, agentes e instituição, quase sempre excluídos das análises. Seu mote interpretativo se inscreve em duas premissas elementares incontornáveis, produzidas pela sociologia: os efeitos da diferenciação social evidenciados por Durkheim e os da ideologia manifestos por Marx. A não ruptura com os efeitos da naturalização destes dois quase-conceitos, tão bem urdida pela economia (ao atribuir ao consumidor e à sociedade de consumo racionalidades puras, inspiradas na noção do agente que decide com base no cálculo de vantagens entre custos e benefícios, em meio a livre, e jamais falseada, concorrência) e pelo Direito (ao distinguir o consumidor por um estatuto público oficial e transformar a sociedade de consumo no regaço de uma nova ordem pública econômica), confunde o pesquisador que os toma por objetos heterogêneos. Os efeitos deletérios deste procedimento analítico equivocado aparecem na incapacidade de explicar o que é o consumidor, o que esta categoria contém e o que ela oculta, o que ela produz sobre o mundo social (PINTO, 2018, p.3). O jogo das classificações sociais colocado em marcha nesta situação não é neutro e nem igual para todos os indivíduos. Classificações sociais, do tipo sociedade de consumo ou consumidor, não podem ser assumidos como dados em si, porque não o são. São resultados de lutas e enfrentamento, defini-las e delimitá-las revela o que carregam da realidade social onde tomam forma.

Tanto o Direito quanto a economia disputam com outra pluralidade de princípios, de classificação e de visões de mundo, que procuram fazer existir as duas categorias. Tomá-las como objeto, significa discutir suas próprias naturezas, exige que se proceda a uma ontologia flexível dos termos, passível de realização a partir do momento em que o pesquisador reconhece a existência de uma escala variável de graus de realidade indicada pela existência social destas duas formas de representação inatas (PINTO, 2018, p.265). Os processos de autonomização e diferenciação que marcam a história das apropriações de ambas as categorias terminam por fazer com que os pesquisadores tomem por objeto seus efeitos ideológicos, marcas da indeterminação dos significados trazidas pela universalidade adquirida, tanto pela ideia de sociedade de consumo, quanto pela de consumidor. Passam ao largo as percepções sobre os agentes sociais, a diversidade de atributos dos quais foram dissociados para que a abrangência generalista se realizasse. A

força social dos efeitos destas definições não está dissociada da intensidade das relações que se estabeleceram entre os campos político, econômico e jurídico, nos âmbitos nacionais, internacionais e transnacionais, para a realização da concorrência implacável e do consumo livre. Na França, por exemplo, a visão mais legítima sobre as ideias de consumo e consumidor deveu-se a ascensão, meses pós-maio de 1968, dos porta-vozes do liberalismo. Foi a visão otimista do consumidor como agente econômico que “encontra na oferta abundante, diversificada e renovada, os meios de florescimento, a despeito de algumas imperfeições mais ou menos corrigíveis” que prevaleceu, em detrimento da denúncia vazia à “sociedade de consumo” empreendida por alguns intelectuais radicais que tomaram o consumidor como “alienado” (PINTO, 2018, p.2 [tradução nossa]).

Os sete capítulos do livro discutem desde uma evocação dos porta-vozes dos consumidores do século XIX até os anos de 1960, quando o consumo ganha espaço no debate público, com o importante papel dos intelectuais para sua constituição como problemática legítima, a ponto de transformar-se num campo, constituído politicamente, capaz de cristalizar polarizações entre ideologias críticas e de defesa da ordem social; escrutina o papel dos militantes, as condições e modalidades de suas mobilizações, denotando o papel específico da divisão do trabalho nos espaços governamentais, através da criação de várias secretarias responsáveis pelo assunto, articuladas à questão da oficialização da categoria consumidor pelo Direito, apoiando-se sobre as exigências universais de equidade, e demonstrando sua capacidade para resolver problemas técnicos e doutrinários relativos aos contratos, fixando no mercado uma forma superior de legitimidade. Por fim, interpreta o real funcionamento das condições de existência da figura, bem fundada, do consumidor instruído e ponderado que funciona nas relações mercantis ordinárias e cotidianas. Neste ponto, mas não exclusivamente nele, o autor questiona o poder desta autoridade material e simbólica. Embora trabalhando com o consumidor típico-ideal europeu amparado jurídica e politicamente, arrimado em secretarias de Estado específicas, movimentos e associações de consumidores, capazes de garantir a universalidade do bem-estar dos indivíduos, Pinto (2018, p.269) mostra que esta dignidade datada é frágil e ambígua, não resiste ao confronto com os objetivos das políticas econômicas e com as estratégias das empresas.

Como exercício comparativo elementar, sem desmerecer nossa experiência societária, imaginemos o que se passa numa sociedade como a nossa, com nosso consumidor pleno de autonomia, mas incapaz de enfrentar os *lobbies* das grandes transnacionais dos alimentos, dos agrotóxicos, do agronegócio como um todo¹, intimamente relacionados com nosso campo político. Um dos pontos

¹ Afluem na imprensa matérias que atestam este fato, apenas dois exemplos: PERES, J. (2018), *Como funciona o lobby da Nestlé, Unilever e Danone para esconder o excesso de sal, gordura e açúcar nos*

particularmente esclarecedores da pesquisa reside justamente aí, ao mostrar como, ao longo das décadas de 1960 e 1970, o campo político passou a se preocupar com uma problemática que, mesmo não tendo sido produzida em seu seio, não pôde ser ignorada, na medida em que ela passou a dizer respeito a um de seus próprios temas.

A meu ver temos aí dois avanços ao trabalharmos com a noção de campo, o primeiro em termos analíticos, aponta que por mais autônomo que seja um campo, a heteronomia sempre lhe é constitutiva, as relações entre os campos político, econômico e jurídico nesta discussão atestam isso, ratificando que a questão da autonomia não ajuda a definir a existência de um campo. O segundo, faz ver que a eficácia metodológica da noção consiste em construir o campo, qualquer que seja ele, modelizando geometricamente a distância social entre os indivíduos (LEBARON; LE ROUX, 2013, p.108), cujos comportamentos só serão inteligíveis para os cientistas sociais a partir do exame do sistema de relações e práticas que os move. Escapar às arbitrariedades formalistas das definições em termos de populações, quer sejam a dos consumidores, ou por exemplo a dos críticos de arte, constitui um primeiro passo importante para romper com o pensamento tipológico, despertando para questão do tipo: “será que os conceitos que utilizo não são noções do senso comum rebatizadas, ou *a fortiori*, estereótipos rebatizados do senso comum[...]?” (BOURDIEU, 2013, p.17). Exatamente por isso o pesquisador não deve tomar uma ideia construída socialmente como objeto; muito pelo contrário, ele deve antever que definir o consumidor, enquadrá-lo numa definição, é também uma maneira de tomar posição dentro de uma sociedade de mercado, de suas regras e de suas fronteiras. *Démarche* para deslocar a linha divisória entre a primazia da existência individual do consumidor e “a crítica mais radical do funcionamento do campo econômico” (PINTO, 2018, p.272 [tradução nossa]). Por outras palavras, se trabalhar com o vocabulário espontâneo ajuda a restituir as categorias de pensamento, as estruturas mentais que a fomentam, confundi-lo com as categorias científicas não favorece as demandas por explicações científicas implicadas nos trabalhos dos cientistas sociais dedicados ao assunto.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. De la méthode structurale ao concept de champ In CHAMPAGNE, P. Séminaires sur le concept de champ, 1972-1975. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Théorie du Champ**, n. 200, Décembre, p.4-37, 2013.

_____. O campo econômico. **Política & Sociedade**. Vol. 4, Nº 6, p.15-57, 2005.

rótulo e LARA, Bruna de (2018), *Como a Coca-Cola, Bunge e 110 empresas ganham com o pior da bancada ruralista*.

LARA, Bruna de. Como a Coca-Cola, Bunge e 110 empresas ganham com o pior da bancada ruralista. **The Intercept**. Publicado em 11 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/09/11/coca-cola-ruralistas-relatorio/>>. Acessado em: 4 out. 2018.

LEBARON, Frédéric e LE ROUX, Brigitte. Géométrie du champ. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Théorie du Champ**, n. 200, Décembre, p.106-109, 2013.

PERES, J. Como funciona o lobby da Nestlé, Unilever e Danone para esconder o excesso de sal, gordura e açúcar nos rótulos. **The Intercept**. Publicado em 14 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/09/14/rotulos-lobby-nestle/>>. Acessado em: 4 out. 2018.

PINTO, Louis. **L'invention du consommateur**. Sur la légitimité du marché. Paris: PUF, 2018.

Recebido em 29/11/2018.

Aprovado em 02/12/2018.

Entrevista

COTIDIANO, GÊNERO, DISTINÇÃO - ENTREVISTA COM ELIZABETH SILVA¹

*Michel Nicolau Netto (entrevistador)**

Contexto da entrevista: Esta entrevista se deu no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Unicamp, no dia 06/12/2018. Entre os dias 4 e 6 de dezembro ocorria o III Encontro do GEBU (Grupo de Estudos em Bourdieu da Unicamp), organizado por mim e por alunos e alunas de graduação e pós-graduação² em Sociologia. Com apoio da FAPESP e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, recebemos a Professora Elizabeth Silva, inicialmente para fazer a Conferência de Encerramento. Ela, contudo, não apenas proferiu a conferência, intitulada “Habitus: arqueologia e mudanças”, como generosamente participou de diversas atividades do encontro. Ao fim do evento, me honrou com uma entrevista de mais de uma hora. O leitor tem em mãos uma edição dessa entrevista. Sua versão mais extensa pode ser acessada no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=FGUnKlbYbQs>.

Apresentação da entrevistada: Elizabeth Bortolaia Silva é Professora Emérita em Sociologia na Open University (Reino Unido). Formada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, com mestrado em Ciência Política pela mesma universidade, fez seu doutorado no Department of Social and Economic Studies, do Imperial College of Science and Technology da University of London (1988). Após breve retorno ao Brasil (1988 – 1990), quando foi professora-assistente na Unicamp, Elizabeth Silva trabalhou em diversas instituições nos Estados Unidos e Inglaterra: Harvard University (EUA), Brown University (EUA), University

* UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP – Brazil. 13081970 - michelnicolau@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-0893-971X>.

¹ Transcrição: Débaro Elida Chaves Silva e Marco Brefe.

² São os seguintes alunos responsáveis pela organização desse encontro: Ana Clara Sapienci de Souza (mestranda), Bárbara Venturini Ábile (mestranda), Carolina Assumpção (mestranda), Juliana Closes Miraldi (doutoranda), Luã Ferreira Leal (doutorando), Mariana Martinelli (mestranda), Talitha Ferreira (doutoranda), Gustavo de Sousa Vieira (graduando), João Fernando Vieira Santos (graduando), Catharina De Angelo (graduanda).

of Leeds (Inglaterra) e Open University (Inglaterra). Nessa última (1998-2018) Elizabeth Silva foi professora titular e se aposentou, em 2018, com o título de Professora Emérita. Ela é autora e organizadora de mais de uma dezena de livros e revistas acadêmicas, além de ter publicado numerosos artigos e capítulos de livros. Entre suas publicações em livro mais relevantes estão *Technology, Culture, Family: influences on home life* (Palgrave, 2010) e a co-autoria do livro *Culture, Class, Distinction* (com Tony Bennett, Mike Savage, Alan Warde, Modesto Gayo-Cal e David Wright, 2009). Elizabeth Silva foi diretora do Centre for Citizenship, Identity and Governance (CCIG) na Open University. Seus interesses de pesquisa estão nas áreas de sociologia e cultura, desenvolvendo, atualmente, o projeto de pesquisa “Exhibiting Social Change”, que se baseia nos engajamentos das artes visuais nas narrativas da violência da ditadura militar no Brasil e na imaginação para o futuro.

Apresentação do entrevistador: Michel Nicolau Netto é Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp. É membro do Grupo de Estudos de Práticas Culturais Contemporâneas – GEPRACC e do Grupo de Estudos em Pierre Bourdieu – GEBU, Unicamp. Seu mais recente livro se chama *Do Brasil e Outras Marcas: nação e economia simbólica nos megaeventos* (Intermeios/FAPESP, 2019).

Michel Nicolau:

Como você começou a trabalhar com a obra de Pierre Bourdieu? Sei que você começou a ler *A Distinção* (2011) assim que ela foi lançada. Conta um pouco.

Elizabeth Silva:

Foi. Eu trabalhava no DIEESE [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos], na verdade. Foi José Sérgio Leite Lopes³, que tinha estudado com Bourdieu na França, [quem me apresentou]. Na verdade eu li *A Distinção* pela primeira vez em francês. Eu morava no Rio de Janeiro, estava instalando o escritório regional do DIEESE no Rio, na época, e foi aí que comecei a ler *A Distinção*. Eu me lembro que a gente brincava muito com as “questões de distinções”, que era um conceito muito interessante e novo na época; mas eu não continuei trabalhando com [a obra de] Bourdieu. Eu li o Bourdieu nessa época, que deve ter sido entre 1980 e 1982 – foi publicado em 1979, na França. É, foi por aí. Foi logo...

³ Antropólogo, professor titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ.

Michel Nicolau:

Antes da tradução inglesa?

Elizabeth Silva:

Antes da tradução inglesa, que foi publicada em 1984. Mas não trabalhei então com [a obra de] Bourdieu. Depois de eu terminar minha tese de doutorado⁴, na Inglaterra, eu fui morar nos Estados Unidos, onde eu comecei a me interessar por questões de gênero. “Divisão social” entrou para mim com “questão de gênero” – antes de “classe”. Então “gênero e tecnologia”. Eu continuei e continuei muito interessada em tecnologia, em termos da materialidade da vida social. Então eu comecei a trabalhar com tecnologia doméstica; eu mudei da “tecnologia automotiva” (Silva, 1991) para a “tecnologia doméstica” (Silva, 2010). Porque – é interessante – eu acho que meus interesses intelectuais sempre têm acompanhado as minhas mudanças de vida pessoal. Meu pai era apaixonado por mecânica – mecânica automobilística, mecânica de carro. Quando ele me deu meu primeiro *fusquinha*, ele me ensinou tudo sobre o motor do *fusquinha*; o que, na verdade, foi muito importante para mim, na minha tese de doutorado: eu tinha uma familiaridade com tecnologia automotiva que me ajudou muito na tese. E depois eu fui estudar tecnologia doméstica. Eu morava num apartamento em *Boston, Massachusetts*, que tinha sido desenhado por uma feminista. Foi a primeira vez que eu vi um *waste disposal* – um dispositivo de lixo –, e a cozinha era desenhada de uma maneira fantástica.

Então... esse apartamento desenhado por uma feminista me estimulou muito em termos da facilidade do trabalho, e eu descobri o livro da Ruth Schwartz Cowan – *More Work for Mother* (1989) –, que é uma discussão de quatrocentos anos de inovação tecnológica doméstica. E eu achei fascinante tudo isso, e, ao mesmo tempo, eu estava me tornando mãe. Então a vida doméstica, a maternidade e todas essas questões me levaram a querer estudar mais a questão de gênero e a questão da tecnologia a serviço do cotidiano. E, depois disso, quando eu mudei de novo para a Inglaterra, já na universidade de *Leeds*, eu tive um financiamento do ESRC [Economic and Social Research Council, da Inglaterra] para fazer um projeto sobre tecnologias domésticas. Fiz esse projeto e estudei aí maternidade e família. Eu tenho dois livros nessa área: um que se chama *Good Enough Mothering?*, publicado em 1996, e outro, *The New Family?*, publicado em 1998 [com Carol Smart]. Então, como eu te falei, os temas de interesse vão acompanhando a biografia, de uma certa forma. E, a partir daí, eu comecei a me interessar por vida cotidiana. E, nessa época,

⁴ Silva, Elizabeth. “Labour and Technology in the Car Industry. Ford strategies in Britain and Brazil”, University of London, 1988.

o Stuart Hall, que era chefe do departamento de sociologia da *Open University*, se aposentou, e o Tony Bennett virou chefe de departamento na *Open University*. E o Tony me contratou. Com o meu interesse em vida cotidiana e divisão social, a partir disso é que eu comecei a trabalhar na *Open University*. Isso já era 1998, 1999.

E aí o Tony tinha feito um estudo que era uma réplica d'*A Distinção* na Austrália, que resultou no livro *Accounting for Tastes* [em co-edição com Michael Emmison e John Frow (1999)]. E o Tony queria fazer esse estudo na Inglaterra; e aí é que entra o Bourdieu de uma maneira muito séria na minha carreira acadêmica – é a partir daí. Porque nós fizemos esse pedido de financiamento, nós convidamos Mike Savage e Alan Warde para se juntarem a nós nesse projeto; e nós quatro fizemos o pedido, sob liderança do Tony, para o ESRC desse financiamento. E tivemos muita sorte em ter obtido esse financiamento. Foi o que se chama de *large grant*, foi muita grana, por três anos – de 2003 a 2006. Essas coisas todas demoram muito tempo. Você vê: você começa a pensar no projeto, você submete, aí você espera o resultado, aí você começa a fazer o projeto...

Esses projetos foram muito importantes, tanto no contexto inglês, como dentro de estudos “bourdieusianos” internacionalmente, porque a gente fez muita ligação com gente de todo o campo para fazer o trabalho. O livro, *CCD (Culture, Class, Distinction)* (2009), foi publicado no Japão nesse ano (2018). A edição é lindíssima. É preciosa. E abre e você lê, como um livro japonês, ao contrário – do fim para o começo. Eles fizeram uma tradução muito bonita – como obra, como materialidade do livro. Muito legal.

Michel Nicolau: E nesse livro vocês, a partir das pesquisas empíricas no Reino Unido, acabam revisitando, não só metodologicamente, mas também as categorias do Bourdieu. Talvez uma questão central que está colocada ali é a questão do capital cultural, habitus... Se você pudesse destacar algumas, digamos, possibilidades de rever a obra de Bourdieu a partir desse livro...

Elizabeth Silva: A gente realmente... Foi o que a gente fez. Era a proposta do CCSE⁵ [*Cultural Capital and Social Exclusion*] de visitar *A Distinção* quarenta anos depois de quando o Bourdieu fez a pesquisa empírica e num outro espaço nacional. Então, tinham questões que, claro, eram contemporâneas, que o Bourdieu não analisou e que nós queríamos analisar. Por exemplo: questão de gênero, de etnia e a questão do espaço internacional e a influência desse nos espaços nacionais. Questão como transnacionalidade, cosmopolitanismo, coisas desse gênero.

⁵ Este é o nome da pesquisa original que gerou, entre outros trabalhos, o livro *Culture, Class, Distinction*.

Então nós trabalhamos com a adequação de temas ao contexto e, de uma certa forma, com a adequação metodológica também, porque se pensarmos bem na maneira como *A Distinção* foi construída, no contexto inglês do momento em que a gente submeteu o projeto, a gente jamais teria obtido financiamento com a proposta metodológica do Bourdieu, entendeu?

A metodologia que nós oferecemos no CCSE é uma metodologia de métodos múltiplos, muito sólida. Nós começamos com uma série de vinte e cinco grupos focais analisando questões sobre as quais não havia muita literatura sociológica nos informando a respeito, como questões de desemprego, das vidas dos desempregados em certos locais do Reino Unido, sobre minorias étnicas. Categorias, que sociologicamente, não existia conhecimento acumulado para nós podermos identificar num survey ou através de entrevista. Nós tínhamos que aprender sobre essas questões todas. Então nós fizemos grupos focais determinados em locais determinados com temas específicos que visavam preencher essas lacunas no nosso conhecimento. Não só da equipe, mas da sociologia naquele momento. A equipe era bem... conhecia muito bem a literatura sociológica daquele momento. Então nós fizemos os grupos focais, fizemos o questionário para o survey nacional, numa amostra representativa, entrevistando mil quinhentas e sessenta e quatro pessoas - entrevistamos mais, essa é a amostra que acabamos utilizando na análise.

O trabalho de campo demorou muito tempo, porque, primeiro, teve os grupos focais, depois teve o survey quantitativo e depois se seguiu um estudo qualitativo de domicílios, no qual também a gente fazia a observação do lar, do espaço, das pessoas, etc. Todos nós fizemos, todos os pesquisadores se envolveram nessa fase do trabalho. Nós também fizemos entrevistas com a elite. Só onze entrevistas porque é difícil fazer entrevista com elite. E sim, teve entrevista que foi feita em castelo, teve entrevista que foi feita nos altos bancos nas torres da city londrina, entendeu? Em casas de pessoas, escritórios, assim... e aí foi só a equipe central de quatro que fez essas entrevistas. Mas com tudo isso a gente cobriu um campo enorme para pensar as questões de classe e distinção social no mundo contemporâneo do Reino Unido de 2003 a 2006. E produzimos uma quantidade enorme de trabalhos. Nós escrevemos muito. Todos nós. Ao final eramos seis pesquisadores, porque os dois assistentes de pesquisa, David Wright e Modesto Gayo-Cal se juntaram a nós – excelentes colegas também – e nós publicamos muito individualmente, de dois a dois, três, quatro, cinco, seis, entendeu? Dependendo do tema, dependendo do interesse, e todo mundo escrevendo muito, pensando junto.

O livro em si foi produzido absolutamente coletivamente. Nós usamos o estilo de produzir material didático da Open University, onde a gente (particularmente eu e Tony) sabia muito bem como trabalhar em grupo para produzir livro. Então a gente usou esse conhecimento pra produzir *Culture, Class, Distinction*. Na verdade cada um de nós éramos responsáveis por dois capítulos. Um era o “superresponsável” e o outro o “adjunto”, tipo assim.

Michel Nicolau: Cada capítulo era feito por dois autores?

Elizabeth Silva: Dois autores eram responsáveis por cada capítulo. Um principal e o outro adjunto. E todo mundo lia todos os capítulos e comentava. A gente passava fins de semana, dois, três dias, só discutindo, quer dizer, tendo pré-circulado e tendo os comentários, só discutindo partes e encaminhávamos a produção escrita dessa forma. Realmente, foi um trabalho de fato coletivo, de fato feito conjuntamente e eu acho que o livro reflete isso, né? Você não vê, eu acho, as vozes das seis pessoas naquele livro, você vê a voz de um autor, ou de uma autora – eu sou a única mulher na equipe –, você vê uma voz, apenas. E claro, o trabalho tem imperfeições, a gente sabia que tinha. Tem coisas que, confessadamente, nós sabemos que gostaríamos de ter feito melhor. Fizemos o melhor possível, com todo o conhecimento possível (...), a gente fez dez versões do questionário do survey antes de ir para campo, fizemos piloto e etc. A gente teve reuniões com os melhores acadêmicos especializados em questionários, survey, etc., no Reino, passávamos dias discutindo. Em termos de análise estatística a gente teve a felicidade de ter o apoio, a assistência, dos estatísticos que trabalharam com o Bourdieu em *Distinção*, Henri Rouanet e Brigitte Le Roux. Infelizmente o Henri morreu durante a nossa pesquisa, a Brigitte trabalhou até o final, e foi fundamental o trabalho que eles fizeram na análise de correspondência múltipla (ACM). Claro, [um trabalho] completamente diferente, porque Bourdieu e sua equipe tiveram que fazer com um papel transparente...

Michel Nicolau: Manteiga.

Elizabeth Silva: É! Manteiga. E um em cima do outro. Hoje em dia nós temos software, tem o SPAD e etc., e tudo aparece magicamente (risos), graças aos livros e as análises que Brigitte e Henri escreveram, né?!

A gente fez análise de sete campos: do campo da música, do campo da literatura ou da leitura, do campo das artes visuais, do campo de filmes, do campo de esportes, do campo de práticas culinárias... Então isso também é um pouco diferente do que o Bourdieu fez. É uma das coisas que eu não mencionei antes. E através desse uso da análise de correspondências múltiplas nós fomos capazes de visualizar como

o campo social é organizado em termos de um mapa cultural britânico, naquele momento. Então, se a gente vir esse mapa, do Reino Unido em 2003, que foi na época em que a gente fez o survey onde isso é baseado, a gente nota a homologia entre os campos, confirmando uma tese bourdiesiana, mas a gente vê que existem mais distinção em certos campos do que em outros. Por exemplo, os campos que distinguem menos são o campo da música e o campo da televisão. Mas os campos que mais distinguem são os campos, por exemplo, das artes visuais, e por aí afora. E aí a gente vê que têm muitas práticas também que aparecem no centro desse mapa cultural, o que quer dizer que [ali] falta distinção, que na verdade [ali] você não polariza. Então tem muita coisa que no mundo contemporâneo todo mundo faz.

Michel Nicolau: A prática de todo mundo.

Elizabeth Silva: Exatamente. É prática de todo mundo. Mas aí o que é interessante também - e aí [tem] uma tese muito legal, que é a tese do onivorismo – é que dentro de tudo o que todo mundo faz ainda aparecem distinções, certo? E aí você [entende que], dentro dessa tese do onivorismo que, “quem gosta de tudo não é todo mundo”, entendeu?⁶ Na verdade, isso ainda, o gosto de tudo ainda é marcado por um gosto de elite, então tem uma marca de classe, né, até na não polarização e que é uma coisa sutil de se observar. Mas, ao invés do que o Bourdieu descobriu em *Distinção* (o gosto do empresário e o gosto do intelectual), o que a gente vai ver são interesses diferentes onde você tem o interesse pelo o que é mais estabelecido e o interesse pelas coisas comerciais também. Quer dizer, são contextos diferentes. Você tem que ver isso como coisas aparecendo de uma maneira nova, mas claro, a divisão de classe social está estabelecida, está marcada. Isso é visto, mas não se reflete da mesma forma. O que é importante para nós, e é o eixo principal da análise de correspondências múltiplas, é entre os que participam das formas dos itens culturais, das formas de cultura oferecida, e os que não participam, mas ao mesmo tempo a gente tem que problematizar a questão do engajamento. O que significa estar engajado? E o que significa estar desengajado de cultura? E aí tem os problemas de como o método reflete o que a gente acaba descobrindo porque de uma certa forma nós recriamos o mundo social num método que nós usamos que não conseguiu

⁶ A tese do onivorismo cultural foi cunhada por Richard Peterson a partir de estudos sobre o gosto musical nos Estados Unidos em uma série de textos publicados também com outros colaboradores. Centralmente, a tese defende que há uma passagem contemporânea de um gosto demarcado por fronteiras bem estabelecidas entre hierarquias de bens culturais, para um gosto marcado pelo ecletismo cultural, que atravessa tais fronteiras. É o caso de ter se tornado comum uma pessoa gostar ao mesmo tempo de jazz e funk. Para Peterson e seus colaboradores, contudo, o ecletismo cultural (o onivorismo) é marcado por diferenças sociais, uma vez que a elite cultural é muito mais propensa a ele do que as classes populares, essas mais propensas a um gosto unívoro, em oposição à elite. Como afirma Elizabeth Silva na entrevista, “quem gosta de tudo não é todo mundo”. Ver textos de Peterson na bibliografia.

captar muito da participação cultural no local, localizada. Então, de uma certa forma nós reproduzimos [a falta de observação detalhada das culturas locais], e é muito difícil você não fazer isso, mas eu acho que uma coisa que pesquisadores que fazem outros estudos hoje em dia têm que prestar atenção, mais do que nós prestamos, [é] na importância da cultura local. Mas aí como é que essa se reflete em termos de capital cultural, não é?

Michel Nicolau: Como é que ela atravessa a sociedade.

Elizabeth Silva: Exatamente! Mas eu acho que é uma questão que tem que ser investigada. Que na verdade, capital cultural tem em si uma dose do estabelecido, do legitimado que é importante. Mas dentro do discurso de **onivorismo** e das formas comerciais – a participação na cultura comercial depende de capital econômico também, sem dúvida alguma – deve-se tentar reestabelecer essas relações sem esquecer e sem dar a etiqueta de desengajado para gente que está engajado com questões locais, culturais, de significância importante e que pode ter capital cultural que contextualmente tenha significados distintos⁷.

Michel Nicolau: Por exemplo: participação em concertos musicais em igrejas no Brasil. Em igrejas evangélicas isso é muito forte. Numa pesquisa em que você não coloca a igreja como um ambiente de participação isso desaparece, né?!

Elizabeth Silva: Interessante esse exemplo! Exato.

Michel Nicolau: E a partir do *Culture, Class, Distinction*, por exemplo, como você está colocando, a questão do habitus se mantém como uma categoria válida, mas, me parece, que é uma categoria que, a partir dessa pesquisa, você vai o tempo todo refinando. Quer dizer, a ideia de habitus como unidade fragmentada, a ideia de relação habitus e gênero⁸. Queria que você falasse um pouco como que isso acabou aparecendo nos desenvolvimentos subsequentes da sua pesquisa.

Elizabeth Silva: Uma das questões que eu e meus colegas nos mobilizamos bastante para fazer com relação a esse trabalho empírico [de *Culture, Class, Distinction*] foi

⁷ A maior parte dos estudos sobre participação cultural adota como índice a participação das pessoas em espaços estabelecidos de cultura (cinema, teatro, ópera, etc.). Aos que participam nesses espaços, dá-se o nome de engajados; aos que não, de desengajados, estabelecendo entre eles uma hierarquia. Elizabeth Silva nos alerta para algo fundamental. Ao não considerarmos práticas culturais locais (como ouvir música na Igreja, ir ao funk no bairro, etc.) os dados de pesquisa nos apresentam como desengajados culturalmente pessoas altamente engajadas em espaços não estabelecidos.

⁸ Faço referência a dois textos de Elizabeth Silva que seguem nessa direção. Ver na bibliografia (Silva, 2016a e 2016 b).

repensar as categorias principais da perspectiva bourdieusiana. Então na verdade, nós fizemos certas revisões de conceito de capital. Tem um *special issue* que o Tony Bennett e eu fizemos⁹; do conceito de campo que eu e o Mike Savage (Savage & Silva, 2013) fizemos e do conceito de habitus que eu fiz sozinha num dossiê (Silva E. B., 2016b). E com o Alan eu fiz um livro sobre as perspectivas, as maneiras, que hoje em dia os acadêmicos lidam com a teoria bourdieusiana (Silva & Warde, 2010). Então todos nós colaboramos em trabalhos de revisões teóricas importantes da teoria bourdieusiana no fundamental. Mas para trazer para questão do habitus, dentro do trabalho que nós fizemos no *Culture, Class, Distinction*, uma coisa que foi bastante frustrante na análise foi que gênero não aparece com a significância que nós imaginávamos que teria. E eu disse, eu mencionei que eu era a única mulher numa equipe de seis pessoas e os meus colegas tiveram enorme cuidado e sensibilidade quando eles vieram me dizer “Elizabeth, a análise de gênero não está demonstrando nada”, porque eles sabiam, óbvio, do meu interesse teórico, empírico na questão de gênero era grande já há bastante tempo. Sim, e nós fizemos um capítulo sobre gênero em *Culture, Class, Distinction*. É um capítulo muito interessante, mas é um trabalho onde a análise de correspondências múltiplas não mostra muito. Mostra uma diferença muito grande entre homens e mulheres, mas de uma forma mais grosseira e o capítulo se beneficia bastante de análise qualitativa pra refinar e para fazer tudo o que fosse possível dentro da análise de gênero com o material que nós tínhamos. Mas eu permaneci muito insatisfeita com esse capítulo e com isso que a gente fez no *Culture, Class, Distinction*. Então, um ano, dois, mais tarde, eu convidei Brigitte Le Roux para vir para Londres e nós nos trancamos na minha casa por dez dias, analisando dados estatísticos para ver o que é que a gente podia descobrir sobre gênero.

Michel Nicolau: Da pesquisa original?

Elizabeth Silva: Da pesquisa original. E, realmente, eu me lembro até agora do momento ‘eureka’ – pois teve um momento ‘eureka’ e foi fantástico! O que eu e Brigitte fizemos foi: a gente recodificou muito do material, porque eu perguntava as questões e a Brigitte tentava fazer a análises estatísticas e aí ela falava: “Eu preciso de mais disso, e aí como é que a gente faz?”. Foi um processo muito interessante. E o que nós fizemos foi uma análise de idade. Na verdade, tipo de interseccionalidade. Gênero apenas, não conseguia mostrar, mas gênero com idade começou a mostrar diferenças interessantes, principalmente na vida de casais. Então, nós recodificamos da pesquisa qualitativa para recolocar dentro do survey, para ver as posições dos

⁹ Elizabeth Silva faz referência a uma edição especial da revista *Poetics*, que ela editou com Tony Bennett sob o título de *Cultural Capital: Histories, Limits, Prospects* (2011).

indivíduos dentro dos estratos etários, e deu uma diferença significativa na qual as mulheres de idade entre 18-45 anos, principalmente 25-45, mas vai de 18-54; essas mulheres têm um envolvimento muito maior com a cultura legítima do que os homens e esta é a fase em que as mulheres estão, basicamente, responsáveis pela educação de filhos. As mulheres sabem que a cultura legítima conta muito mais em termos de mobilidade social para os filhos.

E a gente publicou um artigo, eu e a Brigitte Le Roux, que se chama “The Cultural Capital of Couples”, que publicamos em *Poetics* em 2011 (Silva & Le Roux, 2011). E aí na minha revisão da noção de habitus tudo começou com uma pergunta “Onde é que está a psyche do habitus?”. Na verdade eu organizei um evento da British Sociological Association, *Psyche in the Habitus*, em Londres, que foi muito interessante. Teve muita participação, foi ótimo e tal, e na verdade aí eu comecei a pensar na questão de como o Bourdieu tinha tratado a questão do habitus dentro da carreira dele e como é que hoje em dia a gente podia lidar com a questão do habitus. Porque, você veja, dentro do engajamento todo de *Culture, Class, Distinction*, de todo o projeto, do começo ao fim, uma preocupação muito grande é com a mudança social e o habitus não é uma categoria que é famosa por ajudar na compreensão de mudança social; pelo contrário, é uma categoria apresentada como sendo a categoria da reprodução; é a categoria da estabilidade, etc. Mas como é que você faz quando na verdade a influência da socialização não opera apenas verticalmente, dos pais, da origem, para o filho, e o que é que você faz com a socialização horizontal? O que é que você faz com a influência sua como meu amigo em mim, no que eu desejo para mim em termos da minha estética de vida, em termos das coisas que eu desejo, ou etc. Então você começa a pensar nisso e também na diferença que historicamente, temporalmente, a gente tem quando as pessoas existiam em espaços – existiam em termos de viver em espaços muito mais tradicionais e estáveis – e quando você vive num mundo social que está em extrema mudança.

REFERÊNCIAS

BENNETT, Tony; SILVA, Elizabeth Bortolaia. (orgs.). Cultural Capital: Histories, Limits, Prospects, *Poetics* (Vol. 39, issue 6), 2011.

BENNETT, Tony; EMMISON, Michael; FROW, John. **Accounting for tastes: Australian Everyday Cultures**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BENNETT, Tony; SAVAGE, Mike; SILVA, Elizabeth Bortolaia; WARDE, Alan; GAYO-CAL, Modesto; WRIGHT, David. **Culture, Class, Distinction**. New York and London: Routledge, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. London, New York: Routledge, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

COWAN, Ruth Schwartz. **More Work for Mother: the ironies of household technology from the open hearth to the microwave**. London: Free Association Books, 1989.

PETERSON, Richard. Understanding audience segmentation: From elite and popular to omnivore and univore. In: **Poetics**, v. 21, n. 4, p. 243-258, 1992.

PETERSON, Richard; KERN, Roger. Changing highbrow taste: From snob to omnivore. **American Sociological Review**, v. 61, n. 5, p. 900- 907, 1996.

PETERSON, Richard; SIMKUS, Albert. How Musical Taste Groups Mark Occupational Status Groups. In: Lamont, Michèle; Fournier, Marcel. **Cultivating Differences: Symbolic Boundaries and the Making of Inequality**. Chicago, IL: University of Chicago Press, pp. 152-68, 1992.

SAVAGE, Mike; SILVA, Elizabeth Bortolaia. Field Analysis in Cultural Sociology. **Cultural Sociology**, 111-126, 2013.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. **Refazendo a Fabrica Fordista. Constrastes ada Industrial Automobolística no Brasil e na Gra-Bretanha**. Sao Paulo: Hucitec/Fapesp, 1991.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. **Good Enough Mothering?: Feminist Perspectives on Lone Motherhood**. London: Routledge, 1996.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Unity and fragmentation of the habitus. **The Sociological Review**, 64, 166-183, 2016a.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Habitus: beyond sociology. **The Sociological review**, 64, 73-92, 2016b.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. **Technology, Culture, Family: Influences on Home Life**. London: Palgrave, 2010.

SILVA, Elizabeth Bortolaia; SMART, Carol. **The new family?** London: Sage, 1999.

Silva, Elizabeth Bortolaia; Le Roux, Brigitte. Cultural capital of couples: tensions of elective affinities. **Poetics**, 39 (6), 547-565, 2011.

SILVA, Elizabeth Bortolaia; WARDE, Alan. **Cultural Analysis and Bourdieu's Legacy: settling accounts and developing alternatives**. New York: Routledge, 2010.

Diretrizes para Autores

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à **RES** para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O **CR** se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo **CR** da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

Formatação

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Dimensão

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia, As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês).
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000) assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

Citações destacadas do texto

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

REFERÊNCIAS

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

Livros: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasilense, 2004.]

Capítulos de livros: SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

Artigos em periódicos: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

Dissertações e teses: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. 2012. 262f. Tese

(Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

Artigos em jornais/revistas: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. *Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes*. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

Entrevistas: SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. *O observador do Brasil no Atlântico Sul*. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

Eventos: SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. *Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família*. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

Publicação on-line: SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. *Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

A revista Estudos de Sociologia adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

Política de Privacidade

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.24 n.46

formato: 16 x 23 cm

mancha: 12,8 x 20,5 cm

tipologia: Times New Roman/11

